

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

THIAGO VIEIRA DE BRITO

**MEMÓRIA ANTIPETISTA E HORIZONTE AUTORITÁRIO DURANTE A
NOVA REPÚBLICA (2003 – 2016)**

**VITÓRIA
2021**

THIAGO VIEIRA DE BRITO

**MEMÓRIA ANTIPETISTA E HORIZONTE AUTORITÁRIO DURANTE A NOVA
REPÚBLICA (2003 – 2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção de título de Doutor em História.

Orientador: Julio César Bentivoglio

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B862 Brito, Thiago Vieira de, 1984-
m Memória antipetista e horizonte autoritário durante a Nova República (2003 – 2016) / Thiago Vieira de Brito. - 2021. 243 f.

Orientador: Julio César Bentivoglio.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Memória. 2. Anticomunismo. 3. Autoritarismo. I. Bentivoglio, Julio César. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

THIAGO VIEIRA DE BRITO

**MEMÓRIA ANTIPETISTA E HORIZONTE AUTORITÁRIO DURANTE A NOVA
REPÚBLICA (2003 – 2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção de título de Doutor em História.

Aprovada em __ de _____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof. Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro Externo

Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira
Universidade Federal da Bahia
Membro Externo

Aos indígenas e negros do Brasil.

AGRADECIMENTOS

O risco de redigir um pequeno texto de agradecimento em um momento histórico no qual ser professor e pesquisador é desabonador aos olhos dos eleitos para nos governar é acabar por omitir o imenso número de pessoas e grupos que ajudam a sustentar a possibilidade de se manter trabalhando num desafio de escrever uma tese de doutorado. É com essa ressalva que inicio essa desafiadora tarefa.

Começo agradecendo a minha mãe Ana Maria, que foi compreensiva com minhas faltas materiais durante esse momento de tanta escassez na sociedade brasileira. Agradeço também muito especialmente a minha namorada Karol, que desde que estamos juntos, estimulou-me e confortou-me com seu generoso afeto, sempre ajudando-me a seguir em frente diante dos desafios cada vez mais ameaçadores em relação ao futuro, além de compreender meu difícil temperamento em momentos de esgotamento.

Quero registrar também um agradecimento aos servidores públicos federais que mantêm, a duras penas e sob constante ameaça a seus direitos, o funcionamento possível das universidades e instituições de pesquisa do Estado brasileiro. Sem esses trabalhadores anônimos seguindo firmes em suas funções, essa pesquisa teria severas dificuldades de ser completada numa realidade de sucateamento e deterioração acadêmica, somada ao contexto de perigo sanitário relacionado ao descontrole do contágio pelo coronavírus no país. Nesse sentido, registro meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de pesquisa que possibilitou que eu me dedicasse atenciosamente à pesquisa. Registro também a minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, a seus professores e trabalhadores que sempre foram solícitos no oferecimento de garantia e acesso às condições para executar a pesquisa.

Poucos são os pesquisadores que podem contar com uma relação de genuína parceria e amizade com seus orientadores, e por isso quero deixar registrado também o agradecimento ao meu professor e orientador Julio Bentivoglio, pela infinita compreensão com minhas falhas e faltas, além da sempre cuidadosa atenção a

minhas questões intelectuais na execução do estudo. Agradeço também ao professor e amigo Ueber Oliveira pelas conversas sobre nossos interesses de pesquisa em comum, além das boas risadas e comentários sobre o cotidiano tragicômico da política nacional. Não posso deixar de mencionar, com muita gratidão, meu agradecimento a todos os pesquisadores, pós-graduandos e graduandos vinculados ao Laboratório de Teoria da História e Historiografia (LETHIS) que, em meu período de pesquisa, sempre mantiveram nosso laboratório funcionando, mesmo em tempos de isolamento social e das já citadas dificuldades impostas à atividade de pesquisa no país.

E, por último, mas não menos importante, deixo o meu agradecimento aos amigos de conspiração e boemia Abner Wotkosky, Hugo Merlo, Julia Freire, Léo Velloso, Marcelo Durão, Rüsley Biasutti, Ruth Cavalcante e Taynna Marino, por todo o apoio político, moral, emocional e acadêmico em nossa base de operações Constantinopla.

RESUMO

Esta pesquisa trata do impacto e da consolidação de uma narrativa que compôs uma memória com características autoritárias e antipetistas durante a Nova República, por meio da investigação de obras escritas por jornalistas e intelectuais que buscavam registrar o cotidiano político em veículos de comunicação durante os governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016. A pesquisa detecta a consolidação de uma memória antipetista nestas obras - sobreposta ao tradicional anticomunismo brasileiro - e elaborada sob gerência da grande mídia no período referido. Ela parte da análise de livros escritos por colunistas políticos antipetistas sobre os governos do PT e os investiga a partir de um ponto de vista historiográfico com o auxílio dos conceitos de narrativa e de memória. O estudo buscou entender as raízes do fenômeno do antipetismo nos níveis da consciência histórica. A conclusão da análise do fenômeno da memória antipetista (anticomunista) na imprensa e suas consequências políticas apontou para a existência de uma consciência histórica no nível cultural que condiciona a permanente abertura de um horizonte de expectativa autoritário na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Memória - Anticomunismo – Antipetismo – Autoritarismo - Nova República.

ABSTRACT

This research deals with the impact and consolidation of a narrative that composed a memory with authoritarian and anti-Workers Party characteristics during the New Republic, through the investigation of works written by journalists and intellectuals who sought to record the political daily life in the media during the Governments of the Workers' Party between 2003 and 2016. The research detects the consolidation of an anti-PT memory in these works - superimposed on the traditional Brazilian anti-communism - and elaborated under the management of the mainstream media in the period referred. It starts from the analysis of books written by anti-Workers Party political columnists about the Workers' Party governments and investigates them from a historiographical point of view with the help of the concepts of narrative and memory. The study sought to understand the roots of the phenomenon of anti-Workers Party at the levels of historical consciousness. The conclusion of the analysis of the phenomenon of anti-Workers Party (anti-communist) memory in the press and its political consequences pointed to the existence of a historical awareness at the cultural level that conditions the permanent opening of a horizon of authoritarian expectation in Brazilian society.

Keywords: Memory - Anticommunism – Antipetism - Authoritarianism - New Republic.

RESUMEN

Esta investigación aborda el impacto y consolidación de una narrativa que compuso una memoria con características autoritarias y antipetismo durante la Nueva República, a través de la investigación de trabajos escritos por periodistas e intelectuales que buscaban registrar la cotidianidad política en los medios de comunicación durante los Gobiernos del Partido de los Trabajadores entre 2003 y 2016. La investigación detecta la consolidación de una memoria antipetismo en estos trabajos, superpuestos al tradicional anticomunismo brasileño, y elaborados bajo la dirección de los grandes medios de comunicación en el período referido. Se parte del análisis de libros escritos por columnistas políticos anti-PT sobre los gobiernos del Partido de los Trabajadores y los investiga desde un punto de vista historiográfico con la ayuda de los conceptos de narrativa y memoria. El estudio buscó comprender las raíces del fenómeno del antipetismo en los niveles de la conciencia histórica. La conclusión del análisis del fenómeno de la memoria antipetismo (anticomunista) en la prensa y sus consecuencias políticas apuntó a la existencia de una conciencia histórica a nivel cultural que condiciona la apertura permanente de un horizonte de expectativa autoritaria en Brasil. sociedad.

Palabras clave: Memoria - Anticomunismo – Antipetismo - Autoritarismo. Nueva República.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
O triunfo da memória antipetista	34
Da memória à identidade antipetista.....	93
Uma consciência histórica autoritária.....	148
Considerações Finais.....	207
Referências.....	222

INTRODUÇÃO

A pesquisa que chega ao leitor surgiu de uma maneira incomum em relação a outras pesquisas cotidianas produzidas pelos historiadores brasileiros contemporâneos. Em nosso país o avanço da profissionalização do professor pesquisador nas universidades ocorreu, de certa maneira, subsumido numa filiação metodológica ao modelo francês de pesquisa acadêmica. Juntamente, a adesão a essa tradição foi também absorvida pela historiografia brasileira, uma forma específica de fazer história que não se adequou completamente à necessidade de vinculação de *problemas* de pesquisa com demandas do *presente* da realidade política e social. Não que esse pressuposto teórico-metodológico não aparecesse nos ensaios mais clássicos de nossa tradição historiográfica. O que ocorreu é que a profissionalização inspirada nos moldes franceses nos legou uma organização cronológica, que faz grande sentido ao historiador francês, mas é um tanto *artificial* para o historiador brasileiro.

O modelo cronológico francês, quadripartido entre Antiguidade, Idade Média, Era Moderna e História Contemporânea, desdobra-se a partir da experiência histórica que ajuda a explicar a constituição da França como uma nação. Os franceses, ainda no século XVIII, tomaram as rédeas de sua organização temporal, libertaram-se da teleologia medieval – herdeira de concepções latinas e cristãs generalizantes – e conceberam a sua própria, mais adequada ao seu *presente* liberal, republicano e moderno. Em seu sistema de organização cronológica, a queda do Império Romano e a Revolução Francesa têm um papel fundamental na repartição da temporalidade. O modelo cronológico brasileiro, que nos divide entre Colônia, Império e República, por outro lado, aparece apenas como um apêndice desta cronologia geral francesa e Ocidental. Essa disposição temporal retirou dos historiadores brasileiros grande parte da sensibilidade para problemas históricos emergidos de nossas próprias preocupações e, também, estimulou nossa pouca afeição à originalidade.¹

¹ É o historiador François Hartog quem melhor percebeu e apresentou os mecanismos de organização temporal construídos pela historiografia francesa. Para este autor, a França – e, em alguma medida, o Ocidente – devem seu modelo cronológico a um *regime de historicidade* específico, idealizado primeiramente pelos intelectuais *humanistas* do início da modernidade e finalizado no século XIX, acompanhando a emergência do nacionalismo francês. Foi aquele *presente*, de nacionalismo oitocentista, que moldou mais fortemente a organização cronológica que está naturalizada na formação dos historiadores brasileiros (HARTOG, 2013).

A ideia de pesquisar o fenômeno do *antipetismo* acabou por surgir de uma necessidade totalmente vinculada ao contexto do *tempo presente* brasileiro. Assim descrevo, pois o tema que trago à tona me pareceu digno de uma investigação quando eu testemunhava os eventos políticos que levaram ao afastamento forçado da então presidente Dilma Rousseff no dia 17 de abril de 2016. Naquele dia, a presidente foi removida do cargo e impedida, o que também seria confirmado definitivamente pelo Senado Federal meses depois. Um aspecto daquele evento, entretanto, me absorveu de maneira irreversível. Durante aqueles debates parlamentares, os discursos que apoiavam o afastamento e os que eram contrários a isso pareciam não estar decidindo sobre o mesmo procedimento político. Tal era a disparidade entre os argumentos que defendiam a permanência da presidente e os que a queriam afastar, que a própria natureza dos fatos que eram relatados pelos lados antagônicos pareciam tratar de governos diferentes, em países diferentes, com histórias diferentes. No meu entender, e de diversos colegas historiadores com os quais conversei na época dos acontecimentos, havia uma profunda disputa *narrativa* que se expressava naquele radical e inconciliável episódio de antagonismo político. Essa constatação se agravava diante da dinâmica violenta e irracional que permeava a repercussão do debate nas redes sociais, em sincronia com a disputa político-institucional.

Em uma leitura elementar dos acontecimentos, percebia que uma forte cisão política estava ocorrendo naqueles tempos, sobretudo orientada por uma retórica violentamente *antipetista*, levada a cabo pela grande imprensa e por grupos políticos que ocupavam as ruas brasileiras. Essa situação perdurava desde os eventos explosivos ocorridos no mês de junho de 2013 e seguiram com mais força após as eleições de 2014, quando o país assistiu a uma interminável onda de conflitos e crises políticas que eram sempre narradas sob a conservadora perspectiva política do tradicional complexo de monopólios dos meios de comunicação que detêm a hegemonia sobre a esfera pública do país. Naquele contexto, podia-se perceber que os movimentos políticos de direita haviam tomado as ruas do país, e progressivamente conseguiam pautar o seu futuro político. Dessa maneira, o governo do PT acabou encurralado pela oposição desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff à frente da presidência da República.

Tendo em conta esse ponto de vista, ainda na sequência imediata aos acontecimentos, me dediquei a buscar as matrizes ideológicas que inspiravam o *antipetismo* radical manifesto na grande imprensa e nos movimentos e partidos políticos. Num primeiro momento, deparei-me com os trabalhos do historiador Marco Antonio Villa. Este intelectual estava se dedicando há pelo menos uma década a sua atuação em veículos da grande imprensa como comentarista político e adversário feroz do PT. O autor havia produzido, nesse tempo, alguns livros que objetivavam *narrar* uma injuriosa história do período político sob os governos do PT. Ao me debruçar sobre aqueles textos, tive uma surpresa ao perceber que Villa formatava sua *narrativa* em termos de relato memorial, não levando em conta a metodologia formal na qual os historiadores são treinados para realizar suas pesquisas. Notei que ele costumava usar fontes extraídas de veículos da grande mídia que não estavam sistematizadas em sua bibliografia, confirmando minha pressuposição em relação ao caráter memorialista de seus trabalhos.²

Inicialmente, eu imaginava que levaria a cabo uma pesquisa sobre a *narrativa* historiográfica *antipetista* do período dos governos do PT (2003-2016), e, no entanto, meu problema de pesquisa acabava por se colocar como *memória*. Esse enfoque do objeto como *memória* não excluía suas características *narrativas*, mas haveria pouco a desvendar se apenas me dedicasse a considerações teóricas sobre a sua urdidura *narrativa*.³ A nova abordagem abriu uma gama de novas fontes, que se somavam ao trabalho memorial de Marco Antonio Villa. Detectei, logo de início, que a *memória antipetista* se desdobrava em inúmeros livros de intelectuais, jornalistas e escritores que haviam se dedicado a *narrar* o cotidiano político dos governos do PT. Todos esses outros autores tinham inserção ampla em veículos da grande imprensa brasileira, e,

² O entendimento sobre o caráter memorialista da narrativa dos livros *antipetistas* de Marco Antonio Villa surgiu-me após tomar contato com o artigo *O historiador e o falsário*, produzido pelos historiadores Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi. Os detalhes teóricos sobre essas considerações estão registrados no corpo da pesquisa (BAUER; NICOLAZZI, 2016).

³ É antiga e extensa a reflexão sobre o aspecto da *narrativa* na escrita historiográfica. Nesse campo, destacam-se as reflexões precursoras do intelectual Robin Collingwood em seu livro *A ideia de história* (COLINWOOD, 1981), e os trabalhos subsequentes do filósofo Arthur Danto, *Analytical philosophy of history* e *Narration and knowledge* (DANTO, 2007). Entretanto, foram as reflexões do historiador Hayden White que marcaram definitivamente o debate (WHITE; 1995 e 2001). Outro trabalho marcante sobre a temática é do filósofo Paul Ricoeur e sua trilogia *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 1994). No Brasil, a recepção do debate teórico sobre a *narrativa* entre historiadores foi marcada por resistências e polêmicas. Recentemente, o historiador Jurandir Malerba organizou uma coletânea com textos importantes sobre o campo e que até então eram inéditos no Brasil (MALERBA, 2016).

muitas vezes, atuavam simultaneamente em mais de um. Em sua maioria, haviam também preparado livros reunindo suas próprias colunas, publicadas no decorrer do período, nas quais atacavam os governos petistas. Vários desses haviam publicado inclusive mais de um título com essas mesmas características. Essa grande gama de fontes transformou-se em um problema, pois seria impossível analisar todas no espaço de um estudo unificado. Optei então por fazer um recorte e me concentrar naqueles que formavam o que considere o *núcleo duro* do *antipetismo*. Assim, selecionei apenas os livros dos autores Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo, Marco Antonio Villa, Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho.

A seleção desses autores não se deu apenas por escolhas metodológicas pessoais. Acompanhei a recomendação de Rodrigo Patto Sá Motta em um texto que propunha uma relação de filiação do *antipetismo* ao fenômeno *anticomunista*.⁴ Este autor circunscreve o núcleo ideológico do *antipetismo* aos autores que mencionei anteriormente, à exceção do historiador Marco Antonio Villa, que tomei a liberdade de manter em meu recorte por considerá-lo um ator fundamental na composição de uma *memória antipetista*, e também por ser *historiador*, aproximando minha reflexão ao campo de interesses da área de *teoria da história e história da historiografia*, com a qual tinha mais familiaridade.

Minha experiência como pesquisador vinculado ao Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS) acabava por me aproximar de uma abordagem mais analítica e teórica das fontes, mas a inscrição de meu problema na temporalidade imediata obrigou-me a considerar as práticas do campo temático da *história do tempo presente*. Não foi uma adaptação sofrida, afinal meu problema relativo à investigação de uma *memória* que ajudou a legitimar a derrubada de uma presidente da República colocava-me muito próximo da opção tradicional da construção de problemas de pesquisa absolutamente referendados no *presente*. Fiei-me, nessa última

⁴ Em 2019 o historiador Rodrigo Patto Sá Motta publicou um estudo intitulado “Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil”, no qual propõe os autores que menciono como o epicentro da disseminação da apologia do *antipetismo*. Em suas palavras, na “comparação/analogia entre os discursos do anticomunismo histórico e o antipetismo [...] quatro publicistas [...] ocupam lugar central na mobilização de direita: Olavo de Carvalho, que também é filósofo autodidata, Reinaldo Azevedo, o único com formação em jornalismo, Diogo Mainardi e Rodrigo Constantino (formado em economia). Trata-se de grupo muito influente na formação da opinião de direita, atuando tanto na mídia tradicional como nas chamadas redes sociais. Todos publicaram coletâneas de seus textos divulgados originalmente na mídia, aliás, livros com alta vendagem” (MOTTA, 2019, p. 83).

consideração teórica, na advertência do historiador francês Jean Chesneaux sobre os problemas da história *do tempo presente* e os livros memorialísticos que jornalistas costumam escrever. Para Chesneaux:

A história imediata [do tempo presente] é, ao mesmo tempo, uma das formas mais atraentes de história-mercadoria. Jornalismo, dizem os [pesquisadores] universitários tradicionais. De fato, esses livros de história imediata [do tempo presente] sabem fazer *reviver* o passado mais próximo, com muito mais talento que muitos dos mais eruditos trabalhos. Mas, se estão próximos das massas através de sua linguagem, de sua familiaridade com a grande [mídia], eles lhe são, ao mesmo tempo, alheios no que diz respeito ao essencial. Eles não falam de reais preocupações das massas, procuram apenas distrair ou *informar*.

A função da história imediata [do tempo presente] deve ser, pelo contrário, ligar o presente em aberto, com todas as suas [virtudes], ao passado mais recente. Pois o essencial não se encontra em meios [tecnológicos utilizados], investigações e sondagens, montanhas de recortes de imprensa, brochuras avidamente colecionadas. O essencial é, uma vez mais, partir das exigências da prática social e da luta política.

[...] Devemos aceitar estar a serviço da reflexão [coletiva] para pensar historicamente o presente, pensando politicamente o passado. De maneira responsável, certamente, mas nunca em posição privilegiada em nome de nosso *saber* [individual]. Não é a nós [historiadores] que cabe escolher, [com *total liberdade*], nosso [lugar] no campo [historiográfico]. [Devemos aceitar as demandas coletivas]. Mas de [quais coletividades]? Em nossa sociedade de classes e de privilégios, a formulação [de um *dever social*] será [estimulada] mais frequentemente aos historiadores por grupos organizados ou por militantes políticos do que, diretamente, pelas próprias massas...[...]⁵ (CHESNEAUX, 1995, p. 186-187, grifos do autor).

O alerta do autor não se relaciona apenas com a necessidade de o historiador se disciplinar socialmente pelas vontades dos *vencidos* do presente. O que Jean Chesneaux está asseverando é que não basta justificar um tema – ou um *problema* – de pesquisa histórica a partir da comparação com os interesses de pesquisa escolhidos por outros historiadores do mesmo campo historiográfico. Para ele, é preciso ir além, e se perguntar se a relevância ultrapassa o mero interesse dos pares profissionais. Seria, em última instância, para este historiador, necessário que o *problema* fosse relevante também aos que estão dominados pelo poder estabelecido no *presente* das sociedades, sob risco de a pesquisa acabar por servir àqueles que ocupam o andar de cima nas sociedades contemporâneas.

⁵ Essa citação contém diversas correções e substituições em função da pouca clareza da tradução original do texto.

Dessa maneira, é seguindo a intuição de um *dever social* que me mobilizei, como historiador, a enfrentar a questão do fenômeno do *antipetismo*. Esse problema acabou por se justificar definitivamente quando os movimentos conservadores que empunhavam as pautas *antipetistas* forçaram um *golpe parlamentar* dissimulado no formato conveniente do instituto legal do *impeachment*.⁶ De minha parte, estou plenamente convencido de que toda pesquisa histórica é motivada pelo *presente* do seu autor e de seu parâmetro ético em relação aos *subjugados* de uma sociedade. As opções teóricas que faço nesta pesquisa são todas derivadas desse princípio original estabelecido como obrigatório pelo historiador Jean Chesneaux. Portanto, deixo registrado que foi a reação ao *golpe* que inquietou meu espírito e o guiou através das fontes que utilizo e dos problemas metodológicos que persigo.

Observando todas as características de meu objeto de pesquisa, sua fundação no tempo imediato, a natureza memorial das narrativas e a estrutura midiática das fontes utilizadas, foi forçoso filiar a investigação ao campo da *história do tempo presente*, ainda que não tenha me afastado totalmente dos interesses do campo da *teoria da história e da história da historiografia*. São conhecidas as tradicionais características que compõem a dinâmica do campo da história do tempo presente no Brasil. Devido à aproximação da historiografia brasileira com a historiografia francesa, a inserção do campo ocorreu tardiamente no país, ainda que sempre tenham existido historiadores brasileiros interessados pela temática. Na Europa, o *presente* interessou os historiadores mais fortemente já a partir dos acontecimentos da Revolução Russa (1917) e da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918). Especificamente na França, isso se intensificou um pouco mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Historicamente, as noções de objetividade herdadas das reflexões das ciências naturais e a necessidade de afirmação da disciplina História como disciplina científica ainda no século XIX afastaram os historiadores das reflexões sobre o presente. Isso pode ser constatado na prática quando se leva em conta a quantidade de estudos relacionados à investigação da Antiguidade Clássica e da Idade Média entre os historiadores modernos. Essa interdição foi sendo quebrada gradualmente, e um marco importante foi a fundação, em 1978, na França, do Instituto do Tempo Presente. A instituição acabou por legitimar as pesquisas relacionadas ao campo e, ao mesmo

⁶ Os detalhes acerca das considerações teóricas, jurídicas e políticas que caracterizam o impedimento de Dilma Rousseff como *golpe parlamentar* estão inseridas no decorrer da pesquisa.

tempo, popularizar a área de pesquisa. No Brasil as justificativas para o impedimento em relação à investigação historiográfica do *presente* parecem acompanhar as mesmas preocupações teóricas colocadas entre os historiadores europeus.⁷

A recepção do campo entre os historiadores brasileiros cresceu na esteira dos estudos sobre a Ditadura Militar (1964 – 1985), acompanhado pelo interesse pelas fontes orais e relatos memoriais sobre os crimes do regime de exceção. Desde os anos 1980 o interesse pelo *tempo presente* cresceu ao mesmo tempo em que se consolidou a democracia no país. Segundo a historiadora Marieta Moraes Ferreira, ocorreu uma onda renovada de interesses sobre o campo no Brasil a partir do ano de 2010, devido ao julgamento da legalidade da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal naquele ano e aos debates que se seguiram acerca da instalação da Comissão Nacional da Verdade (FERREIRA, 2012).

O campo da história do tempo presente sempre sofreu resistência dos historiadores de outras áreas. Entre os principais motivos, está a persistência da compreensão da ideia de *objetividade* ainda ligada aos antigos critérios e métodos das ciências naturais. A maioria dos historiadores advogam uma concepção de *empíria* ingênua, que é uma herança de debates filosóficos datados ainda do final do século XVIII e começo do século XIX, já há muito tempo abandonados pelos estudiosos da filosofia da ciência. Tal resistência se torna estranha quando consideramos que os fundadores do conhecimento histórico – Heródoto e Tucídides – produziram suas obras refletindo sobre os respectivos *tempos presentes* de suas épocas, no período da Antiguidade Clássica. O historiador Carlos Fico assinala que, em alguma medida, todos os campos historiográficos funcionam com as mesmas limitações empíricas, e que tais exigências são imputadas exclusivamente à historiografia do *tempo presente* (FICO, 2012).

Como pontuei no começo de minha reflexão sobre a natureza do problema posto em minha pesquisa, este trabalho fundou-se na perspectiva do *presente*. Essa conclusão se deve à ponderação em relação à pergunta: a quem interessa esta pesquisa? A resposta certamente não está em favor daqueles interessados em manter seus

⁷ Esse paralelo foi detectado nas pesquisas sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães (GUIMARÃES, 1997). Mais recentemente, a historiadora Isadora Maleval publicou um estudo específico sobre a questão (MALEVAL, 2019).

privilégios no *presente*. Minha pesquisa se coloca a serviço das resistências ao *autoritarismo* persistente da sociedade brasileira.⁸

Uma outra questão que se coloca sempre como desafiadora aos que optam por refletir sobre o *tempo presente* é o problema do recuo necessário ao historiador para meditar sobre determinado período. Esse limite é herdeiro da interdição da historiografia oitocentista em relação à investigação de seu próprio presente. É esse o ponto central das resistências mencionadas acima. Naquele século se estabeleceu um bloqueio à reflexão dos historiadores sobre o que era posterior aos acontecimentos da Revolução Francesa. Quando apareceram os primeiros sinais de retorno do interesse historiográfico pelo *presente* no século XX, houve uma abertura cronológica até aos marcos aceitáveis em relação aos interesses dos historiadores. Esse ponto inicialmente avançou ao início da Primeira Guerra Mundial e, em seguida, foi estendido até ao limiar final da Segunda Guerra Mundial. Com o avanço de renovados interesses pelo campo, já mencionados anteriormente, os marcos temporais foram sendo empurrados para datas cada vez mais próximas do tempo imediato.

No Brasil, segundo a historiadora Maria Helena Capelato, estabeleceu-se um consenso, logo no início da implantação dos primeiros cursos universitários de história, no qual a Revolução de 1930 figurava como o fronteira até onde o historiador poderia avançar (CAPELATO, 2014). O contato com novos marcos metodológicos franceses em relação à estruturação e legitimação do campo da *história do tempo presente* estimulou uma autorização tácita aos estudos que iam até o final do Regime Militar. A área de abrangência do *tempo presente* no país se tornou quase um sinônimo dos estudos estabelecidos a partir do recorte temporal entre o ano de 1964 e 1985, referentes à duração do período autoritário. Recentemente, foi acrescentado

⁸ A opção de declarar a finalidade política da pesquisa parece-me natural diante do atual avanço do Estado brasileiro, não apenas contra os setores mais vulneráveis da população, mas especificamente contra pesquisadores e professores – entre os quais estão, também, os historiadores. Aqui é obrigatória a lembrança sobre o destino do historiador Marc Bloch (1886 – 1944), que, após uma vida inteira de pesquisas sobre a Idade Média, pautadas a partir de um suposto desinteresse político imediato, voltou sua reflexão ao *tempo presente* já sob a ameaça do extermínio físico devido à perseguição política. Seus escritos no período da clandestinidade e prisão dão provas dessa inflexão em seus interesses historiográficos. Entre esses, são destaques *Apologia da história* e, especialmente, *Estranha derrota* (BLOCH; 2002 e 2011). Lamentavelmente para Bloch, de nada lhe serviu a história supostamente *desinteressada* pela política quando a ocupação nazista na França acabou com sua carreira. No Brasil atual a política também tem sido imposta aos historiadores e isso se reflete no próprio aumento do interesse desse grupo pelas questões emergentes do *tempo presente*.

à coletânea Brasil Republicano um último volume consolidando uma nova quadra histórica. Para ser fiel ao procedimento, transcrevo seu subtítulo: “O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985 – 2016)” (DELGADO; FERREIRA, 2018). Tomo essa iniciativa metodológica e editorial como uma sinalização da ocorrência de uma abertura de novas abordagens historiográficas sobre temas e problemas advindos do nosso *tempo presente*. Presumo que minha iniciativa de pesquisa vai ao encontro do novo entendimento cronológico dos colegas historiadores.

Feitas as observações relativas ao *tempo presente*, é imperioso refletir sobre o objeto teórico perseguido neste trabalho, a *memória*.⁹ Inicialmente esse fenômeno foi apreendido e recebeu uma primeira sistematização teórica pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Esse autor percebeu a distinção entre a *memória* individual e a sua contraparte, a *memória* coletiva. Para este sociólogo não eram possíveis *memórias individuais* que não tivessem uma sustentação *coletiva*. O autor ressalta a compreensão de que não é possível o ato de *lembrar* sozinho, pois a lembrança solitária está sempre fadada ao *esquecimento* (HALBWACHS, 1990). Essa compreensão foi importante para compreender o fenômeno do *antipetismo*, que, antes de ser um emaranhado de ideias e crenças políticas – típico das ideologias –, é uma *memória coletiva*. É essencialmente a partir do trabalho de Halbwachs que enquadro

⁹ A reflexão historiográfica sobre o fenômeno da *memória* é extensa. Um primeiro olhar foi dedicado ao tema pelo sociólogo Maurice Halbwachs na obra *A memória coletiva*, publicada postumamente na França, no ano de 1955 (HALBWACHS, 1990). No entanto, foi apenas a partir da publicação da coletânea *Les Lieux de mémoire*, organizada pelo historiador Pierre Nora nos anos 1980, que o fenômeno se tornou um interesse constante dos historiadores (NORA, 1993). Na mesma década, duas obras se destacaram: *Os assassinos da memória* (1987) do historiador Pierre Vidal-Naquet (VIDAL-NAQUET, 1988) e *História e memória* (1988) do historiador Jacques Le Goff (LE GOFF, 1990). Na década de 1990, o livro *Los abusos da memória* do filósofo Tzvetan Todorov (TODOROV, 2008) marca uma virada crítica em relação aos debates iniciais da década anterior. No mesmo período, as reflexões do crítico literário Andreas Huyssen atualizam as compreensões sobre o conceito de *memória coletiva* (HUYSEN; 2000 e 2014). Na virada do século XX para o XXI, destacam-se dois importantes livros que agregam com mais força à problemática do *esquecimento*: *A memória, a história, o esquecimento* do filósofo Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007) e *Lete* do crítico literário Harald Weinrich (WEINRICH, 2001). No ano de 2002, o pesquisador Joël Candau sistematiza uma abordagem antropológica da *memória* em seu livro *Memória e identidade* (CANDAU, 2011). A historiadora Régine Robin publica *A memória saturada* (2003), que consiste em um esforço de síntese importante (RUBIN, 2016). Outra pesquisa importante aparece no livro *Espaços de recordação*, da crítica literária Aleida Assmann (ASSMANN, 2011). Ideias importantes são inauguradas pela crítica literária argentina Beatriz Sarlo. Em sua reflexão, a autora sofisticou a teoria sobre a *subjetividade* do fenômeno da memória (SARLO, 2007). No Brasil, uma das primeiras abordagens historiográficas sobre a relação entre *história* e *memória* é o artigo *A história, cativa da memória?*, de autoria do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (MENESES, 1992). Também merecem considerações as reflexões teóricas sobre o fenômeno nas pesquisas do crítico literário Márcio Selligmann-Silva (SELLIGMANN-SILVA; 2003 e 2006).

o fenômeno do *antipetismo* como um desdobramento de um acúmulo de lembranças negativas impressas numa camada da *memória coletiva*. Como tento demonstrar, foi essa dimensão coletiva da *memória antipetista* que conseguiria dar adesão popular ao *golpe parlamentar* perpetrado contra o mandato de Dilma Rousseff.

O caminho para a fixação ou *impressão* – termo utilizado pelos semiólogos – de *memórias* foi investigado longamente pela historiadora Frances Yates. Essa pesquisadora resgata a historicidade da antiga e esquecida arte da memória (*Ars memorativa*). Essa técnica, desenvolvida na Antiguidade Clássica por poetas e filósofos, ensinava a memorização mecânica de conteúdos na mente humana. Com o colapso daquela civilização, ela foi esquecida e depois reorientada já na modernidade em um método de treinamento e memorização. Segundo a historiadora, o aparecimento da tecnologia da imprensa e a possibilidade de ampliação do registro do conhecimento em livros e bibliotecas acabou por fazer a habilidade memorativa se tornar uma atividade inexpressiva e restrita a poucos círculos de interessados (YATES, 2007). Importa para nós que tal capacidade de treinamento mental pode ser aplicado no nível da *memória individual*, como também na *impressão* de *memórias* coletivas. É o que o filósofo Paolo Rossi explica:

No mundo contemporâneo, mesmo depois do apagamento ou da remoção das artes da memória, existem ainda pessoas que estão interessadas em fixar noções e, sobretudo, imagens na memória (jamais tão inflacionada como hoje) de seus ouvintes. Recorrem à semiótica, à epistemologia, às formas simbólicas, à psicologia comportamental, à psicologia do profundo, à antropologia cultural, mas, como muitos psicólogos e psiquiatras, nada conhecem da milenar tradição da *ars memorativa*. Com o escopo de induzir comportamentos condicionados por determinadas noções e imagens, elaboraram técnicas muito sofisticadas baseadas na noção de dupla codificação ou traços e baseadas na codificação da integração. As últimas [...] devem ser procuradas hoje não entre os cada vez mais raros *malabaristas* da memória, mas entre os teóricos e agentes da publicidade (ROSSI, 2010, p. 99, grifo do autor).

A constatação do filósofo, estudioso da história da ciência, ilumina minha hipótese em relação à aderência popular de uma *memória coletiva* marcada pelo pessimismo, e mesmo, ódio aos símbolos e significados relacionados ao PT. Como tento apresentar nessa pesquisa, entre os anos de 2003 e 2016, a grande mídia brasileira impôs um ritmo crescente de cobertura negativa, escandalosa e sensacionalista sobre a política brasileira, sintetizada sobretudo na ação política do PT. Não que a *impressão* dessa

memória coletiva tenha sido executada ordenadamente e de maneira metódica e precisa pelas empresas de mídia. Absorvo o aviso de Rossi, que indica que nem todo interessado em fixar determinado valor ou ideia em seu público necessariamente se utilize de um método consciente para o intento. Como procuro evidenciar, a grande mídia brasileira noticiou e narrou o cotidiano político do país sob governos petistas durante anos a fio como um momento de decadência política e perversão moral no exercício das atividades públicas.¹⁰

Esse comportamento obsessivo com um velado objetivo de estabelecer uma *memória coletiva* perniciosa em relação a um grupo político ou um conjunto ideológico já havia sido intuitivamente antecipado pelo pesquisador da propaganda *anticomunista* da imprensa brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta. Para este historiador, a propaganda *anticomunista* que se seguiu à quartelada *comunista* no ano de 1935 conseguiu cimentar uma *memória anticomunista* que seria muito útil naquele momento, e pôde ser posteriormente resgatada na véspera do golpe de 1964. Nas palavras do autor:

As representações do comunismo como inimigo da nação e a identificação das forças do mal enraizaram-se na sociedade, a ponto de poderem ser recuperadas posteriormente, quando novas conjunturas críticas apareceram no horizonte político (MOTTA, 2002, p. 230).

É a partir dessa percepção e exemplo de reaproveitamento da *memória anticomunista* em favor do resgate do *autoritarismo* brasileiro em momentos de crise, orquestrado pelos tradicionais conglomerados de mídia nacionais, que pude perceber a continuidade do processo no fenômeno da propaganda *antipetista* já no século XXI. A intuição de Rodrigo Motta sobre essa possibilidade corroborou a minha interpretação sobre a maneira como a grande mídia conseguiu operar dimensões sensíveis na camada da *memória coletiva*. Essa sugestão moveu-me a fortalecer a convicção de que era necessário seguir o instinto de selecionar as obras e os autores estudados em função de sua militância ideológica e inserção midiática.

A outra dimensão da inserção da *memória* como objeto desta pesquisa é em relação ao debate que tenta estabelecer ou desfazer a ligação entre *memória* e *história*. Para

¹⁰ Os dados e pesquisas utilizados para referenciar essa afirmação estão reunidos no corpo do texto, especialmente no primeiro capítulo.

contextualizar essa polêmica é preciso elencar algumas observações sobre como se deu o encadeamento da questão entre os intelectuais que tentaram decifrá-la. O primeiro intelectual a estabelecer com mais força uma separação entre os dois fenômenos – *memória* e *história* – é o historiador Pierre Nora nos anos 1970¹¹. Para o autor, o esvaziamento dos nacionalismos que levaram às grandes guerras do século XX acabou por fazer com que a historiografia se tornasse consciente dos atravessamentos memoriais no trabalho historiográfico. Segundo Nora, era a inconsciência do historiador quanto à dimensão memorial contida nas histórias dos Estados nacionais que tornava o fenômeno invisível. Com a decadência das tradições nacionalistas, a memória entrou em evidência, corporificada em comemorações e monumentos. Para esse historiador, a partir do momento em que se reconhece uma *tradição* como uma manifestação memorial, aparta-se a memória da história, pois se inicia, a partir daí, uma reflexão não ingênua quanto àquela *tradição* sob a ótica historiográfica (NORA, 1993).

Na década de 1980, na esteira do avanço dos interesses historiográficos sobre o *tempo presente* e a tomada de consciência por parte dos pesquisadores acerca da dinâmica específica do fenômeno da memória, o historiador Jacques Le Goff publicou um livro no qual tentou pacificar as questões teóricas que rondavam o debate. Para o medievalista, a *memória* é um conhecimento bruto, emoldurado nas *tradições*. A história, por outro lado, se coloca como um trabalho metódico de libertação dos preconceitos e mistificações típicas das *memórias coletivas*. O autor sugere que a história existe para anular as deficiências e distorções sociais que ajudam a pautar determinadas *tradições* (LE GOFF, 1990). Em outro trabalho dos anos 1980, o historiador Michel Pollak, preocupado com o fenômeno da *identidade*, considera que não é possível entender uma hierarquização entre história e memória, como propôs Le Goff. Para Pollak, a *memória coletiva* está imbrincada na concepção histórica hegemônica entre historiadores, e haverá sempre, em todas as épocas, emergências e refluxos de *memórias coletivas* variadas. Em essência, para ele, as fronteiras entre uma coisa e outra não são tão claras e sólidas (POLLAK, 1989).

¹¹ Essa separação já aparece lateralmente no estabelecimento dos parâmetros do conceito de *memória coletiva* por Maurice Halbwachs. No entanto, para os historiadores, a percepção de que eram dois fenômenos separados só se consolidou a partir das ideias de Nora. A recepção tardia ao trabalho de Halbwachs pelos historiadores pode ter contribuído para a demora.

Essas duas visões sobre o fenômeno da *memória* se perpetuam em debates historiográficos até os dias atuais. Alguns autores se aproximam mais de um modelo de entendimento do que de outro, mas no geral o que se percebe é um peso maior em favor da visão ponderada de Pollak, que considera a relação entre as duas coisas de maneira circular ou pendular. Conta para essa pesquisa a forma como decidi enquadrar o fenômeno da *memória antipetista* entre os dois polos teóricos. De minha parte, segui a reflexão cautelosa, porém realista, de Pierre Vidal-Naquet. O autor define a relação entre os dois fenômenos da seguinte maneira: “a memória não é a História, não porque a segunda suceda a primeira por algum automatismo, mas porque o modo de seleção da História funciona de maneira diferente do modo de seleção da memória e do esquecimento” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 10). Nessa afirmação, Naquet não está aceitando a tese, ao estilo de Pollak, de que há um permanente amálgama entre memória e história, que, desse modo, estaria além da possibilidade de análise do conhecimento histórico. Ao contrário, Naquet está considerando que há sempre uma possibilidade de a lente historiográfica detectar e separar os dois fenômenos. Pode ocorrer ao historiador confundir uma coisa e outra, mas esse não é o estado natural da boa pesquisa histórica. Emblemáticos, a título de exemplo, são os livros *antipetistas* de Marco Antonio Villa.¹²

A forma como compreendo o fenômeno da *memória* acompanha o entendimento do antropólogo Joël Candau. Para este pesquisador, importa considerar a memória uma derivação inabalável da *identidade* humana. O antropólogo não nega os historiadores, mas agrega uma reflexão a partir da antropologia que enquadra a *memória* como um mecanismo que define os comportamentos, a cultura e os costumes mais primordiais do gênero humano. Assim, a grande importância da compreensão da *memória*, para Candau, é entender a qual *identidade* ela está vinculada. Segundo o antropólogo, a ciência da cultura acumularia evidências muito sólidas de inúmeros estudos de caso, que apontariam para essa assertiva (CANDAU, 2011). Dessa maneira, entendo que, por ser mais *memória* que ideologia, o *antipetismo* tem uma capacidade *identitária* poderosa que, em função do estímulo memorial e midiático no nível coletivo,

¹² No decorrer da pesquisa procurei evidenciar passo a passo a postura confusa adotada por esse historiador. Os livros do autor sugerem fortes indícios de uma confusão inconsciente entre os aspectos *memória* e *história* na prática de pesquisa.

desencadeou uma série de ações políticas de grupos com características políticas bem específicas, e que foram às ruas, aparentemente produzindo catarses e histerias coletivas, como as ocorridas nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff entre os anos 2014 e 2016¹³.

A inserção do fenômeno da *identidade* no debate suscita algumas outras considerações. Se é verdade que há sempre uma *identidade* em conexão sincrônica com uma *memória*, como proposto por Candau, então acaba por ser inevitável falar numa *identidade* que também é *antipetista* tal qual a sua *memória coletiva* correlata. Como procuro detalhar na pesquisa, a consequência natural da emergência da *memória antipetista* foi também o aparecimento dessa identidade. A existência de um aspecto identitário que, em virtude dessa natureza de identificação grupal, depende do antagonismo com uma *identidade* de um *outro*, demonstrou que a memória coletiva *antipetista* não se manifestava como um fenômeno estável, sem contradições e disputas.¹⁴

Essas especificidades detectadas na dinâmica entre memória e identidade *antipetistas* termina por confirmar o que o crítico literário Andreas Huyssen afirma sobre o fenômeno da *memória coletiva* no mundo contemporâneo globalizado emergido do fim da Guerra Fria (1947 – 1991). Para este pensador, a onda memorial característica da atualidade pelo menos desde os anos 1980 é uma reação coletiva ao *medo* do esquecimento. Segundo Huyssen, a expansão e capilarização inédita das tecnologias de comunicação saturou a *memória coletiva* produzindo uma sensação coletiva de *esquecimento*. Essa sobrecarga midiática trouxe uma desordem *identitária* proveniente da desagregação e pulverização da *memória coletiva*, à qual Huyssen

¹³ O psicanalista Sigmund Freud entende a *memória* como mecanismo psíquico capaz de mobilizar ações políticas no nível individual e também em grupos humanos. Em seu estudo “Moisés e o monoteísmo”, de 1939, o autor destaca a possibilidade do fenômeno *coletivo* da memória, antecipando inclusive o sociólogo Maurice Halbwachs (FREUD, 2016). Para Freud, o fenômeno da *memória* – individual ou coletiva – acontece no nível biológico da mente humana. Essa constatação psicanalítica é uma premissa para a compreensão da *memória coletiva* numa perspectiva antropológica como apresentada por Joël Candau. Outro intelectual que entende que a *memória* deve ser compreendida nos termos da psicanálise é o filósofo Jacques Derrida (DERRIDA, 2001).

¹⁴ As características específicas de uma identidade *antipetista* estão detalhadas no segundo e terceiro capítulo desta pesquisa. Como ficará demonstrado ao leitor, a *identidade* antipetista funciona em termos *antitéticos*. O antipetismo consolidou-se a partir de um processo de condenação semântica ao *petismo*. Utilizo as ideias do historiador Reinhart Koselleck para sustentar essa interpretação do fenômeno (KOSELLECK, 2006).

atribui a raiz do agravamento dos conflitos políticos polarizados, comuns à contemporaneidade (HUYSSSEN, 2000).

Há dois aspectos importantes que devem ser ressaltados na interpretação de Huysen sobre a dinâmica contemporânea do fenômeno da *memória coletiva*. O primeiro é a sofisticação da compreensão do fenômeno como determinado por Maurice Halbwachs. A *memória coletiva* passa a ser vista, a partir disso, não mais como um processo unitário, mas como um elemento em disputa que, por vezes, ocorre de maneira radicalizada. O segundo aspecto importante a ser constatado é o encontro entre a interpretação de Huysen e Candau. O antropólogo também considera determinante para pensar a *memória coletiva* na atualidade a saturação memorial. Para ele, o excesso de memória (*mnemotropismo*) é uma característica definidora das sociedades contemporâneas que, além de desorganizar o campo da *memória coletiva*, acaba por colocar em crise as *identidades* coletivas (CANDAU, 2011).

É a partir desse contexto de hipertrofia memorial que busquei compreender a dinâmica social e política do *antipetismo*. Em termos coletivos, o *antipetismo* se revelou um exemplo de *memória e identidade* que encarna os efeitos de desagregação e conflitos antecipados por Huysen e Candau. A postura política radicalizada e por vezes violenta dos *antipetistas* ilustra essa realidade de quebra de consenso no nível da memória coletiva e a consequente disputa política levada a cabo por motivações cada vez mais identitárias.

Uma reflexão que agregou novas possibilidades para a abordagem do fenômeno da memória foi também o trabalho da crítica literária Beatriz Sarlo. Essa autora apresenta a *subjetivação* da memória como a principal consequência do contexto de excesso de memória caracterizado e explicado pelos autores supracitados. A subjetivação enquanto processo individualizante do passado teria sido, para Sarlo, o resultado mais bem-acabado das desagregações das *memórias e identidades* coletivas (SARLO, 2007).

Defino resumidamente o *antipetismo* como um acúmulo de lembranças negativas no tempo imediato, ou seja, como uma *memória* que interpreta pessimamente o passado político, e, por sua vez, preenche negativamente o espaço de experiência

coletivo e condiciona um horizonte de expectativa *autoritário* que deseja a neutralização ou extermínio de um *outro*. Esse, por sua vez, é uma projeção antitética disparada do lugar ocupado pela identidade *antipetista*. Nessa pesquisa, busco alcançar o nível narrativo dessa *consciência histórica* que está evidenciado na mobilização de uma obsessão *autoritária* sempre presente na expressão política das multidões verde e amarelas que dominaram as ruas brasileiras desde 2014. Para tanto, me pautei no entendimento do historiador Jörn Rüsen sobre o papel mobilizador da *narrativa*, que, ao induzir a *memória*, tem a capacidade de configurar a *consciência histórica*. Segundo Rüsen:

A memória é propriamente induzida pela narrativa (histórica). A narrativa, constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro. As mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro. Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente à experiência do passado: a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano. Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é concebida como uma *representação de continuidade* e serve à orientação da vida humana prática atual (RÜSEN, 2001, p. 64, grifo do autor).

Rüsen nos apresenta o esquema que permite a mobilização do *passado*, a partir do *presente* que almeja, para produzir o *futuro*. Diante disso, julguei que a síntese *narrativa*¹⁵, operada pelos ideólogos do *antipetismo* sobre o *presente*, acaba por rememorar uma ideia de *passado* profundo, que reúne características amplamente

¹⁵ O conceito de *narrativa* possui uma clássica interpretação do historiador Hayden White. Para este autor, o aspecto narrativo dos textos históricos é o local privilegiado para a compreensão historiográfica. Em sua visão, a análise dos *tropos* narrativos dos textos historiográficos permitiria o acesso às categorias meta-históricas presentes no discurso dos historiadores e, conseqüentemente, um entendimento no nível mais profundo da interpretação das estruturas da consciência histórica (WHITE, 2001). Por outro lado, o filósofo David Carr sustenta que a *narrativa* deve ser entendida numa perspectiva fenomenológica, o que implicaria considerar que os aspectos *narrativos* no trabalho dos historiadores são apenas uma extensão de um padrão observado na coletividade humana em geral, o que estaria comprovado na perene tradição de construção de mitos e ideologias nas sociedades. Dessa maneira, para Carr, “o conhecimento histórico e a escrita histórica podem ser vistos como extensões de outros meios de existência histórica [e] a narrativa é um modo de ser antes de ser um modo de conhecer” (CARR, 2016, p. 252). Foi imperioso, nessa pesquisa, optar pela compreensão mais ampla do fenômeno narrativo tal qual estipulado por David Carr, pois, como ficou claro, a narrativa *antipetista* é menos historiográfica e mais memorialística, com uma capacidade de alcance e penetração social incomum ao trabalho dos historiadores.

negativas sobre a sociedade brasileira e sua cultura. Em resumo, para os antipetistas, desde nossa origem colonial existiria um *vício* ancestral responsável pela irremediável corrupção do *presente*. O *futuro*, portanto, precisaria ser concebido em função do enfrentamento a essa *corrupção original* ocorrida na experiência histórica mais distante ainda no tempo do território da colônia portuguesa. Minha tese é a de que essa concepção velada sobre a natureza *corrupta* da sociedade brasileira, onipresente na *narrativa antipetista*, produz e sustenta uma ansiedade *autoritária*. Tendo em vista a capacidade de *impressão* ideológica na memória coletiva, operada pela grande imprensa através da propaganda e do jornalismo – além da ampla concessão de espaços midiáticos aos *antipetistas radicais* –, proponho que se agravou a abertura de um horizonte de expectativa *autoritário* em relação ao *futuro*, principalmente a partir dos eventos ocorridos no mês de junho de 2013. Em virtude desse fenômeno, aponte a existência de uma persistente *consciência histórica autoritária* rondando a sociedade brasileira, que também ajuda a explicar nosso cíclico *autoritarismo* no período republicano.

Os autores *antipetistas* selecionados são, na minha visão – como já afirmado –, os porta-vozes fundamentais de uma *narrativa* que acaba por consolidar o *antipetismo* no nível da memória coletiva. Todos esses publicistas tornaram-se celebridades na imprensa e nas redes sociais devido a sua capacidade retórica, divulgação midiática de polêmicas e sua favorável recepção no mercado editorial. Em virtude dessas características e circunstâncias, os idealizadores *antipetistas* publicaram diversos livros com o objetivo de narrar negativamente a memória dos governos do PT (2003 – 2016). Nesse ínterim, seus livros foram divulgados, paralelamente às suas polêmicas e a uma estridência crescente da virulência argumentativa adotada pelos autores na esfera pública. Foi a partir desses livros que montei minha seleção de fontes. Em todos os casos, o conteúdo desses artefatos consiste numa seleção de textos e comentários políticos que os autores ofereciam a seus consumidores de opinião política.¹⁶ Nesse sentido, ainda que minhas fontes estejam em formato de livro, seu conteúdo havia amplamente sido produzido e divulgado anteriormente em veículos de comunicação da grande imprensa. O valor dessas fontes é que seus

¹⁶ O único dos polemistas *antipetistas* estudados que tem livros que fogem a esse padrão é Marco Antonio Villa. Ainda que exista essa diferença na forma, o conteúdo da narrativa do historiador se assemelha às obras dos outros autores na sua intenção memorialística.

autores se preocuparam em fazer uma edição e seleção dos textos os quais eles gostariam de ver como marcantes na rememoração sobre o período. Nas versões originais, espalhadas em colunas de jornais, semanários, portais de internet, *blogs* e até transcrições de comentários em programas de rádio ou TV, incidia o problema do rápido esquecimento, característicos do noticiário. Os autores, por iniciativa própria, reuniram essas narrativas em publicações com um intuito de ampliar a perenidade e a recepção de seu alcance coletivo.

Há um paradoxo na estratégia de divulgação adotada pelos autores antipetistas. Se, por um lado, suas ideias crescem e são divulgadas num esquema cotidiano de repetição e reverberação da abordagem midiática negativa em relação ao PT, por outro, esses autores escolhem sistematizar seus textos em livros que pretendem dar forma a uma *memória* política. O conteúdo registrado no formato *livresco*, em oposição ao registrado no *colunismo* político diário, tem uma capacidade de permanência mais duradoura na memória de seu público leitor. Em alguma medida, o método de divulgação adotado pelos fomentadores do *antipetismo* revela uma tentativa de sobrecarregar a *consciência história* com as características encenadas no *presente*.¹⁷

Dadas as características dos trabalhos dos autores pesquisados, entendo que as fontes primárias utilizadas devem ser enquadradas como documentos que possuem uma natureza jornalística, ainda que sintetizadas em formato de livro. A utilização desse tipo de documento esteve interdita até aproximadamente os anos 1970, em virtude das mesmas preocupações que rondavam o trabalho de pesquisa sobre o período do *tempo presente*. No entanto, desde então, os historiadores agregaram fontes jornalísticas ao grupo de documentos aceitáveis para a construção da investigação histórica. De acordo com a historiadora Maria Helena Capelato, os historiadores têm adotado a imprensa não apenas como fonte, mas também como objeto de pesquisa (CAPELATO, 2014). Meu estudo, em alguma medida, pode ser considerado as duas coisas.

¹⁷ Para além da constatação de que esse processo se revela como uma consequência da natureza do *mnemotropismo* característico do momento contemporâneo, também é possível observar tal ocorrência como um indício do que os historiadores Mateus Pereira e Valdeci Araujo nomearam de *atualismo*. Para os autores, a profusão da *atualização* (*update*) no cotidiano – imposta pelo ritmo frenético das redes sociais – indica uma forma de articulação do passado e do futuro a partir de um *presente* atualista. O *atualismo*, segundo Araujo e Pereira, é essencialmente a forma mais característica da percepção do funcionamento do *tempo* nos dias correntes (ARAUJO; PEREIRA, 2016).

Além do uso de fontes impressas, utilizei alguns textos presentes em portais, vídeos no *Youtube* e, raramente, postagens dos autores em redes sociais. Todas essas fontes estão devidamente referenciadas. O historiador Dilton Maynard aponta que documentos de natureza digital trazem novos desafios relativos à preservação e ao acesso, mas sua utilização deve ser lícita ao historiador, que, ao fim e ao cabo, já faz uso dessas ferramentas digitais para diversas atividades relacionadas ao seu ofício. O autor ainda lembra que a mudança tecnológica e midiática tem sido um traço marcante na atividade historiográfica, e que, nesse sentido, a inserção de fontes de natureza virtual aparecem como apenas mais uma dessas possibilidades (MAYNARD, 2016).

Entre as fontes escritas que analiso estão as que considero centrais para a composição de uma *memória antipetista*. São os livros: “A tapas e pontapés” e “Lula é minha anta”, respectivamente dos anos 2004 e 2007, publicados pelo jornalista Diogo Mainardi; “Estrela cadente” e “Contra a maré vermelha”, do economista Rodrigo Constantino, dos anos 2005 e 2015; a série “O país dos petralhas”, em dois volumes, publicada nos anos de 2008 e 2012, e o livro “Objecções de rottweiler amoroso” de 2014, todos de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo; a trilogia do historiador Marco Antonio Villa: “Mensalão”, “Década perdida” e “Um país partido”, publicados em sequência nos anos de 2012, 2013 e 2014; e, por fim, o campeão de vendas, “Tudo que você precisa saber para não ser um idiota”, do escritor Olavo de Carvalho.¹⁸

Em relação ao recorte dos autores e fontes que selecionei, meu estudo estará restrito às obras dos comentaristas políticos considerados mais ideológicos e de maior alcance na grande mídia, sendo essa uma opção que já procurei destacar na minha adesão ao recorte de autores *antipetistas* proposto pelo historiador Rodrigo Motta. Entretanto, uma série maior de livros mais marginais de outros comentaristas de menor impacto foi lançada em grande quantidade concomitantemente às obras que analiso. Essa amplitude de publicações evidencia a aposta editorial na temática *antipetista* nesse período (2003 – 2016) e corrobora minha hipótese acerca do

¹⁸ Entre a bibliografia desses autores, há outros livros publicados que não tratam exatamente da narração da *memória* do período de 2003 – 2016, e tampouco são dedicadas ao PT. Optei por centralizar o recorte nas obras sobre as quais incide o fator *antipetismo*.

engajamento na divulgação de autores e ideias *antipetistas* pela grande mídia. São os livros: “Por dentro do governo Lula”, da cientista política Lucia Hipollito (HIPOLLITO, 2005); “A esperança estilhaçada”, do jornalista Augusto Nunes (NUNES, 2005); “Memorial do escândalo”, dos jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo de La Peña (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2005); “Navegando na neblina” (GABEIRA, 2006) e “Democracia Tropical” (GABEIRA, 2017), do jornalista Fernando Gabeira; “Pornopolítica”, do cineasta Arnaldo Jabor (JABOR, 2006); “O lulismo no poder” (PEREIRA, 2009) e “Mensalão” (PEREIRA, 2013), do jornalista Merval Pereira; “O poder pelo avesso”, da jornalista Dora Kramer (KRAMER, 2010); “O que sei de Lula”, do jornalista José Nêumane Pinto (PINTO, 2011); “Não é a mamãe” (FIUZA, 2014) e “Que horas ela vai?” (FIUZA, 2016), do escritor Guilherme Fiuza; “O Brasil tem cura”, da jornalista Rachel Sheherazade (SHEHERAZADE, 2015); “Como matar a borboleta azul”, da economista Mônica de Bolle (BAUMGARTEN DE BOLE, 2016); o livro “Sérgio Moro”, da jornalista Joice Hasselmann (HASSELMANN, 2016); e, por fim, o livro “Celso Daniel”, do jornalista Silvio Navarro (NAVARRO, 2016). Se somarmos essas publicações aos livros que são explorados nesta pesquisa, perceberemos que o mercado editorial brasileiro apostou num crescente número de títulos antipetistas entre os anos de 2003 e 2016.¹⁹

Encaminhando-me para a conclusão dessa breve introdução, almejo registrar a observação da historiadora Sônia Meneses quanto ao uso de fontes jornalísticas gestadas no universo midiático. A autora enfatiza que a mídia acaba por conceber uma operação *midigráfica* através de seu modelo de narrativa permanente sobre o cotidiano. Para esta autora, esse processo *midigráfico* consiste no poder midiático de registrar a memória e, assim, conseguir manobrar os diversos sentidos temporais no nível da *consciência histórica*. Em suas observações, a historiadora percebe que o enquadramento de determinados acontecimentos, acaba fazendo com que estes sejam *monumentalizados* pelos meios de comunicação. De alguma maneira, é o que ocorre com os fatos definidos e explorados como negativos na trajetória histórica dos governos *petistas*. Sobre isso, Sônia Meneses registra que:

¹⁹ Inicialmente minha pesquisa tentou dar conta de todos esses livros, como foi relatado no início deste texto. Os livros foram lidos e devidamente fichados, mas não seria possível incluir uma análise honesta de todas essas fontes somadas à pesquisa. Resta constatar que houve uma iniciativa robusta do mercado editorial na publicação, divulgação e comercialização desses títulos. Tal monta de publicações indica o tamanho do *antipetismo* presente na esfera pública brasileira nesses anos.

O acontecimento pode tornar-se monumental uma vez que transpôs seu contexto temporal através dos seus rastros. A sua sobrevivência em registros representa escolhas sociais e culturais para fundar uma determinada memória coletiva. Isso demonstra uma preocupação em preservar e perpetuar a memória sobre um dado evento. É necessário chamarmos a atenção de que tal escolha nunca é neutra ou ingênua [...].

Uma vez preservado em rastros, tornado monumento da memória de uma determinada sociedade, tal acontecimento será apropriado de várias formas num processo de leitura que é contínuo. Seu conjunto monumental pode ser transformado em documento e fonte para a elaboração de explicações e argumentações que são compostas em outros contextos sociais e temporais.

Nesse esforço de compreensão e explicação entram em cena conjecturas, interrogações, problemas e conclusões que são muito diferentes do acontecimento em si. Assistimos à metamorfose do evento em acontecimento midiático em uma face memorável e/ou histórica, num processo de reatualização do passado pelo presente que lhe acrescenta elementos subjetivos e simbólicos de outras temporalidades (MENESES, 2014, p. 254 – 255).

O destaque da historiadora, que, em sua trajetória, está habituada a lidar com o desafio da pesquisa da historicidade dos meios de comunicação, ajuda-me a reafirmar as bases dessa pesquisa. Minhas fontes – como poderá ser verificado em todo o trabalho – se manifestam como publicações com a finalidade de *monumentalizar* um momento histórico político. Através desse procedimento, engendram-se uma série de ações de atores sociais e políticos vinculados aos interesses das poderosas elites econômicas do país e a produção da *memória antipetista* contará com muitas mãos e muito apoio financeiro durante esses anos. Minha pesquisa objetiva apresentar pistas desses caminhos no período recortado²⁰.

No primeiro capítulo, “O triunfo da memória antipetista”, ocupo-me em detalhar a incidência da *memória antipetista* no debate parlamentar que antecedeu a decisão golpista do parlamento brasileiro no ano de 2016 e apresento em que medida a abordagem midiática foi adversária do PT, desde a fundação do partido até os anos em que esteve no poder federal. Destaco também como os autores *antipetistas* se reivindicaram como vitoriosos em relação ao *golpe parlamentar*.

²⁰ O jornalista Edson Dalmonete tem um entendimento que corrobora a abordagem de Sônia Meneses na medida em que localiza o *presente* como lugar inescapável da atividade jornalística. Ao mesmo tempo, Dalmonete sinaliza a capacidade do jornalismo de operar as configurações temporais do presente, formatando e posicionando noções sobre o passado, e angariando poder para operar e influenciar a construção do futuro de seus consumidores (DALMONTE, 2010).

O segundo capítulo, “Da memória à identidade antipetista”, estrutura uma cronologia e um enredo possíveis para se pensar a construção da *memória antipetista*. Procurei então apresentar o esforço narrativo dos autores estudados no intento de reforçar o *antipetismo* da grande mídia e, ao mesmo tempo, atribuir sentidos simbólicos de condenação aos acontecimentos políticos envolvendo o PT. Essa estrutura cronológica de encadeamentos políticos é destacada como o elemento que será determinante para a consolidação de uma *identidade antipetista* que se mostrará decisiva para o triunfo de uma memória *antipetista*.

No capítulo final, intitulado “A consciência histórica autoritária”, parto da análise *antitética* da identidade *antipetista* e almejo evidenciar como uma *narrativa* constituída pelos valores *antipetistas* foi capaz de despertar e mobilizar outras camadas de *memórias* mais profundas, e, assim instrumentalizar, no nível da *consciência histórica*, os aspectos herdados de nosso passado de *autoritarismo*.

Mas junho teve outra vertente, que deixou rescaldos mais marcantes. A direita saiu do armário. Passou a adotar abertamente um discurso mais ousado e raivoso. Os velinhos do Clube Militar tiraram a poeira das fardas para defender uma reedição de 1964. Homofóbicos, racistas e elitistas passaram a falar sem pudores de suas convicções. Isso tudo se sintetizou num antipetismo feroz que correu o país. As ofensas a Dilma em estádios da Copa apenas repetiram o cântico ecoado nas ruas meses antes.

Guilherme Boulos (2014)

CAPÍTULO I

O TRIUNFO DA MEMÓRIA ANTIPETISTA

Houve uma turbulência contínua no cotidiano político, social e econômico brasileiro durante a década de 2010. Desde os acontecimentos ocorridos no mês de *junho* de 2013, o país assistiu a uma sequência de eventos que indicam rupturas e continuidades de aspectos formadores da configuração histórica da nação. O olhar do historiador diante desses acontecimentos é menos de diagnosticar e julgar os processos, e mais de inventariar e apontar o que está mudando. É especialmente sobre as mudanças e permanências na dinâmica dos níveis da *consciência histórica* brasileira que pretendo me debruçar nas páginas futuras.

Mas, antes de adentrar nas especificidades de uma *consciência histórica brasileira*, é necessário compreender o que é a *consciência histórica* de maneira *genérica*, tal qual proposta pelo historiador alemão Jörn Rüsen. Em seu livro “Razão histórica”, Rüsen se dedica a detalhar o que se deve considerar quando se busca vislumbrar o fenômeno da *consciência histórica*. Para este historiador, esta é a síntese da perspectiva humana diante das mudanças ocorridas no decorrer do tempo ou “o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza na vida humana” (RÜSEN, 2001, p. 58). É este elemento aparentemente difuso e de difícil percepção que tentarei evidenciar.

O primeiro desafio na busca pelos indícios das dinâmicas e efeitos ocorridos na *consciência histórica* brasileira contemporânea é encontrar onde eles podem estar registrados. É evidente que, a princípio, é possível encontrá-los no trabalho dos historiadores brasileiros. Essa é uma conclusão óbvia, mas também apressada. É sabido que a história produzida por historiadores é uma forma específica de registro entre muitas outras, e, provavelmente, entre as tantas, visto que é menos pública. Ou seja, o registro histórico padece de pouco alcance social. O próprio Rüsen salienta que

São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como *consciência histórica*. Elas são fenômenos comuns ao pensamento

histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos (RÜSEN, 2001, p. 54).

No Brasil especialmente, esse contraste entre narrativas comuns e narrativas historiográficas é bastante destacado. Podemos considerar que os trabalhos dos historiadores brasileiros têm pouco alcance e divulgação no público leitor e que isso decorre em função de suas especificidades. Nesse caso é fácil constatar que o rigor acadêmico necessário imposto a esses estudos compromete seu alcance e sua aderência social.²¹ Dito isso, considero que é preciso tentar ir além da historiografia formal para apreender os valores inerentes a uma *consciência histórica* e suas possíveis transformações. Assim, em minha visão, é necessário buscar por um aspecto mais amplo que apenas o historiográfico.

Para Rüsen, existe um elemento fundamental que está presente tanto nas pesquisas historiográficas quanto em outros registros diversos sobre a história e o cotidiano dos homens. Trata-se da *narrativa*. Em suas reflexões, considera que a *narrativa* seja o formato central e mais bem-acabado para a expressão de uma configuração da *consciência histórica*. Para ele,

Com essa expressão [narrativa] designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico (RÜSEN, 2001, p. 61).

²¹ A questão da distância entre trabalho dos historiadores e público leitor sempre intrigou pesquisadores de uma maneira geral. Entretanto, as transformações intensas ocorridas nas condições de produção científica e formação acadêmica dos historiadores profissionais nos últimos anos no Brasil motivaram a publicação de alguns estudos sobre a problemática. Caroline Bauer indicou uma gama de novos desafios que se colocaram ao historiador profissional, e que ainda carecem de respostas. Entre esses, a historiadora destaca a ampliação do campo da história pública e seus debates, o avanço da falsificação histórica travestida de liberdade pedagógica (a iniciativa *Escola sem Partido*) e a reivindicação da gestão do passado por grupos historicamente oprimidos (minorias sexuais, étnicas e religiosas) (BAUER, 2017). Eu acrescentaria a esses pontos levantados por Bauer a força angariada por teorias da conspiração e todo tipo de negacionismo nos anos mais recentes. O historiador Jurandir Malerba, por sua vez, considera que o modo de produção historiográfica para o qual os profissionais da área são treinados para atuar já não existe mais. Dois fatores principais sinalizariam essa mudança, para Malerba: o enfraquecimento do livro diante do surgimento de novas mídias e o aumento do público interessado em história, disposto a consumir conteúdo sem a mediação de historiadores profissionais (MALERBA, 2017). Por último, o historiador Rodrigo Perez Oliveira constata que o modo como ocorreu a consolidação da profissionalização do historiador brasileiro nas últimas três décadas do século XX foi pautado pela hiperespecialização das pesquisas e uma conseqüente interdição da síntese e do ensaísmo. Essa ausência de sínteses e ensaios historiográficos acabaria por favorecer o surgimento desses mesmos gêneros de explicação, levados a cabo por jornalistas, amadores e até falsários (OLIVEIRA, 2020). Certamente essas mudanças levantadas pelos três pesquisadores são fatores que também favoreceram indiretamente a ascensão de autores *antipetistas* como intelectuais públicos.

A consciência histórica é, portanto, a articulação temporal entre as dimensões de passado, presente e futuro que se corporificam em *narrativas* orientadoras. Destas, emerge o registro da *memória* como o modelo mais fundamental para a orientação. Rüsen conclui que

A narrativa histórica organiza essa relação estrutural das três dimensões temporais com representações de continuidade, nas quais insere o conteúdo experiencial da memória, a fim de poder interpretar as experiências do tempo presente e abrir perspectivas de futuro em função das quais se pode agir intencionalmente (RÜSEN, 2001, p. 65).

A busca pelo registro de uma *consciência histórica* que revele conexões concretas com o contexto histórico de determinada época e lugar, nesse caso com o contexto histórico do Brasil no tempo presente, pode e deve se orientar por registros *narrativos* da memória. O conteúdo experiencial de memória que destaca na definição de Rüsen é efetivamente o que está à mão do historiador do tempo presente para detectar que passado orientou o presente na direção de um determinado futuro. Para fazer isso é necessário investigar aspectos e registros que capturam e dão amostras de uma memória coletiva sobre o passado.

A consideração de Rüsen acerca do aspecto organizacional da *narrativa* sobre a *consciência histórica* encontra eco na interpretação fenomenológica elaborada pelo filósofo David Carr. Para este autor, deve-se pensar o domínio da *narrativa* como algo que extrapola o território da ficção e da história, e para além da própria linguagem escrita. Assim sendo, estruturas narrativas já estariam presentes muito antes de se materializarem em seus aspectos formais de enredo ou método. David Carr considera que as *narrativas* diversas que compõem a consciência de uma sociedade são essenciais para dar sentido ao encadeamento temporal de determinada coletividade. Nas palavras do filósofo:

Se os *eventos reais* que interessam aos historiadores são as ações e experiências de indivíduos e grupos de pessoas, mais do que meros eventos físicos, então eles têm uma estrutura distinta e, em particular, um tipo especial de temporalidade. [...] o tempo humano não é uma sucessão indiferenciada – uma coisa após a outra –, mas é estruturado em totalidades que unem passado, presente e futuro. Como humanos que têm experiências e, especialmente, como agentes, nós organizamos sequências temporais em configurações envolvendo começos, meios e fins. Esta não é apenas a maneira como falamos sobre nossos planos e projetos após o fato; é a

maneira como eles são vividos desde o início. E, porque estamos envolvidos com outras pessoas, essas estruturas temporais podem ser vistas como protonarrativas, estórias que contamos a nós mesmos e aos outros e que têm a função prática de organizar nossas experiências e ações. Nossas próprias vidas são organizadas desta forma; a unidade de uma vida pode ser vista como a unidade de uma história de vida, uma autobiografia implícita que cada um de nós está sempre em processo de composição (CARR, 2016, p. 251, grifo do autor).

Ao ponderar o entendimento de Carr, percebo que a *narrativa* antipetista se enquadra exatamente nestes parâmetros. Se por um lado ela não é uma reflexão metodológica sobre a historicidade política do período estudado, por outro, ela ocupa o lugar o qual David Carr aponta como o original na estrutura temporal da consciência humana. Os *antipetistas*, em sua tentativa de emoldurar em livros o cotidiano político que desejavam sintetizar, acabaram por ocupar a função organizadora do tempo, típica do fenômeno *narrativo*. Dessa forma, é adequado qualificar o *antipetismo*, senão como uma narrativa pronta e acabada, pelo menos como o que Carr nomeia de *protonarrativa*. Essa qualificação do *antipetismo* como uma narrativa sobre a qual se pode investigar com ferramentas historiográficas não é óbvia ao olhar historiador especialista na investigação do campo da história da historiografia, e, portanto, se faz necessária a menção do entendimento de David Carr que abre essa possibilidade. Essas considerações ficam ainda mais patentes quando comparadas à compreensão do próprio Jörn Rüsen, quando esse se volta especificamente para entender metodologicamente a *narrativa* e seu imbricamento com o fenômeno da *memória*. Para Rüsen,

Uma narrativa histórica está amarrada à mediação da memória. Ela mobiliza a experiência do tempo passado, que está gravada nos arquivos da memória, de modo que a experiência do tempo presente torna-se compreensível e a expectativa do tempo futuro, possível (RÜSEN, 2016, p. 48).

As relações entre *narrativa* e *memória*, como colocadas pelo historiador, me parecem inseparáveis. E é a partir das ideias desses dois autores – David Carr e Jörn Rüsen – sobre o lugar e as capacidades do fenômeno narrativo em associação com a dimensão da memória, que pretendo entender o fenômeno do *antipetismo*. Portanto, na minha leitura, o *antipetismo* é tanto uma narrativa, que assim se estabelece a partir de uma composição da *memória*, que, por sua vez, acaba por preencher o *espaço de experiência* que compõe a consciência histórica do presente. As publicações antipetistas são precisamente o lugar privilegiado em que se deve investigar que tipo

de experiência acumulada sobre o passado condicionou o presente e mirou o futuro. É no mergulho nas ideias dos autores antipetistas que intento encontrar uma manifestação da *consciência histórica*. O que busco é a raiz da expressão *autoritária* que se estabeleceu na atmosfera política do país na década de 2010. Para clarificar isso, é necessário recapitular narrativamente os acontecimentos localizados na história imediata da política brasileira.

Entre 2003 e 2013, o país viveu alguma prosperidade econômica sob comando do Partido dos Trabalhadores e seu líder histórico, Luiz Inácio Lula da Silva. Após anos de aparente estabilidade política – no mês de junho de 2013 –, estouraram grandes protestos nas ruas do país. Inicialmente convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL),²² as manifestações tinham como objetivo a revogação dos aumentos dos preços das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo. A brutalidade da repressão policial que se seguiu aos primeiros protestos na cidade gerou uma onda de indignação que se espalhou como um rastilho de pólvora pelas redes sociais. Nas semanas e meses que se seguiram, o país assistiu a uma erosão da aparente tranquilidade das ruas do país e a um acúmulo de levantes com grande adesão popular.²³ O período que seguiu até a eleição de 2014 foi de grande turbulência

²² O Movimento Passe Livre tem sua origem no começo da década de 2000. A organização foi fundada oficialmente na cidade de Porto Alegre, em 2005, mas reivindica a origem de sua história em protestos anteriores contra aumentos de tarifas e a luta pelo fim da cobrança aos usuários do transporte público nas cidades de Salvador e Florianópolis (MOVIMENTO PASSE LIVRE | São Paulo. Apresentação. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 28 jul. 2021).

²³ Os acontecimentos relacionados às manifestações originadas no mês de junho de 2013 têm sido alvo de uma intensa disputa entre intelectuais brasileiros. O historiador Rodrigo Perez Oliveira considera que o único consenso acerca do episódio é exatamente o seu estabelecimento como um marco temporal que inicia um período político definido por contínuas crises políticas e sociais no Brasil (OLIVEIRA, 2018), que em alguma medida se sucedem até os dias nos quais essa pesquisa é produzida, já sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito no ano de 2018. Uma realista abordagem sobre a disputa em torno dos eventos foi publicada pelo historiador Daniel Pinha. Na visão deste pesquisador, a controvérsia intelectual sobre o significado do evento reproduz a mesma partição que já estava presente nos momentos nos quais aconteciam os protestos. Essa polaridade interpretativa se estabelece, portanto, entre os que são otimistas com os caminhos iniciais da revolta e aqueles que, por outro lado, destacam o surgimento de um germe da ascensão autoritária que resultaria no golpe de 2016 (PINHA, 2018). Dessa forma, entre os trabalhos que Daniel Pinha observa como otimistas sobre a revolta de 2013, temos as análises do sociólogo Ruy Braga (BRAGA, 2013), do historiador Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 2016) e do historiador Felipe Demier (DEMIER, 2017). Acrescento a estes os estudos do filósofo Marcos Nobre (NOBRE, 2013) e da socióloga Maria da Glória Gohn (GOHN, 2014). Na avaliação de Daniel Pinha, a abordagem pessimista do evento se concentra no trabalho do sociólogo Jessé Souza (SOUZA, 2016). Pode ser agregado a uma perspectiva negativa do evento a análise do jornalista Eugênio Bucci (BUCCI, 2016). Entre outras abordagens, destacam-se a do filósofo Pablo Ortellado (ORTELLADO, 2013), do sociólogo André Singer (SINGER, 2013), o estudo do cientista político Rudá Ricci e do antropólogo e fotógrafo Patrick Arley (ARLEY; RICCI, 2014), além das coletâneas *Brasil em crise* (CEI et al, 2015) e *O que resta das Jornadas de Junho* (CEI et al, 2017).

política. A presidente Dilma Rousseff conseguiu se reeleger naquele ano após uma disputa muito polarizada contra o candidato opositor, o então senador, Aécio Neves. O mandato que se iniciou em 2015 foi marcado pelo rancor das forças não eleitas e pelo grande crescimento do sentimento *antipetista*. Já em 2016, a presidente Dilma Rousseff foi deposta em um processo de impedimento polêmico capitaneado pelo seu vice, Michel Temer. O processo se fechou com a eleição em 2018 de Jair Messias Bolsonaro, um obscuro ex-militar, nostálgico do último período autoritário brasileiro e também da luta levada à cabo contra o comunismo naquele período.

Enquanto escrevo este trabalho, as brasas derivadas dos eventos narrados ainda estão acesas e Bolsonaro governa o país de maneira caótica. O futuro do Brasil permanece em aberto, entretanto os acontecimentos elencados já marcaram e foram absorvidos pela consciência histórica, ao mesmo tempo que também a revelam. O evento clímax dessa sequência de acontecimentos foi o impedimento de Dilma Rousseff. Há naquele momento o desaguar de uma pressão *autoritária* e *conservadora* na sociedade brasileira, e são as dinâmicas em torno do debate violento sobre o afastamento da presidente que mais propriamente colocam luz em fatos e ações que expressam as agruras e rugas presentes na composição da memória coletiva do país.

Entre os intelectuais e pesquisadores brasileiros, houve um consenso quase imediato sobre o que se sucedia no ano de 2016 com o impedimento da presidente Dilma Rousseff tramado pelo então vice-presidente e uma facção parlamentar no Congresso Nacional. Se, por um lado, quase a totalidade desses intelectuais definiria o evento como um *golpe*²⁴, por outro, consolidou-se a ideia de que, se não estávamos diante

²⁴ Abundaram as publicações que diagnosticavam o golpismo, suas intenções e consequências. Entre os principais títulos, destaco as coletâneas de textos “Historiadores pela democracia”, das historiadoras Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz G. Mamigonian (BESSONE; MAMIGONIAN; MATTOS, 2016) e “2016, o ano do golpe”, organizada pelo historiador Adriano de Freixo e o cientista político Thiago Rodrigues (FREIXO; RODRIGUES, 2016), e também os livros: “A radiografia do golpe”, do sociólogo Jessé Souza (SOUZA, 2016); “Tchau, querida democracia”, do jurista Leonardo Isaac Yarochevsky (YAROCHEVSKY, 2016); “Depois do golpe”, do historiador Felipe Demier (DEMIER, 2017); “A democracia impedida”, do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 2017); “Crise e golpe”, do jurista Alysson Mascaro (MASCARO, 2018); “O pêndulo da democracia”, do cientista político Leonardo Avritzer (AVRITZER, 2019); a coletânea “Foi golpe!”, organizada pela educadora Ana Carolina Galvão, a linguista Junia Cláudia Zaidan e o estudioso de literatura Wilberth Salgueiro (GALVÃO; SALGUEIRO; ZAIDAN, 2019); e, finalmente, o livro “O colapso da democracia no Brasil”, do cientista político Luis Felipe Miguel (MIGUEL, 2019).

do fim da Nova República, certamente estaríamos diante do fechamento cronológico de mais uma etapa da história republicana brasileira. Uma das expressões desse sentimento de *fim de ciclo* é a atualização da tradicional coleção “O Brasil republicano”, organizada pelos historiadores Jorge Ferreira e Lucilia Almeida Neves Delgado, já mencionada na introdução deste estudo. O quinto e último volume dessa tradicional coletânea – que tem como objetivo sintetizar pequenos ensaios sobre os diferentes períodos históricos republicanos – propõe um novo bloco cronológico (1985-2016) referente ao que seria a *Quinta República*. Ao detalhar os critérios de seu recorte estabelecido no volume, as historiadoras Angélica Müller e Francine Iegelski destacam que se pode dizer

que se abriu um novo capítulo para pensarmos a história do Brasil República, uma vez que o golpe de 2016 aparece também como o desfecho de um processo, marcado por tensões políticas, que começou em 1985, com o processo de redemocratização do país depois dos duros anos da ditadura militar (IEGELSKI; MÜLLER, 2018, p. 22).

A importância dada ao episódio do *impedimento* entre historiadores e outros intelectuais que têm especialidades que se estendem das ciências sociais às ciências sociais aplicadas fortalece a hipótese de que há uma singularidade inequívoca relacionada ao evento e sua relação com a historicidade política brasileira.²⁵ Parece-me claro que a problemática vai além do interesse circundado pelo campo de estudos históricos do *tempo presente*, ainda que a questão esteja emblematicamente ligada também aos problemas estudados pelos interesses oriundos deste campo historiográfico. Essa ressalva se faz necessária pois o leitor encontrará nesta pesquisa reflexões que se pretendem úteis tanto ao historiador do tempo presente quanto aos interessados em filosofia e teoria da história. Além destes campos supracitados, a análise também quer ser útil aos professores de história que pretendem se situar e propor abordagens sobre as questões do tempo imediato para seus alunos.

Oficialmente, o processo de impedimento de um presidente da república brasileiro tende a se estender por meses para cumprir todos os ritos institucionais previstos pela legislação. Com a então presidente Dilma não foi diferente. Da aceitação do pedido

²⁵ Alguns estudos já começam a adotar formalmente esse recorte. Entre esses, destaco o artigo *A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia*, do historiador Pedro Ernesto Fagundes (FAGUNDES, 2019).

até a votação do afastamento definitivo pelo Senado Federal, transcorreram-se nove meses. Entretanto, ainda que o mandato seja cassado em definitivo na derradeira votação pelo Senado, o processo tradicionalmente se decide muito antes. No caso do mandato de Dilma Rousseff, o momento de virada política definitivo é a votação da admissibilidade da denúncia pela Câmara dos Deputados. Após este processo, pouco pôde ser feito para impedi-lo.

A sessão de votação da admissibilidade da denúncia pela Câmara no dia 17 de abril de 2016 foi marcada por uma votação polarizada e tensa. O então presidente da casa, Eduardo Cunha, se tornou o símbolo maior do enredo conspiratório devido ao fato de ele pessoalmente ter se tornado o operador político do processo de impedimento da presidente. A facção parlamentar liderada por Eduardo Cunha era ela mesma marcada por uma série de suspeitas de envolvimento em crimes e desvios financeiros. Esse fato emblemático não constrangeu a cobertura eufórica da maioria da imprensa brasileira. O deputado Pauderney Avelino – membro do partido Democratas –, ao discursar em favor da denúncia, registrou na abertura de sua fala que queria “agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 55). Esta era a expressão de agradecimento por um intercâmbio frutífero entre grupos políticos de direita e meios de comunicação que marca a política republicana brasileira pelo menos desde os anos 1930²⁶. Sobre isso, é necessário registrar algumas considerações. O Brasil convive com um sistema de comunicações oligárquico e monopolista que se consolidou ainda na época da transição da mídia escrita para as mídias radiofônicas e televisivas na primeira metade do século XX. Desde então, os grupos familiares e econômicos que detêm a propriedade hegemônica das empresas de comunicação são praticamente os mesmos, com raras exceções. A filósofa Marilena Chauí, que se dedica à análise da mídia brasileira, sintetiza como está estruturado nosso sistema de mídia:

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, [o] *coronelismo eletrônico*, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão concedidos a parlamentares e *lobbies* privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas de canais de rádio e televisão se tornam

²⁶ No livro “A elite do atraso”, o sociólogo Jessé Souza detalha o processo de aproximação entre a elite econômica brasileira e os grupos empresariais de mídia já na década de 1930 e nos posteriores momentos de autoritarismo político da história do país (SOUZA, 2019).

concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais: [...] a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou o igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente, e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação (CHAUÍ, 2019, p. 18, grifos da autora).

Como exemplificado pela filósofa, a estrutura oligárquica que dá forma ao sistema de comunicações brasileiro impõe permanentes contradições em relação a nosso modelo político republicano e democrático. Esse é um fator de fundo e que opera de maneira permanente na história republicana brasileira desde pelo menos a década de 1930. Não foi diferente no processo que levou ao afastamento da presidente Dilma Rousseff. No Congresso Nacional, o que se seguiu foi um embate muito claro entre forças políticas unificadas pelo sentimento *antipetista*, representadas nos grupos que queriam a deposição presidencial – e que contavam com ampla adesão dos grupos de mídia²⁷ –, antagonizados aos parlamentares que defendiam as políticas públicas atribuídas ao período de governo petista de 2003 até aquele momento.

Não era um antagonismo simples entre o governo e oposição, tratava-se antes de uma batalha política que era o núcleo de um enfrentamento muito mais profundo e divisivo na sociedade brasileira. Isso ficou claro pela tônica do debate parlamentar que se seguiu. Pouco se falou dos elementos da admissibilidade da denúncia e muitos foram os ataques ao PT e aos seus membros. Para justificar o voto da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, o deputado Arnaldo Faria de Sá falou efusivamente:

A nossa luta é política, sim! E tenho certeza de que, com essa luta — que começou lá atrás, no mensalão, com você, Roberto Jefferson, e chegou a este momento com você, Jovair Arantes, na relatoria do petróleo —, nós daremos a resposta que a população espera (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 61).

O anúncio da justificativa feita pelo deputado petebista era como um retrato do espírito daquele julgamento. Ficava marcado que o que se queria ali julgar não era apenas a

²⁷ A quantificação do poder midiático no Brasil é difícil de ser sistematizada. Ainda que assim seja, é inegável que esse poder é amplo e permanente na nossa historicidade política. Minha pesquisa se estrutura a partir dessa premissa.

admissibilidade de uma denúncia de crime de responsabilidade perpetrado pela presidente da república, mas colocar uma reprovação sobre todos os anos de gestão do PT. O deputado Miro Teixeira, filiado ao partido Rede, reforçou esse aspecto em seu voto dizendo que o papel daquela votação era “julgar o mensalão, inclusive, e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. Quanto maior forem as provocações, mais voltaremos no tempo” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 237).

Não se estava apenas admitindo a denúncia para que então fosse julgada no Senado. Estava se criando, como que por vias *oficiais* e políticas, uma condenação à memória dos anos de governo do PT e todos os aspectos associados àquele período²⁸. Notoriamente, apareceram naquela votação – acompanhados por milhares de pessoas hostis ao partido do governo nas ruas do país – elementos fundamentais para se compreender uma memória de características *antipetistas* e que eram expressos nos discursos parlamentares. O deputado Antonio Imbassahy, líder do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), organizou, no anúncio da decisão de seu partido, um esboço da narrativa que compunha o que estou chamando de memória *antipetista*:

A história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do mensalão? O Brasil do petrolão? O Brasil dos *pixulecos*? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado?

O Brasil governado por uma Presidente que se elegeu com uma campanha financiada com propina do petrolão, que disse que faria o diabo nas eleições e o fez?

O Brasil governado por uma Presidente que permitiu que o maior escândalo de corrupção do planeta se desenvolvesse debaixo do seu nariz e nada fez, mesmo tendo todas as informações?

²⁸ Os governos do PT – especialmente nos anos governados por Lula – foram marcados pela ascensão social de milhares de pessoas e um processo que apontava para mudanças sociais de grandes proporções. O economista Marcio Pochmann fez um estudo no qual reuniu os dados sociais daqueles anos. Nas palavras do pesquisador, do ano de 2004 até 2010 ocorreu “a combinação da expansão da renda nacional per capita com a queda na desigualdade pessoal da renda. Para os anos de 2004 e 2010, a renda per capita cresceu 2,9% como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano. Com isso, observa-se também tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%), como o forte aumento médio anual no valor real do salário mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros” (POCHMANN, 2010, p. 641). Essas mudanças eram sentidas no cotidiano da população, e também foram amplamente divulgadas pelo PT em suas disputas eleitorais, um padrão que se mantém até os dias atuais e que foi exaustivamente reivindicado, inclusive, durante a crise do afastamento de Dilma Rousseff.

O Brasil do desemprego, da recessão, da inflação e da roubalheira? O Brasil cuja Presidente e seu partido, mesmo depois de todo o mal que causaram ao País, ainda tentam dividir os brasileiros, incitá-los ao conflito, fazendo ameaças, quando o momento clama por paz e união? (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 37, grifo do autor).

Aqui, quase todos os elementos narrativos que compõem a memória *antipetista* estão apresentados. Em primeiro lugar é apontado o elemento do *aparelhamento do Estado*, executado por uma quadrilha de criminosos que supostamente se disfarça de partido político. O destaque é dado aos apelidos jocosos – *mensalão* e *petrolão* – maciçamente reforçados pela imprensa brasileira desde os primeiros anos dos governos petistas. Em seguida, destaca-se a acusação de estar diante do *maior crime político* da história humana. Essa sentença também será outra constante na retórica da imprensa e seus analistas sobre o histórico do governo petista. E, por fim, o deputado sugere que a consequência de todo esse processo é o *fracasso econômico sistêmico* e a desordem política. Temos então uma narrativa coesa de causas e efeitos que carregam a decisão de julgar e condenar oficialmente os governantes daqueles anos. A votação da admissibilidade era apenas o condão institucional para que se oficializasse um marco temporal. Como deixou claro o deputado Jovair Arantes do PTB e relator do texto que recomendava a admissibilidade, “Não adianta só virar a página desta história, é hora de reescrevê-la, em busca de um novo tempo” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 14).

Se, por um lado, os parlamentares líderes e mais influentes tratassem a votação como uma forma de carimbar de vez uma memória *antipetista* com os traços narrativos que elenquei acima, por outro, essa mesma memória emerge com uma nova característica nos votos nominais e individuais. Estes últimos reverberavam uma retórica moralista e paranoica contra os governos petistas. Isso ficava claro na acusação de adesão ideológica ao *comunismo* e na suspeita da existência de políticas públicas que veladamente estariam fazendo engenharia social contra os valores morais do que nomeavam de *família tradicional brasileira*. O deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, fez a ponte entre as acusações de criminalidade sistêmica e conspiração comunista por parte do PT, e disse que votava

contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar

e assediar as nossas crianças, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 253).

O deputado e também delegado licenciado da Polícia Federal Fernando Francischini foi mais incisivo e demarcou sua motivação *anticomunista* atrelada à acusação de facção criminosa anunciando que seu voto seria “pelo fim da facção criminosa *lulopetista*, fim da *pelegagem* da CUT, fim da CUT e seus marginais. Viva a Lava-Jato, a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha!” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 148). A última frase se tornou um grito de guerra *anticomunista* e podia ser ouvido entoado em público e exibido em cartazes e camisas entre os apoiadores do impedimento que estavam nas ruas. O deputado Fausto Pinato fortaleceu a ideia de que estava votando contra o comunismo e salientou que “em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso. Esse povo que está aí fora não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 189). Entretanto, foi Jair Messias Bolsonaro – que seria eleito presidente da república em 2018 – que sintetizou o espírito velado daquela votação. O deputado proferiu um histórico e infame voto:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [sic]... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!

Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é *sim!*²⁹ (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 232, grifo do autor).

Os empolgados aplausos de parte considerável do plenário foram tão estridentes que levaram a taquígrafia da Câmara dos Deputados a registrar em sua transcrição a euforia das palmas. Em um voto, o deputado Bolsonaro conseguira resumir o espírito de uma parte considerável da sociedade brasileira naquele momento. A receptividade do voto e a naturalidade com que foi proferido indicavam com ainda mais força que algo subterrâneo, no nível mais profundo do imaginário político e da consciência histórica estava acontecendo. Em resumo, apareciam naquela sessão indícios de uma

²⁹ A frase *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos* se tornaria o lema da campanha vitoriosa do então deputado na futura disputa pela Presidência da República no ano de 2018. Já empossado, a frase *Brasil acima de tudo* se tornou a marca oficial de seu governo.

memória que associava o PT ao crime organizado e a atos criminosos no exercício de poder entre os líderes partidários que capitaneavam o impedimento, e, ao mesmo tempo, a essa memória somavam-se um *reacionarismo* e um *anticomunismo*, tanto entre os deputados liderados por esse grupo quanto entre uma parte significativa do eleitorado.

Ainda que essa *memória antipetista* ecoasse com força no palco político nacional, uma *contramemória* concorria para barrá-la. Ela também iria ecoar no plenário naquele dia. Os parlamentares governistas não se renderiam e expressavam, por sua vez, uma narrativa com significados adversos aos que se encontravam na acusação contra o governo e seu partido. O deputado José Guimarães, líder do PT, após ouvir as acusações dos líderes opositores sobre os possíveis crimes fiscais da presidente, esbravejou que “o que está em jogo aqui não é decreto coisa nenhuma!” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 113). Ele queria dizer que o debate jurídico era apenas um pretexto para o afastamento da presidente e de seu partido do poder. O deputado cearense José Airton Cirilo (PT) constatava em seu voto nominal que “quase ninguém disse que a acusação contra a Presidente Dilma são as pedaladas fiscais” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 216). Havia verdades nessa defesa, como apontei no conteúdo das justificativas dos votos dos deputados favoráveis ao impedimento, mas entre os defensores do governo também houve pouca preocupação em negar as acusações do processo. O que havia nas defesas era a reafirmação de uma *contramemória* que fazia enfrentamento ao conteúdo da *memória antipetista*. O deputado líder José Guimarães deu o tom desse enfrentamento e afirmou:

V. Exas. querem tirar do Governo uma mulher honesta. Chegam a falar aqui do Governo do Presidente Lula, do PT. Eu sempre respeitei as divergências, mas respeitem um partido e um governo que nesses anos todos tiraram milhões e milhões de brasileiros da miséria (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 114).

O parlamentar foi seguido por muitos deputados governistas nesse resgate das realizações do governo. Assim como as acusações remontavam até os tempos do presidente Lula, as defesas também o faziam. O deputado petista Beto Faro, por exemplo, anunciou seu voto “em defesa do povo pobre do Brasil, que teve no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma esperança e investimentos” (ATA DA 91ª

SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 140). Pedro Uczai, deputado de Santa Catarina e filiado ao PT, anunciou que seu voto era “com Lula, o melhor Presidente deste País [...] com Dilma, mulher valente e honesta” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 135). Ságuas Moraes, outro deputado petista, disse que votaria “por tudo o que Lula e Dilma fizeram por este País” (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 179). Estes foram seguidos por inúmeros outros deputados que diziam votar por feitos positivos dos governos de Lula e de Dilma.

Estava claro que no plenário havia duas *narrativas* em conflito que disputavam os sentidos da memória dos governos petistas. Os atores políticos envolvidos se portaram como combatentes de cada uma das versões. Como alguma teria de sair vencedora, assim terminaria vitoriosa a narrativa *antipetista*. Por 367 votos contra 157, foi aceita a admissibilidade da denúncia e veladamente estava oficializada a vitória da memória *antipetista*. Ou foi nisso que acreditaram os vencedores.³⁰

É preciso frisar as características inerentes ao nosso *presidencialismo de coalizão* que levam ao esgotamento político e que resultam numa quebra brusca de ordem institucional, seguida pela ascensão de um novo governo. Entre essas características também está a sempre tênue capacidade do presidente em exercício de manter coesa sua coalizão *multipartidária*. Isso se dá pela dependência do equilíbrio da governabilidade entre presidente e parlamentares do congresso, que se utilizam de sua posição para barganhar vantagens que se tornam cada vez mais onerosas em função da popularidade do chefe do Executivo. Assim, sabe-se que quando se engatilha um processo de impedimento presidencial, é sempre em decorrência de desgaste político, e não das esperadas condições previstas na lei e na Constituição como *crimes de responsabilidade* do mandatário.

³⁰ Após o processo de impedimento, os vencedores foram sendo paulatinamente devorados por ele. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, seria preso e cassado alguns meses depois. Michel Temer, vice-presidente e arquiteto político do impedimento, terminou o mandato e foi preso. O líder da oposição, senador Aécio Neves, se viu envolvido em um escândalo e não conseguiu se consolidar como candidato nas eleições de 2018. Quem terminaria por colher os louros daquele conflito político seria o deputado federal Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018.

Todos os presidentes eleitos desde a redemocratização foram denunciados por crimes de responsabilidade, e apenas dois deles foram impedidos. Em tese, todos poderiam ser impedidos desde que o pedido de impedimento fosse aceito pelo Congresso Nacional. A observância do crime ter acontecido ou não é um fator secundário diante do argumento político. Tanto em relação ao processo de Fernando Collor de Melo, em 1992, quanto ao processo de Dilma Rousseff, em 2016, o que falou mais alto foi a incapacidade política e o esgotamento das respectivas coalizões. O cientista político Sérgio Abranches, que teorizou o fenômeno do *presidencialismo de coalizão*, é categórico ao refletir sobre o instituto do *impedimento presidencial* na política brasileira e considera que

Não há no Brasil, regras estáveis e claras para o processo de impeachment. Os dois afastamentos se deram com base numa lei obsoleta e parcialmente inconstitucional, analogias com o Código de Processo Penal, acórdãos do Supremo Tribunal e aplicações ad hoc dos regimentos internos da Câmara e do Senado. Na ausência de regras definidas e específicas para o procedimento de deposição, o processo foi fortemente desigual entre os dois casos. O tratamento ocasional, caso a caso, de procedimento tão central e violento no funcionamento da democracia presidencialista não é compatível com os fundamentos político-constitucionais de uma ordem republicana madura. Na ausência da lei regulamentar que tipifique clara e exaustivamente os crimes de responsabilidade, e defina com precisão os ritos e os procedimentos processuais específicos, ele sempre será discricionário. A dissociação entre a destituição do cargo e a suspensão dos direitos políticos agride a lógica (ABRANCHES, 2018, p. 351).

A análise de Abranches chama atenção pois trata-se do pesquisador que decodificou a lógica de funcionamento do *presidencialismo de coalizão*. O instituto do *impedimento* do mandato presidencial tem uma centralidade inequívoca na dinâmica e funcionamento do conceito. Isso confirmou-se especialmente quando verificado o percurso histórico referente à Nova República (1985 -). O autor, por sua vez, não se refere ao impedimento de Dilma como um *golpe*, abrindo, assim, uma discordância velada com o amplo grupo de intelectuais contemporâneos já citados no começo deste capítulo. Entretanto, em seu livro, admite que

Quando ocorre a interrupção, dá-se uma descontinuidade institucional, embora não uma ruptura. Promove-se uma excepcionalidade prevista na lei, que gera um lapso na vigência da regra da estabilidade, o qual contraria o prazo constitucional de esgotamento do mandato. A expectativa constitucional de duração do mandato pelo prazo determinado na Constituição é frustrada por uma decisão política majoritária especialíssima do Congresso. Por isso, ela só pode se dar em casos de crime de responsabilidade, jamais por simples perda da confiança da maioria parlamentar. É por causa dessas condições especiais do impeachment que

ele é, e sempre será, controvertido e traumático. Sempre recoberto de tensão e crise. Sempre envolto em dúvidas e alegações de que não teve base legal. Sempre marcado pela suspeita de que a oposição que se tornou majoritária usou de pretexto infundado e conspirou para interrompê-lo (ABRANCHES, 2018, p. 355).

Ainda que Abranches admita que o processo de impedimento – nas condições institucionais que vigoram na Nova República – seja extremamente delicado e determinado por conveniências de momento, a palavra *golpe* não aparece em sua reflexão. A veemente consideração de que não se pode haver impedimento sem *crime de responsabilidade*, entretanto, expõe uma contradição para pensar o impedimento de Dilma. A acusação imputada à então Presidente da República era de que haveria operações fiscais ilegais na gestão das contas governamentais e que feriam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal acusação já nasce com um vício de origem ao tentar enquadrar uma corriqueira operação fiscal – comum nas gestões anteriores e repetida em seguida pelo governo de Michel Temer – como um *crime de responsabilidade*. Mas ainda que consideremos que tal operação fiscal fosse de fato *crime de responsabilidade*, fica evidente que o debate político que se estabeleceu entre congressistas para votar a acusação passava longe do que continha a peça da denúncia, como detalhei anteriormente. Sobre esse ponto é importante destacar as conclusões do artigo “Em nome do pai”, do sociólogo Reginaldo Prandi e do teólogo João Luiz Carneiro, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Os autores analisam estatisticamente as justificativas dos votos dos parlamentares na sessão de votação da admissibilidade para encontrar a proporção dos motivos alegados para os votos a favor e contra o impedimento de Dilma Rousseff. Os autores apontam que

As chamadas pedaladas fiscais [...] foram relativamente pouco citadas. Reunidas com as referências às consequências econômicas e sociais de um avaliado mau governo, somaram apenas 6,5%. Quase nada, quando [consideramos que] a acusação de crime de responsabilidade foi o motivo legal para a abertura do processo contra a presidente (CARNEIRO; PRANDI, 2018, p. 10).

Fica evidente que o afastamento se deu por motivos diversos da acusação formal pela baixíssima incidência da justificativa da acusação de ilegalidade fiscal nos votos dos deputados. O que ficou marcado como definidor da decisão do afastamento foram os julgamentos derivados de uma *narrativa antipetista* sobre a *memória* política recente do país. O que reforça essa constatação é também outro estudo publicado pelos cientistas políticos Maurício Michel Rebello, Gustavo Giora e Cláudio Júnior Damin,

que se intitula “O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados”. Nele, os pesquisadores também avaliaram estatisticamente as justificativas dos votos dos parlamentares e ainda cruzaram os dados com as posições ideológicas e partidárias, concluindo que

o pertencimento de determinado parlamentar aos partidos que não compõem a esquerda ideológica alavanca consideravelmente a chance de o voto ser favorável ao parecer do impeachment. No mesmo sentido, está a verificação de que a variável *membro da bancada evangélica* apresenta uma contribuição relevante [...]. Pertencer ao grupo organizado mais conservador da Câmara aumenta razoavelmente a chance de um deputado votar SIM ao parecer do pedido de admissibilidade do impeachment (DAMIN; GIORA; REBELLO, 2019, p. 465, grifo dos autores).

Em nenhum dos dois artigos citados os autores se utilizam do termo *golpe* para nomear a operação política executada dentro do Congresso Nacional, entretanto ambos são esclarecedores do esvaziamento do conteúdo da acusação como determinante para o voto pelo impedimento. Considero esse esvaziamento acusatório nas deliberações dos congressistas um forte indício de uma espécie de farsa justificadora para a conveniência da interrupção do mandato presidencial. Ao fim do seu texto, os três autores do segundo artigo citado registram, como que respondendo a um mal-estar, que “o fato é que hoje nenhum cientista político ou analista consegue responder satisfatoriamente se a democracia está consolidada no país” (DAMIN; GIORA; REBELLO, 2019, p. 467).

Essa desconexão entre justificativas jurídicas e políticas, expressas na atuação concreta dos deputados ao votar o impedimento, revelam duas coisas. A primeira é que o voto pela aceitação ou não da denúncia que proferiam não estava motivado pelo conteúdo legal e institucional exigido pelo trâmite legislativo. E a segunda é que esse voto estava eivado de uma solerte ação de tomada do poder pelas forças que não haviam sido eleitas pelo voto para governar o Poder Executivo do país e então assumir esse poder ilegitimamente. Entre os cientistas políticos brasileiros, é de Wanderley Guilherme dos Santos a sistematização de um novo conceito de *golpe* tomando como exemplo emblemático o afastamento da presidente brasileira. A percepção da atitude dos congressistas que votaram pelo impedimento corrobora a interpretação do autor e suas considerações sobre o que é um *golpe parlamentar*. Sobre isso, Santos afirma:

Em golpes parlamentares, é a *reação parlamentar dos derrotados* que violenta o princípio das garantias mútuas e se dispõe a destituir o grupo político vencedor com apelos controversos à legislação constitucional. Dissonantes em relação a tentativas civis pregressas de interdição de governos legítimos pela convocatória de bandeiras esdrúxulas (em geral, a ameaça de comunismo), os golpes parlamentares contemporâneos se valem de argumentos denunciando o governo em exercício por violação comprovável das regras normais de administração. É com a acusação de que os vencedores eleitorais violentaram as regras do exercício do poder que os conspiradores justificam a quebra das regras da competição. Embora sutil, a distinção aponta para uma constelação inédita da mecânica e dos antecedentes dos atuais golpes parlamentares.

Naturalmente há inúmeras personalidades fora do Congresso interessadas e ativamente envolvidas nas conversações e nos acordos que antecedem a deflagração do golpe, e que patrocinam propaganda positiva e apoio irrestrito ao governo usurpador. Mas todo o processo ocorre dentro do Congresso, conduzido por políticos com mandatos de representação, obedecendo formalmente à letra das leis vigentes no país. O golpe, em sentido de truque esperto, consiste precisamente em valer-se dos mecanismos de operação normal das instituições em favor de objetivos ilegítimos (SANTOS, 2017, p. 28, grifo do autor).

Pode, portanto, ser caracterizado *golpe parlamentar* o resultado da deposição da presidente eleita Dilma Rousseff naquele momento. Os acontecimentos imediatos ao evento dão confirmações também imediatas da trama. O vice-presidente assume com um ministério formado pelas forças políticas derrotadas na eleição de 2014. O grupo político que derruba o governo no Congresso toma conta da gestão federal em paralelo a uma retórica de salvacionismo contra a *ameaça do comunismo*. Tal como detalhei nas justificativas parlamentares, estavam presentes os elementos que Guilherme dos Santos percebe como determinantes de um *golpe parlamentar*. A agenda política que se impunha ao país agora não seria mais a que havia sido eleita pelo voto em 2014.

Fica ainda mais evidente o fenômeno de *golpe* naquele afastamento quando o pensamos comparativamente com o impedimento do ex-presidente Fernando Collor em 1992. Collor foi afastado sob as mesmas regras institucionais que valeriam também para Dilma. As contradições legais observadas pelo cientista político Sérgio Abranches se repetiram nos dois episódios. Entretanto, apenas no caso do afastamento de Dilma é que se observa uma agenda de se delimitar um *marco temporal* na política de banimento de uma força ideológica e política. A agenda *antipetista* presente em 2016 não encontra uma equivalência em 1992. Além disso, a

força política derrotada na eleição de 1989, representada por Lula e o PT, não assume qualquer participação no governo do sucessor de Collor, Itamar Franco. Portanto, é um equívoco considerar que os dois episódios são equivalentes. Formalmente, sob a ótica legal, há uma aparência de equivalência, mas, ao olhar mais detalhadamente para as justificativas apresentadas pelos congressistas, percebe-se essa disparidade nos eventos. Aliás, em termos históricos não se está diante de novidade em relação a um julgamento político que almeja ir além da peça de acusação e se pretende estabelecer um julgamento de um fenômeno político ou período histórico mais amplo. Isso ocorreu e foi detectado por Hannah Arendt no julgamento do nazista Adolf Eichmann, quando o Estado de Israel conduziu a acusação do réu almejando condenar antes o fenômeno do *antisemitismo* que propriamente os crimes que objetivamente estavam na acusação. Naquele episódio, a filósofa aponta que essa opção inicial do Estado de Israel foi o que consolidou uma injustiça formal na condenação. Ainda que o acusado fosse obviamente culpado, sua acusação estava maculada pela impropriedade de se tentar metonimicamente tomar seus crimes objetivos como um gradiente de todo o fenômeno histórico do antisemitismo (ARENDDT, 1999). Essa operação metonímica entre acusação objetiva e fenômeno histórico mais amplo é ainda pior no caso que estamos analisando em relação ao impedimento de Dilma, pois a opção ideológica ou o apoio político ao PT – ou precisamente, o fenômeno do *petismo* – não são atitudes criminosas como são, por exemplo, a ideologia nazista ou o ódio étnico e religioso contra judeus.

O que estou afirmando é que havia naquela votação contra Dilma uma disputa *narrativa* pela *memória* política do país. A narrativa *antipetista* sobre a memória foi vencedora e a votação final serviu como uma sentença condenatória daqueles anos e das forças políticas de esquerda que estavam no poder. Foi como se um consenso *antipetista* se legitimasse por aquela votação e ecoasse por todas as instâncias institucionais, jurídicas e midiáticas. Este fato por si só já aponta para uma operação na *consciência histórica* que pretendo detalhar, e isso significa deduzir que se, naquele presente, a *memória* – ou seja, a narrativa sobre o passado – se tornara *antipetista*, o futuro certamente também haveria de ser *antipetista*. Mas há ainda a circunstância do coroamento desse processo ter sido estabelecido vitoriosamente por um *golpe* político, o que abre muitas questões sobre toda essa dinâmica que estou detectando nos níveis mais sutis da compreensão de uma *consciência histórica*.

O *golpe parlamentar* é o fim de um longo processo de massificação de *narrativas antipetistas* levadas a cabo pela grande imprensa brasileira. De alguma maneira, o ativismo político financiado e massificado pelos conglomerados de mídia foi o grande responsável por fixar o *antipetismo* como um ativo político de valor no país. Eleitoralmente, o *antipetismo* foi sempre um fator nas eleições desde a redemocratização. O PT esteve em todos as disputas presidenciais que foram ao segundo turno desde 1989, e a ciência política investigou o fator *antipetista* como valor na definição do voto. Um estudo sobre o impacto do *antipetismo* nas eleições brasileiras foi publicado em 2016, no qual os autores apresentam dados de pesquisas eleitorais cruzados com os resultados efetivos das eleições e concluem que, ao menos nas eleições de 2014, “o antipetismo se mostrou um forte preditor” (BORBA; CARREIRÃO; RIBEIRO, 2016, p. 630) de votos. Além disso, após partirem dos resultados de outras eleições que mostravam a mesma tendência preditora, os pesquisadores afirmam:

De um ponto de vista substantivo, a constatação de que a rejeição partidária é uma variável importante sugere que os partidos menos afetados por escândalos de corrupção ou por avaliações muito negativas de seus desempenhos ao exercer cargos executivos podem ser um ativo eleitoral importante, especialmente na conjuntura que estamos atravessando (BORBA; CARREIRÃO; RIBEIRO, 2016, p. 630).

Considerando essa conclusão, fica evidenciada a vantagem que determinada candidatura angariaria diante de um adversário que está apontado como portador de *escândalos de corrupção*, enquanto o outro, por contraste, é caracterizado pela ausência dessas imputações. No contexto do estudo dos autores, a força eleitoral apontada como aquela que estava maculada por escândalos era a candidatura petista, que vinha de uma sequência de denúncias que adquiriam tons de espetáculo no noticiário nacional. Mas o *antipetismo* enquanto fenômeno não existe apenas na materialização do voto. Isso é o que tem sido constatado por estudos recentes que problematizaram o impacto do tom acusatório contra o PT e seus militantes na política nacional.

Existem dois estudos principais que enquadram o antipetismo e refletem sobre esse fenômeno. O primeiro deles é do cientista político Fernando Antônio Azevedo no livro

“A grande imprensa e o PT (1989-2014)”. Em uma análise bastante completa dos editoriais dos três principais jornais brasileiros – *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* – no período proposto, o pesquisador encontra nestes jornais, uma predileção em atacar e deslegitimar o PT. Os eixos dos ataques são sustentados em duas acusações políticas que funcionam historicamente como *irmãs gêmeas* para a imprensa tradicional brasileira quando se trata de retratar e opinar sobre forças políticas de esquerda. Trata-se do eixo *populismo - corrupção* como signo explicativo para este campo ideológico especialmente quando um movimento político de esquerda chega ao poder. Como resume o autor ao falar dos dados que extraiu das análises dos editoriais:

Os dados da nossa pesquisa confirmam que a imagem e a representação na mídia do petismo e dos governos petistas foram não só negativas (como mostram as valências das manchetes e dos editoriais), ao longo dos anos, como foram objeto de pacotes interpretativos distintos, usados de acordo com a conjuntura. Esses pacotes interpretativos reproduziam essencialmente [...]: populismo e/ou radicalismo político (ambos definidos como atributos negativos) e corrupção. No caso do PT, com o partido atuando na oposição até 2001, nesta fase, a representação do petismo foi o seu esquerdismo – usualmente definido como radical e/ou populista. Com o partido no poder e depois do mensalão, o pacote prevalecente foi o da corrupção, sendo o partido enquadrado como uma organização corrompida e/ou criminoso (AZEVEDO, 2017, p. 187).

As amostras estatísticas acerca do *antipetismo* persistente nos principais jornais diários do país nos revelam que essa postura compõe a essência editorial dos maiores veículos de informação atuando no período. Já o segundo estudo que destaco sobre o *antipetismo* detecta uma extensão do fenômeno para além da mídia tradicional. O pesquisador Marcelo Alves dos Santos Júnior, em seu livro “#VAIPRACUBA: A gênese das redes sociais de direita no Facebook”, investiga o *antipetismo* militante que atuava nas redes sociais e seus impactos eleitorais. Tomando como referência a eleição de 2014, o autor coletou amplos dados de uma ecologia de perfis no *Facebook* que apontam a estridência *antipetista* antes de sua apoteose manifesta na véspera do afastamento de Dilma Rousseff. Marcelo Alves relata que

Durante a campanha presidencial de 2014, encontrei um conjunto robusto de mais de 500 canais de conteúdo gerado por usuário que se articula contra o PT no Facebook, atingindo um público estimado de 10 milhões de seguidores. O que chamo neste livro de Rede Antipetista é um retrato de articulações comunicacionais de *fanpages* no Facebook com a função de produzir conteúdo difamatório contra o Partido dos Trabalhadores, fortemente orientado contra as elites políticas e os meios de massa, e ecoando pautas e

posicionamentos das direitas. São agentes não institucionais de práticas e dinâmicas diferentes, pois atuam como células autônomas e descoordenadas que atacam em ondas breves, com pouca colaboração entre si, mas visando a um objetivo comum que é a desconstrução do PT. Assumem a postura de comentaristas políticos e da campanha eleitoral, desafiando as elites jornalísticas e científicas (fontes fundamentais para a primeira). A Rede Antipetista constitui um espaço comunicacional ainda periférico em 2014, que, embora ideologicamente heterogêneo, define o PT como inimigo comum a partir da retórica hostil e intransigente. Os canais atuam por meio de práticas de guerrilha comunicacional, como: a repetição e amplificação de boatos e teorias da conspiração, ridicularização, perseguição e assédio a oponentes políticos, coordenação de ataques de seus seguidores contra páginas de esquerda, entre outras (SANTOS JÚNIOR, 2019, p. 45).

O *antipetismo* em sua faceta digital tem conteúdos mais radicais que aquele originado na grande mídia e apontado por Fernando Azevedo. Marcelo Alves destaca que três elementos definem a retórica do *antipetismo* radical dos meios digitais, que são o *antipartidarismo*, o *antiesquerdismo* e o *antiestablishment*. Ainda que estes elementos se apresentem como antagonismos generalizantes, eles concentram sua munição no alvo simbólico representado e concentrado no *petismo*. O fenômeno *antipetista*, como se pode ver, está massificado no debate público brasileiro desde a redemocratização. Existe, desde então, uma continuidade que primeiramente é levada a cabo pela grande mídia, e que depois se revela pulverizada em amplos setores sociais que alcançam as redes sociais. Essa regularidade de propagação de mídia negativa em relação ao PT ajuda a entender as declarações e votos dos parlamentares – e a disputa narrativa pelos significados da *memória* política – na sessão que aceitou a denúncia de impeachment contra Dilma Rousseff. Foi verdadeiramente a propagação do *antipetismo* o motor da acusação contra Dilma e sua posterior derrubada. O *golpe* é como uma batalha final de uma longa guerra travada nos meios de comunicações e nas redes sociais, com severas repercussões políticas. A continuidade *antipetista* se confirma com o intercâmbio e sincronidade entre grande mídia, redes sociais e movimentos de rua que cobravam o afastamento de Dilma Rousseff. Os cientistas políticos e estudiosos dos meios de comunicação Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel detalham a relação de harmonia e complementação *antipetista* entre grande mídia e redes sociais nos momentos definidores daquele impedimento:

Houve uma evidente desproporcionalidade entre os espaços concedidos àquelas denúncias feitas contra apoiadores do governo e às outras, que atingiam lideranças da oposição de direita – às últimas foram sistematicamente abafadas. Ao mesmo tempo, houve um cerco ao ex-presidente Lula, cujo nome esteve presente em dezenas de manchetes que o ligavam a escândalos de corrupção que envolviam valores pouco

significativos e nunca foram comprovados. As três revistas semanais de informação (*Veja*, *Época* e *Isto É*), bem como o principal canal de televisão *all-news* do Brasil (*GloboNews*), fizeram da derrubada do PT uma cruzada moral, mas os jornais diários e as emissoras de TV de sinal aberto não ficaram muito atrás. As manifestações contrárias a Dilma eram quase que abertamente convocadas pelos meios de comunicação, que depois as enquadravam como a expressão autêntica da cidadania. Já os atos contrários ao *impeachment* tendiam a ser minimizados. No mesmo processo, a cobertura alavancou lideranças e organizações como Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua ou Revoltados On Line. Vistos como *espontâneos*, foram na verdade o fruto de investimento de fundações privadas, muitas delas sediadas no exterior, crescendo graças à visibilidade midiática (BIROLLI; MIGUEL, 2017, p. 202, grifos dos autores).

O evento do impedimento de Dilma Rousseff foi, portanto, o grande momento de ofensiva *antipetista*. Essa *hegemonia antipetista* no campo midiático brasileiro foi também atestada pela pesquisa do cientista político João Feres Júnior e da pesquisadora da comunicação Juliana Gagliardi, ao analisar os editoriais diários dos três principais jornais brasileiros – *O Globo*, *Estadão* e *Folha de São Paulo* – e das edições do programa diário *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão. Ao se debruçar sobre esses dados durante os anos de 2014 até 2018, os autores apontam que

Neste período de cinco anos, ou seja, de 1.826 dias, o PT recebeu nada menos que 7.508 textos negativos. Isso dá uma média de mais de 4,1 textos negativos por dia. Como essa base é composta de quatro veículos de mídia, resulta mais de um texto negativo por veículo, em média. A proporção entre contrários e neutros na cobertura do partido é de mais de 3,3 para 1. Mas essa proporção variou muito ao longo do tempo, chegando a atingir 13 para 1, como em novembro de 2016, ou em torno de 12 para 1, de março a maio de 2017 (FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2019, p. 34).

Há uma evidente concomitância entre *antipetismo* midiático e *antipetismo* digital. Não parece se tratar de fenômenos distintos, pois há continuidade entre uma coisa e outra. A pesquisa de Feres Júnior e Juliana Gagliardi demonstra que mesmo após as eleições de 2014, e durante todo o período de mandato de Dilma até seu afastamento, o *antipetismo* midiático acompanhou o fenômeno *digital*. Fica claro que se não há um intercâmbio declarado entre as duas iniciativas, certamente há grande sincronia entre elas. Os pesquisadores das comunicações Fabio Malini e Henrique Antoun destacam o tamanho do impacto dessa postura frenética da mídia de massa na construção de um consenso político:

Podemos pensar que o poder da mídia de massa deixou de ser um poder moderno, sob a forma de uma ação sobre a ação presente, para se tornar um

poder de controle, investindo a ação sobre a ação futura. Mais do que um lugar disciplinar de irradiação e circulação de palavras de ordem, ele se revela como um poder de atualização da memória nas comunicações. No caso da mídia massiva trata-se de um monopólio sobre a atualização das informações; um poder de mobilizar, processar e narrar o passado, tornando-o atual. A massa só pode acessar o passado comum através das atualizações feitas pela grande mídia corporativa. Isto configura um imenso poder sobre os mecanismos de lembrança e esquecimento social das populações. Através dele eu relaciono um passado qualquer com um acontecimento da atualidade para balizar a decisão de agir do sujeito social. Este passado vai ser apresentado sob a forma de grafos e diagramas, dando foros de previsibilidade às imagens estratigráficas do que já foi que se transforma desta maneira em um será. Este passado é atualizado para mobilizar as esferas de decisão e ação social sendo preferencialmente investido para endossar ou inibir os programas eleitorais de candidatos a cargos executivos, as imagens públicas de candidatos majoritários em épocas de eleição e às discussões legais acopladas a decisões parlamentares para criação ou transformação de leis existentes (ANTOUN; MALINI, 2010, p. 189).

A constatação dos pesquisadores sobre o intento midiático de assegurar um poder que não é apenas no espaço do agora, mas que se preocupa em garantir um futuro em função de uma configuração formatada de um passado, é o que revela a conexão entre a atualização constante do *antipetismo* e as disputas pela memória coletiva que acaba por se materializar em consequências políticas práticas. Paralelamente a isso, temos um outro fator importante que se projeta para além da dimensão pública. Trata-se do *antipetismo* propagado em uma dimensão subterrânea e obscura dos meios digitais que se expressa na massificação de notícias falsas com função de deteriorar a avaliação pública em relação ao PT, disseminando e alimentando, assim, uma rejeição ideológica. Em recente estudo, os pesquisadores da comunicação Ada Silveira, Carlos Sanchotene e Suélen Lavarda apontam que na semana anterior ao afastamento de Dilma Rousseff, as notícias mais compartilhadas na rede social *Facebook* eram boatos que apontavam crimes e fatos irreais sobre a então presidente Dilma, o ex-presidente Lula e o PT. Os pesquisadores destacam que os *boatos* atingem sua finalidade pois contêm elementos de *implicação* e *negatividade* para com os atores mencionados – Dilma, Lula e o PT – e de *atribuição*, que é quando o leitor assume que aquela notícia sobre esses também é verdadeira. Os autores registram que

Nas matérias falsas analisadas encontramos algumas características do boato [...] A *implicação* torna-se presente nas três notícias. Ou seja, elas são publicadas ao longo de uma semana crucial para a política brasileira envolvendo atores sociais ligados ao processo do Impeachment. Já a *negatividade* é visível no momento que os veículos se referem de modo pejorativo aos atores sociais protagonistas dos boatos: Lula, [e] Dilma [...]. E

a *atribuição* ocorre no momento que os sites divulgam a notícia e o público a toma como verdadeira.

Outro dado diz respeito sobre as republicações. A mesma notícia falsa acabou sendo postada diversas vezes ao longo dos meses de abril, maio e junho. A matéria *Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R\$ 30 bilhões a Friboi* foi postada na fanpage de Pensa Brasil vinte e uma vezes. *Presidente regional do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no domingo: 'Atirar para matar'* foi postada duas vezes na fanpage de Diário do Brasil. Já *Lula deixa Brasília às pressas ao saber de nova fase da Lava-Jato. Seria um mandado de prisão?* foi postada três vezes (LAVARDA; SANCHOTENE; SILVEIRA, 2017, p. 108, grifos dos autores).

Esse fator de falsificação e de desinformação é um elemento também fundamental para compreender o fenômeno do *antipetismo*, pois é nessa seara tènue entre notícias concretas que veladamente condenam ideologicamente o PT nos veículos de mídia por um lado, e dos *boatos* que inventam e misturam atores e significados nos meios digitais por outro, que se cria um ambiente desfavorável ao *petismo* na política concreta e seus acontecimentos. E é nesses termos que se configurou e assentou o que estou chamando de uma *memória antipetista*.

Em recente artigo destinado a refinar a compreensão da *pós-verdade*, o pesquisador Paulo Quadros afirma que o fenômeno se estabelece na esteira de ação de autoridades públicas, movimentos políticos ou empresas que procuram consolidar consensos edificados em argumentos e premissas contraditórios, frágeis ou mesmo falsificados. Em alguma medida, o *antipetismo* prolifera como falsificação do consentimento e da adesão popular, o que caracteriza, na lógica aventada por Quadros, o estabelecimento de um cenário de *pós-verdade*. Em tal conjuntura, o pesquisador acrescenta que

Um dos grandes problemas trazidos pela proliferação da chamada pós-verdade é o falseamento compulsivo da leitura cultural do outro, o que acentua uma visão crescente de inseridipidade [sic] e esvaziamento do senso de ipseidade [sic] em relação ao outro, considerado inapto, incapaz, inferior, entre outros atributos pejorativos, o que se reproduz como forte racismo social (preconceito institucionalizado), intolerância ideológica, e uma espécie de patologia da homogeneidade de hábitos e costumes, numa profusão de nulidade das diferenças e diversidades presentes na cultura humana.

O racismo social, por exemplo, retoma preceitos de essência ao naturalismo do comportamento social, explicado pelo meio social em que o indivíduo viveu, se educou, foi criado, e de como o ser humano é condição da sua origem genética e do meio ao qual pertence.

O racismo social também tem, em certa medida, um caráter eugênico, uma vez que parte da noção equivocada e superada da origem hereditária e

sociocultural superior, acrescida pela ideia de acesso privilegiado à boa formação educacional altamente qualificada, em detrimento dos que são desassistidos e desprestigiados com tal regalia dada a poucos.

Muitas vezes, as redes sociais acabam por funcionar como bolhas de ódio em grupos fechados que conjuntamente irradiam seus valores de moralidade e obliteração do outro, negando a sua essência de ipseidade, seu caráter de mistério inalcançável, que é também o seu poder irrupto de alteridade. O que dissemina, em contrapartida, certo nível de razão cínica e apática em relação aos indivíduos dissidentes, em amplo aspecto (QUADROS, 2018, p. 214).

Paulo Quadros, ao se debruçar sobre a questão no Brasil atual, está considerando que existe no país um cenário que pode ser qualificado como um exemplo ilustrativo de hegemonia de uma *pós-verdade*. Mas, além disso, o autor atenta para a presença de um *racismo social* que vai tomando o tecido social. Há aqui um paralelo possível entre esse processo – racismo social – e o *antipetismo*. O *antipetismo* impulsionado por anos de cobertura midiática negativa e hegemônica, e depois alavancado por notícias falsas, acaba por criar uma ideia de *outro*, que é desumanizada e que agrega todas as categorias negativas. É o PT, e mais propriamente, o idealizado *petista* que se tornará o alvo preferencial para ocupar o lugar desse *outro* detestável. A confirmação dessa consequência derivada de um cenário de ampla disseminação de notícias falsas está presente na análise das interações no *Twitter* durante o período no qual se acelerou o processo de afastamento de Dilma Rousseff. Os pesquisadores Fabio Malini, Jean Medeiros e Patrick Ciarelli detectam que os sentimentos de ansiedade e raiva predominaram entre o dia 15 de março de 2015 – data na qual ocorreram protestos maciços contra a presidente – e o derradeiro afastamento final no Senado ocorrido no dia 27 de setembro.³¹ Para os pesquisadores, a onda que se formou no *Twitter* em apoio ao *golpe parlamentar* foi claramente catapultada pelo uso de perfis robôs, viralização de informações *antipetistas* e especialmente apologia ao ódio político contra o PT, seus membros e simpatizantes. Nas palavras dos pesquisadores:

O sentimento que predomina, em 2015, quando o impeachment se apresenta como uma reivindicação das ruas, é o da antecipação [ansiedade]. Por antecipação, é preciso entender o comportamento emocional da audiência em imaginar uma previsibilidade conclusiva de um fato. Nesse sentido, o desejo de se fazer inevitável a queda da Dilma foi mecanismo mais forte

³¹ Os pesquisadores cruzaram dados e palavras reunidos em 31.296 postagens no dia 15 de março de 2015 e depois aplicaram os mesmos critérios na coleta de 7.500 postagens no 27 de setembro de 2016. Os critérios e a metodologia, assim como os dados coletados na pesquisa, se encontram em artigo que consta devidamente referenciado no final desta pesquisa. Ver em: CIARELLI; MALINI; MEDEIROS, 2017.

desse comportamento naquele período. [...] movimentos políticos de rua forjam a antecipação de uma irredutibilidade de sua causa, como um modo de fazer com que ela seja encarada, no espaço público, como uma inevitabilidade. Assim, no caso das manifestações do dia 15 de março, no Twitter, o inevitável seria a saída da presidenta Dilma. O modo de exclamar essa inevitabilidade era propagar continuamente a antecipação de enunciados endereçados à ideia que o governo Dilma estava em seus últimos momentos.

Chama também a atenção que os sentimentos de raiva e medo sejam as emoções mais propagadas depois da antecipação. Esse é um dado importante para compreender como os discursos dos *haters* inflam a dinâmica política de conversação, criando uma tendência para a comunicação política, a multiplicação de postagens cujo valor esteja na divisão da opinião. Mesmo sendo um movimento vitorioso nas ruas e no Parlamento, a intensidade de emoções mais negativas demonstra o papel fundador do estilo dos *hater*, em pauta a dinâmica institucional que marcou o impeachment de Dilma, que acabou sendo, no dia 27 de setembro, o objeto muito maior de uma confiança, de uma certeza, de uma inevitabilidade contida nas estratégias dos perfis que militaram nas ruas e nas redes contra o governo de Dilma (CIARELLI; MALINI; MEDEIROS, 2017, p. 334).

Ao considerar a hipótese dos autores sobre a capacidade de estímulo político através da disseminação do ódio – nesse caso o ódio *antipetista* –, pondero que houve um papel midiático que partiu desde a grande imprensa tradicional e os veículos televisivos até a ação de comunicação nas redes sociais em direção à construção paulatina de um consenso. As ruas materializavam este aspecto. As pesquisas de opinião coletadas nos protestos traçam um perfil de classe média escolarizada como um componente importante dos setores que empunhavam os valores *antipetistas*.³² O cientista político Cláudio André de Souza reuniu esses dados em artigo publicado em 2016. Para este autor, esses dados permitem entender que os protestos do mês de junho de 2013 – marcados pela rejeição a política institucional – desdobraram-se na rejeição de caráter *antipetista* dos protestos em favor do impeachment de Dilma Rousseff, posteriormente amplificados pela inconformidade com o resultado eleitoral das urnas no ano de 2014. O cientista político afirma que

Embora, o antipetismo seja um fenômeno presente desde a fundação do PT na década de 80, ele foi impulsionado pelo cenário eleitoral de 2014, radicalizando-se no ambiente institucional e de mobilização da sociedade civil no ano de 2015. A radicalização do antipetismo possui dois aspectos: ele se refere ao ódio de classe, ecoando um posicionamento ideológico afastado claramente de pautas relacionadas a valores como justiça, igualdade e

³² Segundo o Datafolha, no dia 15 de março de 2015 – data que se tornou uma espécie de marco histórico *antipetista* em virtude do alto número de manifestantes contra o governo Dilma – 82% haviam votado em Aécio Neves no ano anterior, 37% preferiam votar em candidatos do PSDB, 37% eram assalariados, 74% nunca haviam frequentado manifestações anteriormente e 76% tinham formação superior.

inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias e de segmentos da sociedade civil que se sustentam no argumento de inviabilidade institucional (crise) do governo petista (SOUZA, 2016, p. 42).

O *antipetismo* enquanto fenômeno pode ser então definido como um fator que se estabelece através da cobertura política da grande mídia brasileira desde os tempos da redemocratização, e que a partir da emergência das redes sociais se torna mais massificado e capilarizado, além de se tornar uma ferramenta política mais eficiente e com consequências eleitorais e políticas mais agravadas, com destaque fundamental para o *golpe parlamentar* e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Mas não houve apenas uma cobertura abertamente *antipetista* por parte da grande mídia brasileira na sua narrativa cotidiana através de capas de jornais e editoriais. Uma outra fonte permanente de *antipetismo* e ainda mais virulenta proliferou especialmente no colunismo de opinião política na imprensa escrita impressa e digital. Trata-se do emprego de articulistas e formadores de opinião, que abertamente se diziam inimigos do governo e que militavam expressamente pela sua queda desde quando Lula foi eleito presidente em 2002, aos quais caberia estruturar uma *narrativa* que acabaria por dar forma a uma memória política absolutamente negativa do exercício do poder petista.

Havia, naquele período entre as eleições de 2014 e o mês derradeiro do *golpe*, em abril de 2016, um crescimento do clima *antipetista* no país. Basicamente a narrativa que era adotada pela mídia em todas as suas vertentes (impressa, radiofônica, televisiva e digital) era a de criminalização do governo Dilma Rousseff. Mas a força com que a grande mídia atuava somada à ecologia de perfis *antipetistas* espalhados pelas redes sociais e um ambiente virtual recheado de boatos conseguiu saturar a esfera pública do país³³. A narrativa *antipetista* sufocou o debate público de tal maneira que conseguia neutralizar as tentativas de reação do PT e seus simpatizantes nas ruas. Como mostrei anteriormente no debate parlamentar final, antes de afastamento do PT dos poderes presidenciais, uma *narrativa* sustentada numa memória das conquistas sociais representadas pelos anos governados por Lula (2003

³³ Em 2020 foi denunciada uma rede de disseminação de boatos de propriedade do Movimento Brasil Livre (MBL). Este grupo político se notabilizou por ser um dos mobilizadores mais eficientes das multidões que ocuparam as ruas pedindo a derrubada da presidente. Nada indica que essa rede – e outras que alimentavam a narrativa *antipetista* – não estivessem plenamente ativas no período entre 2014 e 2016 (THE INTERCEPT BRASIL, 2020).

– 2010) tentava fazer frente ao uso político do clima *antipetista* mobilizado pela grande mídia e que corria de modo *viral* nas redes sociais.³⁴ Na prática, a memória positiva sobre os anos do governo Lula não havia desaparecido na esfera da *memória coletiva*, o que acontecia era que, apesar dessa permanência, uma outra memória – construída originariamente numa lógica de repetição típica das estratégias de propaganda – conseguiu se impor como soberana naquele período.³⁵ Não é estranho que isso tenha ocorrido se levarmos em consideração a dinâmica da *memória coletiva* como entendida por Andreas Huyssen no mundo contemporâneo. Para esse autor, a saturação de memórias por vezes impostas pela ação agressiva das empresas de comunicação na atualidade impõe uma desagregação do campo da *memória coletiva*, tornando impossível uma estabilidade unificada de lembranças. Sobre isso, o autor explicita que

velhas abordagens sociológicas da memória coletiva – [...] que [pressupõem] formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. Está claro que a memória da mídia sozinha não será suficiente, a despeito de a mídia ocupar sempre maiores porções da percepção social e política do mundo (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

Tomo como preciso o entendimento de Huyssen e entendo que o avanço da disputa narrativa sobre a *memória coletiva* da política recente no Brasil que desaguou no *golpe parlamentar* é um exemplo que se adequa à descrição. Da mesma maneira, se tomarmos o embate político que se encenou acerca do impeachment de Dilma Rousseff de um ponto de vista da disputa narrativa, o entendimento do filósofo David Carr sobre a questão também corrobora o enfoque que estou dando à questão. Para

³⁴ O adjetivo *viral* e o verbo *viralizar* são formas semânticas que se popularizaram sincronicamente ao avanço do uso das redes sociais. Em geral, os termos são utilizados para classificar os conteúdos digitais que se espalham rapidamente através do compartilhamento automatizado dos usuários. Por vezes esses efeitos são potencializados pelo uso de perfis pré-programados por aquelas pessoas, organizações políticas ou empresas interessadas em disseminar determinado conteúdo com fins políticos ou comerciais.

³⁵ Sobre essa capacidade de sugestão a partir da repetição propagandística, considero a atuação *antipetista* da grande mídia brasileira nos momentos anteriores ao *golpe* uma exemplificação do que o filósofo Paolo Rossi – já mencionado anteriormente – define como uso semiótico de informações e imagens para a fixação de lembranças e condicionamento de comportamentos ao estilo da antiga Arte da Memória (*ars memorativa*).

este autor, sendo a *narrativa* uma estrutura essencial do agir humano, ela é parte indispensável na estabilidade coletiva ou comunitária das sociedades. Para ser mais claro, transcrevo a observação do autor que organiza a questão:

Pode-se dizer que comunidades, grandes e pequenas, têm a mesma forma narrativa de se autoconstituírem. Uma comunidade, cujos membros referem-se a si mesmo como *nós*, existe em uma forma reflexiva que suscita uma recordação do passado e um futuro projetado, e esses, conjuntamente, servem para dar sentido ao presente que está sendo vivido. [...] Isso existe não apenas nas lendas e histórias que muitas vezes preservam a memória de um nascimento ou fundação; reside também nos planos e propostas dos líderes e políticos.

[...] Certamente, como história de vida do indivíduo, essa história comunitária está sob constante revisão, e as maneiras dessa revisão podem ser objetos de disputa entre facções. Se versões radicalmente diferentes da história são em última instância irreconciliáveis, a comunidade pode sucumbir à fragmentação. Aqui, novamente a comunidade é como o indivíduo, cuja personalidade é suscetível à fragmentação em circunstâncias análogas de conflito interno.

Assim, a narrativa pode ser vista como um princípio de uma ontologia social ou comunitária, bem como individual, separadamente do papel especificamente cognitivo que a narrativa assume no caso do conhecimento histórico. Isso nos permite dizer que esse último tem essencialmente o mesmo modo de ser, e de forma, que seu objeto (CARR, 2016, p. 251-252, grifo do autor).

É exatamente por essa condição inerentemente *narrativa* de compreender o mundo e a sua lógica temporal que, ainda que houvesse a hegemonia evidente do *antipetismo* com sua *narrativa* sobre a memória, a versão *narrativa* inspirada numa nostalgia relacionada aos anos da era Lula (2003 – 2010) permaneceu ativa, tentando resistir ao avanço implacável do *antipetismo* midiático. Considero que existiram, nesse caso, versões narrativas que sustentaram facções numa guerra de memórias. Ainda que a *narrativa* vitoriosa tenha sido a *antipetista*, ela não foi capaz de eliminar sua adversária antagônica no plano da *memória coletiva*. Foi isso que permitiu a sobrevivência ideológica e política, tanto do PT e seus militantes, quanto da tese do *golpe* em algumas frações populares.³⁶

³⁶ Importante destacar que possivelmente a explicação teórica sobre as condições que justificam a interpretação do *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe político estão ausentes para a maioria da população. Dois livros importantes foram lançados com o intuito de minorar esse prejuízo. O primeiro, “Golpe 16”, reúne principalmente textos de militantes políticos e de jornalistas (ROVAL, 2016), e o segundo, “Por que gritamos golpe?”, que reúne pequenos ensaios de artistas, políticos e intelectuais (CLETO; DORIA; JINKINGS, 2016).

Quando classifico a *memória antipetista* como vitoriosa, estou levando em conta não apenas a vitória política pontual – e que já pode ser considerada de estatura significativa – materializada em um *golpe* político. Vou além e destaco que houve uma ocupação *antipetista* de grande monta no plano da *memória coletiva*. A perspectiva *antipetista* foi capaz de se expandir e não apenas sobrecarregar aquele *presente*, mas também acompanhar a expansão deste na esteira do efeito do fenômeno do *atualismo* proposto pelos historiadores Mateus Pereira e Valdei Araújo. A hipótese *atualista* propõe que a dinâmica própria do nosso tempo contemporâneo se caracteriza por uma necessidade de atualização (*update*) constante e esse processo acaba por preencher de *presente* os lugares do *passado* e do *futuro*.³⁷ A *atualização* incessante do *antipetismo* perpetrada pela grande mídia foi capaz de *atualizar* o entendimento do *presente*, *passado* e *futuro* sob a égide da condenação política aos significados que eram associados à nostalgia dos anos de maior sucesso econômico da era petista.

A aproximação do entendimento de Andreas Huyssen sobre a instabilidade da *memória coletiva* em decorrência de excessos midiáticos e a hipótese *atualista* de Mateus Pereira e Valdei Araujo encontram respaldo na teoria antropológica do fenômeno da memória esquematizado por Joël Candau, em seu livro “Memória e identidade”, de 2002. O antropólogo, ao tratar da memória, sustenta que essa sobrecarga memorial contemporânea – definida pela contradição entre *atualização* constante e desejo de consumo por *memória* (museus, monumentos, filmes e romances históricos) – deve ser pensada como um fenômeno que ele nomeia de *mnemotropismo*. Por esse termo o autor procura sintetizar como fenômeno *antropológico* a obsessão *presentista*, a qual, na minha visão, deve ser tomada como *atualismo*, acompanhando a hipótese de Valdei Araujo e Mateus Pereira. Por outro

³⁷ Para Mateus Pereira e Valdei Araujo, a hipótese *atualista* vem para dar conta das insuficiências da hipótese *presentista* do historiador François Hartog (HARTOG, 2013). Os autores problematizam as explicações do historiador sobre o paradoxo da existência de uma obsessão com o *presente* e a novidade em paralelo com um desejo de consumo por *memória* e *história* na sociedade ocidental. Nos termos dos autores: “Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois *nossa atualidade* se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade. O que esse movimento pode trazer de novo ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, mas em formas atualistas. Assim podemos entender como a *moda* da história e das coisas históricas pode ser contemporânea do presentismo. Ou de uma sociedade que teria um futuro fechado ser, ao mesmo tempo, viciada em novidades e ávida pelo mais novo programa de TV, filme, jogo on-line ou gadget” (ARAUJO; PEREIRA, 2016).

lado, Candau apresenta uma suspeita que não deve ser descartada pelo historiador. Há num cenário de *mnemotropismo*, no qual a memória *coletiva* se torna disputada e apresenta fissuras e antagonismos – tal como é o contexto que envolve a cruzada *antipetista* da *grande mídia* brasileira – pelo significado das *memórias coletivas*. O antropólogo exemplifica que

Quando em 1992, por ocasião do aniversário de quinhentos anos de descoberta da América, vemos se oporem duas memórias de Colombo, uma tradicional evocando a epopeia fundadora e a outra qualificando de Holocausto ou massacre de indígenas –, chamados então de *povos autóctones* –, o que está em jogo é certamente a definição de autoctonia e de identidade americana. De igual forma as tensões são permanentes entre negros e brancos a respeito da história da escravidão americana. [...] o controle da memória histórica é um jogo por vezes político, social, cultural e identitário (CANDAU, 2011, p. 171, grifo do autor).

Há nesses cenários uma disputa entre *memórias* e *contramemórias* sobre os mesmos acontecimentos.³⁸ É pontualmente semelhante a disputa que ocorre entre uma *memória antipetista*, moldada pela grande mídia de um lado, e a nostalgia petista de outro. Nesse caso especificamente, a memória que expressava algum otimismo com o passado dos governos petistas estava em posição subalterna em relação à violenta memória *antipetista*, que contava com instrumentos que faltavam ao PT.³⁹ Refiro-me aqui ao já detalhado problema sobre o monopólio da mídia nas mãos de uma oligarquia. O PT não conseguiu, naquele cenário de hostilidade que se acumulava de vários anos de cobertura jornalística negativa, fazer frente à ofensiva midiática.

O leitor pode se questionar sobre quais seriam os motivos que tornam esse processo de crítica a um governo algo a ser tratado como um problema por um historiador. Afinal, é natural que a imprensa livre noticie e critique governos em sociedades democráticas. O que torna essa atitude especial no caso em análise é a importância e o impacto político que essa atuação *antipetista* resultou, considerando especialmente o respaldo político e ideológico ao *golpe parlamentar* levado a cabo

³⁸ Utilizo o termo *contramemória* inspirado no uso feito pelo historiador Fernando Nicolazzi. Para esse autor a história deve se colocar como mediadora das disputas entre memórias e contramemórias, ainda que se possa considerar essa posição de mediação desafiadora e inglória aos historiadores (NICOLAZZI, 2003).

³⁹ Nem sempre foi dessa maneira. O PT conseguiu sustentar-se no poder de 2003 até 2016, após seguidas reeleições e com representação no Congresso Nacional, Estado e Municípios. Os eventos de junho de 2013, somados a uma crise do *lulismo*, têm um papel nesta explicação. Tento responder essa questão nos próximos capítulos.

contra o mandato de Dilma Rousseff e as suas consequências futuras. Para além desse aspecto mais objetivo, é a marca da atuação midiática na *memória* coletiva e as suas repercussões que me interessam na consciência histórica. E aqui é necessário colocar o questionamento: quem seriam os artífices da narrativa de determinada *memória* capaz de sintetizar aspectos mobilizadores de uma *consciência histórica*? Ou melhor, qual a forma dos registros dessa *memória*? A resposta pode ser encontrada ao observarmos e nos determos especificamente nos formadores de opinião e polemistas *antipetistas* empregados e amplamente divulgados pela grande mídia.

Vários estudos recentes buscaram encontrar uma estrutura que organizasse ideologicamente os movimentos de rua que se levantaram cobrando a deposição da presidente Dilma. Inicialmente, tais investigações se concentravam nas mensagens em cartazes e bandeiras, nos gritos de guerra e músicas, além de outros elementos performáticos que compunham a paisagem dessas multidões nas quais se encontravam sempre referências a palavras, apelidos, xingamentos e frases feitas que, por sua vez, eram oriundas de articulistas da imprensa ou de personalidades emergentes das redes sociais. Entretanto esses estudos encontram dificuldades de selecionar e recortar um grupo coeso de personalidades e pessoas que pudessem ser cabalmente apontadas como as ideólogas das turbas verde-amarelas.⁴⁰ As dificuldades se dão por não haver de fato uma estrutura hierárquica ou burocrática que organize esses grupos tal como ocorre no caso dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais. Detalharei o que nos informam estes estudos.

Em geral essas pesquisas partem de um elemento ideológico em comum, a saber, a orientação à direita de suas ideias políticas. Não se trata de uma opção equivocada, entretanto a qualificação ideológica à direita tende a alargar muito o enquadramento sobre esses fenômenos, o que acaba por contribuir para uma dificuldade de executar um recorte coeso para selecionar atores, lideranças, formadores de opinião e ideólogos que diretamente estruturaram as bases ideológicas das massas verde-amarelas. Proponho em meu recorte um lugar mais objetivo e que acredito ser o mais

⁴⁰ Os movimentos *antipetistas* adotaram uma estética visual mais ou menos homogênea que contrasta as cores verde e amarelo, inspirada nos tradicionais uniformes adotados pelos brasileiros para torcer pelo time que representa o país nos campeonatos internacionais de futebol.

importante fator unificador desses movimentos. Em minha visão, é o sentimento *antipetista* o principal elemento aglutinador desses movimentos massivos de apologia ao *golpe parlamentar* contra o mandato de Dilma. Essa percepção se repete nesses estudos, ainda que quando o elemento *antipetista* apareça, esteja sempre apontado como apenas mais um fator entre outros. Minha tese é que o *antipetismo* era o motor e o *cimento* capaz de unir as diversas frações sociais que compunham as passeatas para cobrar um *golpe* e que este componente ideológico emanava das ideias de um grupo específico e mais central de formadores de opinião. No artigo “A nova direita brasileira”⁴¹, o historiador Fernando Perlatto e o cientista político Jorge Chaloub optam por apontar os elementos de uma ideologia do que nomeiam de nova direita brasileira, que estaria representada pelas ideias de articulistas midiáticos ou personalidades das redes sociais.⁴² Dentre os vários elementos rapidamente sistematizados como partes do conjunto de características ideológicas dessa *nova direita*, acabam por destacar que, entre os trabalhos de tais autores,

São inúmeros os textos e alguns livros destinados a atacar não somente a experiência petista à frente do governo – associada sempre à ideia de corrupção –, mas a própria constituição do partido. A retórica inflamada, comum aos atores que integram o grupo, alcança tons especialmente altos quando trata da instituição e dos seus principais líderes, que figuram como constante alvo de qualificações pejorativas e, por vezes, de diretas ofensas. O PT, nesse discurso, não apenas retoma velhos vícios do passado, representante maior do comunismo em terras nacionais, como produz graves problemas para o futuro, já que não vige no Brasil uma democracia, mas uma ditadura que silencia as vozes da direita e ilegitimamente lega o poder à esquerda (CHALOUB; PERLATTO, 2016, p. 38).

Com razão, os pesquisadores detectam o *antipetismo* e sua marca principal, que é a estridência devido à massificação e ao alcance proporcionado pelo suporte dos meios

⁴¹ A maioria dos estudos que se dedicam a encontrar uma conexão entre aqueles que podem ser considerados como os que ajudaram a consolidar as ideias dos grupos que apoiam políticas conservadoras no Brasil atual se utiliza da adjetivação *nova direita*. Este padrão de definição está em geral vinculado a um popular estudo publicado pelo sociólogo Antônio Flávio Pierucci no ano de 1987. Em seu artigo, Pierucci elenca uma série de ideias que podiam ser localizadas no imaginário de uma direita que poderia ser considerada *nova* pela quase ausência de valores *anticomunistas* (PIERUCCI, 1987). O historiador Mateus Pereira, em artigo recente (PEREIRA, 2015), no qual aponta o crescimento de ideias *negacionistas* relacionadas ao período da Ditadura Militar no ambiente virtual, coloca em xeque a *novidade* atribuída a essas forças políticas. Para Mateus Pereira, a *direita* subterrânea que se movia na internet entre os anos de 2012 e 2014 apresentava grande tendência *anticomunista*. Como ficará claro ao leitor no decorrer deste texto, o *antipetismo* e seus idealizadores são uma readequação dos valores *anticomunistas* no contexto política da Nova República (1985 – 2016). Dessa maneira, compartilho dos questionamentos de Pereira.

⁴² Os pesquisadores agrupam entre os ideólogos da *nova direita* os jornalistas Guilherme Fiuza, Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo e Felipe Mora Brasil, o escritor Olavo de Carvalho e o historiador Marco Antonio Villa.

de comunicação. Outro aspecto que chama a atenção, apontado pelos historiadores, é a associação entre *petismo* e *comunismo* acusada pelo antipetismo militante. Mas, por enquanto, importa perceber que intelectuais brasileiros começaram a destacar que este grupo aparentemente difuso de publicistas tinha um lugar especial no mosaico ideológico que parecia se espalhar ou despertar no tecido social brasileiro.

Uma outra abordagem foi feita pelo crítico literário Vitor Cei sobre esse aparentemente difuso grupo de formadores de opinião vinculados a ideais de direita no Brasil recente. Em seu texto “Cultura e política, 2013-2016”, o pesquisador os agrupa como *incitadores políticos* dos movimentos que primeiro se uniram em torno da candidatura derrotada do senador Aécio Neves para a presidência da República em 2014, e depois estruturaram as manifestações pela derrubada da presidente Dilma Rousseff.⁴³ Esses ideólogos, para Vitor Cei, executam o mesmo papel que os propagandistas e agitadores detectados por Theodor Adorno em pesquisas sobre a estética de comunicação dos regimes fascistas na década de 1940. Seriam, portanto, agentes que atuavam para massificação de uma histeria contra aqueles que determinada ideologia considera indesejável. O grupo de indesejáveis, no caso do Brasil atual, seria aquele com ligação ou filiação ao PT. Para Vitor Cei:

Os atuais agitadores da turba brasileiros assemelham-se àqueles falsos profetas estudados pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt. Parece que, ontem como hoje, os agitadores da turba usam técnicas manipuladoras e se aproveitavam do descontentamento, dos medos e dos ressentimentos de parcelas da população, criando inimigos que corporificam a *força do mal* que deve ser erradicada pelo movimento. No caso dos nazistas, o alvo eram os judeus. No caso brasileiro atual, o alvo é o PT. Em ambos os casos, os agitadores da turba são financiados por um público cativo, que inclui Igrejas, grandes corporações, pequenas empresas, jornais, rádios e canais de televisão (CEI, 2017, p. 213, grifo do autor).

É de se destacar que o pesquisador entenda que o grupo passível de perseguição seja exatamente corporificado no recorte partidário do *petismo*. Assim, tal qual tenho encontrado, esses *incitadores* são majoritariamente divulgados pela grande mídia e vociferam o *antipetismo* como sua pregação.

⁴³ Entre os *incitadores* estariam os jornalistas Leandro Narloch, Rachel Sheherazade e Reinaldo Azevedo, o escritor Olavo de Carvalho, o filósofo Luiz Felipe Pondé, os economistas Rodrigo Constantino e Ricardo Amorim, o cantor Lobão e o humorista Danilo Gentili.

A historiadora Lidiane Soares Rodrigues, por sua vez, tentou explicar o campo intelectual emergente no artigo “Uma revolução conservadora dos intelectuais”, e para isso os agrupa sob a alcunha de jornalistas-professores e professores-jornalistas, que estariam na fronteira entre o mundo acadêmico e as redações jornalísticas.⁴⁴ Novamente o *antipetismo* é detectado como elemento agregador dos autores analisados e para Lidiane Soares fica claro que:

As posições objetivas [desses autores] correspondem a fórmulas discursivas de conteúdo ideológico e uma delas é comum a todos: o antipetismo. Ele consiste na contraposição às gestões petistas, como uma catapulta para tomadas de posição em matéria de educação e cultura, permitindo que emitam juízos a respeito da hierarquia cultural legítima e rechacem a ordem simbólica que simultaneamente os destituiu de reconhecimento e consagrou todos os outros (RODRIGUES, 2018, p. 302).

O *antipetismo* para Lidiane Soares é a forma de se delimitar um alvo que represente para esses ideólogos uma hegemonia política, cultural e histórica representada pelo PT, que supostamente os excluiu do debate público e intelectual. Isso se dá especialmente entre os que não são professores mas em alguma medida está presente nos que são de fato professores e acusam o ambiente acadêmico brasileiro de ser conivente com o governo do PT e suas políticas públicas que são sempre consideradas negativas.

O sociólogo Leonardo Nóbrega da Silva é outro pesquisador que busca uma estrutura comum e próxima de formadores de opinião presentes na mídia e nas redes sociais que parecem importantes às massas *antipetistas*. Em seu artigo “O mercado editorial e a nova direita brasileira”, o autor tenta mapear o fenômeno dos polemistas que formavam a dita *nova direita* brasileira através de uma iniciativa mercadológica e editorial. Para isso, reuniu os autores que foram publicados pela Editora Record⁴⁵ e investigou as raízes históricas do avanço editorial na publicação de obras *antipetistas* ou de caráter conservador. Ainda que a editora tenha tido uma ampla variedade de

⁴⁴ Para a autora os intelectuais conservadores que emergem na esteira da expansão da internet e das redes sociais são o escritor Olavo de Carvalho, o jornalista Reinaldo Azevedo, o economista Rodrigo Constantino e os apresentados por ela como professores universitários: Demétrio Magnoli, Marco Antonio Villa, Luiz Felipe Pondé e Leandro Karnal.

⁴⁵ O pesquisador destaca um grupo de autores direitistas que foram amplamente publicados e vendidos pela Editora Record, entre eles os jornalistas Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo, Celso Arnaldo Araujo e Guilherme Fiuza, os escritores Olavo de Carvalho e Flavio Morgenstern, o historiador Marco Antonio Villa, o economista Rodrigo Constantino e, por fim, o cientista político Bruno Garschagen.

livros de vertentes ideológicas diversas, incluindo autores progressistas, o estudo compreende que a maioria dos livros publicados pela empresa nos últimos anos foram de autores conservadores, com destaque para a centralidade de vendas e ampla divulgação do escritor Olavo de Carvalho. Para o sociólogo Leonardo Nóbrega da Silva,

A forma de atuação da editora fica clara ao privilegiar a publicação de livros políticos de rápida circulação e absorção – mais conhecidos como *instant books*. Foram os casos dos já citados livros de Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo, que tinham o governo Lula como alvo privilegiado de suas críticas, na esteira do escândalo do mensalão. Durante o governo Dilma [...] foram publicados livros como *Década Perdida: dez anos de PT no poder* (2013), do historiador e apresentador da Rádio Jovem Pan Marco Antonio Villa, *Não é a mamãe: para entender a era Dilma* (2015) e *Que horas ela vai: o diário da tragédia de Dilma* (2016), ambos de Guilherme Fiuza, e *Dilmês: O idioma da mulher sapiens* (2015), de Celso Arnaldo Araujo (SILVA, 2018, p. 82).

A editora Record promoveu e atuou ativamente como um núcleo de fomentação *antipetista*. Esse processo não pode ser desconsiderado como fundamental para estimular e inspirar setores sociais amplos, tradicionalmente formados politicamente pela grande mídia brasileira de longínqua tradição *anticomunista*⁴⁶, que agora tinham à disposição um acervo de panfletos ideológicos que, para além de sustentar uma agenda política futura de *antipetismo*, compilavam também uma narrativa sobre a *memória* política daqueles governos. Essa memória foi gestada no calor dos acontecimentos e não foi enfrentada por alguma iniciativa no mercado editorial de livros que possa ser chamada de *petista* no mesmo período.⁴⁷ Podemos inclusive

⁴⁶ O *anticomunismo* é um valor fundamental para os oligopólios de mídia no Brasil. Esse contexto está detalhado especialmente no último capítulo deste estudo.

⁴⁷ Essa afirmação se baseia no impacto pequeno de obras memorialistas diretamente organizadas pelo PT e voltadas para ocupar o espaço editorial explorado pelos detratores *antipetistas* no período no qual me interessa. Há três títulos lançados nesses anos pela Fundação Perseu Abramo, que é vinculada oficialmente ao PT. O primeiro é o “Leituras da crise”, publicado em 2006, que reúne ensaios de intelectuais próximos ao partido em resposta à crise do *mensalão* (BOFF et al, 2006). A segunda publicação é o livro biográfico de Lula escrito pela pesquisadora Denise Paraná (PARANÁ, 2008). O terceiro é o “Muitos caminhos, uma estrela”, organizado pelos historiadores Alexandre Fortes e Marieta de Moraes Ferreira, no qual constam entrevistas com diversos militantes fundadores do partido, recuperando, assim, suas memórias a partir de critérios tradicionais da investigação do campo da história oral (FERREIRA; FORTES, 2008). Entres esses, o de maior sucesso é a biografia de Lula, que teve outra edição publicada pela editora Objetiva em 2009 e foi adaptado para o cinema, estreando no mesmo ano (LULA, 2009). Outros títulos foram lançados sem vínculo direto com o PT, entre esses destacam-se um livro que reúne as memórias do dirigente José Genuíno (PARANÁ, 2006). Dois livros foram publicados pelo jornalista Paulo Moreira Leite para tentar desmistificar o processo do *Mensalão* e as investigações da *Operação Lava Jato* (LEITE, 2013; 2015). Um título que também se destaca é “O quarto poder”, do jornalista Paulo Henrique Amorim, em que este conta memórias e faz críticas e denúncias contra o monopólio empresarial de mídia brasileiro. Também se encontra no livro uma memória lateral favorável ao PT e Lula (AMORIM, 2015). Ainda que esses títulos existam, me parece

considerar que a primeira forma de registro histórico sobre o período democrático foi esse *memorialismo antipetista* que tratou de condenar não só o PT, mas o próprio modelo político que sustenta a democracia brasileira.

Uma outra face da atuação dos ideólogos do *antipetismo* foi percebida pela socióloga Débora Massenberg em sua publicação “A cosmovisão da nova direita brasileira”. A pesquisadora coletou textos e postagens de diversos perfis deste mesmo segmento de ideólogos que estamos destacando e também dos principais perfis de movimentos políticos antipetistas associados a eles nas redes sociais.⁴⁸ A autora detectou três campos semânticos principais que mobilizavam esses perfis digitais: *antipetismo*, *conservadorismo moral* e *princípios neoliberais*. Entre esses, Massenberg percebe que

O antipetismo é o campo semântico a reunir o maior número de emissões discursivas dos formadores de opinião [...] analisados, tanto nas suas postagens no Facebook, durante o ano de 2015, quanto em seus sites, blogs, participações em entrevistas e *hangouts*. O Partido dos Trabalhadores (PT) é, na visão desses autores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país. Ao PT é atribuída a responsabilidade, tanto da crise econômica que nos assola mais diretamente nos últimos três anos, quanto ao que é reconhecido por eles como um dos principais, senão o principal, problema do país: a corrupção. O combate à corrupção, entendido como uma valência no mundo contemporâneo, assume, no discurso desses agentes, a condição sinonímia de combate ao PT. Expressões como *Petrolão*, *Petralhas*, *Quadrilha do PT* abundam nos discursos desses formadores de opinião, consolidando a certeza entre os seus seguidores de que a corrupção, apesar de ser reconhecida como prática longeva na vida pública brasileira, foi erigida pelo PT como *prática de governo* (MASSENBERG, 2019, p. 37, grifos da autora).

Tal qual o *antipetismo* presente na grande mídia, referido anteriormente, o *antipetismo* dos formadores de opinião também tem duas etapas de desenvolvimento. A primeira se dá na entrada e espaço na grande mídia, e a segunda é a sua manifestação nas redes sociais. Débora Massenberg, ao detectar essa expressão ideológica do *antipetismo* dos polemistas nas redes sociais e seu intercâmbio com os perfis digitais de movimentos *antipetistas*, permite que se considere essa vertente panfletária do

que não foram capazes de fazer frente à iniciativa editorial *antipetista* na disputa pela memória coletiva em virtude da falta de concomitância de apoio e divulgação dos títulos e seus autores pela grande mídia, como ocorria com suas obras antagônicas.

⁴⁸ A pesquisadora analisou milhares de postagens ao longo do ano de 2015 no *Facebook* dos agitadores políticos Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Rogério Chequer e Marcello Reis, dos políticos Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, dos jornalistas Reinaldo Azevedo, Raquel Sheherazade e Felipe Moura Brasil, do economista Rodrigo Constantino e do escritor Olavo de Carvalho, além dos perfis oficiais dos movimentos sociais *antipetistas* Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online.

fenômeno – representada pelo colonismo de opinião – como o elemento fundamental para uma sincronia política entre grande imprensa e esse *antipetismo* mais difuso e capilarizado de militantes nas redes sociais. Serão os ideólogos e as celebridades políticas antipetistas os responsáveis pela mobilização das redes sociais como força política que desagua em protestos de rua.

Por fim, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta propõe uma continuidade histórica entre publicistas antipetistas e a tradição mais longínqua de pensamento *anticomunista* no Brasil. Em seu texto “Anticomunismo, antipetismo e giro direitista no Brasil”, Sá Motta aponta um grande número de polemistas e ideólogos do *antipetismo*, entretanto afirma que apenas quatro desses seriam centrais como mobilizadores políticos. São eles: o escritor Olavo de Carvalho, os jornalistas Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi, além do economista Rodrigo Constantino.⁴⁹ Para o autor “esses intelectuais e publicistas trabalharam para um despertar direitista semelhante ao experimentado em outros contextos históricos” (MOTTA, 2019, p. 95) no Brasil. O autor está se referindo aos *golpes de estado* que marcaram nossa história republicana, primeiramente o golpe de 1937 que levou à ditadura do Estado Novo (1937 – 1946), e, posteriormente, o golpe responsável pela instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985). Nesse sentido, é de muita relevância a proposta de Rodrigo Sá Motta, pois sua abordagem pretende ir além dos elementos do *tempo presente*. O historiador encontra um fio conector entre o tradicional fenômeno do *anticomunismo* brasileiro com a emergência do *antipetismo* dos polemistas recentes. Tais autores teriam encontrado um terreno fértil numa estrutura de crenças *anticomunistas* já manifestadas em outros momentos da história republicana brasileira. Rodrigo Sá Motta afirma que

os discursos antipetistas recorrem bastante à estratégia de conectar os Estados inspirados na matriz soviética (em especial Cuba) aos governos liderados pelo PT, como se houvesse forte linha de continuidade. Reside aí o principal ponto de contato entre anticomunismo tradicional e antipetismo, o que levou os propagandistas de direita a criarem expressões como lulocomunismo e comunopetismo. A insistência nesse ponto deve-se a que o anticomunismo traz um rendimento propagandístico ímpar. Afinal, os exemplos históricos que alimentam o discurso de direita se referem aos países comunistas representados como experiências fracassadas, totalitárias e assassinas. A estratégia discursiva é conectar os governos petistas a tal história de violência e sofrimento, com isso procurando convencer o público

⁴⁹ Esse recorte está detalhado na introdução e foi o que norteou a escolha das fontes investigadas nesta pesquisa.

de que eles são perigosos e deveriam não apenas sair do poder, mas ser eliminados do sistema político (MOTTA, 2019, p. 87).

Essa proximidade entre o fenômeno *anticomunista* e o *antipetismo* recente corrobora e acrescenta um dado fundamental a todo o contexto que envolve o *golpe parlamentar* ocorrido em 2016. Se o sentimento *antipetista* foi o motivo fundamental e estruturante que levou aos votos favoráveis ao impedimento da presidente, como já detalhado anteriormente, é também verdade que o fenômeno *anticomunista* foi, da mesma forma, a motivação dos autoritarismos anteriores na história republicana brasileira. Portanto, pode-se supor que o autoritarismo é um traço constante nos movimentos políticos de direita no Brasil. Sobre essa dimensão autoritária, Patto Sá Motta nos esclarece que

No que toca às disputas de poder, sociedades mais democráticas desenvolveram valores e instituições que estimulam a tolerância e a convivência pacífica entre oponentes, com as disputas sendo travadas especialmente no terreno das ideias. Pelo menos é isso o que se almeja. No entanto, os movimentos *anti* recusam-se a tratar seus adversários como forças oponentes que é preciso tolerar, pois veem como inimigos insuportáveis. Mais do que a mera oposição a ideias ou a pessoas e projetos coletivos, os movimentos *anti* constituem-se em fenômenos de teor mais visceral. Trata-se de uma recusa total, de repulsa sem meio termo, meio tom, nem possibilidade de convivência. Ser *anti* significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser *anti* alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além de simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes, também as pessoas que as professam (SÁ MOTTA, 2019, p. 78, grifos do autor).

Essa percepção de Rodrigo Patto Sá Motta é muito importante para pensar a emergência *antipetista*. Os movimentos políticos que ele classifica como *anti* não estão no campo de movimentos políticos naturais de uma democracia que dá espaço ao contraditório e ao conflito de ideias. Especialmente no Brasil recente, o fenômeno *antipetismo* se sobrepôs aos do *anticomunismo* tradicional, e herdou deste o autoritarismo e a intolerância política de momentos anteriores de nossa história. O *golpe parlamentar* de 2016 é, ao fim e ao cabo, a encarnação do autoritarismo que compõe o mosaico ideológico do *antipetismo*.⁵⁰

⁵⁰ Os detalhes conceituais que conectam os fenômenos do *antipetismo* e do *anticomunismo*, aparecem com mais detalhes no segundo, e especialmente o terceiro capítulo. Importa aqui, que o leitor tenha em mente que a bibliografia existente que problematizou o *antipetismo*, nesse caso especialmente o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, procurou apontar um caminho e uma chave de interpretação que orientasse futuras pesquisas. Meu estudo é inclusive, um esforço nesse sentido.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz em seu livro “Sobre o autoritarismo brasileiro”, procurou dissertar sobre as origens e aspectos de nossa herança autoritária. Para ela, as condições extremamente violentas de nosso longo processo de colonização somadas à perpetuação de um longo regime monárquico e escravista condicionaram as nossas estruturas políticas a um autoritarismo constante. Neste sentido, esse autoritarismo teria ficado ainda mais evidente no contexto político que vivemos de recrudescimento democrático. A autora aponta que

Muitos movimentos autoritários emergentes da atualidade apoiam-se na criação de verdadeiras mitologias de Estado, pautadas na lógica da polaridade: de *eles* e do *nós*. Ou melhor, do *eles contra nós* e do *nós contra eles*. Essas são posturas que apostam na dicotomia e na rotinização de diferenças fortuitas, produzindo novas realidades.

Eles seriam preguiçosos, corruptos, ladrões, ideólogos, pessoas sem escrúpulos, parasitas, enquanto um grande *nós* funciona apenas na base da contraposição, abraçando tudo que estaria do outro lado da polaridade. O suposto sigiloso é que basta determinar um *eles* para que se evidencie o que seria um *nós* apaziguador, pois correto, justo e exemplar (SCHWARCZ, 2019, p. 211, grifos da autora).

Da forma como a historiadora destaca, parece que estamos lidando com uma polarização de fenômenos equivalentes. Entretanto, não é o caso do conflito que assistimos atualmente no país. Há um evidente apelo autoritário constante – inclusive com acúmulo de vitórias políticas – perpetrado pelos movimentos políticos de direita, mobilizados por um *antipetismo* virulento. Tal como Rodrigo Patto Sá Motta observa, historicamente, no período republicano, o autoritarismo foi mobilizado por forças políticas de espectro *anticomunista*, que agora muito claramente se manifestam como *antipetistas*. A polarização, na verdade, é impulsionada por um grupo ideológico que tem signos, cores e ideologias muito bem definidas, este grupo é de direita, conservador e *antipetista*. Por outro lado, o que se observa é que a força antagônica aos movimentos políticos *antipetistas* não funciona numa lógica autoritária semelhante. Nesse sentido é preciso sempre ter em mente a atuação política pregressa do *petismo* como uma força eleitoral e democrática na historicidade da Nova República, sob o risco de equalizar movimentos e forças que são díspares.

O fenômeno do autoritarismo político como elemento que compõe a estrutura ideológica conservadora e de *direita* não é uma novidade histórica, nem tampouco

uma exceção. O caso brasileiro é um emblema bem evidente, mas não deve ser considerado como algo isolado. Na história ocidental – desde a emergência moderna dos processos de revolução política e o posterior estabelecimento de parlamentos –, a divisão inicial entre *monarquistas* e *republicanos* foi se transformando e se tornando mais complexa, com ramificações que resultaram na oposição mais bem acabada e polarizada entre ideologias de direita e esquerda. A política na modernidade foi marcada pela resistência de grupos políticos conservadores à expansão da cidadania e do sufrágio nas sociedades. Tal oposição foi um retrato muito preciso da manifestação do autoritarismo como um fundamento em alguma medida estruturante da identidade ideológica dos projetos políticos mais à direita. Entretanto, com a expansão dos valores democráticos – especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial –, os movimentos e partidos políticos de direita adaptaram-se às democracias com sufrágio universal, ainda que essa integração tenha continuado permeada por tensões. É o que está exemplificado no “Dicionário crítico do pensamento da direita”, em seu verbete sobre *autoritarismo*:

Para os reacionários, as competições partidárias não passam de simples processos de aliciamento eleitoral, operando pelo suborno e por promessas demagógicas indiferentes aos interesses nacionais, sendo o sufrágio universal uma máscara que dissimula os apetites dos interesses privados. Na retórica da direita radical, a ideia de *reforço de autoridade* pode conduzir a saídas que levam ao fortalecimento do Poder Executivo e à supressão do Legislativo (RESENDE, 2000, p. 61, grifo da autora).

Evidente que este trecho não pretende servir como uma generalização sobre as ideologias e movimentos políticos de direita em sua totalidade, embora apresente um grau de generalização sobre o autoritarismo da dimensão mais extremada do campo político com ideias conservadoras. Para o debate que estou fazendo aqui, importa perceber que o autoritarismo que compõe os fenômenos *anti* de que estamos tratando – *antipetismo* e *anticomunismo* – é algo coerente com processos políticos de tensão e crise levados a cabo por forças políticas e ideologias de direita. O *golpe parlamentar* de 2016, que é o fato político que nos interessa mais propriamente, é, em última instância, uma ação autoritária na medida em que aqueles que tomam o poder não representavam as ideias e projetos eleitos para governar o Poder Executivo e, ainda por cima, haviam estado ao lado do projeto eleitoral derrotado pela então candidata

Dilma Rousseff.⁵¹ Esse autoritarismo vai muito além da retórica panfletária dos publicistas que pretendemos analisar. A questão autoritária está imbrincada em nosso arcabouço institucional e republicano. O cientista político Leonardo Avritzer revela o alcance do autoritarismo em nossa política e suas instituições e nos diz que

Temos [...] diversas vias antissoberanas abertas no Brasil que expressam elementos estruturais e problemáticos para a plena vigência da democracia. Do lado institucional, há a Lei do Impeachment, que cria um amplo arcabouço institucional antissoberano de remoção de mandatos; do lado do Poder Judiciário, temos a ampliação dos casos de suspensão de mandatos, que também enfraquece as dimensões eleitorais da democracia brasileira; do lado da estrutura política e de segurança, há o problema da não limitação de formas de interferência das Forças Armadas na política. Por fim, do lado do mercado há o aprofundamento da disjunção entre democracia e políticas públicas. Em conjunto, esses elementos têm sido capazes de fazer o pêndulo democrático se mover (AVRITZER, 2016, p. 47).

O autoritarismo brasileiro é, portanto, muito mais profundo que a mera manifestação do ódio político. O *golpe parlamentar* impulsionado pelas manifestações *antipetistas* é forjado dentro de nossa estrutura institucional eivada de mecanismos, pactos e conveniências de caráter autoritário. Dito isso, é preciso voltar ao grupo de autores que temos encontrado como idealizadores do *antipetismo*. De todos os estudos anteriormente mencionados, podemos extrair uma variação na quantidade e na identidade de autores classificados como *antipetistas*. A exceção apenas se dá no caso do escritor Olavo de Carvalho, apontado como expoente *antipetista* de maneira consensual por todos os pesquisadores que buscaram investigar esse grupo. Os outros se repetem várias vezes, ou são citados de maneira mais rarefeita. A título de investigação, optarei por centralizar a análise nos quatro autores que o historiador Patto Sá Motta sugere como centrais, que são, além de Olavo de Carvalho, o economista Rodrigo Constantino e os jornalistas Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi.⁵² Acrescentarei o historiador Marco Antonio Villa em virtude de sua formação de historiador e sua evidente e declarada intenção de disputar a memória. Esse recorte é necessário pois a esfera de divulgadores do *antipetismo* é ampla e fez

⁵¹ É necessário, aqui, lembrar a já mencionada tese do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que localiza como elemento determinante para a definição da tipologia de *golpe parlamentar* exatamente esse aspecto sutil no qual as forças políticas eleitas para serem oposição assumem fortuitamente a função de governo. Essa divisão se confirmou nas votações congressuais ocorridas nos principais projetos aprovados durante o governo de sucessão de Michel Temer (O GLOBO, 2017).

⁵² Em pequeno texto publicado em 2014 no “Blog da Editora Boitempo”, o psicanalista Christian Dunker também centraliza esses quatro ideólogos como um *núcleo* do neoconservadorismo brasileiro (DUNKER, 2014).

grande esforço editorial de massificação, tornando quase impossível uma análise detalhada caso a caso. Esses autores escolhidos são, no entanto, os mais longevos *antipetistas* e, também, os com maior impacto midiático nos espaços que ocuparam em veículos de comunicação, além de serem recordistas em número de publicações e panfletos. E aqui deve ser ressaltado o dado mais importante: tais autores são os que transitam da mídia impressa para a digital, que é o caminho detectado pelos pesquisadores já citados anteriormente.⁵³

Serão essencialmente esses autores que esculpirão uma *memória antipetista* registrada por uma *narrativa* construída no calor dos acontecimentos e que, juntamente a essa memória, farão uma sobreposição do *antipetismo* ao *anticomunismo*. Assim estimularão o ódio político contra seus inimigos e como consequência, faturarão um *golpe* acompanhado de uma tentativa de interdição política dos valores ideológicos de esquerda no país.

A importância dos autores selecionados neste estudo – ao registrar a memória *antipetista* – extrapolou a atuação em veículos da grande mídia. Tal como o funcionamento do *antipetismo* já detalhado anteriormente, esses publicistas utilizaram seus lugares midiáticos como plataforma para a disseminação política nas redes sociais, o que resultaria em mobilizações de rua a partir do ano de 2015. Esse aspecto ficaria registrado nos relatos e comemorações destes autores nos dias que se seguiram ao *golpe* de 2016 e até mesmo em seu eufórico envolvimento com as redes sociais e com os próprios movimentos políticos de rua. Esses autores construíram uma memória *antipetista* e, cientes disso, se autoproclamaram como vitoriosos após o golpe. A única exceção foi o escritor Olavo de Carvalho. Para este, o *impeachment* era um passo pequeno contra os adversários e era necessário destruir por completo os inimigos políticos que haviam sido derrubados. Pretendo detalhar como foram importantes, os perfis destes autores e seu histórico de publicações, na construção de uma identidade política entre os que clamavam um *golpe parlamentar*.

⁵³ Como ficará evidente, esses autores serão também aqueles reconhecidos pelas massas *antipetistas*, como seus formadores políticos.

Começo pelo historiador Marco Antonio Villa⁵⁴. Paralelamente à sua regular carreira acadêmica como professor e pesquisador, esse intelectual teve crescente inserção em veículos da grande mídia desde os anos 1990. Publicou neste período mais de duzentas colunas de opinião, revezando-se entre os principais jornais do país e a revista *Veja*. A partir do ano de 2005, seus textos paulatinamente foram se tornando cada vez mais estridentes e virulentos, ao passo que em determinado momento não havia mais espaço para reflexões que não estivessem recheadas de retórica *antipetista*. Nos anos que antecederam o *golpe parlamentar* integrou-se como comentarista diário na *Rádio Jovem Pan*, veículo que se caracterizou, após 2013, como o reduto mais reacionário entre as grandes empresas de comunicação do país. Para além de sua visibilidade midiática constante, publicou três obras que são importantes para compreendermos os sentidos e a narrativa da memória *antipetista*: “Mensalão”, publicada em 2012; “Década perdida”, do ano de 2013; e, finalmente, em 2014, “Um país partido”.

No dia 13 de março, véspera da votação de admissibilidade e afastamento de Dilma Rousseff, uma grande manifestação a favor do *golpe parlamentar* ocorreu em diversas capitais do país. Em São Paulo, milhares de pessoas uniformizadas nas cores verde e amarelo se juntaram na *Avenida Paulista* ao redor de trios elétricos e bonecos infláveis caricaturais. Entre eles, estava o historiador Marco Antonio Villa, que, eufórico, foi recebido pela multidão com gritos em deferência ao seu nome. Era como uma mensagem dos ali reunidos para aquele que consideravam um ideólogo importante. Ao subir no carro de som, o professor gritou entusiasmadamente para a multidão:

É redundante eu dizer que é a maior emoção que eu já tive na minha vida foi hoje [sic] estar aqui e ver milhões de brasileiros que não têm medo do projeto criminoso de poder! Aqui tem brasileiros! Aqui nós não temos medo! Aqui nós mostramos que o verde e amarelo é a cor de nossa bandeira e será para todo o sempre! (VILLA, 2016. Disponível em:

⁵⁴ Marco Antonio Villa nasceu em 1955, na cidade de São José do Rio Preto, iniciou a graduação em Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas abandonou o curso. É bacharel e licenciado em História, mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1989) e doutor em História Social pela USP (1993). Foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto de 1985 a 1993. Após 1994 passou a lecionar na Universidade Federal de São Carlos (SP), no Departamento de Ciências Sociais. Na instituição, foi professor por 19 anos, entre 1994 e 2013. Quando se aposentou, passou a se dedicar exclusivamente a sua atividade midiática. Em sua carreira como pesquisador, interessou-se principalmente pela história do Brasil no período republicano, campo sobre o qual tem diversos livros publicados.

<<https://www.youtube.com/watch?v=tidvWBAUREA>>. Acesso em: 17 jun. 2021).

Não havia constrangimento no apoio indiscriminado da grande mídia ao processo que corria. Pelo contrário, a imprensa brasileira majoritariamente estimulou manifestações de rua em favor do *golpe parlamentar* e participou ativamente deste processo. Marco Antonio Villa se sentia confortável com o espaço e a autonomia que recebia nos veículos em que publicava, e isso ocorria especialmente no caso de seu vínculo com a *Rádio Jovem Pan*, cuja programação lhe conferia bastante destaque. Ainda no calor dos acontecimentos, sua declaração, aos gritos, no final da cobertura da sessão de afastamento de Dilma retrata o grau de intercâmbio entre polemistas do *antipetismo* e empresas da grande mídia:

E a Rádio Jovem Pan jogou um papel fundamental! Ela mostrou na prática o seu compromisso que não é de slogan não! De ser a rádio do Brasil! Arriscou! Arriscou porque estava enfrentando criminosos, né? Luiz Inácio Lula da Silva! Dilma Rousseff! Ministros da senhora Dilma que vinham ameaçar... Sem vergonhas! Quadrilheiros que receberam dinheiro roubado do petrolão! Então nós mostramos na prática quem é brasileiro, quem tem sangue brasileiro, e que não é traidor, não é bandido, não é corrupto! Então o papel aqui da Rádio Jovem Pan, e é importante falar isso agora: foi de coragem! Arriscou! Pôs a cabeça a prêmio! (VILLA, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2BayD0CIHNw>>. Acesso em 26 mai. 2021).

Não era verdadeiro que fosse um risco fazer uma cobertura midiática *antipetista* naqueles dias no Brasil. O que poderia se deduzir é, inclusive, o contrário: ser filiado ou simpatizante do PT tinha um custo social e político grande. Mas o que chama a atenção para além dessa relação muito íntima entre grande mídia e *antipetismo* é o sentimento de vitória e comemoração que o historiador Villa assumiu poucas horas depois da derradeira votação:

Foi uma derrota histórica. Não há volta atrás! É impossível imaginar por exemplo, que o Senado rejeite ou devolva, ou que Dilma volte à presidência. Nós derrotamos o projeto criminoso de poder! Tivemos uma vitória histórica! Lula, o chefe da quadrilha, foi derrotado! Todo esse esquema criminoso que envolve milhares e milhares de pessoas que viveram do nosso dinheiro! Dos impostos! Da corrupção! Da maior destruição até hoje na história do Brasil, e do ocidente, de corrupção!

[...] É inegável, né? Não dá para pensar lá na frente em tudo que vá ocorrer! O que interessa é nossa grande vitória! Aquilo que eles imaginavam que nunca ocorreria, mas que nós, com nossa grande determinação, disposição de luta, e principalmente, de amor ao Brasil, nós conseguimos! Derrotamos o PT! Derrotamos o criminoso Lula! Fizemos o impeachment pela lei e pela

Constituição! Nesse momento a gente pode dizer: nós somos brasileiros! Aqui corre sangue brasileiro! Derrotamos criminosos! Viva o Brasil e vamos em frente! Agora livre do Lula! Livre da quadrilha do PT! (VILLA, 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=R0ndA_E0m74&list=PLqqsvkz8oJYWB R4E2dZX3N0VQwOwAqi8l&index=5>. Acesso em 17 jun. 2021).

O tom triunfal de Marco Antonio Villa e a mensagem aos seus ouvintes e seguidores nas redes sociais significava algo muito claro: os valores políticos *antipetistas* tinham finalmente vencido. Não era uma vitória eleitoral. Era uma vitória por um afastamento, um *golpe parlamentar*. Essa era considerada a maior vitória política dos movimentos *antipetistas*, como o historiador faz questão de ressaltar, e não apenas dele, mas também daqueles que o ouviam e o consumiam. Sem dúvida alguma, Marco Antonio Villa era um vitorioso aquele dia e sabia que todos os seus anos de pregação *antipetista* estavam finalmente sendo recompensados.

O jornalista Reinaldo Azevedo⁵⁵ seria outro que colheria os louros da vitória durante aqueles eventos. Sua carreira jornalística de longa data se pautou por um *anticomunismo* perene desde os primeiros anos da Nova República. A partir de 2005 iniciou um *blog* no portal da revista *Veja*, no qual se notabilizou por seu *antipetismo* sistemático. Esse espaço seria um dos bastiões de disseminação da mensagem *antipetista*. Tamanho era seu sucesso e popularidade que no ano de 2014 que, tal qual Marco Antonio Villa, passou a integrar a *Rádio Jovem Pan* como comentarista político e com um programa próprio em horário destacado de audiência. Nesse percurso, escreveu livros compostos por seleções cronológicas dos textos que considerava mais importantes publicados no seu blog. Em 2008, publicou “O país dos petralhas”, que foi seguido, em 2012, por “O país dos petralhas II”, e, por fim, em 2014, publicou “Objecções de um rottweiler amoroso”. O jornalista adornava seu antipetismo com uma estética ácida e assim se consolidou como um dos principais artífices da sobreposição entre valores *anticomunistas* e *antipetistas*.

⁵⁵ José Reinaldo Azevedo e Silva, conhecido como *Reinaldo Azevedo*, nasceu na cidade de Dois Córregos, em São Paulo, no ano de 1961. Frequentou, mas sem concluir, o curso de Letras na Universidade de São Paulo (USP) e formou-se em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Em seu período estudantil, militou na organização política de orientação trotskista, *Liberdade e Luta* (Libelu). Posteriormente, trabalhou como redator-chefe das revistas “Primeira Leitura” e “Bravo!”. Depois, foi editor-adjunto de política da Folha de São Paulo e redator-chefe do jornal Diário do Grande ABC. Passou por vários veículos jornalísticos e continua atuando no mesmo ramo.

No dia 11 de abril de 2016, Reinaldo Azevedo estava ansioso pelo que se desenhava naquela semana em Brasília. Um muro artificial havia sido colocado na *Esplanada dos Ministérios* para evitar o contato entre defensores do PT e a turba de verde e amarelo. A medida era um símbolo daqueles dias. O histórico de agressão e intolerância com pessoas vestidas de vermelho que cruzavam as manifestações *antipetistas* era um alerta de temor para a administração do Distrito Federal. Aquela proteção necessária ante a violência das multidões *antipetistas* entrava em choque com a narrativa dos polemistas animadores da turba.⁵⁶ Reinaldo Azevedo foi a seu *blog* oferecer uma justificativa na qual aproveitou para justificar a sobreposição entre *anticomunismo* e *antipetismo*:

Durante 28 anos, o muro [de Berlim] se tornou o símbolo de um mundo falsamente dividido em duas moralidades, ambas supostamente legítimas e assentadas em justas aspirações humanas. Uma ova! No mundo comunista estavam a ditadura, o terror, o atraso, a violência, a destruição da individualidade, o esmagamento dos direitos.

Do outro lado, assentavam-se as chances de uma vida digna — o que nunca quis dizer que todos os países capitalistas tivessem ou tenham oferecido — ou ofereçam ainda hoje — condições dignas de vida a seus cidadãos. Mas, antes como agora, isso quer dizer que a democracia só é compatível com o capitalismo, embora possa existir capitalismo sem democracia. Tal realidade nos conduz ainda a outra implicação: não existe socialismo sem ditadura, embora nem toda ditadura seja socialista.

Sim, o socialismo, como alternativa civilizatória, morreu em 1989, restando, mundo afora, não mais do que aleijões morais como Cuba, Coreia do Norte ou Angola, onde autoritários disputam com ladrões para saber quem impõe com mais determinação a sua agenda.

Mas o muro sobrevive nas mentalidades de grupelhos que aparelham o estado brasileiro, a serviço do PT, e que se organizam para cassar direitos inalienáveis do povo brasileiro (AZEVEDO, 2016. <Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-muro-da-vergonha-de-brasilia-merece-sim-ser-chamado-de-muro-de-berlim/>>. Acesso em: 17 jun. 2021).

A associação entre o PT e o comunismo internacional não era uma novidade naquele momento. Durante anos, Azevedo e os outros haviam consolidado essa percepção nos leitores que os acompanhavam nos espaços da grande mídia. Era, portanto, natural que o avanço ao poder através de uma derrubada de uma presidente fosse traduzido como uma *libertação* contra o comunismo autoritário. Essa interpretação dava a tonalidade do espírito daquele momento. Para os *antipetistas*, estaria se

⁵⁶ Os pregadores do *antipetismo* acusavam os militantes do PT — e de outras agremiações de esquerda — de carregarem atributos de intolerância política e autoritarismo. Entretanto, a situação de risco aos apoiadores de Dilma demonstrava cabalmente o inverso.

repetindo no Brasil o que ocorrera nos momentos finais da extinta União Soviética e seus países satélites segundo a interpretação hegemônica e cotidiana do Ocidente, ou seja, uma massa de um povo *oprimido* se salvava de um regime totalitário. Obviamente era disparatada tal comparação. No Brasil assistíamos multidões *antipetistas* atuando politicamente com apoio financeiro de grandes empresários e de uma imprensa livre, contando também com uma ampla conivência do poder Judiciário e das forças policiais em momentos de agressão contra adversários políticos e pessoas de esquerda.

Na véspera do derradeiro dia, quando ocorreu o afastamento de Dilma, Reinaldo Azevedo sentia o clima do país. As redes sociais estavam apinhadas de notícias falsas, como apontado anteriormente neste capítulo. Era dado quase como certo o afastamento antes da sessão. Azevedo, então, naquele dia 15, publicou um texto em seu *blog* antecipando o triunfo que se revelaria na votação. “Olhem para a cara de Lula. Olhem para a cara do nosso passado. Passou!”, era o título de sua coluna. Tal qual se anunciaria naquela sessão, o colunista já predizia o sentimento de superação de determinada época e a legitimação de uma narrativa final sobre a memória dos anos petistas. O texto terminava com a sentença: “Olhem para Lula. Olhem para a cara do nosso passado. O futuro está chegando.” (AZEVEDO, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/olhem-para-a-cara-de-lula-olhem-para-a-cara-do-nosso-passado-passou/>>. Acesso em: 17 jun. 2021). Um ar de vencedor pairava sobre seu texto. Mas a carta do triunfo político viria na madrugada do dia 18, no texto intitulado “Resultado representa a vitória dos conservadores da democracia, como MBL e VPR”, logo após a sessão do *golpe parlamentar*.

Como chegamos aqui?

O resultado deste domingo não nasce do acidente, mas da determinação; não é fruto do acaso, mas da convicção; não decorre do reacionarismo estúpido e encarquilhado, mas do conservadorismo virtuoso, que jamais havia encontrado sua devida expressão nas ruas: o que está em marcha é a revolução dos conservadores das instituições democráticas.

[...] A população de verdade, que fala por si e não em nome de um partido, está depondo Dilma Rousseff. E jovens que, felizmente, nada devem às ideias mortas que oprimem o cérebro dos vivos tiveram a coragem de dizer: *Vem pra rua em nome de um Brasil livre.*

E a coisa se deu!

É a vitória dos conservadores de instituições democráticas (AZEVEDO, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/resultado-representativa-vitoria-dos-conservadores-da-democracia-como-mbl-e-vpr/>>. Acesso em 17 jun. 2021).

O jornalista estava escrevendo, ao seu estilo, uma carta triunfo. Nela, reivindicava a vitória dos *conservadores* entre os quais ele se incluía. A rejeição à possibilidade de acaso na eclosão daquele processo visava claramente negar a acusação de espontaneidade e reivindicar uma organização, e, acima de tudo, uma coerência ideológica. Essa alegada *coerência* estava vinculada às ideias que ele mesmo havia ajudado a moldar e construir ao longo daqueles anos sob o governo do PT.

A postura do jornalista Diogo Mainardi⁵⁷ no comando de seu blog *O Antagonista*, não foi diferente dos autores já mencionados. Este jornalista, desde o final dos anos 1990, escrevia regularmente uma coluna semanal para a revista *Veja*. Seus temas inicialmente eram assuntos relacionados a *cultura*. Em 2002, a partir da eleição de Lula à presidência, sua temática mudou drasticamente. Mainardi começou a se dedicar à política e adotou um tom debochado e histriônico contra o presidente que acabara de ser eleito. Esse modo mais irreverente adquiriu uma característica cada vez mais agressiva com o passar dos anos, e, assim, Diogo Mainardi se consolidou como um dos mais engajados divulgadores do *antipetismo*. Em 2004, sua reputação como comentarista político o alçou a uma posição de prestígio como um dos membros do programa *Manhattan Connection*, transmitido semanalmente pelo canal de TV paga *Globonews*. Paralelamente com a atividade jornalística, Mainardi publicou livros que também seriam fundamentais para a tentativa de estabelecimento de uma memória *antipetista*. São os títulos “A tapas e pontapés”, de 2004, e “Lula é minha anta”, de 2007, ambos seleções de narrativas cotidianas e políticas de forte apelo *antipetista* e que haviam sido publicadas em sua coluna na revista *Veja*. Em 1 de janeiro de 2015 – de maneira simbólica e em sincronia com o começo do segundo mandato de Dilma Rousseff – o jornalista iniciou as atividades no blog *O Antagonista*, e, em seu texto inaugural registrou seu objetivo:

⁵⁷ Diogo Mainardi é natural da cidade de São Paulo. Nascido em 1962, é filho do publicitário Enio Mainardi. Morou em Veneza, na Itália, e posteriormente residiu no Brasil. Em sequência, retornou a Veneza, onde vive até hoje. Ingressou como estudante no London School of Economics ainda na juventude, mas rapidamente abandonou o curso. Dedicou-se a atividades como escrita, dramaturgia, crítica de arte e, finalmente, ao jornalismo, que exerce até hoje.

Dilma Rousseff sobe a rampa do Palácio do Planalto. O Antagonista espera que, daqui a alguns meses, seu mandato seja cassado – democraticamente cassado – e ela tenha de percorrer o caminho inverso, rolando rampa abaixo [...]. É o primeiro item da lista de bons propósitos deste jornal: trabalhar pelo impeachment de Dilma Rousseff (O ANTAGONISTA, 2015. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/rolando-rampa-abaixo/>>. Acesso em 27 mai. 2021).

Na semana anterior ao dia do impedimento na Câmara dos Deputados, o *blog* capitaneado por Mainardi estava trabalhando em ritmo acelerado e publicando notas em um ritmo frenético. O tom daqueles textos transmitia a ansiedade e empolgação dos redatores. Ainda no dia 11 de abril daquele ano, um texto intitulado “Viva a vingança” era publicado e traduzia o espírito dos que desejavam derrubar Dilma Rousseff. Impondo um pouco de sadismo diante daqueles que considerava *inimigos* políticos, o texto afirmava:

É de chorar de rir o mimimi de que, como Eduardo Cunha detonou o impeachmet [sic] por vingança, isso compromete o processo.

Vamos lá:

[...] O impeachment de Collor foi movido a muita vingança do PT e nem por isso pecou por falta de lisura;

[...] A vingança é um dos motores da política, goste-se ou não. Graças à vingança, muita sujeira veio à luz do sol.

Viva a vingança (O ANTAGONISTA, 2016. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/viva-a-vinganca/>>. Acesso em: 17 jun. 2021).

Diogo Mainardi estava sendo coerente com sua longínqua militância *antipetista*. O jornalista não teria pudor algum ao expor suas motivações apaixonadas pela causa do *golpe parlamentar* que estava em curso. Ele não deixaria de comemorar efusivamente nos dias posteriores. O evento para Mainardi era como uma farra política e portanto era o momento no qual deveria tripudiar finalmente sobre aqueles que vencia. Foi isso o que registrou seu blog, ainda nos minutos posteriores ao alcance do número de votos para consolidar o afastamento da presidente. O texto destacava em caixa alta o momento:

CÂMARA APROVA O IMPEACHMENT!

A CÂMARA CHEGOU AOS 342 VOTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAR O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.

AGORA O PROCESSO IRÁ AO SENADO PARA O JULGAMENTO FINAL.

A FARSA PETISTA COMEÇA A SER DESMONTADA NO PLANO INSTITUCIONAL E POLÍTICO.

DILMA VAI ROLAR RAMPA ABAIXO, COMO DISSEMOS NO PRIMEIRO POST DESTE SITE.

E LULA TAMBÉM (O ANTAGONISTA, 2016. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/camara-aprova-o-impeachment/>>. Acesso em 18 jun. 2021).

Esse era o momento da grande vitória, esperada depois de tantos anos e depois tantas derrotas eleitorais. Essa comemoração explosiva representava para os *antipetistas* a superação de uma frustração eleitoral constante desde que Lula havia chegado ao planalto, em 2002. Mainardi não deixaria de comemorar como fizeram Marco Antonio Villa e Reinaldo Azevedo, e então fez questão de registrar aquela vitória. No dia seguinte, em reunião com os redatores do seu *blog* através do *Youtube* apontou seu triunfo:

Bom dia, boa noite. Tô [sic] esperando a fanfarra! Fogos de artifício! Nada disso? A gente vai ser tão fleumático?

[...] Ressaca!

[...] Eu fiquei até as cinco da madrugada ontem.

[...] Eu perdi dez anos de vida ontem. Porque as expectativas [sic] [...]

[...] Eu tava [sic] tão... Eu tava [sic] feliz! [...] A gente ficou emocionado até com o resultado. No momento em que foi apresentado o resultado final, foi emocionante! Foi algo... Ali no momento você fala: minha nossa, cada discurso, de onde saiu essa gente? Agora, quando eu fui deitar, às cinco da madrugada, me ocorreu algo que tem que ser levado em conta. Esses caras aí, que fazem esses discursos todos, eles recusaram – acho que na primeira vez na vida deles – cargo, dinheiro, propina, pra votar pelo impeachment. Eles fizeram um cálculo, evidentemente, mas o cálculo deles foi para o bem! E isso tem que ser louvado, né? Porque até ontem eles estavam na base do governo. Até ontem eles estavam na base aliada, e hoje não são mais. Quer dizer, eles fizeram uma opção que foi boa pra nós, foi boa para o Brasil inteiro. Eles entenderam isso. Eles entenderam que se eles afundassem o Brasil junto com a Dilma Rousseff, isso não seria tão positivo pra eles [...] (MAINARDI, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BgQR3VZ8_Bo>. Acesso em 18 jun. 2021).

As observações do jornalista sobre os votos dos deputados e seus discursos estavam otimistas por causa das justificativas dos deputados. Elas expressavam uma retórica *antipetista* que claramente era influenciada pelos polemistas que venho apontando, entre os quais Mainardi ocupava um lugar importante. Essas mesmas ideias estavam

naturalizadas e eram veladamente disseminadas pela grande mídia em seus produtos e meios de comunicação.

O economista Rodrigo Constantino⁵⁸ foi outro costumaz ideólogo do *antipetismo* com grande espaço na mídia brasileira. Operador do mercado financeiro, também foi responsável pela fundação do *Instituto Liberal* e membro fundador do *Instituto Millenium*.⁵⁹ Publicou colunas em diversos jornais e revistas brasileiras, tais como *Valor Econômico*, *O Globo*, *Correio do Povo*, *IstoÉ*, *Veja* e *Gazeta do Povo*, entre as décadas de 2000 e de 2010. Tornou-se comentarista diário na *Rádio Jovem Pan*, também devido a sua constante apologia *antipetista*. Entre seus livros publicados, dois foram dedicados ao ataque contra o PT e seus militantes. O primeiro, “Estrela cadente”, de 2005, é uma narrativa de condenação a toda a história pregressa do partido, e especialmente de seus anos iniciais à frente do governo. O segundo, “Contra a maré vermelha”, de 2015, é uma compilação de textos e colunas que apresentam o cotidiano político e também ajudam na composição de uma memória *antipetista*. O próprio autor tinha clareza de seu papel e do *antipetismo* naquele momento, e expressou em sua coluna, no dia 14 de abril de 2016, na *Gazeta do Povo*, que

parece claro que há um clima de muita revolta e indignação. Os nervos estão à flor da pele. Essa raiva tem sido útil para se enfrentar os truques dos governantes, dispostos a *fazer o diabo* para ficar no poder. O ambiente de guerra, em boa parte causado pelo próprio PT, serviu à união dos brasileiros cansados do cinismo e dos abusos do lulopetismo.

O denominador comum dessa imensa quantidade de gente, sem dúvida, é o antipetismo (CONSTANTINO, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/vamos-subir-o-nivel-b1ir9qnpwg7dd4zs9i229sxef/>>. Acesso em 18 jun. 2021, grifo do autor).

Tal qual Azevedo anteriormente, Constantino sentia o clima que a grande mídia e ideólogos do *antipetismo* propagavam. O economista achava útil a instrumentalização do ódio *antipetista*. As massas verde-amarelas estavam furiosas e prontas para hostilizar qualquer pessoa que as questionasse. Esse enfrentamento se dava em clima de linchamento moral e físico. Mas, como tudo que ocorria naqueles dias, a

⁵⁸ Rodrigo Constantino, nascido em 1976, formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) com *Master in Business Administration* (MBA) de Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atua no setor financeiro desde 1997. Desde 2015, reside no Estados Unidos da América, de onde mantém sua atividade como colunista político.

⁵⁹ Essas instituições são *think tanks* que operam para a divulgação de ideias e agendas políticas e econômicas neoliberais.

violência se tornava aceitável se fosse feita em nome do *antipetismo*. Dois dias antes da votação do impeachment na Câmara, a coluna de Constantino foi reveladora de seu intento:

Ainda não somos a Venezuela, a despeito de todo o esforço petista. Nem seremos! Até porque esse projeto nefasto de poder chegará ao fim em breve, com o primeiro grande passo no domingo, com a aprovação do pedido de impeachment pela Câmara. A pá de cal virá em maio, quando o Senado referendar tal decisão (CONSTANTINO, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/nao-somos-venezuela-ainda-e-nem-seremos/>>. Acesso em 18 jun. 2021).

Um dos diferenciais dos articuladores do *antipetismo* foi seu compromisso aberto com a causa. Outros colunistas políticos e formadores de opinião que transitavam nos meios de comunicação se preocupavam em velar seus objetivos. Rodrigo Constantino – e os outros *antipetistas* que destaco – não omitiam suas intenções, assim como tinham consciência de fazerem parte de um grande movimento político. Este autor não se comportou de maneira diferente, e, em 18 de abril, sua coluna no jornal *Gazeta do Povo* comemorou:

Domingo, dia 17 de abril de 2016. Um dia histórico, que marcou para sempre nossa democracia. Não poderia estar longe, e me orgulho de ter ido à praia de Copacabana marcar presença, como fiz também na manifestação de 13 de março.

Após a pressão popular, o Congresso em peso aceitou o pedido de impeachment da presidente Dilma, a pior que o Brasil já teve, uma desequilibrada autoritária, incompetente e conivente com uma quadrilha que vem assaltando o estado desde 2003 (CONSTANTINO, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/um-dia-historico-mas-apenas-o-primeiro-passo-de-nosso-futuro/>>. Acesso em 18 jun. 2021).

O jeito cerimonioso de tratar a data foi acompanhado pela reivindicação de vitória. Não apenas tomou lugar na comemoração, como também evidenciou a relação de causa e efeito com a *memória condenável* sobre os anos que passaram. *Memória* essa na qual a *narrativa* foi também alimentada pela atuação midiática e editorial do economista.

Por fim, chegamos ao mais radical dos *antipetistas*, o escritor Olavo de Carvalho⁶⁰. Esse autor autointitulado filósofo e professor tem extensa contribuição em jornais brasileiros. Carvalho publicou textos na *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Época*, e, mais recentemente, no *Diário do Comércio*. Parte desses textos, escritos entre as décadas de 1990 e 2010, foi reunida e organizada em um livro intitulado “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, publicado no ano de 2013. Sua militância *antipetista* sempre se deu nos termos do tradicional *anticomunismo* brasileiro. O escritor foi o grande responsável pela sobreposição dos dois fenômenos, ainda que os outros ideólogos do *antipetismo* tenham contribuído com a tarefa. As redes sociais de Carvalho estavam muito movimentadas naqueles dias e sua maior irritação se dava com o apoio das massas verde e amarelo ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Em seu perfil no *Twitter*, no dia 13 de abril de 2016, cravou sua sentença e postou “o @ptbrasil [sic] não pode ser derrotado. Só pode ser destruído” (CARVALHO, 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/OdeCarvalho/status/720294039812120576>>. Acesso em 18 jun. 2021). Era uma antecipação da divisão entre as facções e agitadores *antipetistas* que se estabeleceria nos primeiros dias após o afastamento da presidente e perduraria pelos meses e anos vindouros.⁶¹ Para Olavo de Carvalho, era necessário exterminar o PT, seus filiados e simpatizantes, pois só assim seria possível uma vitória real.

Em 18 de abril, dia posterior ao *golpe*, demonstrando inconformidade, postou em seu *Twitter*: “1) Foi uma vitória contra o @PTBrasil [...]? Sim. Foi uma vitória contra a corrupção? Ainda não. 2) Foi uma vitória contra o esquema comunista continental? Não” (CARVALHO, 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/OdeCarvalho/status/722025474004754432>>. Acesso em 18 jun. 2021). O alvo simbólico era o PT, mas o foco maior e mais amplo era o comunismo

⁶⁰ Olavo de Carvalho é nascido em Campinas, no Estado de São Paulo, no ano de 1947. Viveu grande parte da vida na cidade de São Paulo e tem um histórico de abandono da educação formal. Começou a trabalhar na empresa Folha da Manhã S/A, ainda com 18 anos. Afirma ter sido filiado ao Partido Comunista Brasileiro de 1966 a 1968. Em 1980, tornou-se membro da Tariqa, ordem mística muçulmana, para, em seguida, abandonar a religião. Em 2002, fundou o site Mídia sem Máscara, dedicado à análise dos noticiários. Desde 2005, vive nos Estados Unidos da América, onde oferece cursos online sobre temas diversos. Tem inúmeros livros publicados sobre assuntos relativos a filosofia e religião. É uma figura com uma vida obscura, permeada de episódios controversos e mau esclarecidos.

⁶¹ Com a materialização do *impeachment* de Dilma Rousseff, os autores do *antipetismo* se antagonizaram publicamente. Esses enfrentamentos se tornaram frequentes, motivando inclusive rupturas políticas entre as partidos, lideranças públicas e movimentos sociais.

supostamente imiscuído na cultura da sociedade. Ainda que não estivesse satisfeito, o escritor registrou que não estava contra o impeachment, e apenas queria ir além. A postagem no dia 20 de abril em seu perfil no *Twitter* afirmava: “1) Não desprezo o impeachment, porque não sou um mendigo ingrato. 2) Mas nenhuma gratidão me obrigará jamais a confundir uma esmola com um prêmio da Mega-Sena” (CARVALHO, 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/OdeCarvalho/status/722770237767024640>>. Acesso em 18 jun. 2021).

As reações desses autores não eram solitárias e se deram em sincronia com os grandes meios de comunicação e seus editoriais comemorativos. A grande mídia havia vencido juntamente com os valores políticos do *antipetismo*, e os mais fanáticos *antipetistas* fizeram questão de reivindicar suas vitórias. Esses polemistas tinham ciência de seu papel na formação política de boa parte das multidões que estavam nas ruas à caça do PT e seus simpatizantes. A maioria deles viria a se desentender publicamente em função de discordâncias sobre os caminhos que a política vitoriosa foi estabelecendo. Esse descontentamento, que foi desfazendo alianças tácitas e veladas, se deu no mesmo ritmo das crises políticas decorrentes da desunião entre facções *antipetistas* das quais cada ideólogo era porta-voz. A inesperada ascensão de Jair Bolsonaro e a desmoralização da operação Lava-Jato⁶², que tanta cizânia pública causariam entre Reinaldo Azevedo, Marco Antonio Villa, Diogo Mainardi, Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho, demonstram que todos os citados se consideravam bússolas para o movimento *antipetista*.

Mas, se, por um lado, divergências políticas futuras iriam aos poucos criar conflitos internos entre estes autores, por outro, o *antipetismo* como fator eleitoral se manteve intacto em suas consequências e assegurou conquistas desde o *golpe parlamentar*. Isso fica bem evidente observando que tanto nos espaços da grande mídia quanto na dinâmica eleitoral um consenso *antipetista* se consolidou. É o que o pesquisador da comunicação Dênis de Moraes compreende em seu texto “Forjar o consenso, neutralizar o dissenso”. Para este intelectual,

⁶² Essa foi a ferramenta jurídica para a perseguição a políticos do PT e a interdição eleitoral da maior liderança petista, o ex-presidente Lula.

O consenso tecido no interior da mídia corporativa situa a discordância como *irresponsável, inconsequente, desagregadora* etc. Tais reprovações são difundidas por quem teria, supostamente, legitimidade para definir os antagonistas, impugnando seus modos de pensar e ignorando-os como traduções de diferenças que precisam ser compreendidas antes de serem julgadas ou desacreditadas (MORAES, 2019, p. 47, grifos do autor).

É o que se estabeleceu como consequência mais notável após o triunfo na forma de *golpe parlamentar*. Aquele evento é o último de uma sequência de outros acontecimentos e pequenas vitórias *antipetistas*, pelo menos desde os à crise do *mensalão*.⁶³ Para Dênis de Moraes, o consenso midiático é almejado e construído como meta para a consolidação de uma hegemonia tal qual compreendida por Antonio Gramsci. Nesses termos, proponho que o consenso *antipetista* é um fator político necessário para garantir a imobilidade da hegemonia das classes dominantes brasileiras, muito bem representadas, aqui, pela elite empresarial bilionária que comanda a grande mídia do país desde muitas décadas. A propaganda *antipetista* foi e é necessária para a garantia de uma hegemonia política e cultural, impedindo que movimentos políticos progressistas construam mudanças estruturais enquanto exercem o poder,⁶⁴ tal como o *anticomunismo* antes também garantiu. É sobretudo por isso que o *antipetismo* também pode ser caracterizado como uma modalidade de *autoritarismo* político, pois ele está no plano ideológico como uma ferramenta cultural de bloqueio da consolidação democrática. Como posto antes pelo cientista político Leonardo Avritzer, a sociedade brasileira acumulou ferramentas que impedem política e institucionalmente a consolidação da cidadania de maneira completa. Entretanto, para este autor, são especialmente as engrenagens jurídicas e institucionais que garantem nossa eterna incompletude democrática. Acrescento a esses objetivos no plano político, o mecanismo ideológico *antipetista* – *anticomunista* como uma dimensão cultural necessária para a legitimação desse bloqueio.

Para terminar, gostaria de retomar a questão da *consciência histórica* e sua relação com os fenômenos da *memória* e da *narrativa*. A derrubada de Dilma Rousseff e do PT pode ser precisamente apontada como ocorrida com a admissão da denúncia e afastamento da então presidente no dia 17 de abril de 2016. A sessão parlamentar e

⁶³ Termo jocoso e massificado pela grande mídia para caracterizar processos de investigação política contra o PT, ocorridos desde o ano de 2005.

⁶⁴ A conciliação levada a cabo pelo próprio PT é uma evidência da necessidade de se manter uma hegemonia que impeça mudanças estruturais em termos sociais e econômicos no país.

sua disputa política e *narrativa* decorrentes simbolizam a vitória e ascensão concreta da política *antipetista*. Procurei demonstrar que os idealizadores e divulgadores dessa ideologia – tanto, de maneira difusa, através dos grandes veículos de comunicação, quanto, em particular, através dos registros triunfantes imediatamente antes e depois do evento – foram, de fato, elementos fundamentais para a consolidação de uma *narrativa* sobre a *memória* dos anos governados pelo PT. Resta agora detalhar a forma e o conteúdo da *memória* antipetista construída pelos autores aqui recortados e a sua importância para a formação de um horizonte de expectativa *autoritário* como um dos fundamentos da *consciência histórica* que mobilizou a política brasileira nesse amanhecer nublado do século XXI.

Na batalha política da memória, Lula estava vencendo.

Marco Antonio Villa (2012)

CAPÍTULO II

DA MEMÓRIA À IDENTIDADE ANTIPETISTA

Os meses e anos que se seguiram à derrubada do Partido dos Trabalhadores naquele mês de abril do ano de 2016 foram marcados por uma interdição política velada às manifestações em defesa ou apoio aos símbolos e significados que faziam alusão política àquele partido e seus simpatizantes. Isso era notório especialmente na cobertura da política cotidiana do país, mas se estendia também à vivência profissional e privada das pessoas. Quando o tema vinha à tona em relatos jornalísticos, era sempre antecipado por ressalvas condenatórias. Esse clima de proscricção na esfera pública em relação ao *petismo* se materializava tão intensamente que o ex-presidente Lula seria preso e condenado meses antes de poder concorrer à eleição do ano de 2018, em um processo que se comprovaria fraudulento.⁶⁵ Esse semi-ostracismo político do *petismo* e seus líderes era um claríssimo efeito do recente triunfo das forças políticas *antipetistas* no ano de 2016.

O consenso *antipetista* herdado do embate político em torno do *impeachment* se mantinha onipresente na grande mídia e nas disputas eleitorais do país. De maneira difusa, impunham-se lembranças com ares soberanos de certeza e verdade sobre os anos dos governantes derrubados. Interessa-me neste capítulo detalhar o enredo que os polemistas *antipetistas* urdiram nos anos anteriores a 2016, aproximadamente desde o ano de 2002, quando Lula foi eleito, pela primeira vez, presidente da República. Interessa-me também apontar algumas consequências deste processo. Em primeiro lugar, é necessário fazer algumas observações sobre o fenômeno da memória e sua manifestação coletiva.

⁶⁵ A condenação do ex-presidente foi orquestrada a partir da conspiração envolvendo o então juiz Sérgio Moro e uma força-tarefa de procuradores engajados politicamente no ano de 2017. Em 2019, a descoberta de conversas e acordos privados entre Moro e os procuradores, ocorridos durante as investigações e julgamentos no âmbito da Operação Lava Jato, demonstrou a trama conspiratória contra o ex-presidente Lula e levou a sua soltura no mesmo ano. Em 2021, suas condenações foram finalmente anuladas pelo Supremo Tribunal Federal e o ex-juiz Moro foi em seguida considerado suspeito em relação às sentenças relacionadas à Operação Lava Jato. Para escapar do debate e do calor público desse revés, o juiz obteve um emprego na cidade de Washington (EUA) em uma das empresas envolvidas nos casos que julgou e se mantém afastado do Brasil desde então.

As relações entre a produção midiática e produção de memória têm sido exploradas em vários estudos. A jornalista Ana Paula Goulart Ribeiro e o pesquisador das comunicações Igor Sacramento publicaram um livro sobre a dinâmica entre a mídia televisiva e a memória. Em suas reflexões sobre as conexões entre os dois objetos, os autores defendem que a mídia,

ao mesmo tempo em que seleciona, apresenta e dissemina os eventos do passado a serem lembrados no presente, busca registrar aquilo que poderá ser lembrado no futuro e ainda se constituir como fonte para escrever a história. [...] A memória é parte essencial das atividades midiáticas. Mesmo o jornalismo, que a princípio se ancora na ideia de atualidade, participa do processo de formação da consciência, propondo ao público formas de inteligibilidade e percepção sobre o passado. Está [portanto] envolvido – em qualquer época – na produção da memória coletiva (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2020, p. 27).

A *memória coletiva* invocada pelos autores é um retorno ao fundador deste debate: o sociólogo Maurice Halbwachs. Este intelectual propõe pela primeira vez a compreensão do fenômeno da *memória* como um objeto separado do que se entendia desde o século XIX como *história*. Para ele, a *memória* se colocava dividida em duas faces – ao mesmo tempo antagônicas e complementares – que eram as suas dimensões *individual e coletiva*.

Ainda que, em seu estudo, não estivesse tratando especificamente da relação memorial e as influências dos meios de comunicação cotidianos, Halbwachs percebia muito claramente a influência específica desse aspecto na construção de uma *memória* de um indivíduo sobre um acontecimento *coletivo*. Ao tentar detalhar esse processo e sua constituição, o sociólogo escolheu o impacto jornalístico e midiático como exemplo principal:

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte [a França] foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes de meu nascimento. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Ainda que o exemplo de Halbwachs deva ser interpretado a partir de sua experiência vivida no começo do século XX, quando a imprensa escrita e radiofônica ainda eram quase inteiramente as únicas fontes de informação sobre os acontecimentos imediatos nos grandes centros políticos, e considerando que, desde então, muitas formas de acesso à informação se sofisticaram e multiplicaram – especialmente com a emergência da televisão e posteriormente da internet e suas redes sociais –, seu alerta sobre a formação de *memórias coletivas* continua válido em relação à condição indireta de acesso aos acontecimentos. Partindo dessa premissa, proponho que os meios de comunicação brasileiros que compõem a grande mídia conseguiram formatar uma narrativa com grande capacidade de registro no instável domínio da *memória coletiva*.

Não se pode negar a atuação majoritariamente *antipetista* da grande mídia brasileira, como detalhei no capítulo anterior. Mas essa conclusão não deve ser simplória e automaticamente constatar que uma *memória coletiva* moldada pelos autores *antipetistas* se materializou hegemônica sem concorrências e contradições. Essa ressalva se faz necessária pois o próprio Halbwachs fala da autonomia individual diante de memórias coletivas. Para ele, estas se formam em grupos de indivíduos que se identificam e convivem juntos, de tal maneira que é preciso um compartilhamento de vivências em grupo para assimilar um período de maneira comunitária. Sendo assim, em relação à *memória antipetista* não poderia ser diferente. Mas há um elemento que se singulariza na formação de *memórias coletivas* em um ambiente de acesso amplo às redes sociais, como no Brasil atual: os grupos de indivíduos que acreditam compartilhar coletivamente os acontecimentos informados, narrados e transmitidos pelas mídias têm um tamanho exponencialmente maior que em ambientes sem uma interação massificada via redes sociais, como eram nos anos que antecederam a popularização do acesso à internet.⁶⁶ É inevitável, neste ponto, recuperar o livro clássico “Dialética do esclarecimento”, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, e a reflexão sobre a função comunicadora dos dispositivos disseminadores da indústria cultural que emergiram na própria época de Halbwachs. Os autores, ao ponderarem sobre a função da comunicação radiofônica na ascensão

⁶⁶ As condições que levam a essas fissuras e paradoxos no seio da memória coletiva estão detalhadas nas considerações teóricas de Huyssen e Candau, presentes no capítulo anterior.

do nazifascismo e da sociedade de consumo na emergente indústria cultural, observam que,

Ao integrar todos os produtos culturais na esfera das mercadorias, o rádio renuncia totalmente a vender como mercadorias seus próprios produtos culturais. Nos Estados Unidos, ele não cobra nenhuma taxa do público. Deste modo, ele assume a forma de uma autoridade desinteressada, acima dos partidos, que é como que talhada sob medida para o fascismo. O rádio torna-se aí a voz universal do Führer; nos alto-falantes de rua, sua voz se transforma no uivo das sirenes anunciando o pânico, das quais, aliás, a propaganda moderna é difícil de se distinguir. Os próprios nacional-socialistas sabiam que o rádio dera forma à sua causa, do mesmo modo que a imprensa fizera para a Reforma. O carisma metafísico do Führer, inventado pela sociologia da religião, acabou por se revelar como a simples onipresença de seus discursos radiofônicos, que são uma paródia demoníaca da onipresença do espírito divino. O fato gigantesco de que o discurso penetra em toda parte substitui seu conteúdo, assim como o favor que nos fazem com a transmissão do concerto de Toscanini toma o lugar de seu conteúdo, a sinfonia. Nenhum ouvinte consegue mais apreender seu verdadeiro sentido, enquanto o discurso do Führer é, de qualquer modo, a mentira. Colocar a palavra humana como algo de absoluto, como um falso imperativo, é a tendência imanente do rádio. A recomendação transforma-se em um comando. A apologia das mercadorias, sempre as mesmas sob diversas marcas, o elogio do laxante, cientificamente fundamentado, na voz adocicada do locutor entre as aberturas da Traviata e de Rienzi, tornaram-se, já por sua cretinice, insuportáveis. Um belo dia, a propaganda de marcas específicas, isto é, o decreto da produção escondido na aparência da possibilidade de escolha, pode acabar se transformando no comando aberto do Führer. Numa sociedade dominada pelos grandes bandidos fascistas, que se puseram de acordo sobre a parte do produto social a ser destinado às primeiras necessidades do povo, pareceria enfim anacrônico convidar ao uso de um determinado sabão em pó. O Führer ordena de maneira mais moderna e sem maior cerimônia tanto o holocausto quanto a compra de bugigangas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 149).

Os autores – que, além de serem intelectuais, foram também testemunhas oculares da política nazifascista e, em seguida, refugiados na sociedade estadunidense – não estão apenas desenvolvendo um entendimento sobre os meios de comunicação em um período como o da passagem da imprensa escrita para o aparecimento do rádio. Eles acrescentam a isso observações derivadas de suas próprias vivências sob o avanço da indústria cultural e a massificação de acesso a uma nova mídia, o rádio. Há um obrigatório paralelo histórico a ser feito entre o momento de surgimento do rádio e sua instrumentalização em favor das mentiras popularizadas pelo nazifascismo e o nosso momento atual de emergência de uma outra modalidade de mídia gratuita que também se caracteriza pela onipresença e gratuidade através das redes sociais, em especial o *Whatsapp*, o *Youtube*, o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, que oferecem registros e acesso livre aos usuários. Se, naquele contexto, a sensação de

onipresença da transmissão radiofônica fazia com que os ouvintes tendessem a ignorar a veracidade das mensagens, a nossa recente experiência de compartilhamento de notícias, propaganda, conteúdo cultural e desinformação via redes sociais públicas e subterrâneas – como o *Whatsapp* – tende a reproduzir a mesma negligência diante da verificação da veracidade por parte dos atuais usuários. Mas é especialmente essa percepção de onipresença – agora agregada a uma crença de compartilhamento pessoal de informação entre pessoas – que reforça consensos e narrativas no nível da *memória coletiva*.

A condenação permanente ao PT, tal como apresentada nas linhas editoriais dos conglomerados de mídia do país, foi o meio pelo qual se introduziram, no lugar da *memória coletiva*, características políticas de teor *antipetista*. Através da repetição sistemática de escândalos, apoiados em provas ou não, a imprensa nacional imprimiu algo semelhante ao uso de uma *mnemotécnica*⁶⁷ no nível coletivo. Assim, em quatro décadas de existência, o *petismo* foi apresentado pela grande mídia nacional ora como *populista*, ora como *corrupto*. Como já detalhado no capítulo anterior, o adjetivo *populista* esteve em voga para definir o partido quando era opositor, enquanto a acusação de *corrupto* foi fortemente martelada no decorrer do período em que era governo, que é propriamente o período que me interessa. O semiólogo Jean Davallon detalha como *memórias* são *impressas* como *lembranças* e afirma que,

para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo lembrança evoca na linguagem corrente (DAVALLON, 1999, p. 25).

Portanto, é apenas quando se adorna um evento com ares de destaque que é possível *imprimir* em indivíduos uma *lembrança* digna de registro significativo. Não há por que supormos que esse processo de *impressão* de memórias não seja também válido para a devida memorização coletiva⁶⁸. Considero que seja exatamente o caso da linha

⁶⁷ Mnemotécnica é uma forma de memorização de conteúdos diversos – oriunda do período da Antiguidade Clássica – baseada no exercício de repetições. Seu uso foi popular até a invenção da imprensa na Modernidade. Sobre isso, ver *A Arte da Memória* da historiadora Frances Yates (YATES, 2007).

⁶⁸ Sobre isso, reitero o entendimento do filósofo Paolo Rossi, que, como mencionado na introdução a essa pesquisa, ressalta que técnicas de propaganda modernas se utilizam dos mesmos princípios da Arte da Memória (*ars memorativa*), sem necessariamente terem consciência deste uso.

editorial *antipetista* ao valorizar a política como escândalo quando se trata de eventos ligados ao PT. Mas não será exatamente a *narrativa antipetista* da política na grande imprensa que dará o formato mais significativo a esta *memória*. Essa construção *narrativa* só tomará forma verdadeiramente nas publicações dos idealizadores do *antipetismo*. Esses escritores, jornalistas e intelectuais atuarão como colunistas e comentaristas políticos reforçando as linhas editoriais dos veículos nos quais publicam e sintetizarão essas atuações em publicações regulares de livros que, por sua vez, se tornarão *memoriais* sobre a era petista.⁶⁹

Há nesses escritos, primeiramente, uma intenção confessa de registro de uma *memória* sobre o período. Todos os ideólogos do *antipetismo* deixarão marcadas suas intenções memorialísticas. Entre eles, o escritor Olavo de Carvalho, que se notabilizará pela criação de teorias conspiratórias e exagero retórico, e escreverá uma coluna no jornal O Globo, em 2005⁷⁰, durante o desenrolar da crise política relacionada ao processo político nomeado de *mensalão*. Neste pequeno texto, o autor reivindicará a paternidade e a antecipação da intenção memorialística *antipetista*:

Todos parecem surpresos com o estado de coisas, mas ele era mais que previsível. Desde o começo da década de noventa, quando o PT investiu pesado na construção de uma imagem de moralidade impoluta, avisei que a chegada desse partido ao poder inauguraria uma era de corrupção que faria empalidecer os mais rubros escândalos dos governos anteriores. Essa previsão foi recebida com tanto mais incredulidade quanto mais fundada no conhecimento de fatos que ninguém queria ver e na análise de antecedentes históricos que todos preferiam sepultar no esquecimento (CARVALHO, 2013, p. 403).

O texto foi incluído em seu presunçoso livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, publicado no ano de 2013 pela editora Record. O escritor estava direcionando seu desprezo aos jornalistas em atuação na época que supostamente não haviam acreditado em sua premonitória intuição *antipetista*. Ao mesmo tempo,

⁶⁹ O cientista político Fernando Azevedo afirma que essa é uma característica marcante da imprensa brasileira. Diferentemente da tradição jornalística norte-americana, na qual os colunistas políticos não são necessariamente colaboradores da linha editorial do veículo no qual publicam.

⁷⁰ Após o resultado do segundo turno da eleição presidencial confirmar a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, diversos veículos da grande mídia lançaram textos e reportagens que buscavam traçar um *perfil* de Olavo de Carvalho – considerando-o um *guru* do presidente eleito –, sob a justificativa de apresentar aquela figura como aparentemente obscura e oriunda de círculos políticos marginais e fanáticos. Mas, como perceberemos, o escritor havia tido espaço garantido em veículos de grande circulação no país anos antes. A grande mídia falsificou um esquecimento provavelmente para se desvencilhar da tragédia eleitoral que o seu *antipetismo* editorial e militante ajudou a consolidar na nação.

acabava por revelar, no texto, a compreensão de se considerar uma espécie de portador de uma *memória* superior e iluminada quanto ao entendimento sobre o que considerava uma espécie de dissimulada *conspiração petista*. Mas Olavo de Carvalho não tinha razão em relação a sua pretendida originalidade e não estava sozinho na sua tarefa, tampouco era o primeiro a expressá-la. Anteriormente, ainda no mesmo ano, o economista Rodrigo Constantino publicara pela *Soler Editora* um pequeno livro intitulado “Estrela Cadente”, com o sugestivo subtítulo “As contradições e trapalhadas do PT”. Em sua introdução, Constantino deixa claro sua preocupação imediata com a memória política corrente naqueles dias:

Dizem que o brasileiro tem memória curta. Concordo. Justamente por isso resolvi compilar informações, possivelmente esquecidas pelo eleitor, que demonstram várias incoerências e confusões do PT e do governo Lula. Os dados apresentados foram publicados nos principais veículos de comunicação e o esforço maior foi o de concatenar fragmentos avulsos e expor a incoerência desse governo de forma objetiva e direta (CONSTANTINO, 2005, p. 7).

A consideração sobre a incapacidade de o brasileiro memorizar é uma síntese eloquente sobre a intencionalidade desse autor. Constantino nunca abandonará sua missão de registrar o cotidiano político sob a perspectiva de um *antipetismo* marcante. Sua atuação como colunista em diversos veículos de comunicação, e, futuramente, como comentarista em programas jornalísticos, só o faria se tornar cada vez mais conhecido e divulgado. A propósito, isso será uma constante na carreira dos *antipetistas* mais radicais. Suas polêmicas e agressões os tornarão cada vez mais influentes no debate público. Para além disso, é importante perceber a valorização do autor sobre a matéria-prima informativa utilizada para referenciar as informações de seu livro. É o noticiário cotidiano que alimenta Constantino, assim como alimentará outros notórios *antipetistas*.

O jornalista Diogo Mainardi seguiria à risca o intuito de registrar a *memória* recheada de um hiperbólico *antipetismo* sempre acompanhado de polêmicas histriônicas. Entre os divulgadores do *antipetismo*, Mainardi é o que melhor conseguirá angariar uma reputação de polemista. É Mainardi também que virá a ser o primeiro autodeclarado *inimigo público* do PT e de Lula, especialmente. Sua meteórica ascensão e popularidade como colunista na revista *Veja* nos anos 2000 o levaria a compilar em livro seus textos. Seu livro “Lula é minha anta”, de 2007, registra as colunas publicadas

durante os eventos do episódio do *mensalão*. Em uma delas, Mainardi anuncia de maneira jocosa e agressiva o que considera sua *missão*:

Eu sou o arqueólogo do mensalão. O Indiana Jones do PT. O Heinrich Schliemann do Palácio do Planalto. Tenho dedicado todo o meu tempo à extenuante tarefa de escavar a necrópole petista, em busca de sarcófagos que me permitam reconstruir a história daquele povo iletrado e primitivo, felizmente extinto (MAINARDI, 2007, p. 30).

Nosso olhar a partir do presente nos permite saber que o *petismo* não estava extinto, mas a hipótese aventada por Mainardi é mais sobre uma *expectativa* que sobre uma condição concreta. Importa aqui perceber como o polemista se coloca também como um garantidor de uma *memória*, tal qual os anteriores. Não era diferente da forma como o jornalista Reinaldo Azevedo se via, juntamente com seus semelhantes ideológicos. Em um texto publicado em seu *blog* no ano de 2006, e depois republicado em seu emblemático livro “O país dos petralhas”, em 2008, esse ideólogo, que em geral demonstrava uma afetação quando escrevia sobre o PT, seus líderes e simpatizantes, repetia esse padrão ao explicar o seu voluntarismo *antipetista* e o de outros assemelhados. Azevedo escreve:

Nós, os que acreditamos no individualismo radical; os que não suportamos que o demônio do Estado venha nos dizer o que fazer e o que não fazer; os que não acatamos as *imbecilidades coletivas* (by Olavo de Carvalho) [sic]; os que não reconhecemos a autoridade da manada; os que não aceitamos o argumento da autoridade do social sobre a autoridade moral; os que não acatamos que leis democraticamente votadas sejam sacrificadas por causa da gritaria de minorias influentes, nós temos o dever de resistir, de ir para a guerra de valores, de acusar o golpismo dessa gente nefasta. E temos de mobilizar outros indivíduos como nós, nesse exército sem quartel, nessa religião sem templo, que é a liberdade individual, que eles tentam sufocar, seja com a caridade que esmaga, seja com a patrulha que silencia (AZEVEDO, 2008, p. 102, grifo do autor).

O autor não propõe tal disciplina de vigília aos leitores *antipetistas* – e o destaque aqui fica pela deferência em relação a Olavo de Carvalho – com o propósito de denunciar uma suposta ameaça a sua posição ideológica. Nesse trecho, há, na verdade, uma tentativa de angariar simpatizantes entre leitores e jornalistas a sua causa política. É essa a outra dimensão necessária para consolidar uma *memória* e torná-la mais poderosa através de uma *coletividade*. Para assegurar esse objetivo, não faltavam plataformas para aumentar a divulgação de suas ideias. Seu *blog* no site da revista VEJA, por exemplo, era conhecido como o mais acessado do país, e somava-se a

isso o lançamento de um livro pela editora Record, republicando textos já disseminados no *blog*, que acabava por ampliar seu alcance para além do público internauta.

Para finalizar a exemplificação sobre a intenção memorialística dos principais agentes do *antipetismo* na grande mídia, é preciso, afinal, analisar o intento do único historiador entre os autores que estamos investigando. Refiro-me a Marco Antonio Villa, dono da simbólica frase utilizada como epígrafe na abertura deste capítulo: “Na batalha política pela memória, Lula estava vencendo” (VILLA, 2012, p. 45). Este intelectual estava declaradamente disputando a consolidação de uma memória. A afirmação era irreal, a *narrativa antipetista* se fortalecia cada vez mais ainda com o PT no poder. Mas a intencionalidade paranoica expressa pelo autor explica bastante de seu sentido. Ela ficaria mais clara quando o livro “Década perdida”, de subtítulo “Dez anos de PT no poder”, fosse publicado um ano depois. Villa abre este livro – que é o segundo do que pode ser considerada uma trilogia *antipetista* – com o anúncio de sua meta concluída: “Reconstruí os principais momentos de cada ano [de governo], destacando os fatos relacionados diretamente à forma petista de assaltar, tomar e aparelhar o Estado para o seu *projeto criminoso de poder*” (VILLA, 2013, p. 6). É observando a escrita e os procedimentos de Marco Antonio Villa que encontramos o principal elemento que aponta para um memorialismo em seus textos, acabando, assim, por corroborar essa mesma interpretação acerca dos trabalhos dos autores que estamos estudando.

Em sua empreitada de *narrar* a era petista, o historiador Villa mergulha num emaranhado de fatos que se confundem com sua própria memória. Entre estes, estão reportagens, relatos da imprensa e livros de natureza *antipetista* de jornalistas. No começo do primeiro livro com o intuito de historicizar o PT no poder, Villa explica suas *fontes* como numa busca por tentar dar legitimidade a sua operação historiográfica e escreve:

Todas as citações foram retiradas da ampla cobertura jornalística do escândalo. Para checá-las, basta acessar os arquivos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e da revista Veja. Quando a fonte for outra, virá a devida citação. As notas existentes no livro são as estritamente necessárias (VILLA, 2012, p. 22).

Apesar do alerta em relação às fontes alternativas à difusa cobertura midiática naquele contexto, quase não estão presentes referências bibliográficas de estudos sobre o período analisado. O peso maior é dado à *narrativa* da imprensa e seus analistas sobre os fatos relatados. No entanto, mesmo a utilização dessas fontes é escassa no texto, o que faz o autor não se dar ao trabalho de citar as matérias e textos, ou outras referências para a construção de sua narrativa. O historiador se limita a listar o endereço eletrônico genérico para acesso aos portais de veículos disponíveis na internet na sua lista bibliográfica. O leitor não consegue verificar de onde exatamente foram retiradas cada uma das informações. Esse padrão se repete nos dois títulos posteriores. Sendo assim, considero que esse intelectual opera em seu memorialismo, emprestando sua formação e seu currículo de historiador a textos eminentemente descritivos sobre os acontecimentos correntes, com pouca metodologia crítica usada normalmente pelos historiadores e por ele próprio em seus outros estudos. De maneira velada, o historiador acaba atribuindo um compromisso historiográfico a textos que são meramente relatos memoriais dissimulados como produção historiográfica. Essa característica já havia sido percebida pelos historiadores Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi no artigo “O historiador e o falsário”, ao analisarem a tentativa de Villa em legitimar uma *narrativa* com ares *revisionistas* sobre o período da Ditadura Militar (1964 – 1985). Para esses historiadores,

Não é preciso citar a velha máxima de que toda história é história contemporânea para sustentar o argumento de que, ao falar sobre o passado, Marco Antonio Villa está agindo sobre o presente. Sua intervenção também pode ser pensada como algo motivado pelos impasses e pelos embates em torno da memória de fatos recentes no Brasil; sua posição se insere no âmbito da voga memorialista que, nos últimos anos, trouxe para a discussão política no país a questão sobre o que fazer com o passado, com a memória e com a história brasileira da segunda metade do século XX. Sua escrita da história, assim como sua atuação midiática, são também formas de uso público e, portanto, político do passado. Como tal, deve ser pensado igualmente em seu caráter performático: é mais um lance entre os jogadores que atuam nestes embates que são combates pela memória (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 831).

Em relação aos livros referentes ao período de governo petista (2003 – 2016), Villa é ainda mais fortemente vinculado a sua militância no presente do que quando se propõe *narrar* o período da Ditadura (1964 – 1985). Feroz *antipetista* em seu trabalho nos meios de comunicação, o historiador embarca numa aberta tentativa de edificar uma *memória antipetista*. Nesse ponto, seus livros são mais documentos memoriais

sobre esse período do que estudos historiográficos. Por todas essas características e circunstâncias, seus livros devem ser agrupados qualitativamente junto aos dos outros autores *antipetistas* aqui citados.

Em minha visão, está clara a iniciativa memorialista dos mais radicais *antipetistas*. Agora é necessária uma reconstrução de evidências do conteúdo narrativo desta *memória* que se consolidará como *coletiva*. Para isso, o primeiro esforço deve ser tentar recuperar uma noção cronológica a respeito dos eventos considerados significativos para a construção de uma narrativa condenatória em relação ao exercício do poder que se adequasse e legitimasse a perspectiva editorial da grande mídia brasileira sobre a atuação política do PT. Esse exercício cronológico passa por enumerar os momentos fundamentais destacados como decisivos para a criminalização do PT, seus líderes e simpatizantes. É Reinhart Koselleck que aponta que uma das características necessárias na modernidade como critério para a temporalização de um objeto que se pretenda histórico deve ser a apresentação de sua dinâmica cronológica interna, ou seja, o tempo que esse próprio objeto pretende organizar em forma de uma cronologia que lhe é própria (KOSELLECK, 2006, p. 284).

O ensaio de imaginar essa cronologia e esboçar uma *temporalidade antipetista* passa primeiramente pela explicação introdutória sobre um início viciado e a natureza *populista e/ou corrupta* do PT. Segue, a partir dessa caracterização de origem, o pessimismo com os resultados eleitorais em 2002. Em seguida, é valorizada pelos autores uma leitura de confirmação dos males de origem a partir da descrição das denúncias relacionadas ao momento do *mensalão*. Depois, segue a frustração eleitoral diante da reeleição de Lula contra as expectativas e certezas *antipetistas* no ano de 2006. O julgamento no Supremo Tribunal Federal das acusações acumuladas em relação ao *mensalão* e as condenações subsequentes – no ano de 2012 – são um momento de *redenção* para as promessas dos autores *antipetistas* quanto à postura alegadamente criminosa do PT e seu iminente fim. Temos então a tênue vitória do PT na disputada e contestada eleição de 2014, com a consequência de mobilizar ressentimentos políticos represados diante das seguidas vitórias eleitorais anteriores, apesar do consenso *antipetista* crescente e hegemônico na grande mídia e seus analistas, que naquele momento estava aparentemente legitimado pelas condenações aos envolvidos no *escândalo* do mensalão. O movimento final é o

desaguar da pressão *antipetista* e sua *narrativa* nos protestos contra Dilma e o *golpe parlamentar* de 2016, já detalhados no capítulo anterior.

Para os ideólogos *antipetistas*, o PT era a encarnação do que havia de pior na política brasileira. Mas até a chegada ao poder no ano de 2002, essa espécie de condenação desde a origem tinha pouca relevância para o consenso *antipetista*. Contava mais, naqueles anos anteriores às vitórias eleitorais, o argumento de que o partido representava um projeto *populista*. Essa era uma consideração genérica sobre uma possível irresponsabilidade governamental futura. Uma promessa sempre alardeada nas campanhas nas quais o PT acabou perdendo.⁷¹ Mas a eleição de 2002 e o exercício do poder do Partido dos Trabalhadores calibraram a hostilidade *antipetista*, como provam as considerações – já registradas com o PT no poder – dos ideólogos sobre a origem de Lula e seu partido. Esse momento embrionário seria caracterizado pelos *antipetistas* como sendo pérfido e marcado por vícios estruturantes. Entre esses, um dos primeiros a expressar sua indignação com o PT no poder é Diogo Mainardi, que, em coluna na revista *Veja* – que depois foi integrada a seu livro em 2004 –, despeja uma descrição irônica e agressiva sobre o caráter supostamente *primitivo* e *exótico* de Lula, do PT e de suas propostas. Em sua descrição sobre os preparativos da cerimônia de posse de Lula no primeiro dia de janeiro de 2003, o jornalista publica:

Além de maracatu, a festa de posse contará com outros espetáculos folclóricos. O PT gosta de folclore. Mussolini também gostava. Hitler também gostava. Stalin também gostava. Folclore é coisa de regimes nacionalistas e totalitários. Até hoje funciona assim. O líder carismático da extrema direita austríaca, Jorg Haider, sempre aparece nas festas populares de seu país tomando cerveja com trajes típicos. De certa forma, é o que fará Lula, transformando a festa da posse num grande desfile de maracatu. No maracatu, ex-escravos se fantasiam de rei e rainha do Congo. Em Brasília, o ex-operário Lula calcará seus sapatos J. Jacometti, fabricados em Franca especialmente para ele, com couro de cabra por fora e couro de carneiro por dentro, e desfilará pela Esplanada dos Ministérios num imperial Rolls-Royce conversível, aplaudido por centenas de milhares de pessoas, muitas das quais interessadas num dos 18.500 cargos de confiança do governo federal. Personalidades políticas do mundo inteiro prometem participar do evento, transmitido ao vivo por um pool de emissoras de TV. Com a apoteose de um

⁷¹ Mesmo acumulando derrotas na disputa pela presidência da República desde 1989 e convivendo com uma imprensa já hostil, o PT apresentava uma tendência de crescimento burocrático, institucional e eleitoral. É o cientista André Singer que reúne estes dados. O autor destaca que, no ano 2000, o partido já contava com 500 mil filiados, governava 187 municípios e tinha 3 senadores, 3 governadores e 59 deputados. Todos esses números cresceriam nos anos em que Lula estava no poder (SINGER, 2010).

show de música caipira. O governo do PT terá a cara de um desfile de maracatu. Eu já estou fantasiado [...]. Pronto para saudar Lula, o novo rei do Congo (MAINARDI, 2004, p. 25).

A descrição é um retrato bem-acabado de uma das facetas da narrativa *antipetista* sobre a origem de Lula. Mainardi está expressando uma tentativa de menosprezo em relação à dignidade de Lula ao ocupar o cargo. Sua descrição associa a cultura de matriz africana a uma espécie de *barbarismo*. Não é algo surpreendente vindo de um autor que anos antes escreveu uma história satírica intitulada “Contra o Brasil” (MAINARDI, 1998). Esse espírito de rejeição por meio do desprezo em relação aos traços formadores da cultura brasileira associados à simbologia petista seriam uma constante nos próximos 13 anos. Importa destacar também a associação de Lula a personalidades autoritárias que haviam povoado os traumas do século XX. Por enquanto, essa acusação englobava todos os ditadores, mas, com o passar do tempo, o que se caracterizará é a associação a líderes autoritários ligados ao *comunismo*. Essa será a atribuição de um *vício* de origem que sempre estará presente na *narrativa antipetista*. Mainardi voltaria a falar sobre o PT com uma perspectiva de desdém que também se unia ao desprezo que ele sentia em relação à cultura brasileira. O jornalista descreveu posteriormente como abordava a política petista:

Eu analiso os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss, Edgar Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos (MAINARDI, 2007, p. 166).

Ombreando-se com grandes intelectuais ocidentais que fizeram descrições de caráter científico sobre a cultura e o povo brasileiro, Mainardi expressa uma xenofobia para com as referências culturais brasileiras, tal como fez ao descrever a composição da festa de posse de Lula anteriormente. É importante que fique claro que Lula funciona apenas como o ponto de apoio para associar características *bárbaras e incivilizadas* ao Brasil, mas não exatamente a todo o país: ao Brasil *petista*, ou melhor, ao Brasil que o *petismo* e Lula disputavam para representar. O PT no governo nunca escondeu sua preferência pelas políticas voltadas para superar a pobreza. Essa era inclusive a plataforma eleitoral e o lema do partido. Não era um segredo. Para Diogo Mainardi, importava menosprezar essa simbologia que rodeava Lula e seus partidários. É o que ele deixará claramente registrado em outro texto:

Lula – o meu Lula – já não é mais o presidente Lula. É um estado mental. É o símbolo da nossa incapacidade de pensar direito. É o gremlin que emperra o país. Cedo ou tarde o presidente Lula será esquecido. Até mesmo por mim. Nem os lulistas se lembrarão dele. Porque ele é desimportante. Mas seu espírito atarantado continuará entre nós, com outro nome, com outra cara. Euclides da Cunha disse tudo o que era necessário dizer sobre a nossa raça. Lula – o meu Lula – é a mais perfeita síntese euclidiana. Ele representa o temperamento delirante, o senso moral deprimido, o fetichismo bárbaro, a servidão inconsciente, a preguiça invencível, o desequilíbrio incurável, a fealdade, a psicose coletiva, a degenerescência intelectual que nos impediu de viver num meio mais adiantado (MAINARDI, 2007, p. 134).

O Brasil que elegeu Lula, e que Lula prometia melhorar, estava sintetizado no *barbarismo* e no *exotismo*, segundo Diogo Mainardi. Para ele, a origem do *petismo* era esse misto de vocação para os supostos *barbarismos* e inferioridades culturais, e também seria composto por uma imaginação autoritária, como o autor sinalizou ainda no momento de véspera da posse do primeiro mandato de Lula, comparando-o a ditadores. Mas a face originária do *petismo* para a ideologia *antipetista* tinha outros vícios de origem complementares aos até aqui apontados por Mainardi. O economista Rodrigo Constantino procurou explicar a origem partidária do PT em função da acusação de *organização criminosa* e aquela que se repetirá constantemente: sobre a prática de crimes em função da associação do partido às *ideias de esquerda*. Mainardi já havia mencionado possíveis tendências totalitárias associadas à proximidade com ideias *comunistas*, como foi o caso da comparação de Lula com Stalin. Constantino aprofundou um pouco mais essa explicação para a origem do PT. O economista registra que

O relacionamento do PT, com os contraventores do bicho parece vir de longa data. O ex-governador Olívio Dutra, que comandava o Rio Grande do Sul, considerado vitrine nacional para o PT, esteve sob a mira de investigações por parte do Ministério Público Federal e da Justiça depois de uma [Comissão Parlamentar de Inquérito] sobre a segurança pública, por denunciadas ligações com o jogo do bicho e contribuições irregulares para o partido quando das eleições para governador. Uma fita gravada pelo ex-tesoureiro do partido, João Carneiro, relatava o financiamento da campanha do PT pelo jogo do bicho. Em uma segunda fita, Diógenes de Oliveira, coordenador financeiro do PT gaúcho, afirmava ter ido a Cuba com 30 oficiais da Polícia Militar para um curso completo de formação policial. Diógenes integrou, no passado, os quadros da Vanguarda Popular Revolucionária, de Carlos Mariguella, grupo responsável pela execução do americano Charles Chandler em 1968, assim como pelo atentado ao Quartel General do II Exército, que acarretou a morte do soldado Mário Kosel Filho, de 18 anos. A tática do partido para abafar o caso das fitas foi incriminar e expulsar Diógenes de Oliveira. A postura do PT, na época, foi a de nada investigar, criando um bode expiatório e atribuindo tudo a um mero acidente de percurso. A vitrine

nacional do PT mais parece uma vidraça estilhaçada (CONSTANTINO, 2005, p. 13)

As acusações contra o PT e o militante Diógenes de Oliveira não se comprovaram. Anos depois, o ex-guerrilheiro seria inocentado pela justiça de todas as acusações. Constantino se utilizara provavelmente dos relatos contidos na imprensa gaúcha da época, que cobriram as falsas acusações em clima de *escândalo*, como era comum na mídia enquanto o PT estivesse no poder, mesmo quando isso ocorria no nível regional, como ocorrido na experiência gaúcha. Constantino dá a entender veladamente que o acusado também esteve envolvido diretamente em eventos ocorridos na luta contra a Ditadura Militar apenas em função de sua filiação ao grupo VPR, que era acusado das violências e homicídios referidos. Mas o mais importante é que o *antipetista* apresenta um vínculo originário entre *luta armada contra a ditadura* e a *ideologia socialista com atividades criminosas comuns*, como a contravenção do jogo do bicho. Esse também seria um padrão complementar à origem ideológica, além da ideia de que crimes comuns misturavam-se com crimes políticos. Era uma junção que acabava por dar a entender que não haveria separação entre as duas coisas. Esse é um dos mais importantes argumentos *antipetistas*, pois sintetiza outras concepções em relação à interpretação da historicidade do Regime Militar e sua comparação com a democracia da Nova República.⁷² Mas é o autoritarismo oriundo de ideologias de esquerda que define com maior força a explicação *antipetista*. Anos depois, Rodrigo Constantino sintetizaria a origem do Partido dos Trabalhadores da seguinte maneira:

Quem acompanhou a trajetória do PT saberá que vários líderes do partido jamais tiveram muito apreço pela democracia. Eles sempre flertaram com o regime socialista, inspirados na ditadura cubana, ou mais recentemente no modelo bolivariano da Venezuela. A democracia, para muitos ali, é vista como uma *farsa* para chegar ao poder (CONSTANTINO, 2015, p. 200, grifo do autor).

É o autoritarismo nunca completado durante o exercício do poder que define a origem do PT para aqueles *antipetistas* que se ocupavam do reforço dessa *narrativa*. A acusação de conspiração para tomar o poder se tornou a comprovação da versão

⁷² A Nova República (1985 -) é marcada por uma cobertura da política com ares de escândalo pelas empresas de comunicação. Essa forma de cobertura contrasta fortemente a que foi executada no período da Ditadura Militar (1964 – 1985), seja em virtude da censura imposta aos meios, seja em função da simpatia da grande imprensa pelo governo militar durante os anos de autoritarismo.

antipetista sobre as origens e influências *petistas*. Reinaldo Azevedo foi mais sucinto, mas não fugiu à regra. O partido, para esse ideólogo, era o construtor de um plano secreto e mentiroso a ser executado no poder. Em seu livro, “O país dos petralhas II”, ele escreve que Lula

Já foi, sim, um elemento que ajudou a construir a democracia brasileira – não mais do que isto, friso: uma personagem que participou de sua construção. Nem sempre de modo decoroso. Em momentos cruciais, para fortalecer seu partido, atuou como sabotador. Mas o sistema que se queria edificar era mais forte do que a sua sabotagem (AZEVEDO, 2012, p. 149).

O jornalista atribui à história *petista* o signo da sabotagem democrática. Reforça, portanto, a concepção autoritária da *origem*. Esse lugar autoritário da *origem* é associado também pelo autor a uma agenda moralizante que o partido teria impulsionado. Azevedo descreveu como teria sido executada a política – para ele enganadora – do PT e suas antigas promessas:

Há vinte anos, o discurso da *liberdade* petista (sim, era farisaísmo) pregava a extinção de privilégios e a estrita moralidade da coisa pública. Duas décadas depois, o partido nos oprime com a máxima de que todo mundo é igualmente canalha: empenha-se menos em provar que não fez lambança do que em evidenciar que o adversário também fez. Reivindica um tribunal da igualdade instalado na lama (AZEVEDO, 2008, p. 46, grifo do autor).

Mainardi, Constantino e Azevedo reproduziam uma memória sobre a origem do PT de uma maneira pulverizada, mas ao mesmo tempo conectada em seu sentido. Os autores *antipetistas* compartilhava uma visão muito concisa sobre Lula, o seu partido e apoiadores. Estavam presentes a origem *bárbara* junto com a origem *criminosa*, e, especialmente, a gênese *autoritária*. Essa última era difundida e integrada direta ou indiretamente em todos os três autores. Mas quem daria forma acabada ao mito de origem especulado pelo pensamento *antipetista* seria o escritor Olavo de Carvalho.⁷³ Esse ideólogo se preocupou em sintetizar ordenadamente essa compreensão que aparece mais fragmentada nos autores citados anteriormente. O autor resume as ligações – que para ele eram criminosas – entre o PT e as raízes do *comunismo* internacional:

⁷³ Os divulgadores do *antipetismo* não eram exatamente uma voz isolada na sociedade brasileira. Como dito anteriormente, atuavam sempre reforçando e até exagerando eixos narrativos que já faziam parte de um agrupamento de valores mais profundos de rejeição ao PT e à esquerda em geral. Tento dar conta dessa dimensão mais detalhadamente no capítulo posterior.

O PT é um partido ladrão porque é um partido revolucionário, aliado a uma tradição de amoralismo maquiavélico que, pelo menos desde a Revolução Francesa, com intensidade crescente desde a Primeira Internacional de 1864 e mais ainda desde a fundação do Partido Social-democrata de Lenin, sempre achou que era de seu direito, e até da sua obrigação, financiar a si próprio por meio de assaltos, de sequestros, de extorsões, de desvio de dinheiro público, bem como de uma infinidade de negócios capitalistas legais e ilegais, cujo volume total faria inveja a seus mais reacionários inimigos burgueses (CARVALHO, 2013, p. 415)

Aqui, Olavo de Carvalho está apresentando, como que de maneira definitiva, de onde teria surgido o PT, e dando a entender que essa origem permanecia como uma marca na atuação contemporânea do partido. Para ele, a associação entre ideologia *comunista* e uma estrutura de *crime organizado* seria a estrutura genética do partido. O escritor propõe, dessa maneira, uma configuração mais sistemática do que seria o PT em função de sua supostamente *viciada origem*. O que acaba por ir ficando evidente é uma claríssima ligação entre os fundamentos de uma *memória antipetista* e o fenômeno do *anticomunismo*. Importa agora evidenciar a leitura dos autores *antipetistas* sobre o princípio histórico do *petismo*. Olavo de Carvalho arremataria, em outro momento, aquele nascedouro de práticas condenáveis como a explicação e justificativa para a condenação ao PT no governo. O escritor escreveria, com sua presunção corriqueira, que,

Logo ao eclodir a famosa *Campanha pela Ética na Política* [nos anos 1990], observei que o PT manejava com astúcia maligna o duplo sentido do termo *ética*, dando-lhe em público a acepção convencional de idoneidade e honradez, e nos seus documentos internos o significado que o termo possui na expressão gramsciana *Estado ético*, expressão moralmente neutra, que não tem nada a ver com virtudes ou pecados, mas designa apenas, tecnicamente, uma determinada fase do processo de tomada do poder pelo *Novo Príncipe*, o partido revolucionário. Em suma, tratava-se de utilizar como cenoura de burro as esperanças moralizantes da classe média, levando-a a colaborar com um empreendimento que simulava *passar o Brasil a limpo* mas não se ocupava senão de fazer crescer o poder do partido por todos os meios morais, amorais e imorais.

Anunciei com doze anos de antecedência, no meu livro *A nova era e a revolução cultural*, e depois novamente em *O imbecil coletivo*, que essa instrumentalização maquiavélica dos anseios populares só resultaria em mais maldade e sujeira, já que constituía, em si, um crime maior do que todos os atos materiais de corrupção, implicando nada mais, nada menos, que a perversão completa do sentido mesmo da moralidade (CARVALHO, 2013, p. 403, grifos do autor).

Olavo de Carvalho certamente pode ser eleito, entre os divulgadores do *antipetismo*, o que mais abertamente era *anticomunista*, mas, em essência, todos os *antipetistas*

entendiam o PT como uma ameaça *comunista*. Para eles, essa característica estaria no nascimento do partido de uma maneira secreta, velada ou aberta, mas que ao fim e ao cabo sempre esteve presente como subjacente à origem *petista*.

Agora é chegado o momento de analisar a concepção originária do PT na visão do historiador Marco Antonio Villa. Mais uma vez esse autor fez coro ao *antipetismo* e seus ideólogos, ainda que Villa não advogue uma ligação sistêmica e direta entre o movimento petista e o comunismo internacional nos termos dos outros ideólogos. Ao mesmo tempo, esse autor considerou que o PT se consolidou politicamente alegando ser uma ruptura em relação à experiência esquerdista no mundo e no Brasil, que, em termos práticos, não havia sido satisfatoriamente realizada. Para ele, o PT repetiu os vícios comunistas não no conteúdo político e ideológico, mas na forma de governar. É o que ele deixou claro ao tratar da visão histórica que o partido e seus membros tinham deles mesmos:

o Partido dos Trabalhadores nasceu em 1980. Contudo, muito antes da sua fundação, foi precedido de um amplo processo de crítica das diversas correntes de esquerda, avaliação realizada na universidade e no calor dos debates políticos. A ação partidária, os sindicatos e as estratégias políticas adotadas durante o populismo (1945-1964) foram duramente atacados.

Sem que houvesse um contraponto eficaz, fez-se tábula rasa do passado. A história da esquerda brasileira estaria começando com a fundação do PT. O ocorrido antes de 1980 não teria passado de uma pré-história eivada de conciliações com a burguesia e marcada pelo descompromisso em relação ao destino histórico da classe trabalhadora. O processo de desconstrução do passado permaneceu durante vinte anos, até o final do século XX.

As pesquisas universitárias continuaram dando o sustentáculo *científico* de que o PT era um marco na história política brasileira, o primeiro partido de trabalhadores. O estilo stalinista de fazer história se estendeu para o movimento operário. Tudo teria começado no ABC. Mas não só: a história do sindicalismo *independente* teve um momento de partida, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1975. [...] Toda história anterior, desde os anarquistas, fora somente uma preparação para o surgimento do maior líder operário da história do Brasil (VILLA, 2013, p. 190, grifo do autor).

A interpretação de Villa merece ser destrinchada com maior atenção que a dos autores anteriores, pois esse pesquisador – como já afirmado anteriormente – atua em sua memorialística para eivar de legitimidade acadêmica conteúdos que não exatamente sejam qualificados para isso. A observação necessária aqui é que o autor atribui ao partido uma forma de fazer história aos moldes praticados por Stalin na União

Soviética. É preciso que se faça a justa separação entre uma *memória* produzida por um partido político sobre sua origem e missão – com uma atuação institucional e eleitoral em um país democrático – e uma outra prática memorial e historiográfica executada por um líder responsável pela implementação de uma política totalitária como foi Stalin. Há uma grande distância entre as duas coisas. Quando Marco Antonio Villa equivale as práticas petistas às *stalinistas*, ele está perfeitamente tentando dar *lastro* de cientificidade a uma interpretação que não se enquadra nesse parâmetro. Esse equívoco é um aspecto inevitável quando um historiador confunde pesquisa historiográfica com relato memorial. Mas há um problema de maior monta nessa afirmação de Villa no que diz respeito ao papel dos pesquisadores brasileiros numa suposta convivência de falsificação científica sobre a história do partido. Os historiadores Ueber Oliveira e Valter Pereira, pesquisadores dedicados ao estudo do tema, consideram a manifestação de quatro ondas de estudos sobre o Partido dos Trabalhadores. A primeira iniciativa, examinadora, seria ainda motivada pela novidade representada pelo partido no período da redemocratização. A segunda estaria preocupada em entender a lógica de governança do partido após suas primeiras vitórias eleitorais em disputas municipais. A terceira seria dedicada a decifrar a adaptação institucional do partido em relação às estruturas de poder do Estado, ocorrida na década de 1990. E por fim, uma quarta e última onda, realizada já sob a perspectiva do governo exercido na instância federal do poder através dos governos Lula e Dilma (OLIVEIRA; PIRES, 2011). Se essas considerações forem colocadas em contraste com a descrição supracitada, será possível perceber que há, na descrição de Villa, uma evidente tentativa de falsear o papel dos pesquisadores brasileiros e suas pesquisas sobre o PT.⁷⁴

Tendo em mente essa concepção de origem permeada de vícios, tal qual como é traçada pelos autores *antipetistas*, é necessário refletir sobre como se esboça uma cronologia que dará forma a uma *narrativa* marcante sobre o período em que o PT esteve no poder. Assim sendo, é necessário marcar, primeiramente, os escritos *antipetistas* sobre a eleição em 2002.

⁷⁴ Uma das características que emergiram na onda *antipetista* foram iniciativas negacionistas, conspiratórias e anti-intelectuais. Remeto-me aqui a movimentos políticos como Escola sem Partido e às iniciativas negacionistas estimuladas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. O que chama atenção é que o único pesquisador e professor entre os *antipetistas* que investigo se utilize destas posturas.

O histórico eleitoral do país, desde o advento da Nova República, conta com uma tradicional participação do PT – representado pela candidatura de Lula – nos eventuais e polarizados segundos turnos. Havia sido dessa maneira em 1989, com a disputa entre Lula e Collor, e em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, representando o Partido da Social-Democracia Brasileira venceu candidatura petista. Em 1998, FHC reelegeu-se sem necessidade de segundo turno, mas, em 2002, o PT retornou à polarização e derrotou a candidatura *tucana* de José Serra.

A chegada ao poder foi seguida pelo engajamento progressivo de ideólogos *antipetistas* na grande mídia e no mercado editorial brasileiro. Inicialmente, esse *antipetismo* era tímido e menos divulgado, mas ainda assim marcava presença. O jornalista Diogo Mainardi foi o primeiro *antipetista* a se tornar conhecido por seu engajamento. É com ele que abro as reações *antipetistas* à chegada de Lula e do PT à presidência da República. No alvorecer da era petista, o jornalista registrou seu rancor com a eleição do petismo e publicou em um de seus textos que “Com Lula no poder, voltaremos a ser o Brasil folclórico e brejeiro da Aliança para o Progresso. O Brasil do Zé Carioca” (MAINARDI, 2004, p. 23). O economista Rodrigo Constantino não escondeu seu ressentimento e, mesmo antes de ser reconhecido e ter amplo alcance midiático, publicou o seu livro “Estrela cadente”, em 2005. O título era uma referência à estrela que está presente nas bandeiras e símbolos do partido, que, na ideia do livro, estaria em sentido decadente, acompanhando os problemas do governo. Constantino, na justificativa de seu livro, afirma que “faz-se mister questionar as reais intenções do governo Lula, e perguntar se toda a retórica, em defesa da justiça social, não representa apenas um meio para a chegada ao poder e uso deste em benefício próprio do presidente e seus aliados” (CONSTANTINO, 2005, p. 7). Anos depois, foi a vez de Reinaldo Azevedo apontar aquela eleição como uma grande enganação, considerada por ele mais acidental que meritória:

Lula e seu partido chegaram ao poder em 2002 com um déficit imenso de credibilidade. Muita gente pensava que nem eles próprios acreditavam nas besteiras que diziam sobre economia. Daí a especulação enlouquecida na reta final da eleição e no começo de 2003 (AZEVEDO, 2012, p. 135).

Para o jornalista, era também difícil admitir a eleição, como podemos ver nessas considerações. O historiador Marco Antonio Villa revelaria a mesma inconformidade com aquele acontecimento e qualificaria aquele momento político da seguinte maneira: “Em vez da ruptura, a continuidade do que havia de mais arcaico na ordem senhorial brasileira. Quem assumia a direção da casa-grande era um novo senhor — demasiadamente mais arguto que os anteriores” (VILLA, 2013, p. 12). Todos estes apontamentos indicam uma data inaugural e sua significação para uma *memória antipetista*. A eleição de 2002, para eles, era um momento de desconfiança e enganação. Essa concepção estimulou uma compreensão do governo que seguiu interpretada por eles como uma *traição* em relação às promessas *petistas* feitas naquela campanha. Em alguns anos essas considerações sobre o advento petista por parte dos autores *antipetistas* ganhariam ares de autoconfirmação com o surgimento do escândalo do *mensalão*.

Os fatos que se sucederam no ano de 2005 abalariam a política brasileira, mas o maior atingido certamente seria o PT. No dia 14 de maio daquele ano, a revista *Veja* divulgou em suas páginas trechos e transcrições de um vídeo no qual o então diretor do Departamento de Contratação e da Administração de Material dos Correios foi flagrado cobrando propina em nome do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro. Nos dias que se seguiram à denúncia, o escândalo foi tratado como um fato rotineiro referente à corrupção envolvendo parlamentares. A grande expectativa midiática era que fossem reveladas as entranhas das relações dos bastidores da política na capital federal, mas as consequências do acontecimento acabariam por oferecer muito mais. No mês seguinte, Roberto Jefferson daria uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* que seria o verdadeiro estopim da crise política que se anunciava. O deputado, acuado pelo conteúdo flagrante presente nas imagens que haviam sido repetidas à exaustão nos telejornais nas semanas entre maio e junho, acusou o governo petista de estabelecer um esquema de compra de apoio parlamentar maquiado por um esquema de captação de verbas em contratos de publicidade do governo. Tal denúncia teve o poder de ofuscar as acusações que pesavam sobre o deputado, ainda que isso não tenha bastado para impedir as consequências políticas sobre seu mandato parlamentar.⁷⁵ O governo Lula enfrentaria

⁷⁵ O deputado federal Roberto Jefferson seria cassado meses depois pela Câmara dos Deputados em função do envolvimento no esquema de propina organizado nos Correios.

problemas em sua coalizão política até o fim do primeiro mandato, no ano de 2006. Além disso, o escândalo foi a plataforma que impulsionaria os ideólogos do *antipetismo* ao estrelato e massificaria paulatinamente a *memória coletiva* com elementos narrativos de natureza *antipetista*.

O papel da imprensa foi crucial para o estabelecimento da importância e do tamanho da repercussão do escândalo. A força da cobertura midiática sobre as acusações iniciais e, em seguida, sobre o posterior funcionamento de duas Comissões Parlamentares de Inquérito – que visavam escrutinar os fatos e acusações – era inédito no período democrático. Uma competição não declarada se estabeleceu sobre aquela geração de jornalistas que se destacava por grande apetite em relação à cobertura de escândalos.⁷⁶ Assim, a escandalização sistemática será a característica central da atuação midiática diante do governo petista. Não é que em outros governos a lógica da escandalização não tenha existido. O exemplo mais relevante inclusive era a lembrança ainda fresca do governo Collor e a crise que levou a seu *impeachment*. O diferencial no caso dos governos petistas foi o tamanho e a sistemática busca por escândalos que nunca cessaram desde o mensalão. Essa prática era de tal maneira repetitiva que seria inviável listar todos os escândalos divulgados pela imprensa no período entre 2003 e 2016. Soma-se a isso o fato de que a maioria desses escândalos midiáticos não se formalizaram em investigações concretas, além de muitos outros que resultaram em absolvições e anulações de sentenças nos anos posteriores, como foi o emblemático caso das futuras condenações de Lula no âmbito da *Operação Lava-Jato*.

Não havia precedentes comparáveis ao escândalo do *mensalão* em relação ao tamanho e ao tempo de cobertura na mídia brasileira. Os cientistas políticos Luis Felipe Miguel e Aline Coutinho estudaram o fenômeno na atuação dos três grandes jornais brasileiros – *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Estadão* – e acabaram por detectar que, entre 1.803 editoriais publicados no ano de 2005:

⁷⁶ A formação jornalística brasileira, nos anos posteriores à Guerra Fria e na Ditadura Militar, teve forte inspiração e influência da tradição jornalística estadunidense. A exemplo disso, é necessário salientar que toda uma geração de jornalistas brasileiros absorveu de maneira romantizada o papel da mídia diante do escândalo do Caso Watergate (1974), nos Estados Unidos. Para esses profissionais, o dever principal do jornalismo é revelar verdades escondidas por governos e corporações.

472 editoriais que tratavam da crise, as personagens mais frequentes foram o Partido dos Trabalhadores (em 68,6% deles), o presidente da República (em 59,5%) e o governo da União (em 50,2%). O foco no PT, como organização partidária, mais do que em seus líderes ou na administração federal, já indica que a denúncia das *promessas vãs* do petismo – que faria política de um jeito diferente, que seria guardião da ética – foi um dos elementos centrais do enquadramento da crise (COUTINHO; MIGUEL, 2007, p. 112, grifo dos autores).

A extenuante cobertura nos três diários dava uma amostra do engajamento midiático no escândalo. O *antipetismo* onipresente na grande mídia era acompanhado pelo emprego dos polemistas em ascensão no período. Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo se popularizariam amplamente nessa época. Os dois também seriam os mais ferozes *antipetistas* atuando no colunismo da grande mídia naquele momento. Mainardi já estava com uma posição assegurada no semanário *Veja*, e Azevedo seria contratado para o *blog* do mesmo veículo na internet. Houve inclusive momentos de franca colaboração entre os dois na caracterização do escândalo. A revista *Veja* também fazia parte do repertório midiático que regia o escândalo e não apenas através da paternidade na *divulgação* do vídeo que desencadeara toda a trama. É por isso que o historiador Lincoln Secco registra que: “De junho a setembro de 2005, de vinte duas capas da revista *Veja* somente três não tinham uma denúncia explícita contra o PT. Cinco capas eram contrárias a Lula pessoalmente” (SECCO, 2015, p. 217). O escândalo não apenas vendia exemplares dos veículos, como também disseminava concomitantemente o *antipetismo*. É nesse momento que se inicia um trabalho intencional de memorialização que os próprios jornalistas registram.⁷⁷

O pesquisador das comunicações Venício Artur de Lima propõe uma abordagem teórica que ajuda a explicar o fenômeno do *escândalo*. Para Lima, não é qualquer evento que se enquadraria conceitualmente no que ele identifica como *escândalo político midiático* (EPM). Isso ocorre pois essa distinção só pode ser aplicada quando, na cobertura midiática, há a centralização na temática da *corrupção* e o evento retratado é noticiado de maneira *repetitiva* e *massificada*. Sob essa perspectiva, o

⁷⁷ No mesmo ano, os jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo De La Peña publicam um livro com o significativo título “O memorial do escândalo” (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2005), no qual agrupam textos descritivos e explicativos, além de reproduções de cópias de documentos e registros fotográficos de personagens do escândalo. Esse episódio pode ser tomado como um exemplo ideal do que a historiadora Sônia Meneses destaca como operação midiográfica, na qual a mídia registra o evento e ao mesmo tempo o *monumentaliza*. Essa será a atitude concreta da grande mídia brasileira diante dos governos petistas. Uma espécie de aceleração atualizadora se abre a partir desse ponto para alcançar um nível que não mais recuará aos patamares da cobertura anterior.

autor afirma que o processo noticioso acerca do caso do *mensalão* deve ser apontado como um exemplo característico de um EPM.

Mas há outro aspecto fundamental que a tese de Venício Lima estabelece sobre o fenômeno dos *escândalos*. É a disputa de poder político sobre a direção que tomam os episódios públicos relevantes e que leva a grande mídia a desencadear e escalonar um EPM. Esse mecanismo midiático, por excelência – o *escândalo* –, seria utilizado para assegurar e acumular *poder simbólico*. Para o autor, é o domínio do *poder simbólico* sobre os acontecimentos no *campo político* de uma sociedade que estimula o engajamento das instituições midiáticas e seus profissionais. Venício Lima preconiza que

O poder simbólico [...] refere-se à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Para exercer esse poder, é necessária a utilização de vários tipos de recursos na busca por visibilidade, entre eles, a mídia, que constrói e transmite capital simbólico por meio do jornalismo, da propaganda política etc. A reputação por exemplo, é um aspecto do capital simbólico, atribuído de um indivíduo ou de uma instituição.

[...] A sua apresentação e o seu comentário [sobre o escândalo político midiático] através/na mídia não são características secundárias ou acidentais. Ao contrário, elas são parte constitutivas deles. O controle e a dinâmica do processo se deslocam dos atores inicialmente envolvidos e se estendem para os jornalistas e para a mídia (LIMA, 2012, p. 443 - 444).

Essa mediação levada a cabo pela *mídia* coloca os veículos no controle do *campo político* de maneira irreversível até o esgotamento do *escândalo*. Foi o que aconteceu em relação ao longo processo do *mensalão*, que se estendeu de 2005 a pelo menos 2012, com o julgamento no Supremo Tribunal Federal, que seria tão midiaticizado quanto o próprio evento e suas Comissões Parlamentares de Inquérito originárias. A grande imprensa é a parceira do *mensalão* enquanto *escândalo* e assegurou o controle do *campo político* através de seu poder de simbolizar. Nesse sentido, a grande mídia *antipetista* conseguiu não apenas assegurar o *poder simbólico* naquele momento, mas também o *consenso antipetista* no longo prazo através da experiência de uma construção coletiva da *memória* do *escândalo*. Há uma convergência teórica aqui entre a função de significar do *poder simbólico* e o espaço disponível na instável *memória coletiva* diante de uma aceleração *atualista* sem precedentes.

Os operadores fundamentais do *poder simbólico* com implicações na *memória coletiva* foram, principalmente, os agitadores *antipetistas*. É o que fica evidenciado na forma como esses personagens registraram na mídia o *escândalo* e posteriormente esquematizaram esboços *narrativos* sobre ele em livros. Foram alimentados obviamente pelo *poder simbólico* midiático que geria o *escândalo* no dia a dia da cobertura dos acontecimentos. Cada um deles registrou no momento, ou alguns anos depois, o que podemos nomear de operação midiográfica na *memória coletiva* sobre o *mensalão*. Reinaldo Azevedo retratou o governo Lula naquele contexto como Mainardi havia antecipado quando atacou o simbolismo organizado em torno da cerimônia de posse em 2003: como *exótico* e *primitivo*. Em julho de 2006, já consolidado o *escândalo político midiático* após duas Comissões Parlamentares de Inquérito e meses de cobertura sistemática, o jornalista se utilizou da reputação abalada do PT para reforçar o que os autores *antipetistas* já entendiam sobre o partido desde sempre. Foi o que chamei anteriormente de *autoconfirmação*:

Como não somos mais tão grosseiramente inocentes, eis Banânia: misto de primitivismo e cinismo.

[...] Banânia está submetida a um babalorixá que não tem pejo de expressar o prazer que sente diante da miséria. Sob o olhar complacente ou interessado dos nossos *liberais*, vai transformando a cidadania em clientela, o poder público em balcão, a igualdade em sopão. E sem que a agenda de seu partido seja confrontada. Os grão-vizires de Banânia foram sequestrados pela pauta do Sumo Sacerdote do Lugar-Comum. A tolice, dignificada pelo discurso da humildade arrogante, define hoje a agenda dos partidos (AZEVEDO, 2008, p. 85, grifo do autor).

Tal qual Mainardi anteriormente, Azevedo escolhe, de maneira preconceituosa, referências a religião de matriz africana para representar características negativas atribuídas ao governo petista, e ainda vai além, utilizando-se disso para reforçar o aspecto condenável e *escandaloso* do governo. Foi também uma forma de estimular a criminalização da política⁷⁸. Mainardi, ainda no calor dos eventos, resumiria a *narrativa* do *escândalo* concatenada pela grande mídia. O jornalista escreve:

Se o governo corrompeu boa parte do Congresso Nacional com o pagamento de propina, deputados e senadores devem ser punidos junto com ele. A gente ainda não sabe quantos parlamentares entraram na roubalheira. Roberto Jefferson calculou entre oitenta e 100. Tanto faz. É o bastante para pedir a interrupção da legislatura. Além de aprovar a emenda constitucional que

⁷⁸ Como detalhado no capítulo anterior, uma das características que viriam a marcar o aparecimento do *antipetismo* nas redes sociais seria a *antipolítica*.

antecipa as eleições presidenciais, o Poder Legislativo deve aprovar também a dissolução do Congresso e a realização de eleições gerais em outubro. A taxa de renovação parlamentar será alta. Muitos ladrões deixarão de ser eleitos. Novos ladrões ocuparão seus lugares. O próximo Congresso não será melhor do que o atual. Com uma certa dose de revanchismo, porém, poderá fazer uma [Comissão Parlamentar de Inquérito] do Mensalão um pouco menos comprometida. Falta revanchismo à democracia brasileira (MAINARDI, 2007, p. 20).

O *ódio* despudorado ao governo, à política e ao PT era a síntese de uma conclusão óbvia quando considerada a *narrativa* midiática e sua competição entre veículos para influenciar na gestão do *escândalo*. Mainardi e outros *antipetistas* eram mensageiros infiltrados no colunismo político e no mercado editorial. A ideia de que o PT havia comprado apoio político no Congresso era apresentada como certa e clara ainda que o julgamento político sobre o *escândalo* não tivesse terminado. As conclusões já haviam sido estabelecidas desde quando Roberto Jefferson dera sua entrevista à *Folha de São Paulo*. Os atores *antipetistas* não esperariam, da mesma maneira que nunca antes haviam esperado qualquer julgamento ou condenação efetiva na Justiça. Mas a *narrativa* seria reforçada e incrementada pelos outros autores. Marco Antonio Villa, anos depois, sistematizou o esforço da imprensa hegemônica na seguinte síntese:

O Legislativo — depois da crise do mensalão — fora domado, transformado em correia de transmissão dos interesses do governo, recebendo, claro, o devido pagamento. Os partidos perderam qualquer caráter ideológico. E ele [Lula], só ele, fez política. Política pobre em conceitos e valores, recheada de metáforas do cotidiano — especialmente do *seu* cotidiano. Lula transformou o senso comum em filosofia. Em vez de um líder político, virou um animador de auditórios. Desprezou o passado. Para o lulismo, a história é sempre o presente (VILLA, 2013, p. 98)⁷⁹.

A tese de compra de apoio parlamentar era vitoriosa para além do episódio, como o historiador propõe. A articulação política necessária no regime do *presidencialismo de coalizão* levada a cabo pelo PT no Congresso seria enquadrada sempre como sinônimo de crime para os idealizadores do *antipetismo* polemista na mídia. O *escândalo* funcionou como um carimbo permanente na inscrição da memória do governo Lula. As narrativas dos três *antipetistas* – Mainardi, Azevedo e Villa – seriam aprofundadas pelo obscuro escritor Olavo de Carvalho. Ainda em 2005, esse ideólogo

⁷⁹ Há uma ironia no registro do historiador Villa. Como é presumível, quem era o vetor de *presentismo* em termos *atualistas*, diante da avalanche de mídia negativa, era ele mesmo. Era tão intensa a cobertura, através dos jornais, dos escândalos que se sucediam, que o *antipetismo* começava a preencher passado e futuro. Esse aspecto é detalhado no terceiro capítulo.

se ocuparia de apontar o PT como um vetor de uma conspiração comunista internacional, reforçando suas teses a partir do entendimento da (ainda) suposta compra de apoio político do Congresso, na mesma lógica de autoconfirmação dos outros publicistas radicais do *antipetismo*. O escritor publicou sua tese em uma coluna no Diário do Comércio, em setembro de 2005:

O sr. Lula já saiu vitorioso, independentemente do sucesso ou fracasso que venha a obter no restante do seu mandato. A nova ordem cujo nome é proibido declarar já está implantada, e sua autoridade é tanta que nem mesmo os inimigos mais ferozes do presidente ousam contestá-la. Todos, de um modo ou de outro, já se conformaram ao menos implicitamente em colocar o Foro de São Paulo acima da Constituição, das leis e das instituições brasileiras. Se reclamam de roubalheiras, de desvios de verbas, de mensalões e propinas, é precisamente para não ter de reclamar da transferência da soberania nacional para a assembleia continental dos *companheiros*, como Hugo Chávez, Fidel Castro, os narcoguerrilheiros colombianos e os sequestradores chilenos. É como a mulher estuprada protestar contra o estupro no seu penteado, esquecendo-se de dizer alguma coisinha, mesmo delicadamente, contra o estupro enquanto tal.

Talvez os feitos do sr. Lula e do seu maldito Foro não tenham trazido ao Brasil um dano tão vasto quanto essa inversão total das proporções, essa destruição completa do juízo moral, essa corrupção integral da consciência pública (CARVALHO, 2013, p. 400, grifo do autor).

A compra de apoio no Congresso se estendia para uma *conspiração* comunista internacional através da entidade pública *Foro de São Paulo*, que reunia em solidariedade – e reúne ainda hoje – os partidos de esquerda na América Latina⁸⁰. Olavo de Carvalho estava, dessa maneira, apenas adornando a *narrativa* já edificada pela mídia, com seu constante tom conspiratório e *anticomunista*. Se há uma coisa na qual esse autor tinha razão, era reivindicar assumidamente o conspiracionismo *anticomunista* – em oposição à constante prática de velar essa intenção, como fazia habitualmente a cobertura da mídia. Este uso conspiratório do *escândalo* pairaria sobre o PT anos mais tarde, nas eleições que se seguiram aos eventos de *Junho* de 2013. Esse alcance futuro é uma das demonstrações do impacto do formato *atualista* que a mídia acabava por impor em seu ritmo incessante de cobertura escandalizadora.

⁸⁰ O Foro de São Paulo é uma organização que reúne partidos de esquerda da América Latina. O órgão foi idealizado pelo Partido dos Trabalhadores em 1990 ainda sob o impacto do fim da antiga União Soviética. A instituição tem sido um lugar de debates entre as organizações políticas de esquerda do continente e seria fundamental para a solidariedade entre os países da região durante a onda de governos progressistas na década de 2010, na qual estava incluído o próprio governo Lula.

Como exemplificado no primeiro capítulo, o característico presidencialismo de coalizão indica muito claramente que não é o Poder Executivo quem empareda o Poder Legislativo. O que ocorre é o inverso, de forma que havia uma carga de cinismo na argumentação moralista que começava a aparecer na *narrativa* do antipetistas. O historiador e cientista político Ueber Oliveira afirma que os problemas concretos do funcionamento político das relações entre Presidência da República e Congresso Nacional são derivados especificamente de como nossa legislação eleitoral é frágil em diversos pontos. Sobre esses problemas, Ueber Oliveira descreve:

Como se sabe, a eleição presidencial realiza-se atualmente pelo sistema de dois turnos, que tem como fundamento assegurar maioria absoluta ao vencedor. Esse mesmo sistema é aplicado aos Estados e nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Como em geral ocorre em eleições majoritárias, esse preceito leva a uma forte individualização e personalização da disputa política. A maioria do apoio dado a um dos candidatos, sobretudo no segundo turno, quando são somente dois os concorrentes, leva a um desequilíbrio de forças entre os poderes legislativo e executivo, contribuindo para que, mais uma vez, este acabe por prevalecer sobre aquele.

Por outro lado, a inexistência de legislação estável para a formação de alianças é outro aspecto que contribui sobremaneira para a fragilidade do sistema partidário brasileiro. É comum, no Brasil, duas agremiações partidárias, diametralmente opostas em nível nacional, se unirem no estado ou no município. Esse problema confunde o eleitor, que passa a perceber os partidos como idênticos, desprovidos de programas e ideologias, direcionando os olhares para a figura do candidato. Isso é reflexo da busca de votos para além do seu eleitorado base (OLIVEIRA, 2016, p. 205).

Em boa medida, a legislação eleitoral brasileira mantém os pontos que fragilizam o sistema de governabilidade na raiz. O esclarecimento de Ueber Oliveira permite que se faça o julgamento de que os argumentos *antipetistas* estavam mais uma vez distantes da realidade concreta. Claramente o problema não estava nem em Lula, nem no Congresso. O que estava em jogo eram as bases legais que organizam o sistema eleitoral, mas os autores *antipetistas* se mantiveram operando nesses termos sem se preocupar com coerência dos fatos.

Em 2007, após os relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito serem encaminhados definitivamente pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal, Diogo Mainardi estava otimista. Em um texto que escolheu para ser o fechamento de seu livro “Lula é minha anta”, o jornalista deixou assinalado seu senso de vitória e triunfo. Lula havia se reeleito, apesar do *escândalo*, mas, para Mainardi, algo maior estava assegurado: os autores *antipetistas* havia deixado sua marca definitiva sobre

Lula e o PT. Ele escreve em um tom amargo de vingança, com o qual se identificaria muitas vezes:

Na última semana, o STF mandou alguns dos maiores aliados de Lula diretamente para o banco dos réus. Lula negou que isso possa ser interpretado como um juízo contra seu governo. Pode sim. Por mais popular que ele seja, por mais votos que ele tenha tido, Lula ficará marcado para sempre como o presidente dos mensaleiros. É um estigma do qual ele jamais conseguirá se libertar. Menos pelo que fez José Dirceu, e mais pelo comportamento despudorado do próprio Lula (MAINARDI, 2007, p. 191).

A primeira vitória *antipetista* desde a eleição de Lula estava de fato assegurada, como reivindicaram Mainardi e outros polemistas daqueles dias. A condução da *narrativa* sobre o *mensalão* estava garantida, e isso ficaria ainda mais nítido nos anos seguintes. O exercício e o acúmulo de *poder simbólico* para agregar significados à memória do *escândalo* haviam sido conduzidos em favor da grande mídia brasileira e seu tradicional *antipetismo*, por um lado. De outro, a *atualização* sistemática expandia a saturação de sentimento *antipetista* para simbolizar também as outras dimensões que compunham a *consciência histórica*. Esse processo não estava completo, mas já dava indícios de consolidação. As consequências foram especialmente visíveis para os militantes do PT. O historiador Lincoln Secco descreve o ambiente político que se estabeleceu nas ruas durante o segundo semestre de 2005, no auge da massificação de notícias sobre o *mensalão*:

Eram raros os militantes que usaram camisas do partido. E eram invariavelmente achincalhados ou agredidos. Durante as eleições internas [do partido], os militantes do PT que se dirigiam aos locais de votação em São Paulo eram ofendidos por pessoas que estavam nos bares ou por transeuntes. Tal era o clima político no país. Cenas assim foram pouco divulgadas, salvo algumas que atingiam dirigentes mais importantes. Alguns eram invariavelmente agredidos em todos os locais públicos por onde circulavam, especialmente em aeroportos, onde havia mais *formadores de opinião* de classe média (SECCO, 2015, p. 220, grifo do autor).

O clima hostil para com o PT, seus militantes e especialmente seus líderes se espalhou nos centros urbanos e em ambientes frequentados pela classe média brasileira. Esse padrão de *escandalização* da política seguiria após o caso *mensalão*. A grande mídia brasileira permanecia – especialmente através de seus colunistas – atualizando as denúncias feitas em 2005. Um clima de devassa se espalhou pelas redações jornalísticas e a mídia continuou levantando novos *escândalos* ainda que esses fossem menos midiáticos que o onipresente *mensalão*. Qualquer um que

frequentasse bancas de jornais ou acessasse sites noticiosos na internet chegaria à conclusão de que havia um problema profundo no funcionamento das instituições que eram sempre retratadas como apodrecidas e inconfiáveis. Essa descrição englobava desde o PT até o Congresso e outros partidos, passando pelo Poder Judiciário e chegando até nas repartições públicas de órgãos estaduais e municipais. Para a grande mídia, o Estado brasileiro era esse leviatã corrupto e devorador feroz de recursos públicos. Esse diagnóstico estava umbilicalmente ligado ao fato de ser o PT o gestor momentâneo das instituições. O protagonismo petista na apoteose corrupta pintada pela mídia e seus escandalizadores preferenciais – os agitadores *antipetistas* – era uma conclusão natural, se fosse considerada a *narrativa* corrente no cotidiano político do país. O sociólogo Roberto Grün descreve, em seu estudo sobre *escândalos* de nosso tempo, o comportamento midiático que se seguiria até a eleição de 2006:

A sucessão de episódios considerados espúrios era acompanhada e tornada pública com toda intensidade tanto pela mídia quanto pela oposição política, passando também por setores do Judiciário. O enquadramento sugerido pelos denunciadores [veículos de mídia] era o de considerar que as faltas apontadas eram intrínsecas ao funcionamento do PT e à personalidade do Presidente da República e, portanto, os desqualificavam definitivamente para o exercício do poder, relevando assim os eventuais méritos do governo do período. As tentativas de defesa, que justamente tentavam segmentar as denúncias e malfeitorias comprovadas, atribuindo-as a atores movidos por pautas particulares, eram desqualificadas como subterfúgios que escondiam a natureza crapulosa da organização que abrigava os faltosos. Logo, os opositores se atribuíam automaticamente o direito de inferência, ao mesmo tempo em que o negavam aos seus adversários. Uma vez que essa hierarquia cultural era acatada pela mídia estabelecida, o resultado do jogo estava fechado para os apoiadores do governo federal (GRÜN, 2018, 2018, p. 101).

A observação do sociólogo é importante pois apresenta o efeito que se estabelecia entre notícias, editoriais e colunistas na grande imprensa. A desqualificação imposta pelos disseminadores do *antipetismo* estimulava um clima favorável aos partidos adversários do partido do governo. Era muito natural para comentaristas políticos da grande mídia e políticos da oposição que, *simbolicamente*, o PT e Lula estivessem inviabilizados eleitoralmente diante daquele consenso que aparentemente estava estabelecido. Mas como é sabido, não foi o que aconteceu nas eleições de 2006, quando o então presidente Lula se reelegeu numa disputa contra o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Esse resultado adverso produziria um rancor profundo entre os *antipetistas*. A pressuposição de uma vitória baseada em uma hegemonia *antipetista* na mídia fez com que a *amargura* se tornasse o afeto que

acompanharia o tradicional *ódio* que compunha o cotidiano dos divulgadores do *antipetismo*.

O ano da eleição seria marcado pelo otimismo e a expectativa *antipetista* diante da iminente derrota de Lula e uma possível derrocada petista. Vale registrar que essa ânsia foi destacada pelos *antipetistas* mais atuantes na época, os jornalistas Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo. Diogo Mainardi registrou assim seu desejo: “José Serra, no Ano-Novo de 2007, estará entrando no Palácio do Planalto. Ele já está eleito. Já ganhou. Não por méritos pessoais. Ele será eleito exclusivamente porque a gente quer se livrar de Lula. E ele é a melhor garantia de que isso vai acontecer” (MAINARDI, 2007, p. 58). Como sabemos, José Serra não seria eleito e tampouco haveria de ser o candidato naquela disputa, mas, como confessado por Mainardi, não era a vitória de Serra que importava, e sim a derrota de Lula. Reinaldo Azevedo era mais cauteloso, mas ainda assim comemorava a reputação negativa do PT estabelecida pela mídia no escândalo do *mensalão*:

A culpa é dos ditos oprimidos também. Ou será que alguém ignora, por exemplo, as lambanças do PT? Contam-se nos dedos os que não conhecem, a essa altura, as venturas e desventuras de Lula, Delúbio e Valério. Os *homens do povo* podem não acompanhar as histórias no detalhe, mas sabem o essencial, conhecem a roubalheira (AZEVEDO, 2008, p. 75, grifo do autor).

O conforto otimista aparente com a mancha midiática sobre o PT através do *escândalo* era acompanhado por um sentimento de *medo*. Os *antipetistas* ficavam temerosos diante dos resultados positivos para Lula que se revelavam nas pesquisas eleitorais publicadas cada vez mais perto do momento da realização das eleições de 2006. Para eles, era como se algo estivesse muito errado nos números. As preferências eleitorais não estavam alinhadas ao esforço das empresas que controlavam os meios de comunicação do país. Essa era uma situação inédita no histórico eleitoral da Nova República, pois os interesses econômicos da grande imprensa não eram acompanhados pela opinião pública. Assim, ficava evidente que seria necessária uma ação mais coesa e organizada por parte da grande mídia no empenho pelo apagamento dos dados positivos produzidos pelos governos petistas, sobretudo os indicadores sociais responsáveis pela adesão popular que acabava por aparecer nas pesquisas de opinião. Como já citado anteriormente, os dados econômicos muito positivos e sua percepção popular eram um obstáculo contra a ofensiva midiática que

tentava progressivamente colonizar de significados antipetistas a maior parte do domínio da memória coletiva.⁸¹

Nas eleições em que o PT havia sido derrotado no segundo turno, nos anos de 1989 e de 1994, respectivamente, a imprensa hegemônica apelara eleitoralmente para o sentimento de *medo* do eleitorado. Em 2002, por sua vez, a grande mídia fez uma cobertura neutra em relação ao PT em virtude do documento “Carta aos brasileiros”, lançado durante a campanha, que anunciava um compromisso da candidatura Lula em manter inalterada a política econômica colocada em prática pela gestão de Fernando Henrique Cardoso.⁸² O fenômeno, no entanto, parecia voltar em 2006. Reinaldo Azevedo por exemplo, escreveu, meses antes da eleição, que

Se vitorioso, o PT tentará perpetuar-se no poder mudando as regras do jogo: o caminho é tornar irrelevantes as eleições como meio de alternância de poder. E pode fazê-lo fingindo obediência ao rito democrático. É de sua natureza. Se derrotado, a *Al-Qaeda* – rede presente nos três Poderes, sindicatos, fundos de pensão, igrejas, estatais, imprensa, movimentos sociais e ONGs – tentará emparedar o próximo governo por meio do confronto e da chantagem. O que fazer? Dizer não ao demônio totalitário. Outras divergências são secundárias (AZEVEDO, 2008, p. 10).

O *medo* não tinha um fundo concreto. O PT venceria em 2006 e nas duas eleições seguintes sem nunca atentar contra as normas institucionais, e, como se sabe, viria a ser vitimado por um *golpe parlamentar* uma década depois. Mas, ainda que não se soubesse do futuro, era sabido que não havia *autoritarismo* no governo. O próprio ritmo de escandalização midiática hostil ao partido governante era um evidente exemplo. Mainardi, já em meio à disputa eleitoral e diante do avanço das intenções de voto em Lula no segundo turno, se lamentou, temendo o resultado que se aproximava:

Os pobres ignorantes são o principal tema de disputa entre os analistas de pesquisas eleitorais. Em particular, os pobres ignorantes do Nordeste. Os lulistas acreditam que os pobres do Nordeste são tão ignorantes, mas tão ignorantes, que vão acabar votando em Lula, apesar dos quarenta malfeitores. Os tucanos discordam. Eles acreditam que os pobres do Nordeste podem até declarar voto em Lula nas pesquisas eleitorais, mas são

⁸¹ Esses dados já foram citados anteriormente (POCHMANN, 2010).

⁸² Naquela eleição, coube à propaganda eleitoral de José Serra – então candidato contra Lula – tentar resgatar o sentimento de *medo* do eleitorado numa peça de propaganda estrelada pela atriz Regina Duarte, na qual a artista se dizia amedrontada diante da possibilidade de vitória de Lula. A cena se tornou icônica na história das campanhas eleitorais brasileiras, mas foi incapaz de levar a candidatura de José Serra à vitória.

tão ignorantes, tão ignorantes, que vão apertar o botão errado na hora de votar, anulando suas escolhas. Sempre que Lula ultrapassa a barreira dos 50 pontos, sou obrigado a apelar para esse argumento (MAINARDI, 2007, p. 115).

Tão intenso era o engajamento midiático na eleição de 2006, que, durante o pleito, na véspera do primeiro turno, o jornalista Luiz Carlos Azenha, da *Rede Globo*, causou constrangimento à emissora quando revelou que um delegado da polícia federal havia feito uma oferta de indícios e provas de uma investigação eleitoral falsa contra membros da campanha petista aos jornalistas do veículo.⁸³ Em relação a essa postura deliberadamente comprometida da imprensa, é preciso recuperar a compreensão do *antipetismo* tal qual entendido pelo cientista político Fernando Antônio Azevedo. O seu estudo – já mencionado no capítulo anterior – sobre a atuação midiática brasileira em relação ao PT aponta que a acusação de *populismo* para caracterizar o partido era a forma mais comum de cobertura hostil à sigla e seus líderes. Notadamente, para o pesquisador, esse parâmetro preponderava antes do partido chegar ao poder. Os veículos de mídia e seus polemistas apenas estavam retomando ao padrão ofuscado pela neutralidade jornalística colocada em prática na eleição de 2002. Nos tempos eleitorais em que o partido esteve à frente do governo, a prática nunca fora abandonada pela mídia. A cientista política Vera Chaia, em texto que analisava a história das coberturas eleitorais desde o reestabelecimento democrático, constatou que a disseminação do *medo* era uma estratégia eleitoral permanente contra o PT em outras eleições. A pesquisadora aponta que

o medo pode ser fabricado e produzido por um sistema político e/ ou criado para estimular e impulsionar a obediência dos cidadãos em determinadas sociedades. É nesse sentido que se deve analisar a mídia, enquanto produtora de conhecimento e geradora de construções sociais que trabalham com a ideia de medo e constroem representações sociais que estimulam esse sentimento, seja na programação diária, seja nos telejornais e no tipo de cobertura jornalística realizada por esses meios (CHAIA, 2004, p. 31).

⁸³ Luiz Carlos Azenha é jornalista e foi contratado da Rede Globo até o ano de 2006, quando sua reportagem revelou uma oferta, por parte de um delegado da Polícia Federal, de provas *falsas* contra a candidatura Lula para divulgação em veículos de imprensa. As *provas* falsas incluíam uma foto errônea de dinheiro apreendido pela Polícia Federal supostamente em posse de membros do PT para a compra de um dossiê contra o então candidato ao governo de São Paulo, José Serra. Na época o jornalista não conseguiu comprovar a oferta e publicou apenas uma transcrição da conversa entre o delegado e os outros jornalistas, ocorrida no momento em que aconteceu a proposta da fraude. No ano de 2020, o jornalista conseguiu uma gravação de um áudio que comprovava aquela conversa e publicou uma matéria sobre o episódio (AZENHA, 2020).

As afirmações sobre a capacidade midiática e seu lugar privilegiado na produção de significados e emoções corroboram a compreensão do exercício do *poder simbólico* através da atuação jornalística das empresas de comunicações. O *medo* seria o sentimento comum dos autores *antipetistas*, notadamente de sua faceta mais radical e atuante nas colunas políticas. A reeleição de Lula em 2006 foi mal recebida por seus adversários na mídia e se tornou um evento traumático em todo o corpo social que se pautava pelo noticiário hegemônico. A classe média, especialmente, como lembrado pelo sociólogo Roberto Grün, foi fortemente influenciada pelas ideias *antipetistas*.

As eleições de 2006 foram marcantes para a historicidade eleitoral da Nova República. A expectativa da maioria da grande mídia – expressa na linha editorial dos escândalos políticos midiáticos com destaque para o *mensalão* – era uma derrota do PT como punição do eleitorado por todas as acusações alegadas e repetidas à exaustão. Entretanto, no nível subterrâneo das preferências eleitorais, o Brasil passava por transformações que impactariam decisivamente as disputas daquele ano. Considero a tese do cientista político André Singer sobre a reeleição de Lula a que melhor explica tanto o motivo de tal convicção *antipetista* na derrota de Lula quanto a sua frustração posterior. Singer detecta, nos estudos comparativos entre as preferências eleitorais brasileiras, um crescimento do eleitorado simpático ao PT desde os anos 1980. Esse aumento ocorreu essencialmente entre os eleitores escolarizados de classe média e se manteve constante até 2002. A partir deste ano, e concomitantemente à agressiva postura de hostilidade na cobertura política da grande mídia, o PT perdeu grande parte de seu grupo de eleitores tradicionais entre os setores médios escolarizados, mas sustentou os recém-adquiridos votos dos mais pobres entre o subproletariado brasileiro. No entanto, enquanto esse novo perfil de eleitor abraçava Lula, não repetia o movimento com o mesmo entusiasmo em relação ao PT e suas candidaturas ao Legislativo. André Singer conclui em seu estudo que

Em 2006, Lula obteve rapidamente uma torrente de votos de baixíssima renda, a qual compensou o abandono da classe média, resultando num desempenho até um pouco superior no primeiro turno em relação ao de 2002. O PT, contudo, sofreu uma subtração para a Câmara dos Deputados de 18% dos votos válidos em 2002 para 15% em 2006. Ou seja, enquanto a candidatura de Lula à reeleição, dotada da enorme visibilidade pelo exercício da Presidência, avançou para o interior, em direção aos pequenos municípios e aos eleitores mais pobres [...] o PT se ressentia das perdas ocasionadas pelo afastamento da classe média nos estados mais ricos, compensando-as apenas parcialmente com uma penetração moderada nas regiões pobres.

Lula aumentou em cerca de 50% a quantidade de votos que recebera, por exemplo, em Pernambuco, enquanto o PT experimentava um acréscimo em torno de apenas 10% no estado, na votação para a Câmara dos Deputados. De acordo com o [Tribunal Superior Eleitoral], Lula passou de 46% dos votos válidos em Pernambuco no primeiro turno de 2002 para 71% no primeiro turno de 2006, ao passo que a votação nos candidatos do PT para a Câmara dos Deputados subiu de 13% para 16% (SINGER, 2012, p. 65).

O impacto do empenho *antipetista* na véspera e durante a eleição teve um sucesso relativo contra a eleição de parlamentares petistas, mas foi insuficientemente corrosivo para evitar a reeleição de Lula. Esse resultado causou grande frustração entre apóstolos do *antipetismo*. Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo eram os que representavam mais ativamente a mídia *antipetista* naquele processo. Os livros “Lula é minha anta” e “O país dos petralhas” foram editados e publicados em 2007 e 2008, respectivamente. Tais publicações eram o registro da atuação dos jornalistas como difusores do *antipetismo* na crise do *mensalão*. Diogo Mainardi era um jornalista ativo na revista *Veja* desde o final dos anos 1990, comentando sempre sobre cultura. Sua radicalização se deu com a eleição de Lula em 2002. Reinaldo Azevedo, no entanto, era o símbolo maior da ascensão da escandalização como paradigma *narrativo* da imprensa no período. O jornalista havia conquistado sua posição como redator de um *blog* no site da revista *Veja* no ano de 2005. Até então, era praticamente desconhecido no meio jornalístico. Essa realidade se transformou drasticamente com a grande exposição que obteve no site da *Veja* e sua disposição permanente para opinar sobre todos os assuntos do cotidiano sob a ótica de um *antipetismo* raivoso. Marco Antonio Villa, por outro lado, tinha alguma penetração nos grandes jornais diários comentando temas relacionados a sua especialização como historiador desde os anos 1990. Em geral suas colunas tratavam de história e também do ensino da mesma disciplina no nível escolar. O escândalo do *mensalão* estimula uma mudança de postura do pesquisador nas suas participações no debate público. Seus textos começam a fazer uma apologia *antipetista* constante e, seguindo as posturas de Mainardi e Azevedo, expressariam grande frustração com os resultados eleitorais. Olavo de Carvalho também estava ativo na grande mídia, entretanto sua atuação era mais episódica nos grandes veículos. Sua presença ficava mais concentrada num pequeno jornal, o *Diário do Comércio*, e logo em seguida nas redes sociais da internet. Esses ainda não eram os anos gloriosos do escritor. De sua parte, não haveria grande frustração, afinal Carvalho não era partidário do processo democrático brasileiro, que como vinha expressando, era para ele uma perfeita expressão de uma ditadura comunista.

Reinaldo Azevedo registrou um rancor profundo em relação ao resultado eleitoral das eleições de 2006. O jornalista, ainda no mesmo ano do evento, expressou grande amargura com a vontade eleitoral. Naqueles dias, sua atividade como comentarista político era menos apegada às regras institucionais do que seria no futuro.⁸⁴ Em dezembro de 2006, o jornalista publicaria uma coluna intitulada: “Povo gosta é de ditadura; quem prefere democracia é dona zelite” [sic]. Azevedo escreve:

Vão por mim: povo gosta é de ditadura; quem prefere a democracia é Dona Zelite. Aceito o contra-argumento de sociólogos e historiadores. Já a partir do plebiscito mais famoso da história, quando foi que a massa escolheu direito? Tá certo que, naquele caso, o resultado fazia parte do plano divinal. Imaginem, então, quando estamos sujeitos apenas às humanas precariedades... A história da democracia é a história da mediação institucional. Se ela desaparece, abre-se caminho para o horror: terror revolucionário francês, bolchevismo, fascismo... (AZEVEDO, 2008, p. 242).

O pessimismo democrático de Azevedo havia ganhado contornos religiosos diante daquele pleito recente. O *protoautoritarismo* redigido era um retrato civilizado perto da hiperbólica retórica de Diogo Mainardi nos meses que se seguiram à eleição. Ainda que esse jornalista registrasse sua satisfação com o andamento das consequências do *escândalo do mensalão*, sua angústia acabava por escapar na sua acidez contra Lula e o PT. Mainardi não se preocupava em velar seu *autoritarismo* em nome de alguma postura definida como ética. Ele escreveria no ano seguinte à eleição:

Ao ser reeleito, em outubro do ano passado, Lula declarou que continuaria a governar para os mais pobres. No setor aéreo, isso se traduziu num descaso criminoso que culminou com os 200 mortos do acidente da TAM, independentemente das falhas do aparelho. O eleitorado de Lula é formado por gente que nunca voou. Quem morre em acidente aéreo é aquela parcela minoritária dos eleitores que sente ojeriza por ele. Na China, Mao Tsé-tung puniu a burguesia obrigando-a a trabalhar em fábricas e em campos de arroz. No Brasil, a luta de classes lulista puniu a burguesia transformando os jatos da Airbus em paus-de-arara (MAINARDI, 2007, p. 179).

Exatamente como antecipado anteriormente, o *antipetismo* em sua manifestação política é pautado por vontades e objetivos autoritários. Essa postura política, tanto quanto sua manifestação tradicional, o *anticomunismo*, abriga e faz constante apologia autoritária. De alguma maneira, a aderência popular ao *antipetismo* também

⁸⁴ O jornalista Reinaldo Azevedo passaria por grande inflexão ideológica depois dos conturbados anos que se seguiram ao *golpe parlamentar* de 2016.

pode ser explicada pela nossa tradição política autoritária. Para os divulgadores do *antipetismo* havia alguma dificuldade em conviver com a vontade eleitoral e popular. Mas a ira não era apenas com o resultado eleitoral. A essa indisposição somava-se a condenação aos políticos opositores que também eram responsabilizados pela derrota eleitoral diante de Lula. É Marco Antonio Villa que condensa a versão *narrativa* que será impressa pelos autores *antipetistas* na *memória coletiva* sobre aquele sufrágio do ano de 2006. O historiador faz seu relato:

A incapacidade da oposição de cumprir seu papel facilitou em muito o domínio petista. Deu até um grau de eficiência política que o PT nunca teve. O ano de 2005 foi o ponto de inflexão, quando a oposição, em meio ao escândalo do mensalão, e com a popularidade de Lula atingindo seu nível mais baixo, omitiu-se, temendo perturbar a *paz social*. Seu principal líder disse que Lula já estava derrotado e que bastaria mantê-lo nas cordas até o ano seguinte, para vencê-lo facilmente nas urnas. Como de hábito, a análise estava absolutamente equivocada. E a tragédia que vivemos é, em grande parte, devido àquele grave erro.

O PT aprofundou o processo de desmoralização da política. Lula foi o principal artífice em desqualificar as graves acusações de corrupção que pesaram sobre seu governo ou de seus aliados. Chancelou, com sua pretensa autoridade moral, diversos crimes contra o erário. Colaborou para afastar da política os cidadãos sinceramente interessados no bem público, especialmente os mais jovens (VILLA, 2013, p. 193, grifo do autor).

Essa síntese sobre a imperícia política da oposição, escrita anos mais tarde já num cenário de grande inconformidade com os governos petistas, reúne o que havia ficado na *memória antipetista*. Segundo essa perspectiva, Lula e o PT estavam derrotados em 2005 e teriam sido reeleitos apenas pela inabilidade política da oposição. Como os dados eleitorais elencados por André Singer demonstram, essa leitura é incorreta e a vitória petista se deu em um movimento de crescimento de capital eleitoral robusto e sustentado. Villa e os outros agitadores do *antipetismo* midiático estavam expressando uma convicção equivocada sobre o papel e o poder da mídia no estabelecimento de um consenso político que fosse capaz de determinar uma reviravolta eleitoral. Não era análise, era *narrativa*.⁸⁵ A grande imprensa normalizou

⁸⁵ A função narrativa mobilizada por Marco Antonio Villa é prática, no sentido de operar a *memória coletiva*, e em função disso tentar assegurar uma *identidade antipetista* associada a uma *memória*. Villa deseja que seus leitores não apenas o leiam, mas se mantenham alinhados a ele politicamente. A *narrativa*, aqui, apesar de ter a função prática sustentadora de uma identidade, é vazia de conteúdo com lastro na realidade. É como o filósofo David Carr explica: “A função narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética; [...] isso é literalmente constitutivo do grupo [...], a narrativa não é uma descrição ou um relato de algumas coisas que já existem independentemente dela e que meramente a ajudam. Em realidade, a narração (mais como unidade de estória), o narrador, o público, e o

esses pontos de vista. Para a *narrativa* corrente na mídia, Lula venceu por causa de uma presumida alienação política dos *pobres* acrescida pelo fracasso da *oposição* política. Os cientistas políticos Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel atestam o erro da mídia e apontam a matriz *autoritária* dessas considerações e análises. Para eles:

A estigmatização do comportamento político dos segmentos mais pobres da população tem sido comum nas últimas eleições. Foi comum, também, em momentos históricos distintos, como os anos que antecederam o golpe de 1964, permanecendo em visões elitistas da democracia que se acomodam a análises produzidas em vários campos, entre eles a mídia e a academia. A cobertura do Programa Bolsa Família no período eleitoral de 2006 é um exemplo. Nela, são frequentes a associação entre assistencialismo e manipulação – que, assim os eleitores pobres *são vulneráveis* à manipulação – que, assim definida, permite, que o comportamento presumido de um dos agentes (o eleitor) reitere o comportamento presumido de outro (o governo ou o PT). Além disso, os sentidos atribuídos aos interesses dos eleitores diferem se são pobres ou ricos: no primeiro caso, o voto resultaria da manipulação e desconsideraria questões éticas, no segundo, o voto resultaria de uma visão objetiva dos próprios interesses (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 29, grifo dos autores).

A centralização da *pobreza* como nexos fundamentais de uma opção eleitoral tida como danosa é um ponto fundamental para o entendimento das características políticas que atravessam a narrativa *antipetista*. Anteriormente apontei que o *antipetismo* era um componente político que acompanhava e justificava a existência de mecanismos institucionais, legais e econômicos *autoritários*, que fazem parte da própria estrutura de nossa tradição política. Em essência, o fenômeno do *antipetismo* reforça o *autoritarismo* que nos levou ao *golpe parlamentar*. Mas também, como podemos perceber agora, o *autoritarismo* está subjacente às publicações e manifestações públicas daqueles que idealizaram os argumentos *antipetistas* e ajudaram a disputar a *memória coletiva*. A própria *narrativa antipetista* é autoritária e a manifestação de aversão e ódio à pobreza é um indício fundamental desse traço. A filósofa Adela Cortina nomeou essa prática de *apofobia*,⁸⁶ que vem sendo um sentimento comum, mas que até muito recentemente carecia de uma definição. Para a autora, a fobia consiste em desprezar aquele que é referenciado como detestável e portanto sem direito a interlocução, pois a sua opinião deve ser desconsiderada por não ser legítima. Em vista disso, podemos objetivamente adjetivar a postura *antipetista* da grande mídia

protagonista são os que constituem a comunidade, suas atividades e sua coerência em primeiro lugar” (CARR, 2016, p. 243).

⁸⁶ A palavra é o fruto da união do termo grego *áporos* - que designa *pobre* – com o tradicional vocábulo *fobia*.

brasileira como *visceralmente* aporofóbica. Afinal, aos desprezados por Mainardi e outros, nunca se possibilitou espaço contraditório dentro dos veículos de imprensa. O consenso *antipetista* no espaço midiático impedia uma reflexão concreta sobre a interpretação dos dados eleitorais e sua motivação. A partir dessa perspectiva, Adela Cortina designa que

o fato de se estabelecer uma *relação de assimetria, de radical desigualdade* entre *nós* e *eles*, é algo que atenta contra os princípios mais básicos de um *êthos* democrático. Como comentamos, sem um caráter democrático dificilmente será possível uma sociedade democrática e nesse caráter diversos valores são essenciais, entre eles a liberdade, mas também a igualdade, que é a grande herança da tradição democrática. A construção de uma liberdade igual é o grande projeto das democracias radicais, aquelas que buscam o seu fundamento, as pessoas (CORTINA, 2020, n.p., grifos da autora).

A impossibilidade de reação aos atingidos pela intenção *aporofóbica* é uma confirmação de definição desses como *pobres*. Indica precisamente que os que são referidos com desprezo em virtude da *pobreza* são incapazes de garantir uma resposta pública em igualdade que fatalmente dependeria de forças políticas que não estão disponíveis para eles. Essa estrutura aporofóbica presente na composição ideológica do *antipetismo* confirma e ajuda a entender a função desse fenômeno na legitimação do autoritarismo brasileiro. As arbitrariedades e conveniências políticas em desfavor da democracia, a exemplo do recente *golpe parlamentar*, sustentam-se ideologicamente no atual sentimento *antipetista*, que também serve para garantir a dimensão estrutura econômica desigual necessária ao fenômeno autoritário.

O próximo passo na composição cronológica da narrativa da *memória antipetista* seria o futuro julgamento das denúncias em relação ao *mensalão*. O pessimismo com a vontade popular havia se estabelecido como um forte componente ideológico dos autores *antipetistas*. A vitória de Dilma Rousseff sobre José Serra em 2010 reforçaria esse sentimento, mas foi em 2006 que esse aspecto se consolidou. As eleições de 2010 já não causaram aquele efeito retórico e estridente nos *antipetistas*. A forte recuperação econômica do Brasil diante da crise mundial de 2008, a alta popularidade de Lula no fim do segundo mandato e a própria banalização dos escândalos – continuamente orquestrados pela grande mídia –, provavelmente levaram a uma timidez ou cansaço dos ferozes autores *antipetistas* em relação à persistente hegemonia eleitoral petista, mas é mais provável que esses polemistas estivessem

contando ainda com um desfecho que desse ares oficiais de correção a todas as acusações de corrupção da democracia e conspiração comunista alardeadas desde 2005. A atuação propagandista dos autores *antipetistas* nunca cessou, ao contrário, se intensificou.⁸⁷ A rádio *Jovem Pan*, por exemplo, no começo da década de 2010 iniciou um movimento editorial de radicalização *antipetista*, no qual contrataria eminentes agitadores – Reinaldo Azevedo, Marco Antonio Villa e Rodrigo Constantino – e os tornaria celebridades digitais nas ascendentes mídias sociais, em função da agressiva divulgação das suas ideias em participações ao vivo e no ambiente online.

O ano de 2012 seria um momento importante para o enredo *antipetista*. A grande mídia recalibraria seu *poder simbólico* com uma intensa cobertura do julgamento das denúncias geradas ainda nas Comissões Parlamentares de Inquérito nos anos anteriores. O efeito escandalizador permaneceria como um ativo *narrativo* privilegiado conduzido de maneira sensacionalista pelos principais veículos de imprensa. O *antipetismo* era cada vez maior e mais incidente no noticiário e no colunismo político. O número de publicações interessadas em *narrar* o cotidiano dos escândalos crescia muito rapidamente. Marco Antonio Villa lançaria seu livro “Mensalão” no ano de 2012. A publicação abria uma sequência de três livros dedicados a relatar sua *memória* dos eventos. Reinaldo Azevedo estava no auge de sua popularidade e lançaria no mesmo ano a continuação do livro “O país dos petralhas”, com o subtítulo ‘O inimigo agora é o mesmo’. Em 2013, Olavo de Carvalho alcançaria uma posição entre os escritores mais lidos do país com o seu “O que você precisa saber para não ser um idiota”. O economista Rodrigo Constantino, por sua vez, se tornaria um colunista conhecido em todo país, com um espaço impresso e também um *blog* na revista *Veja* que lhe serviria de base – conjuntamente com outras participações em veículos da mídia escrita – para um livro que reunia uma coletânea de textos publicados desde pelo menos 2009 contra os governos petistas. A obra “Contra a maré vermelha”, de sua autoria, publicada em 2015, era precedida por outros livros – com grande tiragem e venda – e que faziam ataques à esquerda brasileira de maneira mais genérica, além de defenderem ideias neoliberais.

⁸⁷ Quando me refiro a propaganda, estou associando ao *antipetismo* a mesma compreensão que se estabelece sobre o *anticomunismo*. Os dois fenômenos dependem de um nível propagandístico para se estabelecerem, nem que seja de maneira velada, como ocorre com o *antipetismo* midiático no Brasil.

Nesse clima de crescimento de uma onda de publicações *antipetistas*, se deu também a repercussão midiática do julgamento do *mensalão*, que ocuparia o noticiário durante todo o segundo semestre de 2012. O jurista Rubens Casara percebeu o mesmo clima de influência da atuação da mídia no decorrer do julgamento. As Comissões Parlamentares de Inquérito são institutos jurídicos comandados por políticos e com grande tendência a contaminação pelo contexto de *escândalo político midiático*, mas, em tese, tribunais superiores não deveriam se perverter em caixas de ressonância de pressões oriundas de instituições midiáticas. Para Casara, quando o escândalo se sobrepõe à atuação devida do Judiciário, o processo se torna um *espetáculo* e seus atores – incluindo promotores e juízes – se comportam não mais com o intuito de alcançar a verdade e a justiça possível, e sim como artistas ensaiados com o intento de encantar a plateia, que, nesse caso, é amplificada pelo *atualismo* da comunicação ao vivo, digital e de massa. O jurista aponta:

O ator jurídico que cede ao espetáculo costuma justificar o afastamento dos direitos e das garantias fundamentais como um movimento *democrático*, uma atuação que vai ao encontro da vontade popular ou da opinião pública. Não há mais, pelo menos desde as experiências catastróficas do fascismo clássico e do nazismo, como identificar *democracia* como a adesão à vontade da maioria. Uma coisa é submeter-se à crítica da opinião pública, outra é sonegar, para cada um, direitos que sempre foram fundamentos da própria ideia de democracia.

Ademais, não se pode ignorar o processo, nada democrático [...], de formação da opinião pública (que envolve desinformação, manipulação de verdades, deformação da realidade social, recurso ao medo como fator de coesão social, entre outras formas de criar *consensos*), em especial o papel dos meios de comunicação, que também repercute nos rumos do processo penal voltado para o espetáculo. A opinião pública, aquilo que se afirma em um auditório, apenas sugere que determinada crença ou atitude seja difundida ou partilhada pela maioria, isso porque muitos não expõem seus pontos de vista no auditório por temerem o confronto ou as sanções formais (censura) e informais (reprovação, condenação moral, ofensas etc.). Essa opinião *pública*, sempre seletiva e muitas vezes construída por meios coercitivos, identifica-se com a opinião publicada pelos meios de comunicação de massa, opinião que passa a regular o desenvolvimento do caso penal espetacularizado (CASARA, 2018, p. 165, grifos do autor).

O risco elencado por Casara tem o agravante de, sob uma orquestração velada da imprensa, se criar um clima de linchamento para com os réus. Isso era precisamente o que havia ocorrido no ano de 2005 no auge do processo e em sua etapa congressual. O grande problema ocorre quando o *escândalo político midiático* é chancelado pelo Judiciário e os procedimentos intimidatórios e inquisitoriais são dados como aceitáveis pelo público que acompanha o julgamento. O clima derivado de tal

estado de arbitrariedades era, todavia, o contexto no qual os ideólogos *antipetistas* se sentiam confortáveis. Reinaldo Azevedo, em seu *blog*, exigia a cabeça dos acusados:

Lula tentou roubar do Brasil e dos brasileiros aquilo que não o faz especialmente rico, mas que nos deixa pobres como nação, como país, como povo: o império da lei. Lula vem tentando reescrever o passado à custa do futuro. A constatação indeclinável – e a verdade inescapável – é que um país que deixe impunes os mensaleiros estará assinando um compromisso com a fraude, com a mentira, com a empulhação, com a roubalheira. Um país que – desta feita sim, com a devida condenação legal – não meta algemas nos pulsos desses malandros estará condenando a si mesmo ao atraso, ao vexame, à ignomínia (AZEVEDO, 2012, p. 152).

Seu ultimato dirigido à Suprema Corte era apenas um recado que sintetizava o espírito de toda a grande imprensa brasileira, mas um detalhe chama a atenção na colocação de Reinaldo Azevedo: a preocupação com o *passado* e o *futuro*. É, no fundo, a expectativa de conduzir a *narrativa* e reforçar o *antipetismo* como significador da memória coletiva. A *Rede Globo de Televisão*, por sua vez, em todas as semanas de *espetáculo* jurídico, exibia com amplo destaque o julgamento e as falas dos ministros condenando réus e estipulando as penas. A repetição, com sua consequência *mnemônica*, fazia um grande esforço para sublinhar as condenações.

Mas, assim como a interpretação da grande mídia sobre as causas da reeleição de Lula em 2006 eram errôneas, a tese da condenação dos réus associados ao *mensalão* também não era segura. Muitas opiniões jurídicas questionaram os instrumentos processuais alegados para as sentenças condenatórias. O processo foi marcado por conveniências e ineditismos judiciais. Jurisprudências consagradas foram em muitos pontos abandonadas. Logo, o elemento principal da acusação, era maculado de falhas na sua aplicação. Uma teoria exógena à tradição penal brasileira foi trazida de maneira inédita ao julgamento do processo. A *Teoria do Domínio do Fato* – que afirmava a culpa de agentes que pudessem ser considerados conhecedores dos crimes, mesmo não constando provas que confirmassem a alegação – foi utilizada como o mecanismo que legitimava as condenações e que permitia a afirmação da existência de uma *quadrilha* em atuação sob o manto petista. Em texto sobre o agravamento da crise no Judiciário brasileiro desde o escândalo do mensalão, a socióloga Amanda Lima e o cientista político Fernando Fontainha indicam:

O uso da teoria gerou intenso debate já que foi utilizada pela primeira vez no ordenamento pátrio em um escândalo que envolvia políticos que faziam parte do partido que estava no poder. Na denúncia, o uso da teoria é sugerido pelas expressões *domínio funcional* e *domínio dos destinos*. Na relatoria apresentada por Joaquim Barbosa, há a citação, *domínio do fato*, mas não há uma elaboração teórica sobre como a teoria se aplicaria ao caso. A teoria é mobilizada muito mais nos debates no plenário do Supremo que nos documentos relacionados ao caso (FONTAINHA; LIMA, 2018, p. 58, grifos dos autores).

A tese sustentada pela acusação sobre a *Teoria do Domínio do Fato* era casuística na estrutura da denúncia. Essa construção jurídica precária e seu exotismo no que concerne à jurisprudência adotada pelo Direito brasileiro é um fator que ajuda na confirmação do descuido do Supremo Tribunal em relação à espetacularização apontada pelo jurista Rubens Casara. As contradições não levariam constrangimento aos autores *antipetistas*. Os polemistas consideraram a condenação uma confirmação de sua causa pela criminalização do espectro petista. Especialmente aquele julgamento serviria como uma confirmação a ser apresentada como justa comprovação da apologia midiática *antipetista*. Marco Antonio Villa, em seu livro “Mensalão”, justificou a sentença:

Estava provado que o mensalão existiu, que houve desvio de dinheiro público e que o PT usou desses recursos para se manter no poder. E mais: o artigo 317 do Código Penal, que trata dos crimes de corrupção, não seria – por mais estranho que pareça – um empecilho para enfrentar os corruptos e corruptores. A tese de que era necessário um ato de ofício [...] acabou superada. O STF decidiu que a corrupção do agente público se caracteriza quando se aceita uma determinada vantagem em razão da função que se exerce. E como provar? A Corte chancelou a chamada prova indiciária. O que é? É a prova que, apesar de não comprovar diretamente um determinado delito, permite, por meio do raciocínio lógico dos fatos envolvidos, corroborar o fato criminoso (VILLA, 2012, p. 106).

Para o historiador, a exceção dos procedimentos do julgamento eram aceitáveis no âmbito de nossa Suprema Corte. Não importavam os caminhos para alcançar a condenação e para a pregação *antipetista*, o que valia era a confirmação institucional e oficial de sua versão memorial dos governos petistas. Era como repetir, no âmbito jurídico, o que os ideólogos *antipetistas* haviam imposto à política na véspera das eleições de 2006. Como as forças políticas petistas haviam se reelegido, apesar do catecismo *antipetista*, era como uma questão de honra que a *narrativa* condenatória fosse qualificada por meios oficiais como verdadeira e justa. Após a vitória *antipetista*, consagrada por fora das urnas, os formadores do *antipetismo* reforçariam o enredo e resumiriam suas versões. Assim como ocorrera após o escândalo do *mensalão* e a

subsequente derrota eleitoral em 2006, uma sensação de triunfo memorial se estabelecera entre os apóstolos do *antipetismo*. Marco Antonio Villa, em seu livro “Década perdida”, sacramentou:

Os bancos e as empresas estatais foram usados como instrumentos de política partidária para o que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, chamaria de *projeto criminoso de poder*, quando do julgamento do mensalão. Os cargos de direção foram loteados entre as diferentes tendências do Partido dos Trabalhadores e o restante foi entregue à sociedade dos partidos da base aliada no Congresso Nacional. O PT transformou o patrimônio nacional, construído durante décadas, em moeda para obter recursos partidários e pessoais, como ficaria demonstrado em vários escândalos durante a década (VILLA, 2013, p. 192, grifo do autor).

A expressão *projeto criminoso de poder* se tornou um bordão que Villa repetia incansavelmente em suas participações midiáticas. Era uma forma de tentar carimbar uma autoridade factual e jurídica sobre o enredo *antipetista* que se tentava atribuir à *memória coletiva*. Essa busca incessante pela *atualização* do *antipetismo* visava uma rememoração permanente do clima de *escândalo* e de *espetáculo* orquestrado por esses autores. Eram, assim, perfeitos agentes operadores de *poder simbólico* da mídia. Mas, como apontei ao discutir a interpretação do fenômeno do *mensalão*, os idealizadores do *antipetismo* não asseguraram apenas a versão de que o PT era uma organização criminosa. A *narrativa* vencedora tomou contornos *anticomunistas* e se apresentou ao público, em geral, como uma conspiração contra a República. Os anos de avanço do fenômeno do *antipetismo* após os eventos de *junho* de 2013 seriam profundamente influenciados por essa *narrativa*, que apresentava o PT como uma camarilha que tramava maldades políticas. Rodrigo Constantino, ao comentar a condenação nas sentenças do STF, demonstra essa tendência que se impunha sobre a *memória coletiva*. Em um texto intitulado “Mensalão é mais que corrupção”, o colunista registra:

Tratá-lo [o mensalão] como um *simples* caso de corrupção é ignorar sua essência, já apontada pelo próprio STF. Não dá para confundi-lo com desvio de recursos públicos em obras superfaturadas, por exemplo, ou cartel acordado com políticos para burlar uma licitação. São coisas bem diferentes.

O mensalão foi uma tentativa de solapar nossa democracia, de dar um golpe em nossas instituições. Comparar isso com desvio de recursos é misturar alhos com bugalhos. Em nível nacional, membros da cúpula petista tentaram comprar deputados para controlar sozinhos o Congresso. Isso é muito mais sério do que obra superfaturada (CONSTANTINO, 2015, p. 199, grifo do autor).

O economista estava expressando o caldo narrativo que sobreviveu ao *espetáculo*. Dessa perspectiva, o Estado brasileiro estava confirmando que havia sido vítima de uma conspiração política sofisticada e complexa com o intuito de derrubar ou destruir o regime democrático. Para os ideólogos *antipetistas* essa versão era naturalizada. Parecia, naqueles anos, já haver duas *narrativas* correntes sobre a *memória*. Enquanto a grande mídia sistematizava seus ataques e o mercado editorial assistia um avanço nas publicações e vendas de obras *antipetistas*, as lideranças políticas do PT se comportavam com uma segurança que os resultados eleitorais vinham confirmando. Mas já estava claro que, ainda que as eleições nacionais confirmassem a postura autoconfiante do PT, algo estava sendo corroído no subterrâneo de seu capital eleitoral. A *memória antipetista* estava se sedimentando na sociedade brasileira. As eleições municipais afastavam o PT das capitais do sul e sudeste do país e uma erosão paulatina na representação congressual começava a ser vislumbrada. O sentimento *antipetista* funcionava cada vez mais como um *veto* eleitoral. O eleitor apoiado no *antipetismo* não votava ativamente em candidatos adversários do PT. Esse era um voto condicionado a barrar candidaturas petistas. O *veto antipetista*, anos depois, seria o motor do *golpe parlamentar* e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Esse sentimento de desconforto eleitoral, naquele começo de década, estava na atmosfera do país. O clima político parecia não coincidir com a tranquilidade das ruas naqueles dias. Em junho de 2013, eclodiriam grandes manifestações pelas capitais e grandes centros. Num movimento de massas urbanas até hoje controverso, multidões foram às ruas falar de uma insatisfação difusa. Se existe uma certeza sobre aquele mês de junho, é que ninguém previu a precipitação das massas urbanas e seu tamanho. Nem a grande mídia, nem os políticos opositoristas e muito menos o PT. Algumas inevitáveis coincidências chamam atenção. Entre elas, a publicação e o sucesso de vendas do livro “O que você precisa saber para não ser um idiota”, do escritor Olavo de Carvalho⁸⁸. O sociólogo Leonardo Silva, em seu artigo sobre o fenômeno editorial da ascensão do que ele chama de *nova direita*, aponta:

⁸⁸ O livro seria um estrondoso sucesso de vendas naquele ano e o autor viveria uma subsequente ascensão meteórica no número de seguidores em seus perfis nas redes sociais.

Embora algumas editoras já explorassem o filão da emergente nova direita no Brasil – como a *É Realizações*, fundada em 2001 –, a guinada dada por uma editora do porte da *Record* marcou um momento de inflexão neste processo, dando uma visibilidade a publicações de autores que até então alcançavam um público bastante restrito. Um momento simbólico desse processo se deu em 2013 com a publicação de *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, livro organizado por Felipe Moura Brasil, colunista da revista *Veja*, com artigos de Olavo de Carvalho (SILVA, 2018, p. 80).

De fato, a publicação do livro de Olavo de Carvalho naquele ano parece significar mais para o entendimento dos anos que se seguiriam do que as próprias manifestações daquele estranho e surpreendente junho. Na onda de notoriedade crescente dos que se apresentavam como críticos ferrenhos ao PT nos espaços abertos pela grande mídia, Olavo de Carvalho publicou em seu livro um trecho no qual assinalava a sua concepção sobre o escândalo do *mensalão* e o espetáculo de seu julgamento. O escritor deixou registrada aquela que talvez tenha sido a versão mais lida sobre os infortúnios do PT, se considerarmos o alcance do livro em vendas e também em formato gratuito espalhado pela internet ao alcance de uma busca no *Google*. Carvalho assim condensa sua *narrativa* no livro:

No julgamento do mensalão, todo mundo esperava que os juízes agissem da maneira usual, isto é, se deixassem vender. Como não fizeram isso, como não fizeram vista grossa àquilo que até um cego podia enxergar com nitidez cristalina, foram instantaneamente transfigurados nas encarnações mais sublimes das virtudes pátrias, recebendo louvores que nunca foram concedidos a José Bonifácio de Andrada e Silva, ao Duque de Caxias ou ao beato José de Anchieta.

Não vai nisso, é claro, qualquer crítica ou tentativa de depreciar o desempenho de Suas Excelências. Quem está julgando errado não são os juízes, é a sociedade brasileira, que elevou a vigarice e o crime a símbolos convencionais da normalidade e já se deslumbra até o ponto do desvanecimento e do orgasmo quando alguém simplesmente se abstém de praticar a esperada sacanagem.

Nessa escala diminuída, não é de espantar que a própria extensão dos delitos cometidos e punidos tenha sido reduzida à sua medida mínima, como se fossem meros pecados individuais e não a expressão direta, racional e inevitável da estratégia política global que dirige o curso dos acontecimentos neste país desde há uma década.

Nenhum dos réus do processo agiu por conta própria, nem no seu interesse pessoal exclusivo. Todos tinham a consciência clara – e por isso mesmo, a seus próprios olhos, totalmente limpa – de trabalhar para a glória e o poder do seu partido, para a consolidação da hegemonia esquerdista, que se colocava acima das leis não por um desvio acidental, mas com o propósito deliberado de destruir o sistema vigente e legitimar, pelo hábito repetido, o império soberano de uma nova autoridade: o *poder onipresente e invisível* de que falava Antonio Gramsci.

Esquecer a dimensão estratégica desses crimes, usando as culpas individuais como cortina de fumaça para encobrir o plano global que os gerou, não é de maneira alguma fazer justiça: é inocentar o grande culpado, punindo em vez dele os seus colaboradores.

O fato é que nem os juízes, nem os analistas de mídia, nem os formadores de opinião em geral conhecem, seja os planos estratégicos da esquerda brasileira como um todo, seja, mais ainda, a tradição marxista que os inspira e determina. Todos julgam, assim, desde uma visão minimalista em que os detalhes aparecem soltos e o projeto maior permanece incólume por trás do sacrifício de seus estafetas e *office boys* (CARVALHO, 2013, p. 409, grifo do autor).

É visível que, para Olavo de Carvalho, o julgamento e as punições ao PT e seus líderes eram uma farsa. Se, para os outros *antipetistas*, aquele evento era uma grande confirmação que os animava a comemoração, como sempre frisado nas falas de Marco Antonio Villa, para Carvalho eram apenas o escamoteamento de um plano comunista secreto executado pelo PT. A conspiração estava, para o autor, se realizando segundo as estratégias de Gramsci. A *hegemonia* petista estava garantida em função daquele resultado e das penas consideradas pequenas pelo escritor. Não havia lastro na realidade em relação a essa suposição. Como percebemos, a grande mídia do país era consensualmente *antipetista* e propagandeava, inclusive, as ideias de Carvalho. Sua coluna no jornal Diário do Comércio, suas participações em grandes jornais e mesmo a aposta editorial em seu livro são evidências que contradizem sua tese conspiratória. Mas o que ocorria de fato, importava pouco, tanto para Carvalho quanto para os outros idealizadores e formadores do *antipetismo*. A diferença entre Carvalho e os demais é que o primeiro emergiria como o verdadeiro intelectual orgânico daqueles plenamente formados nas ideias *antipetistas*. O escritor estava, a partir de seu novo livro, propondo uma interpretação que se popularizaria de maneira muito mais profunda que seus semelhantes. A versão do PT como conspiração comunista emergiria soberana às outras, que, além de menos sistemáticas, pareciam não encantar o público que almejavam. Não surpreende que assim tenha sido. As leituras paranoicas dos outros autores sobre os eventos – muitas vezes assumidamente cínicas sobre o cotidiano político – configurariam uma ecologia de ideias interligadas. Olavo de Carvalho apenas ofereceu uma *Roma* como destino para todos os *caminhos* abertos pelos colunistas *antipetistas*. Havia sido necessárias centenas de editoriais, colunas em jornais, textos em *blogs* e outros tantos livros para enfim sustentar o sucesso e a recepção do livro “O que você precisa saber para não ser um idiota”.

O julgamento do *mensalão* foi um marco de exceção jurídica para muitos juristas. Suas conveniências e excepcionalidades legitimaram o improviso jurídico que abriu espaço para abusos e ativismos judiciais. O exemplo mais forte desse processo é sem dúvida a *Operação Lava-Jato*, que funcionou como um motor acusatório *antipetista* e contribuiu para o *golpe parlamentar* de 2016, bem como arquitetou um inquérito fraudulento contra o ex-presidente Lula, assim, impedindo sua candidatura e condicionando um ambiente favorável à eleição de Jair Bolsonaro. O jurista Pedro Serrano, em seu livro sobre autoritarismo jurídico, detalha o papel deletério e erosivo do julgamento do mensalão:

O julgamento em questão pode ser inequivocamente enquadrado como caso típico da jurisdição como fonte da exceção, e não do direito, pois alguns dos seus réus foram condenados pela importância política dos cargos que ocupavam no governo, e não pelas condutas em si, cuja ilicitude sequer fora devidamente comprovada no processo. Trata-se de um julgamento em que não foram observados os valores fundamentais do processo, como presunção de inocência e devido processo legal, e em que a mesma fundamentação não se aplica nem a julgamentos anteriores, nem a posteriores a ele, na mesma corte julgadora – decisões contraditórias, portanto. Tais fatos vêm corroborar a tese do emprego do mecanismo da exceção no interior da jurisdição, e não de mero erro judicial.

Aliás, podemos afirmar no caso do mensalão um erro judiciário com finalidade política, caracterizando a sobreposição da lógica da política sobre a lógica do direito, o que se verifica sempre que há mecanismos de exceção no interior das rotinas democráticas (SERRANO, 2016, p. 157).

Como Pedro Serrano pontua, o julgamento do *mensalão* se consolidou como um processo de exceção e que destaca como uma consequência natural do significado *autoritário* dos valores *antipetistas*. A dimensão jurídica estimulada pela grande mídia é, juntamente com a dimensão do pessimismo com a vontade popular – traduzida pela falta de autonomia política dos pobres –, o que justifica o entendimento *antipetista* como o lastro cultural que sustenta as permanências dos mecanismos autoritários institucionais e econômicos propostos pelo cientista político Leonardo Avritzer.

A organização cronológica, ou seja, um *tempo* produzido pelos autores *antipetistas* no período entre o ano de 2003 e de 2016, passa por uma sequência de chaves de compreensão sobre alguns eventos. Essa sequência é composta por: 1) Origem viciada (da fundação do PT como instituição mimética do comunismo internacional até a chegada ao poder em 2002); 2) Eleição de 2002 – Lula elege-se com promessas

enganadoras; 3) Escândalo do mensalão em 2005 – autoconfirmação *antipetista* da enganação eleitoral de 2002 com a revelação de um esquema conspiratório para comprar o Congresso e tomar o poder; 4) Reeleição em 2006 – o PT se reelege comprando o voto dos pobres através de programas assistencialistas; 5) O julgamento do mensalão em 2012 – o esquema criminoso denunciado em investigações no Congresso e também pela grande mídia é julgado e condenado pelo STF. Esses pontos compõem o exercício cronológico proposto por uma *memória antipetista*. Dois acontecimentos sequenciais finalizam a cronologia enredada: 6) Reeleição de Dilma Rousseff em 2014 que teria ocorrido de maneira ilegítima frente ao espaço de experiência *antipetista* e finalmente; 7) A queda do PT e de Dilma em 2016 – o PT e sua experiência no poder condenadas pelo povo no processo de *impeachment*.⁸⁹

Estamos diante de uma *memória* que é *coletiva* na medida em que preenche o passado de um grupo político. Esse grupo se manifesta em pleitos eleitorais e se orienta politicamente pela mídia e pelos autores que atuam como propagandistas nos espaços de visibilidade concedidos pela grande mídia. Até este ponto, estou contrapondo a *narrativa* produzida pelos pensadores do *antipetismo* aos acontecimentos que se sucederam no decorrer do processo histórico. Esse é o ímpeto do trabalho historiográfico mais tradicional. A disciplina histórica se preocupa em garantir uma verdade possível e honesta sobre o que sabemos dos fatos pretéritos no tempo. Considero esse um exercício fundamental e acredito que tenha ficado claro que o sentimento *antipetista* se impunha aos seus consumidores não pela racionalidade de suas ideias ou precisão sobre os fatos que buscava interpretar e transmitir. As ideias *antipetistas* e a *narrativa* delas derivada se assentavam na atualização sistemática. A grande imprensa brasileira, diante dos governos petistas, se comportava como uma orquestra alinhada numa música de uma nota só. Dito isso, é também notório perceber a contradição eloquente entre o consenso *antipetista* em relação ao destino eleitoral do país. Enquanto a mídia exigia a derrota e o afastamento do PT do governo, o partido se elegia eleição após eleição. Essa ausência de sincronia entre opção da mídia e opção popular em todo o período no qual se estenderam os governos petistas precisa ser compreendida. Quando houve a escalada do processo

⁸⁹ Há outros enredos anexos a essa cronologia. De minha parte, estou considerando apenas a estrutura central de eventos que ocupará a memória e projetará uma expectativa na qual se aceitarão níveis mais elevados na escala de autoritarismo, como o *golpe* e outras violências políticas.

que levaria ao *golpe parlamentar*, foram os autores *antipetistas* e a sua *narrativa* que ocuparam com mais força o espaço da *memória coletiva*. Entretanto, como podemos perceber – e as repetidas reeleições do PT, em 2006, 2010 e 2014, indicam – aquela outra *memória*, nostálgica da bonança econômica dos anos Lula, conseguiu por muito tempo se manter em concorrência com essa *contramemória* gestada na mídia e organizada enquanto *narrativa* pelos seus propagandistas *antipetistas*.

Parecem-me cristalinos dois elementos sobre a dinâmica no campo da *memória coletiva* neste caso. O primeiro é que uma *memória* natural sobre os anos do governo petista foi sendo registrada pela sociedade. O PT não construiu formas eficientes para sustentar uma memória positiva de seu governo, exceção feita às propagandas publicitárias cotidianas e àquelas divulgadas em época eleitoral, além do financiamento de blogs *independentes* da grande mídia. A *memória coletiva*, para o PT, não foi uma meta no mesmo sentido em que foi para a *contramemória*⁹⁰ *antipetista* construída pela mídia em sua batalha diária pelos escândalos. Por outro lado, o que se percebe é que essa que fora uma *contramemória* ocupou um lugar superior em adesão e penetração na coletividade nacional nos anos seguintes. Isso se deu gradualmente, e a *contramemória* antipetista se tornou, então, uma *memória* de fato sobre o período. Esse foi o triunfo mnemônico que os *antipetistas* reivindicaram após a queda de Dilma e do PT em 2016.

O antropólogo Joël Candau oferece uma perspectiva de compreensão do fenômeno da *memória coletiva* que sofisticada as análises desse objeto em sua dimensão concreta. Partindo do alerta de que a *memória* não é produzida e mediada como é a narrativa historiográfica, o pesquisador desaconselha que os conteúdos memorialísticos sejam analisados com as ferramentas e métodos tradicionais do historiador. É uma consideração que deve ser levada em conta para não se incorrer numa ingenuidade diante das ideias e significados do que nomeamos de *passado*. Contudo, o processo de gestação da *memória antipetista* apresenta um desafio maior nesse sentido. É o que se observa na retórica dos seus autores. Isto posto, todos confiam estar enunciando uma *memória* concreta sobre os acontecimentos. Entre esses, a

⁹⁰ Em alguma medida, o antipetismo se estabeleceu na memória coletiva forçando mais a consolidação de uma *antimemória* artificial sem lastro concreto nos fatos do que como uma *contramemória* oriunda de uma disputa com algum lastro no passado.

performance do historiador Marco Antonio Villa deve ser tomada como emblema. Como dito e observado antes, esse historiador se afirma confiante em relação à transmissão do que seria a *verdade* sobre os eventos, ainda que seus procedimentos nesse caso apontem insuficiências metodológicas para o alcance desse objetivo. É por esse motivo que tive o cuidado de contrapor as afirmações dos ideólogos *antipetistas* com os estudos e pesquisas existentes sobre os mesmos temas e nos pontos nos quais os incitadores do *antipetismo* se detiveram com maior destaque. Esse processo de verificação é o que se espera para a sustentação de uma narrativa histórica. Contrapor estudos e eventos a narrativa criada sobre os mesmos é uma forma de encarar o debate de uma maneira honesta e foi o que procurei fazer. Mas acompanho parcialmente Candau no entendimento sobre esse procedimento e considero insuficiente propor apenas uma verificação historiográfica acerca do que foi *narrado*. Acredito que seja preciso enquadrar a *memória* como um fenômeno humano que está além da *narrativa*, ainda que, assim sendo, ocorra um processo de imbricamento entre as duas coisas.

A *memória coletiva*, para Joël Candau, não é nunca hegemônica em uma sociedade e, simultaneamente, nunca é puramente individual. Para esse pesquisador, o fenômeno da atomização entre os indivíduos humanos é um mito. Toda memória, portanto, é em algum grau coletiva. É o caso da *memória antipetista*. Se, ao mesmo tempo, ela não é um elemento que se totaliza na *consciência* coletiva, não pode também ser reduzida à insignificância do alcance meramente individual. Todo o histórico político eleitoral do período de 2003 até 2013 e a sustentação do *golpe parlamentar* decorrente – retratados a partir de elementos *narrativos* muito simbólicos – não pode ser ignorado nessas conclusões.

Para este autor, as memórias coletivas são episódicas e voláteis, ocorrendo como evidência de processos e transformações das sociedades. Para nossa discussão, devemos recortar a *memória coletiva* de narrativa *antipetista* como sendo mais fluida, mobilizada no curto prazo e com objetivos políticos precisos. E é por isso que essa *memória* acompanha o fenômeno ideológico do *antipetismo* e acaba por reforçar elementos mais profundos que alcançam a longa duração no *tempo histórico*. É o caso da apologia *autoritária* que sempre esteve presente na história brasileira. Essa *memória coletiva* (antipetista) de última hora serviu em essência para legitimar os

mecanismos autoritários já existentes em nosso pacto político. Em especial, a pouca legitimidade do sufrágio frente aos desejos de nossas elites revelada, por exemplo, na falsificação de justificativas de um impedimento presidencial; na atuação conspiratória do Judiciário contra a soberania do voto; e na facilitação eleitoral para com forças comprometidas com a nostalgia do autoritarismo e do poder militar. Todos esses elementos autoritários se manifestam em uma forma de *ódio ao pobre* (aporofobia) – sempre presente entre ideias *antipetistas* – que representa, em essência, um autoritarismo tradicional das elites econômicas e financeiras do país.

O impacto mais claro do processo repetitivo engendrado pela mídia em sua apologia ao *antipetismo* é a produção de uma *identidade antipetista*. Joël Candau coloca em evidência, em seu tratado antropológico sobre o tema, a relação umbilical entre o fenômeno da *memória* e a formação da *identidade*. Este autor, ao trazer indicadores acumulados por estudos de caso, entende que as *identidades coletivas* são construídas, sustentadas e transformadas em sincronia e na mesma medida que as *memórias coletivas*. Não seria possível, portanto, separar os dois aspectos. Para o autor:

As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de *traços culturais* – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócio-situacionais – situações, contexto, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de *visões de mundo* identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados.

Esses destaques das *dimensões* e das *significações da identidade* são geradores de diferenças ou, mais exatamente, de *fronteiras sociais* escorregadias a partir das quais os atores estimam que as coisas e as pessoas – *nós versus os outros* – são diferentes. Essas variações situacionais da identidade impedem de reificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância (CANDAU, 2011, p. 27, grifos do autor).

A grande imprensa, ao mobilizar a sua capacidade de significar, ou seja, seu *poder simbólico*, através de intensa atualização em favor de um estridente *antipetismo*, fortalecido pelos espaços concedidos a agitadores e polemistas em jornais e outras mídias, operou a consolidação de uma identidade *antipetista* derivada de uma *memória* adquirida com as mesmas nuances políticas. Candau aponta a capacidade

de produção da lógica de oposição entre os que se veem iguais contra os que consideram *outros*. Pode-se afirmar que o *outro* do *antipetista* é muito maior que o *militante partidário* regularmente filiado e vinculado às atividades partidárias. O *petista* é aquele que deve ser combatido e exterminado – até *fisicamente* – para recuperar o entendimento sobre o significado do prefixo *anti* em movimentos políticos, tal como sugerido por Rodrigo Patto Sá Motta. Aquele que se enquadra no perfil do *petista* é o *outro* do *antipetista*. Como já destacado, o público do jornalismo político da grande mídia no Brasil é principalmente componente da classe média, e é por este motivo que são os oriundos dessa classe que abandonam o voto no PT em 2006 em virtude das acusações midiáticas. Serão também as pessoas de classe média a agir agressivamente contra militantes petistas em 2005, numa ação que se repetiria com muito mais força na véspera do impeachment de Dilma. O *antipetismo* nos diz muito mais sobre aqueles que assim se comportam do que sobre aqueles que são os enquadrados como seus *inimigos*. Dessa forma, o que se percebe é que o *antipetismo* é muito maior do que o seu alvo, o *petismo*.⁹¹

O *antipetismo* se consolida como identidade, mas, antes, como *memória coletiva*. Nascido como *contramemória*, ou seja, em contrariedade à *memória coletiva* mais otimista sobre os governos petistas, a *memória antipetista* ocuparia o lugar principal na disputa pelo passado político mais recente. Um *antipetismo* identitário apareceria no espaço público marchando uniformizado de verde e amarelo e causando espanto nos políticos, analistas e intelectuais. Os anos que se seguiram depois dos eventos do mês de junho de 2013 seriam marcados pela ascensão do sentimento *antipetista*, alcançando seu ponto alto no *golpe parlamentar* e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A aparentemente súbita inversão na conjuntura memorial e política não era uma contradição com os anos anteriores. É o que demonstra a trajetória do *antipetismo* como atualização constante no cotidiano midiático e que busquei evidenciar. O contexto autoritário em franco crescimento também consolida uma compreensão de que a *narrativa* que se estabeleceu como hegemônica sobre a experiência petista no governo serviu como orientação para as atuações políticas que viriam a se impor no

⁹¹ Beatriz Sarlo percebeu muito claramente os conflitos identitários dentro do que ela entende como um aumento da subjetivação do passado, ou seja, de um passado cada vez mais percebido como um espelho refletido no passado, a partir do presente. Como ela sintetiza: “Os combates pela história também são chamados agora combates pela identidade” (SARLO, 2007, p. 23).

cenário nacional. Será esse o esforço do próximo capítulo, no qual buscarei apontar as raízes mais profundas de uma *consciência histórica* autoritária, realizada no presente imediato e ao mesmo tempo fincada em raízes históricas mais profundas.

O antipetismo começou com o PT, o ódio ao PT nasceu antes
do PT.

Luis Fernando Verissimo (2015)

CAPÍTULO III

UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA AUTORITÁRIA

Os dias que se seguiram à reeleição de Dilma Rousseff em 2014 foram marcados por um crescente inconformismo com os resultados eleitorais. Após a votação e a confirmação do resultado, ainda no dia 26 de outubro daquele ano, a candidatura derrotada de Aécio Neves reconheceu a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores, mas nas comunidades *antipetistas* nas redes sociais pairava uma desconfiança em relação ao resultado. Boatos sobre a violação das urnas eletrônicas e desconfiança em relação à apuração dos votos circulavam e alimentavam a ecologia de perfis disseminadores de notícias falsas. No dia 1 de novembro, protestos convocados essencialmente por redes sociais foram às ruas demonstrar insatisfação com os resultados. As manifestações causaram choque entre representantes da Justiça Eleitoral, lideranças políticas e intelectuais. Para esses grupos, eram consensuais a segurança e a eficiência do sistema de apuração eleitoral brasileiro em decorrência da tecnologia da urna eletrônica. Os agrupamentos de pessoas que se fizeram presentes nos atos do dia 1 de novembro provavam que havia uma desconexão entre as instituições políticas e os grupos políticos *antipetistas* que, naquele momento, se reuniam ao redor da candidatura derrotada de Aécio Neves. É possível afirmar que aquelas manifestações seriam o começo de uma onda de protestos que, meses depois, levariam à exigência da deposição presidencial no formato de um *golpe parlamentar*.

As pessoas que iam às ruas naquele contexto eram diferenciadas em suas posições políticas e objetivos, mas eram consensualmente *antipetistas*. Essa união de segmentos sociais diferentes e que se alinhavam contra o PT, seus militantes e simpatizantes, além de pessoas de esquerda em geral, era o retrato mais bem-acabado da *identidade antipetista*. Como apontado no capítulo anterior, o *petismo* idealizado pela ideologia *antipetista* era muito maior que a instituição política formalizada no PT e sua burocracia oficial. A projetada identidade *petista* era, para aquelas massas, uma simples forma simbólica para se antagonizar e repelir. O *petista* presente no imaginário daqueles grupos reunia defeitos e comportamentos repugnantes. Sua caracterização era estruturada em termos desumanizadores.

A emergência de um movimento que se comportava dessa maneira não é uma novidade e tampouco pode ser considerada uma surpresa, quando se tem em mente a semântica utilizada massivamente na caracterização *petista* moldada pela grande mídia e incitada pelos formadores da *memória* política do *antipetismo*. O historiador Reinhart Koselleck considera que, antes da formação de um antagonismo identitário com indicações de desumanização em relação àqueles que estão excluídos do grupo, é necessário que se estabeleça uma semântica condenatória que ofereça sustentação a uma oposição dessa natureza. Sobre esse processo, o historiador exemplifica o caso da identidade *ariana* propagada pelo nazifascismo alemão:

O que tornou o *ariano* um termo político foi o campo conceitual que ele negava, e que podia ser lançado contra qualquer adversário. O *não-ariano* é apenas a negação da própria posição, nada mais. Não é possível se deduzir, nem do conceito de ariano nem mesmo do conceito de não-ariano, quem são os não-arianos. Com isto desenhava-se uma figura negativa elástica, e atribuí-la dependia apenas da força e da disposição de quem detinha o poder de ocupar o vazio linguístico deixado por um conceito embaçado. Que os judeus fossem visados de maneira especial não era uma coisa que pudesse ser deduzida do conceito; como cabiam na categoria de não-arianos, estavam sujeitos a uma não-existência potencial. As consequências foram tiradas logo que o ariano, como super-homem, considerou-se autorizado a exterminar o não-ariano, como sub-homem. Podendo preencher ideologicamente negações que não se opunham a nenhuma posição politicamente definida, recaí-se no emprego do par de conceitos *homem* e *não-homem*. Pois a expressão *não-ariano* não se deixava determinar nem a partir do ariano nem a partir do não-ariano, de modo a resultar dela uma posição clara. De antemão o par de palavras destinava-se a ser empregado funcionalmente pela posição de força dos que tinham o poder de interpretar as regras de linguagem (KOSELLECK, 2006, p. 230, grifos do autor).

O poder de interpretar as regras da linguagem no Brasil naqueles dias era precisamente da grande mídia e seu violento consenso *antipetista* imposto de maneira hegemônica no debate público. O militante *antipetista* era apenas aquele que, uniformizado de verde e amarelo, reivindicava a execução desse empoderamento nas ruas. Mas a palavra que resumia a identidade a ser combatida não era o adjetivo *petista*, ainda que o PT e sua simbologia fossem escolhidas como alvo central,⁹² e sim o adjetivo *comunista*, que carregava o signo da proscricção e humilhação pública. Eram *comunistas* todos aqueles que não se colocassem no ritmo frenético de ofensas e hostilizações públicas ao PT, seus membros e pessoas classificadas genericamente

⁹² Talvez o adjetivo *petralha* pudesse ocupar o lugar da proscricção semântica, mas não tenho certeza se o uso foi tão popular quanto a adjetivação de *petista* ou, especialmente, *comunista*.

como portadores de orientação ideológica a esquerda. O psicanalista Tales Ab'Sáber ao testemunhar a emergência nas ruas desse *antipetismo* que recuperava o *anticomunismo*, tentou explicar o cruzamento dos dois ódios políticos:

Construção que vem de bem longe, ponto de apoio e ideia central para a instauração de duas ditaduras *parafascistas* no difícil século XX brasileiro, foco de uma guerra mundial pela hegemonia de Impérios, o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade a qualquer realização democrática ou popular do governo; ou melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito.

Para antipetistas, movimento de desfaçatez do velho anticomunismo, basta atribuir ao governo o epíteto de estalinista, ou bolivariano – e gritar nas ruas que *aqui não é a Venezuela*, como se algum dia o Brasil o tenha sido – para poder se livrar de explicar todo o sentido real da política brasileira. Trata-se de um sortilégio, da redução da política ao maniqueísmo interessado mais simples, na esperança de desfechos já há muito impossíveis, do tipo guerra fria (AB'SÁBER, 2015, p. 36, grifos do autor).

A proximidade constatada pelo psicanalista ficava patente nas multidões verde-amarelas. Sua estética marcante e gritos de guerra emulavam os *incitadores da turba*.⁹³ Eram esses os que, nos dez anos anteriores, haviam moldado a memória *antipetista* através da massificação midiática. O amálgama ideológico entre *antipetismo* e *anticomunismo* é parte fundamental da identidade daqueles que se antagonizavam violentamente com gritos, xingamentos e até agressões físicas aos qualificados como portadores da ideologia de esquerda. O historiador Mateus Pereira compartilha do mesmo estranhamento que Ab'Saber, ao tomar contato com a *negação* do reconhecimento da existência de um passado autoritário brasileiro no ano de 2015. Para ele:

É preciso investigar melhor as conexões, o embaralhamento e as hibridações entre a chamada *nova* (não tão nova assim) e a *velha* direita. Há alguns discursos que nos levam a crer que alguns de seus membros (anacronicamente?) ainda vivem no tempo da Guerra Fria, do anticomunismo; e outros mais conectados ao *tempo presente*, mas que, muitas vezes, fundamentam seus discursos em questões morais, ou *simplesmente abusam* na interpretação dos fatos para o combate político imediato (PEREIRA, 2015, p. 888, grifos do autor).

⁹³ Utilizo-me aqui da expressão cunhada por Vitor Cei.

Portanto, não me sinto solitário diante dessa percepção sobre a existência de uma relação entre as duas formas de intolerância política. O *antipetismo* acompanha o *anticomunismo* e acaba por se sobrepor ideologicamente a este. As duas expressões políticas estão ligadas. O *antipetismo* é o desdobramento *anticomunista* em um novo cenário de crise democrática no Brasil. O *anticomunismo* ontem, tal como o *antipetismo* hoje, é uma expressão política que dá forma ao autoritarismo brasileiro. Não se pode esquecer a legitimação *anticomunista* dos dois regimes ditatoriais que marcaram nossa historicidade republicana. O *antipetismo* ocupa papel semelhante na véspera do *golpe parlamentar* ocorrido em 2016. A difusão dos dois fenômenos se estrutura sob coordenação da grande imprensa no Brasil. A tradição *anticomunista* inaugurou esse padrão desde os anos 1930. O estudioso do fenômeno, Rodrigo Motta, ao investigar a origem da propaganda *anticomunista*, destaca:

O empenho dos jornais garantiu o sucesso da ofensiva anticomunista, que redundou na cristalização de representações afixando a gravidade do *perigo comunista*, bem como de um imaginário caracterizando os revolucionários marxistas como criaturas ruins e violentas, no limite, sinistras e maléficas. O eixo da campanha baseou-se, em essência, na exploração dos fatos relacionados a *Intentona* e dos aspectos negativos da experiência soviética [...] tratou-se de apresentar aspectos da *realidade* de maneira deformada e deturpada. Para garantir a eficácia da campanha anticomunista, os jornais mais empenhados adotaram a estratégia de manter o assunto em evidência. Quase diariamente, publicavam-se matérias criticando o comunismo, de modo a fixar no público a mensagem pretendida (MOTTA, 2002, p. 212, grifos do autor).

A *Intentona Comunista* de 1935⁹⁴ é o evento central para a ideologia *anticomunista* no Brasil. Será esse acontecimento histórico que irá estruturar uma *memória anticomunista* no país. Do mesmo modo que o *antipetismo* precisará de um reforço mnemônico em relação aos fatos derivados do escândalo do *mensalão* no século XXI, para o *anticomunismo* foi necessária uma ampla campanha de propaganda negativa capitaneada pela imprensa logo após ao fracasso da *Intentona Comunista* nos anos 1930. Esse fenômeno da divulgação midiática cumpre uma função ideológica para impressão de uma memória, como já detalhado nos capítulos anteriores. Nos dois

⁹⁴ No ano de 1935, o Partido Comunista Brasileiro, organizou uma *quartelada* que objetivava a derrubada de Getúlio Vargas e a tomada de poder subsequente em nome de Luís Carlos Prestes (1898 – 1990). Não existe consenso sobre o programa político que seria implementado em caso de vitória da rebelião. A Aliança Nacional Libertadora, organização que Prestes presidia e que englobava movimentos políticos de esquerda que iam além do comunismo, tinha uma bandeira anti-imperialista e antifascista. O papel dessa organização na execução da revolta é nebuloso e se mistura com a atuação do Partido Comunista Brasileiro. Essa observação é necessária em virtude da campanha anticomunista que se deu em sequência à proibição da ANL e à criminalização do comunismo.

casos evidenciados, a imprensa cumpre um papel orquestrado para a consolidação de um consenso, antes *anticomunista*, agora *antipetista*.

Para Rodrigo Motta, os dois fenômenos – *antipetismo* e *anticomunismo* – têm fundamentos próximos no campo das crenças políticas. O *anticomunismo* no Brasil se caracterizaria por três matrizes ideológicas: o *catolicismo*, o *nacionalismo* e o *liberalismo*. Da mesma maneira, o *antipetismo* se fundaria renovadamente nessas três raízes que, para o historiador, mobilizam a ação política dos movimentos de direita no Brasil de hoje e de ontem. De minha parte, acrescento que os dois fenômenos políticos também necessitaram de bases memoriais construídas pela fixação de propagandas caluniadoras de forma massiva através de meios de comunicação de cada época.

O caráter memorial edificado ao redor dos acontecimentos da *Intentona* é significativo para esse debate. Em primeiro lugar, precisamos ressaltar a excepcionalidade destacada na repercussão midiática do fato. O Brasil, entre 1889, ano fundador da República, e 1964, ano do golpe militar, passou por inúmeras rebeliões militares. Nenhuma delas se tornou alvo de propaganda tão intensa através da imprensa da época, que contava inclusive com disseminação de matérias produzidas pelos departamentos publicitários oficiais do Estado brasileiro. Esse engajamento é uma consequência natural das opções políticas autoritárias constantes na história do país que detalhei nos capítulos anteriores. Mas há também, no caso *anticomunista*, a ritualização do evento. Desde 1936, ano sequencial à *quartelada*, o evento foi comemorado em celebrações militares públicas, e a partir de 1940, ganharia um mausoléu em memória aos soldados mortos pelos rebelados, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde se organizariam celebrações oficiais que se repetiriam durante décadas, todos os anos, no dia 27 de novembro, que é a data do acontecimento. Essa ritualização da *memória anticomunista* tratou de eternizar a fixação arquitetada pela grande imprensa. Sobre o processo de ritualização da memória, o antropólogo Paul Connerton, estudioso da memória corporal, propõe:

As cerimônias comemorativas têm duas características em comum com todos os outros rituais: o formalismo e a performatividade. E, na medida em que funcionam [efetivamente] como dispositivos mnemônicos, são capazes de executar essa função em grande parte devido ao [fato] de possuírem essas características. Mas as cerimônias comemorativas podem distinguir-se de todos os outros rituais pelo [fato] de se referirem explicitamente a pessoas e

a acontecimentos prototípicos, quer se considere que estes têm uma existência histórica ou mítica. Em virtude desse [fato], os ritos deste gênero possuem uma outra característica que lhes é distintivamente própria, que podemos descrever como a reencenação ritual. Esta característica é de importância fundamental na configuração da memória comunitária (CONNERTON, 1999, p. 70).

Acompanhando a compreensão da função mnemônica do ritual como ressaltada por Connerton é que entendo a celebração da vitória militar sobre os comunistas no Brasil em relação à *Intentona*. Nesse caso, além da construção de um *lugar-de-memória* em forma de mausoléu – o que por si mesmo já aponta uma importância atípica –, estabeleceu-se o rito oficial, que serviria à atmosfera ideológica da ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e à posterior, a Ditadura Militar (1964 – 1985). Especialmente no segundo caso, a memória *anticomunista* seria resgatada com mais força e de maneira mais mitificada. Foi, portanto, o reforço da memória de um evento desabonador, primeiramente na cobertura da grande imprensa e, posteriormente, por vias oficiais de celebração militar, que se consolidaria a memória *anticomunista* e manteria acesa a chama ideológica que sustentava as ações políticas de movimentos de direita no Brasil e suas derivações autoritárias. Ao mesmo tempo, a narrativa *antipetista* centralizou seu processo de monumentalização na cobertura incessante do escândalo do mensalão. A diferença, neste caso, é que os autores *antipetistas* não contaram com o aparato da tradição oficial na construção de um lugar-de-memória.

Em alguma medida, a rebelião da *Intentona* de 1935 e sua posterior ritualização como garantia de continuidade da lembrança da necessidade da repressão *anticomunista* encontra também algum eco na interpretação sobre os sentidos dos rituais sacrificiais estudados pelo historiador René Girard. Em sua tentativa de compreender a lógica que justificasse o sacrifício permeado da violência em diversas sociedades, o estudioso chega à conclusão de que o rito sacrificial e sua reencenação permanente é uma maneira de conter a violência que motivou a fundação ritualística ancestral. O sacrifício teria a capacidade de regular a violência iminente das comunidades onde se manifesta. Para Girard:

A violência original é única e espontânea. Os sacrifícios rituais, pelo contrário, são múltiplos: são repetidos interminavelmente. Tudo o que escapa ao controle dos homens na violência fundadora – o lugar e a hora da imolação, a escolha da vítima – é determinado pelos próprios homens nos sacrifícios. O ato ritual visa regular aquilo que foge a qualquer regra; busca realmente retirar da violência fundadora uma espécie de técnica de apaziguamento

catártico. A menor das virtudes do sacrifício ritual não constitui de forma alguma uma imperfeição. Espera-se que o rito funcione fora dos períodos de crise aguda; como vimos, ele desempenha um papel não somente curativo, mas preventivo. Se ele fosse mais *eficaz*, isto é, se não escolhesse suas vítimas nas categorias sacrificáveis, geralmente exteriores à comunidade, mas se escolhesse, como a violência fundadora, um membro desta comunidade, perderia toda a eficácia, provocando aquilo que tem como função impedir, uma recaída na crise sacrificial. O sacrifício é tão adequado à sua função *normal* como assassinato coletivo à sua função anormal e ao mesmo tempo normativa. Tudo leva a crer que a catarse maior do sacrifício é derivada da catarse maior definida pelo assassinato coletivo (GIRARD, 1990, p. 132, grifos do autor).

Tal como antecipado na função *mnemônica* da ritualização do evento percebida por Connerton, Girard realça o papel repetitivo da reencenação sacrificial. Para este pesquisador, em tempos de crises desagregadoras, a violência poderia *escapar* do rito. Essa compreensão parece uma sugestão direcionada a descrever essa possibilidade em comunidades com uma temporalidade cíclica. Ao mesmo tempo, sabemos que nos períodos autoritários brasileiros que buscavam reencenar eventos, como é o caso da *Intentona*, tal como especulado por Girard, as vítimas *sacrificiais* devem ser consideradas *externas* à comunidade. Assim, no Estado Novo, na Ditadura Militar e no Brasil do tempo imediato, o *comunista* nunca é visto como um igual pelo *anticomunista* (*antipetista*), e, justamente por isso, passível de enfrentamento e até extermínio físico. Por óbvio, minha intenção não é infantilizar o *autoritarismo* assassino que se encena de tempos em tempos no país. Em minha compreensão, essa hermenêutica do rito apenas ajuda a trazer à superfície os meandros mais profundos dos processos da *memória coletiva*.⁹⁵

Há uma última, mas fundamental semelhança, entre a memória *anticomunista* e a memória *antipetista* e seus significados ideológicos. O fenômeno *anticomunista* é muito anterior a suas primeiras manifestações no Brasil, no qual se estabeleceu a partir do ano de 1917, quando se deu em reação à repercussão mundial dos eventos da Revolução Russa. Originalmente, o *anticomunismo* mundial nasceu logo que Marx publicou e divulgou suas ideias no contexto histórico da Revolução de 1948, na

⁹⁵ Se, como suponho, a consciência histórica operante no Brasil seja composta de referências de uma memória arcaica que indique uma busca permanente por vítimas que cumpram a função expiatória, tal qual os destinos legados aos acusados de subversão ideológica em tempos autoritários, é provável que a interpretação de Girard sobre a função sacrificial possa ser completamente transposta para a compreensão da tradição política nacional, que ciclicamente reencenou o *anticomunismo* em seus períodos autoritários.

França. Como registra o historiador Maurice Agulhom, sobre as representações do comunismo naquela conjuntura:

Os *vermelhos* [eram] apresentados como monstros do ponto de vista moral, intelectual e até físico; o socialismo [era] mostrado como roubo em grande escala; o comunismo [por sua vez], como *partilha* sumária que faria a humanidade regredir até a selvageria primitiva; e – principalmente – as eleições [vindouras] de 1852 são consideradas a porta aberta a uma nova *jacquerie*, isto é, um apocalipse de avidez e sangue (AGULHOM, 1991, p. 125, grifos do autor).

Como fica claro, o *anticomunismo* enquanto valor ideológico não precisou de uma experiência concreta no poder para surgir. Ele apareceu em sincronia com o próprio aparecimento do *comunismo* no mundo. O *anticomunismo* é uma forma de reação imediata, sem necessariamente se fazer ancorada em uma experiência política concreta. O *antipetismo* no Brasil também não precisou esperar que o PT chegasse ao governo para iniciar sua propaganda. Como registrei no primeiro capítulo, o fenômeno *antipetista* já era corrente na imprensa brasileira desde muito antes do escândalo do *mensalão* ou mesmo da eleição de Lula em 2002. Portanto, se por um lado, as ideologias *anticomunistas* e *antipetistas* dependeram de eventos emblemáticos – a *Intentona* e o *mensalão* – que haveriam de ser fixados como *memórias* de condenação reforçadas pela imprensa de suas determinadas épocas, por outro, tanto o *anticomunismo* quanto o *antipetismo* já existiam enquanto forças ideológicas entre seus idealizadores antes de eventos eleitos como marcos históricos. Desde o aparecimento, portanto, da *doutrina comunista* (1848) e do PT (1980), o ódio político já existia, ainda que tenham sido necessários o reforço dos eventos-chave já apontados. A importância dos eventos escolhidos para serem memorizados foi para ampliar e fixar ideologicamente os fenômenos em públicos mais amplos que os núcleos ideológicos originais e então obter repercussão e conquistas políticas em geral materializadas em avanços autoritários.

O paralelo entre o que significou a *Intentona* para o *anticomunismo*, com o significado do escândalo do *mensalão* para o *antipetismo*, se confirma em como os propagandistas radicais que estou examinando acabaram por fazer analogias *anticomunistas* contra o PT em sua *narrativa* sobre os eventos associados ao escândalo. É o caso de Diogo Mainardi. O jornalista não apenas era um virulento crítico ao PT. Para além disso, operava sua apologia *antipetista* durante o escândalo

do *mensalão* sempre lastreada em valores *anticomunistas*. É como ele registra em um texto no qual imputava a acusação de adesismo a jornalistas que, para ele, não carregavam de maneira suficiente a condenação ao governo Lula. Mainardi escreve:

Tenho *horror às esquerdas*. Porque elas mentem. Porque elas enganam. Todas elas. Do *stalinismo* quercista de Fernando Morais ao onguismo endinheirado de Gilberto Dimenstein, do *comunismo de batina* de Marcelo Beraba ao populismo futebolístico de Juca Kfourri, do desbunde teatral de Nelson de Sá ao lobismo piantellano de Mario Rosa. O lulismo roubou muito mais do que o collarismo. Cláudio Humberto, assessor de imprensa de Collor, até hoje é perseguido por seus colegas. Os jornalistas que se subordinaram a Lula devem receber o mesmo tratamento: André Singer, Ricardo Kotscho, Eugenio Bucci (MAINARDI, 2007, p. 49, grifos do autor).

Como Rodrigo Motta detecta em seu estudo, a origem midiática do *anticomunismo* foi bem-sucedida na formação de um consenso entre o público leitor que se pulverizava entre a sociedade brasileira. O *anticomunismo* para esse historiador se tornou um ativo político que poderia então – como foi em 1964 – ser resgatado em momentos futuros. O jornalista Diogo Mainardi e os outros divulgadores *antipetistas* tratarão de sempre escorar sua retórica hiperbólica num *anticomunismo* que é tratado como consensual e naturalizado.

Reinaldo Azevedo será outro a corroborar o mesmo padrão de *antipetismo* que se apoia em um consenso *anticomunista*. Especialmente em relação ao escândalo do *mensalão* isso ficará mais evidente. Era preciso, para esses agitadores, que ficasse muito bem caracterizado que os possíveis crimes perpetrados pelo PT e seus líderes fossem um resgate de uma memória coletiva, que nesse caso, era uma nascente *memória antipetista* que recolocava no jogo político os valores já há tempos sedimentados na *memória anticomunista* no Brasil. O jornalista detalha claramente essa intenção em uma coluna publicada no jornal *O Estado de São Paulo* e que foi escolhida como abertura de seu livro “O país dos petralhas”:

Nunca houve socialismo democrático ou marxismo cristão. Quem acata essas bobagens ou está comprometido com a causa ou procura ser simpático com os *progressistas*. Não ambiciono a razão de boa vontade de adversários. O socialismo matou quase 200 milhões para criar o *novo homem*, e sua primeira vítima foi a liberdade. Tentam pôr no meu colo os mortos das ditaduras de direita. Dispensó-os. Façam como eu: joguem todas elas no lixo. Esquerdistas, no entanto, não reconhecem em Fidel Castro um facínora e têm num homicida compulsivo como Che Guevara um herói, ainda a render filmes e rococós sentimentais. Entronizam um bufão como Hugo Chávez no

posto de futuro mártir das causas populares. *Mártir?* Eu e minhas esperanças...

Que bom se a esquerda light e a socialdemocracia estivessem certas, e tudo isso cheirasse à naftalina da guerra fria, sepultada sob os escombros do Muro. Mas estão erradas, e a metáfora é óbvia demais. No Brasil, as seduções do demônio totalitário estão ativas e plasmadas no PT, que segue o figurino do Moderno Príncipe gramsciano. É confortável para os covardes a suposição de que a lenda lulo-petista se esgota no clepto-stalinismo dos quarenta quadrilheiros. É uma forma de colaboracionismo (AZEVEDO, 2008, p. 9, grifos do autor).

Em relação ao historiador Marco Antonio Villa, já foi registrado nos capítulos anteriores, o ceticismo em relação à matriz petista associada ao velho conjunto de valores *comunistas*. Entretanto, o memorialista do PT não negava uma atuação do partido que tivesse, senão no *conteúdo*, certamente na *forma* de ação, ainda uma herança da política aos moldes da atuação política bolchevique. Ao retratar a política petista nos anos Lula, o historiador registraria sua leitura e invocaria referências ao comunismo na agência política petista:

Paralelamente às primeiras denúncias contra ministros, começaria a ficar mais clara a forma de governar – de aparelhar a máquina de Estado – do PT. Em oito meses, o partido fizera 15 mil nomeações para cargos de confiança. E ainda restavam mais 6 mil vagas – a serem partidariamente ocupadas. A indicação era precedida por um atestado ideológico petista. *O nada consta* e, especialmente, *o é um dos nossos* garantiam o emprego.

O ex-guerrilheiro José Genoíno, presidente do PT, tentava justificar aquela sede de preenchimento: *Fomos eleitos para mudar*. Além de transformar a máquina estatal em correia de transmissão do partido, de acordo com os princípios leninistas, o pagamento obrigatório do dízimo aumentara, de forma significativa, a receita partidária. Estimava-se que o PT recolheria algo em torno de 15 milhões de reais por ano a partir de 2003 (VILLA, 2013, p. 28, grifos do autor).

Todos os três *antipetistas* apoiam-se de uma maneira ou de outra em uma *memória anticomunista* que antecede as constatações contra o Partido dos Trabalhadores. No capítulo anterior, afirmei que foi o escritor Olavo de Carvalho o responsável por emplacar a *narrativa* com maior alcance, entre os autores *antipetistas*. Isso se deu em função do – nunca escondido – apelo ao *anticomunismo*. Se, nos outros autores, o *anticomunismo* aparece embaralhado e sem uma função justificadora explícita para o *antipetismo*, no pensamento de Olavo de Carvalho, o *anticomunismo* tem um papel central e que não é em nenhuma medida velado. O escritor retratou o escândalo do *mensalão* como uma conspiração *comunista*. Em um de seus textos sobre a ação do PT naqueles anos, o escritor oferece sua explicação:

Os velhos políticos corruptos limitavam-se a roubar. O PT transformou o roubo em sistema, o sistema em militância, a militância em substitutivo das leis e instituições, rebaixadas à condição de entraves temporários à construção da grande utopia.

Os velhos políticos roubavam para si próprios, individualmente ou em pequenos grupos, moderando a audácia dos golpes pelo medo das denúncias. O PT rouba com a autoridade moral de quem, ao arrogar-se os méritos de um futuro hipotético, já está absolvido a priori de todos os delitos do presente; rouba com a tranquilidade e o destemor de quem pode usar licitamente de todos os meios, já que é o senhor absoluto de todos os fins.

Todo partido que se volte contra *a sociedade*, prometendo remoldá-la de alto a baixo – se não reformar a natureza humana mesma –, coloca-se, instantaneamente, acima dos critérios morais vigentes nessa sociedade, e não pode se submeter a eles senão em aparência, rindo, por dentro, da ingenuidade dos que o tomam por adversário normal e leal. Não é possível destruir o sistema e obedecer às suas regras ao mesmo tempo, mas só usar as regras como camuflagem provisória da destruição. Ora, o sistema, como tudo o que é humano, comporta igualmente sua dose de injustiças, de erros, de escândalos, e sua parcela de moralidade, de ordem, de lealdade. Todo sistema consiste num equilíbrio precário entre a desordem e a ordem. Nenhuma inteligência sã ignora que só é possível reprimir ou controlar o primeiro desses aspectos fortalecendo o segundo. Toda tentativa de mudar integralmente o sistema, seja pela subversão revolucionária abrupta, seja pelo lento e progressivo solapamento das bases institucionais, começa por destruir o equilíbrio e portanto a ordem, sob a promessa vã de um futuro sem desequilíbrio nem desordem. A modéstia dos objetivos e a limitação do programa político a pontos precisos que não afetem os fundamentos do sistema, eis a marca dos partidos honestos – e essa não é, definitivamente, a marca do PT. A desonestidade desse partido mede-se pela amplitude megalômana das suas promessas (CARVALHO, 2013, p. 405, grifo do autor).⁹⁶

Eis aqui a conspiração personificada na ação do PT através dos atos *corruptos* e *imorais* que estavam sendo amplamente propagandeados pela grande mídia. O que fora a *Intentona* de 1935, segundo a grande imprensa, senão uma conspiração maléfica e sanguinária para tomar o poder? O que era, portanto, o escândalo do *mensalão* de 2005 senão também uma *conspiração* imoral e corrupta para subverter os valores nacionais? O *mensalão* ocorreu no ano em que a *Intentona* e a campanha

⁹⁶ Para além das significações profundas que a leitura de Olavo e Carvalho e os outros disseminadores do *antipetismo* revelam, não pode deixar de ser evidenciado o aspecto delirante desta interpretação sobre a natureza política e ideológica do PT. Em pesquisa recente sobre historicidade política do partido e sua disputa na institucionalidade da Nova República, o historiador Ueber Oliveira – depois de longa análise dos documentos internos da burocracia partidária – é categórico em sua conclusão sobre a moderação e o abandono de toda ideologia que funcione como referência para o PT. Nas palavras de Oliveira: “Observa-se, claramente, o abandono sistemático da ideologia de classe trabalhadora em favor do atendimento dos interesses nacionais. Nota-se também que o Estado deixou de ser visto como um instrumento de dominação social, passando a ser concebido como alavanca para a transformação social. Em parte, essa mudança se configurou por ocasião da queda do bloco soviético e da consequente crise que se abateu sobre a esquerda mundial a partir de então.” (OLIVEIRA, 2015, p. 246).

de propaganda *anticomunista* completavam 70 anos. O episódio operou em alguma medida como uma efeméride *anticomunista* – ainda que *inconsciente* –, materializada na campanha *antipetista* incessante que se seguiu. Poderia se aventar em que dimensão a campanha *antipetista* do século XXI não funcionou como reabilitação da função ritual – descontinuada pelas instituições sob a égide da Constituição de 1988 – das comemorações militares *anticomunistas*. Se não são processos iguais, os efeitos memoriais derivados deles o são.

O notório paralelo entre o lugar dos eventos da *Intentona* e do *Mensalão*, para as ideologias *anticomunista* e *antipetista* no Brasil, são em essência uma evidência da necessidade de crenças políticas serem precedidas de experiências concretas. Entre essas, é necessária uma seleção e destaque de propaganda que sejam capazes de elevar determinados eventos à importância do que não se deve esquecer. De maneira mais clara, esses eventos devem ser fixados ou impressos em formato de *memórias coletivas* que servirão à mobilização política em direção ao futuro. Memórias coletivas são tentativas de organização do tempo passado que permitam uma orientação ao tempo futuro. A atitude de narração ativa dos pregadores do *antipetismo* em sua tentativa de mobilizar uma memória *anticomunista* a partir do presente se enquadra na leitura de Beatriz Sarlo sobre a relação da *narrativa* e da *memória*, e a capacidade de, a partir daí, produzir um efeito *futuro*. Para essa autora, o *passado*, seja nostálgico ou traumático, é impossível de se desvencilhar. Involuntariamente o *passado* sempre retornaria. É o que vai se desenhando no avanço da *narrativa antipetista* sobre a memória coletiva e seu crescimento em aderência popular cada vez maior em função disso. O *anticomunismo* enquanto *visão do passado* – arquivada na memória coletiva – retorna e cria condições para uma projeção sobre o futuro. A autora explica:

As *visões do passado* [...] são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um tom dominante nas *visões do passado* (SARLO, 2007, p. 12, grifos da autora).

Em suma, os eventos *monumentalizados* sobre os quais o *antipetismo* e o *anticomunismo* fincam seus apoios temporais se tornam, assim, sinais que servem como guias orientadores. É necessário destacar também as condições sobre as quais esses usos e construções de uma *visão do passado* podem retornar. A autora frisa que se manifestam, voluntariamente ou não, secretamente ou não, e, de minha parte, menciono com mais ênfase, *conscientemente* ou *inconscientemente*. Esse aspecto é fundamental para entender os objetos que estamos utilizando. Sobre a aproximação entre *anticomunismo* e *antipetismo* para os autores que estou analisando, é necessário, entretanto, frisar um último aspecto antes de avançar.

O economista Rodrigo Constantino foi o último dos ideólogos *antipetistas* a ganhar notoriedade midiática. Sua atuação como divulgador *antipetista* vinha de longa data, mas tal qual Olavo de Carvalho, esse autor só se tornaria conhecido após os acontecimentos do turbulento ano de 2013. Em seu livro *antipetista* mais famoso, Constantino publicaria sua justificativa para militar midiaticamente contra o PT e seus feitos. O economista escreve:

Nosso querido Brasil, o eterno país do futuro, parece remar, remar, sem sair do lugar. Na verdade, demos até mesmo uns passos atrás. Após décadas da queda do Muro de Berlim e da União Soviética, ainda há quem defenda o socialismo – do século 20 ou aquele do século 21, o mesmo, só que com um manto democrático para enganar os mais ingênuos (CONSTANTINO, 2015, p. 9).

A invocação do colapso da União Soviética é o elemento novo agregado pelo *antipetismo* ao sistema de crenças do tradicional *anticomunismo* brasileiro. Se, como vimos, para os outros *antipetistas* o *anticomunismo* funciona como fonte legitimadora, esse registro de Rodrigo Constantino revela o argumento que mais será utilizado como base de naturalização do *anticomunismo*, acompanhando de seu afilhado, o *antipetismo*. O desmoronamento do Estado soviético servirá como a evidência necessária à natural rejeição *antipetista*. Essa relação entre a ideia de *fracasso comunista* diante de uma hegemonia do mundo ocidental capitalista é o pilar de sustentação que habitará sempre as conjecturas e alarmismos *antipetistas*.

Há algumas considerações a serem feitas sobre essa escolha argumentativa para estabelecer critérios políticos adotados na retórica dos autores *antipetistas*. Existe uma falsa compreensão entre os divulgadores *antipetistas* de que, se houve um fracasso comunista estimulado e liderado pelo avanço político do mundo ocidental e capitalista, tal triunfo deveria ser também do Brasil. Este é um entendimento equivocado do processo. O Brasil não teve nenhuma participação, nem foi beneficiário do colapso soviético. Quando se aventa que o Brasil deveria abandonar opções políticas à esquerda em virtude dessa eventualidade, não há a percepção de que, se por um lado não éramos comunistas, tampouco estávamos entre os beneficiados e supostamente vitoriosos em decorrência daquela ruína.⁹⁷ Se a sociedade brasileira houvesse de decidir seu destino político, pautada pelos caminhos ocidentais no mundo após a Guerra Fria, estaria falsamente se ombreando com sociedades cultural e politicamente diversas de nossa tradição ibérica. E, em um sentido mais profundo, poderia ser esse caminho qualificado como subalterno – ou mesmo, *vira-lata* –, pois as desigualdades econômicas e sociais entre os países ocidentais e o Brasil são muito amplas. Mas foi esse, no entanto, o caminho pelo qual o Brasil optou politicamente, e que resultaria de maneira bem-acabada na doutrina diplomática colocada em prática pelo presidente recentemente eleito, Jair Bolsonaro.

Provavelmente o que inspira a falsa percepção de integração ao mundo ocidental tem alguma raiz na própria temporalidade de que estou tratando aqui. A *Intentona* ocorreu num mundo ainda anterior àquele que seria dividido pela cortina de ferro num contexto de Guerra Fria (1946 – 1991). No Brasil, não foi preciso a disputa ideológica EUA e União Soviética para que se prosperasse uma onda de *histeria* anticomunista como a que se estabeleceu em 1936, ano posterior à quartelada. Os valores *anticomunistas* brasileiros são mais endógenos que exógenos.

É preciso lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve grande influência diplomática na consolidação da Organização das Nações Unidas (1945), sendo, por isso, até hoje, o país que abre as reuniões mundiais entre os Chefes de Estado realizado na sede da instituição. Posteriormente, o país teve um papel ativo

⁹⁷ O anticomunismo não deixou legados positivos para o Brasil. Ao contrário, duas ditaduras se ergueram sobre seus valores, e uma delas – a Ditadura Militar de 1964 – foi arquitetada em benefício estrangeiro.

em negociações de paz importantes para a história mundial. Refiro-me à crise dos mísseis nos mares cubanos em 1962, derivada da tensão entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O Brasil teve papel importante no acordo responsável por impedir uma escalada de uma tensão militar que, no limite, poderia ter levado o mundo a uma tragédia nuclear. A postura brasileira nesse mundo de aumento da belicosidade ideológica entre grandes potências estrangeiras não era de subalternidade, no sentido de que se deixasse ser manobrada por um lado ou outro. Como se sabe, o golpe de 1964 se consolidou a partir de interferência estadunidense, ainda que exista uma intencionalidade consolidada em apoio ao golpe, internamente. O historiador Carlos Fico demonstra, a partir de documentos da própria lavra do governo estadunidense,⁹⁸ que aquele país, por uma série de circunstâncias, entendeu que o Brasil era decisivo no teatro da Guerra Fria (FICO, 2008).

Durante os anos do período de Ditadura Militar, o regime ficou marcado pela dura política de segurança *anticomunista*. Ao mesmo tempo, o historiador Rodrigo Motta considera que a recuperação de valores *anticomunistas* na véspera do golpe são reveladores da importância do valor atribuído a essa postura política pelos que idealizaram a ofensiva golpista. O historiador afirma que cresceram as representações condenando a política econômica dos países comunistas mundo afora e demonstra que isso foi motivado pelo número de países que naquele momento histórico adotavam a doutrina socialista como seu modelo de governo. Rodrigo Motta nos apresenta os elementos da propaganda anticomunista da véspera do golpe de 1964 e fica evidente a semelhança com a argumentação anticomunista expressada por Constantino no tempo presente:

As denúncias sobre o *inferno soviético*, por exemplo, tenderam a falar menos da violência (fuzilamentos, tortura etc.), que foi o tom dominante no período interior, embora a referência a atrocidades não tenha desaparecido de todo. Na década de 1960, as críticas tenderam a concentrar-se na tentativa de mostrar o modelo comunista como frágil no aspecto econômico e deficiente no plano social. Questionava-se, por exemplo, a pobreza existente na URSS e a falta de conforto decorrente (*a mulher russa ignora as amenidades da*

⁹⁸ O historiador Carlos Fico revelou o documento redigido ainda no ano de 1963 pelo então embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon. No texto, intitulado *A contingency plan for Brazil*, constam previsões e recomendações do embaixador sobre o contato com políticos e oficiais militares brasileiros para oferecer guarida política e militar em caso de *beligerância* interna em decorrência de um golpe. Além disso, o documento trazia os detalhes de procedimentos logísticos e bélicos para – caso a situação escalasse para um conflito interno armado – fosse disparada uma operação de guerra de grandes proporções e nomeada como *Brother Sam*.

vida), bem como a ineficiência da economia soviética. Uma novidade importante foi a entrada em cena de outros países comunistas, elemento inexistente nos anos 1930 (MOTTA, 2002, 244, grifos do autor).

Levando em conta a chegada dessa mesma retórica, no século XXI, em contexto *antipetista*, parece-me claro que houve uma continuidade entre a onda de propaganda *anticomunista* dos anos 1930, por meio, especialmente, da *monumentalização* da derrota da *Intentona*, e, mais propriamente, a segunda *onda* dos anos 1960, a qual somou à *memória coletiva* uma ideia de subalternidade em relação ao Ocidente, particularmente representado pelo EUA e sua cultura. A conjuntura da *Guerra Fria* somada ao *anticomunismo* autóctone configurou novos elementos que foram arquivados em algum lugar da *memória coletiva*.

Os anos que se seguiram já em um contexto de Ditadura Militar parecem ter reforçado os valores *anticomunistas*. O alinhamento diplomático com os EUA no plano da política externa, legado da participação desse país no momento derradeiro do golpe de 1964, possivelmente formou algumas gerações de brasileiros deslumbrados com uma falsa expectativa de serem cidadãos considerados em pé de igualdade aos habitantes de países da Europa e da América do Norte. Mesmo que, ainda durante a Ditadura Militar, a política externa, alinhada e subalterna aos EUA, tenha sido completamente reformulada, a partir do governo do general Ernesto Geisel (1974 – 1979), em direção a uma política externa mais pragmática, tal como detalhado no trabalho do pesquisador Matias Spektor (SPEKTOR, 2004), a cultura brasileira permaneceu muito permeável ao padrão da indústria cultural estadunidense, exportadora de alimentos industrializados, grifes, música, cinema, séries televisivas, literatura, quadrinhos, jogos, etc, padrão que se agravou após a abertura do mercado brasileiro a empresas estrangeiras, inaugurada pelo primeiro presidente do período democrático, Fernando Collor de Mello (1989 – 1992).⁹⁹

Voltando ao comentário de Rodrigo Constantino sobre o fracasso econômico do comunismo no mundo, já no ano de 2015, percebo uma ideia de *triunfalismo* capitalista (Ocidental) implícita em sua *narrativa*. Minha intuição persegue pesquisas da

⁹⁹ A despeito do que consta no clássico ensaio do crítico literário Roberto Schwarcz, *Cultura e política 1964 – 1969*, sobre a efervescência cultural brasileira nos anos mais duros de autoritarismo, dos anos finais da Ditadura Militar para os dias atuais, os produtos culturais americanos chegaram com cada vez mais força no Brasil (SCHWARCZ, 1992).

historiadora americana Ellen Schrecker (lamentavelmente pouco conhecida no Brasil e sem livros traduzidos no momento de execução dessa pesquisa), a qual relata a existência de uma ideia de *triumfalismo* que permeia tacitamente a cultura e a política externa de seu país. Segundo essa historiadora, tal perspectiva tem sido politicamente propalada mundo afora – pela diplomacia estadunidense – desde a ascensão da era Reagan, ganhando força após o significativo episódio da queda do Muro de Berlim e a seguida derrocada dos estados comunistas no Leste Europeu. A pesquisadora organizou um livro no qual detalha e apresenta os contornos ideológicos, míticos e imprecisos estabelecidos entre políticos e intelectuais nos Estados Unidos sobre a queda do comunismo soviético. A historiadora aponta o que denominou de *triumfalismo de Guerra Fria*.¹⁰⁰ Essa noção, para ela, significaria o entendimento que

O fracasso do comunismo foi o sucesso da América. Que os habitantes da Europa Oriental e da ex-União Soviética também possam ter participado do processo raramente aparece na história. Em vez disso, foram os recursos estratégicos da economia americana e a superioridade moral e cultural do sistema americano que facilmente (e pacificamente) dominaram os atrasados tiranos de Moscou (SCHRECKER, 2004, p. 9, tradução nossa).

Esse modelo de retórica *triumfalista* seria amplamente difundido pela administração do presidente George W. Bush durante os anos de expansão dos sistemas de vigilância e monitoramento policial nos EUA em reação aos atentados terroristas do ano de 2001 contra as Torres Gêmeas. A *doutrina* baseada no *triumfalismo* derivado da suposta vitória ocidental sobre o *comunismo* alcançou seu auge nos anos entre a invasão do Afeganistão (2001) e a Guerra do Iraque (2003 – 2011), simultaneamente à ascensão eleitoral do PT ao poder e a uma onda de eleições de movimentos de esquerda por toda a América do Sul.¹⁰¹ É possível depreender que o sentimento *antipetista* foi irrigado ideologicamente não apenas por elementos dormentes na memória coletiva desde os anos da Ditadura Militar, mas também pela influência política e cultural

¹⁰⁰ No Brasil certamente pode-se nomear tal manifestação como *triumfalismo anticomunista*.

¹⁰¹ O esboroamento da antiga União Soviética (1917 – 1991) e o efeito dominó causado nas repúblicas socialistas satélites do Leste Europeu foi um desses raros eventos que teve capacidade de influenciar todo o mundo. Se para os EUA o efeito desencadeou uma inédita onda de diplomacia imperialista, para o Brasil o grande impacto se deu entre os movimentos políticos de esquerda. Talvez seja adequado entender que a política brasileira tenha desenvolvido um modelo próprio do fenômeno do *triumfalismo anticomunista*, que foi reforçado a partir da queda comunista mas que, ao mesmo tempo, já existia em função das experiências anticomunistas anteriores. Os partidos políticos de esquerda no Brasil acabaram por vivenciar uma interdição eleitoral por aproximadamente toda a década de 1990, que pode estar ligada aos impactos ideológicos decorrentes do brusco encerramento soviético. A situação apenas mudaria com a eleição de Lula à presidência, no ano de 2002.

importada pela grande mídia brasileira, que tradicionalmente é pautada culturalmente pela grande mídia ocidental. Em alguma medida, o *triumfalismo anticomunista* estadunidense foi assimilado e reproduzido em larga medida pelos autores *antipetistas* como uma evidência supostamente racional e sofisticada em relação aos destinos da política brasileira.¹⁰²

Talvez seja indicado supor que o Brasil convive, desde pelo menos a década de 1930, com um consensual e ascendente *triumfalismo anticomunista* absolutamente naturalizado em nossa esfera pública. É importante, então, ao considerar o alcance e a naturalização dessa compreensão, que é ao mesmo tempo orgulhosa e tem um tanto de *complexo de vira-lata*,¹⁰³ retornar ao *antipetismo* e especificamente entender por que essa ideologia teve adesão o suficiente para que tivesse força de impor adesão popular a um *golpe parlamentar* e, mesmo, ser determinante para a eleição em 2018 do ex-militar nostálgico da Ditadura Militar Jair Bolsonaro. O *anticomunismo* simultâneo ao seu próprio *triumfalismo*, na década de 2010 no Brasil, certamente foi fundamental para a adesão, em alguma medida popular, à reação *antipetista*. Como constatou o pesquisador da mídia, Venício Lima, após a campanha *antipetista* da imprensa brasileira que se seguiu às denúncias do deputado Roberto Jefferson em 2005, a adjetivação *mensaleiro*, em alguns anos se tornou sinônimo de *petista*, e acumulou a caracterização como *comunista*. Venício Lima explica que, para a grande mídia brasileira,

nos últimos anos *mensalão* passou a ser *um esquema de corrupção* e tornou-se *mensalão do PT*, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (*mensalão mineiro*). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes.

Mensaleiro passou a designar qualquer envolvido na ação penal [denúncia feita ao STF] n. 470, independentemente de ter sido ou não comprovada a prática criminosa de pagamento e/ou recebimento de mensalidades em

¹⁰² Lembro ao leitor que dos cinco *antipetistas* aqui estudados, três optaram por residir fora do país. Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino nos Estados Unidos, e Diogo Mainardi na Itália.

¹⁰³ Me remeto aqui ao raciocínio exposto pelo dramaturgo Nelson Rodrigues, o qual refletia sobre o pessimismo exagerado da torcida brasileira com o possível desempenho internacional da equipe que disputaria o Campeonato Mundial representando o país no ano de 1958. Na crônica, o autor sugere que, por trás do *pessimismo* cauteloso dos torcedores brasileiros, havia um medo envergonhado de se repetir a derrota traumática ocorrida no campeonato do ano de 1950, que havia sido disputado em solo pátrio. Em suma, essa *cautela* excessiva era, para Rodrigues, uma forma de expressão da baixa autoestima cultural do espírito nacional que nos colocava de antemão como inferiores frente às outras nações, especialmente as mais ricas e de matriz ocidental (RODRIGUES, 1993).

dinheiro *sujo* com o objetivo de se alterar o resultado nas votações de projetos de lei no Congresso Nacional.

A generalização seletiva tornou-se a prática deliberada e rotineira da grande mídia e, aos poucos, as palavras *petista* – designação de filiado ao PT – e *mensaleiro*, se transformaram em palavrões equivalentes a *comunista*, *subversivo* ou *terrorista* na época da ditadura militar (1964-1985). *Petista* e *mensaleiro* tornaram-se, implicitamente, inimigos públicos e sinônimos de corruptos e desonestos (LIMA, 2015, p. 109, grifos do autor).

A surpresa do autor em função da associação entre PT e comunismo está presente na constatação do estudioso da comunicação em função da ausente reflexão histórica sobre a extensão do fenômeno do *anticomunismo* e do *antipetismo* na tradição de cobertura política da imprensa brasileira. O trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta sobre *anticomunismo* assegura e verifica com precisão o tamanho do fenômeno na mídia escrita dos anos 1930 até os anos 1960. O que exponho até aqui sobre o mesmo tema – na mesma grande imprensa brasileira – revela a continuidade disciplinada dessa tradição. Mas há uma outra constatação de Lima que chama atenção. O *comunismo* e o *petismo*, respectivamente, são elementos associados, para ele, ao elástico sentido semântico da palavra *corrupção*. Tais ideologias são sinônimo de *crime*, ou assim tentou-se significar e simbolizar.

Quando tratei da gestação dos valores *antipetistas* na dimensão da *memória coletiva*, no capítulo anterior, frisei que a versão vencedora de uma narrativa *antipetista* estava mais próxima da condenação *anticomunista*. Nesse sentido, é preciso ressaltar um importante ponto em que as duas noções se encontram e manifestam continuidade histórica. Desse modo, tanto o *petismo* como o *comunismo* foram sempre retratados na imprensa nacional correlacionados com a ideia de *crime* no Brasil. Dessa forma, é necessário destacar que a palavra *corrupção*, no sentido adotado pela grande mídia brasileira, é em grande parte definida por uma aproximação com a ideia de *crime comum*. Tal delito, também sob a ótica midiática brasileira, sempre determinou que algo se tornasse caso de encarceramento e, dessa maneira, merecesse uma punição. Essa operação de aproximação entre as ideologias de esquerda no Brasil e o imaginário sobre o que é criminoso não é original dos autores *antipetistas* do século XXI. Trata-se, finalmente, do mesmo padrão impresso à propaganda *anticomunista*, ainda nos anos 1930. Rodrigo Motta relata que, para a imprensa da época,

mesmo em situações onde não ocorreu uma associação direta entre comunismo e delinquência, tal ideia podia aparecer de forma velada. Uma prática comum a muitos jornais é reveladora da concepção dominante acerca do comunismo: o noticiário relativo aos subversivos era publicado na página policial. Desta maneira, os comunistas não eram considerados e representados na qualidade de grupo político, mas como uma gangue de marginais.

[...] A identificação dos comunistas com a delinquência comum era facilitada pela prática, corrente em muitos jornais, de publicar fotografias dos presos. As fotos, tiradas na polícia e seguindo o estilo que lhe era peculiar, retratavam os revolucionários nos mesmos ângulos e poses utilizados para enquadrar os marginais. Os leitores das páginas policiais dos jornais não notariam nenhuma diferença entre os comunistas e os delinquentes. Os rostos inchados e marcados de hematomas, que algumas fotografias estampavam sem qualquer sombra de pudor, revelavam o tratamento dispensado aos comunistas nos cárceres (MOTTA, 2002, p. 213).

O que podemos observar é que, no período de campanha *anticomunista* após a *Intentona*, a imprensa não apenas consolidou e imprimiu uma memória *anticomunista* na coletividade de seu público, Mas foi além e marcou a identidade *comunista* com o significado de *criminoso*, associado à ausência de características positivas. O padrão de retratar o criminoso como monstro é sistemático na atuação da imprensa brasileira. Essa simbologia apenas é utilizada para significar os que devem ser perseguidos socialmente, e é com essa consideração sobre o padrão de cobertura política da mídia nacional no período republicano que devemos entender a máquina de produção de *escândalos* e *espetáculos* quando se trata de narrar o cotidiano dos movimentos de esquerda no país no século XXI. O *antipetismo* se adaptou sobre uma moldura de significados *anticomunistas* que já estava presente durante décadas e atravessava gerações.

As percepções de Rodrigo Motta acerca da atuação do *anticomunismo*, especialmente através da mídia nos anos 1930, ganham um significado mais profundo quando as colocamos em comparação com a leitura do sociólogo Jessé Souza sobre a dinâmica específica de formação das classes sociais brasileiras. Para este intelectual, no início do século XX, o Brasil firmou um modelo republicano na esteira dos interesses das elites regionais – que funcionava como garantia da permanência do poder político e econômico através de uma institucionalidade *autoritária*. Dessa forma, as oligarquias nacionais garantiam privilégios impedindo a consolidação de direitos políticos plenos. O sistema eleitoral, organizado para manter a impossibilidade de autonomia democrática através do voto livre, ou seja, o pacto *antirepublicano* das elites imposto

pela força do voto fraudulento e da opressão militar pura e simples, é, para Souza, o que permite, de maneira objetiva, qualificar conceitualmente aquele modelo como uma manifestação de *autoritarismo* político. Como afirmado no primeiro capítulo, é uma característica de ideologias conservadoras optar por combater a ampliação do direito ao sufrágio na modernidade. No Brasil, especificamente, a Proclamação da República (1889) não foi capaz de ampliar imediatamente o direito ao sufrágio. Para Jessé Souza, a derrota desse modelo na Revolução de 1930 acabou por não se completar, na medida em que as oligarquias regionais – as nossas *elites* – não perderam o poder político ao perpetuar seu poder econômico derivado de privilégios históricos.¹⁰⁴

A consequência do desmonte da institucionalidade *autoritária* da República Velha, para o sociólogo, foi a articulação das elites regionais para manter o poder político por meio de outras estruturas menos aparentes, entre elas a formação de uma tradição universitária conservadora e, mais especialmente, a construção de um conglomerado de mídia oligárquico que, organizado em formato monopolista, deteria em suas mãos quase a totalidade da gestão de informações, opiniões e ideologias na esfera pública do país. Nas palavras de Jessé Souza:

Os novos tempos exigiam mudança na forma de dominação elitista da violência física das terras aumentadas por assassinatos e das eleições fraudadas para a violência simbólica da criação de uma nova hegemonia de classe. A violência simbólica significa a construção de uma nova concepção de sociedade adequada aos interesses dos proprietários. A reprodução da dominação econômica passa a exigir mais que a mera coação física, que se torna crescentemente ilegítima se aplicada aos *homens de bem*, como a classe média [recente] se apercebia.

Passava a ser necessário, percebia-se, ganhar o coração e as mentes das pessoas de bem – a classe média que se constituía e contra a qual não se podia usar o chicote, direcionado sem percalços contra os mais pobres. Esse é o contexto da criação da grande imprensa, das grandes universidades, do mercado editorial e do nascimento de uma esfera pública mais ampliada entre nós. Embora essas instituições já existissem no século XIX em caráter incipiente e circunscrito às elites, vai ser a partir dos anos 1920 e 1930 que uma esfera pública burguesa, tendo a classe média como público consumidor

¹⁰⁴ Quando Jessé Souza menciona às oligarquias da Primeira República, está se referindo a nossa tradicional elite quase totalmente composta de grandes proprietários rurais do mesmo período. Esse grupo acumulava o poder econômico e político, protegido pela garantia de eleições sistematicamente fraudulentas. A Revolução de 1930 impediu que o poder político permanecesse nas mãos apenas das elites com o fim da fraude eleitoral sistemática e a expansão do acesso ao voto para categorias que não votavam (mulheres, por exemplo). Entretanto, essa elite construiu outros mecanismos que impediram uma verdadeira democratização. Isso foi feito através da criação de novos monopólios nos setores bancários, nos meios de comunicações e na indústria, garantindo barreiras econômicas ao exercício do poder político consequente de eleições livres e transparentes.

principal, vai passar a existir e influenciar a vida social, política e cultural do país (SOUZA, 2019, p. 120, grifo do autor).

A importância da classe média, como posta nos termos usados pelo estudioso da formação das classes sociais brasileiras, é significativa para nosso entendimento. Jessé Souza pontua que a *classe média* é parte fundamental do que ele nomeia de *pacto de dominação reacionária*. Para o sociólogo, este pacto se assenta numa hegemonia cultural na qual a grande imprensa, as universidades e o mercado editorial são fundamentais como transmissores ideológicos. Os valores envolvidos nesse pacto, certamente, têm um forte apelo do *anticomunismo* detectado pelo historiador Rodrigo Motta. Acredito que é natural pressupor que as duas coisas sejam complementares.

Mas, aqui, há algo mais importante para a reflexão que nos interessa na construção do sociólogo Jessé Souza. O autor explica que a comunidade universitária brasileira – originária desse avanço da elite sobre o controle ideológico da esfera pública – produziu as bases conceituais que ensejariam a instrumentalização das ideias de *populismo* e *corrupção* como armas político-midiáticas. Esses dois artefatos seriam sempre mobilizados em favor da proteção das estruturas que garantem o poder econômico tradicional das elites brasileiras. O sociólogo faz uma síntese desse procedimento:

As teses do populismo e do patrimonialismo [corrupção] caem, precisamente, como uma luva para os interesses dessa elite. Elas servem, primeiro, para tornar invisível a ação predatória de um mercado desregulado como o nosso. Depois, para culpar o Estado e suas elites corruptas – especialmente as de esquerda – de tudo que aconteça sempre que se faça necessário. A responsabilidade da elite e de seus instrumentos, como a mídia, fica também invisível e não é nunca trazida à luz. Depois, eles deslegitimam as demandas populares como demagogia e populismo. Hoje em dia, essas são as duas ideias mais repetidas por todos os jornais e canais de televisão. Elas estão hoje, com gradações diversas de clareza, na cabeça de todo brasileiro (SOUZA, 2019, p. 148).

O eixo *populismo* – *corrupção* são as bússolas que serão, portanto, as guias da atuação política da grande mídia. Corroborando, então, a tese de Souza, há outro estudo já mencionado nesta pesquisa. Refiro-me ao trabalho de investigação sobre a forma como a grande mídia brasileira narrou e analisou o empreendimento político levado a cabo pelo PT desde sua fundação até o exercício do poder, executado pelo

cientista político Fernando Antônio Azevedo. Como mencionado anteriormente, esse pesquisador percebeu que a estrutura narrativa sobre o PT oscilou entre os temas *populismo* e *corrupção*, sendo o *populismo* o signo principal do roteiro partidário *petista* antes de chegar ao poder, e a *corrupção* o grande significante estabelecido para retratar o período de exercício do poder. As conclusões das pesquisas dos dois cientistas sociais se encontram de maneira muito expressiva quando se trata da atuação da grande imprensa brasileira. Não é sem motivo que o cientista político assevera, em um outro estudo sobre o mesmo tema, que

o nosso sistema de mídia é historicamente conservador do ponto de vista político. Esta característica certamente está ligada em parte ao fato de os principais meios de comunicação de massa estarem concentrados nas mãos de poucas famílias [...] que detêm a propriedade cruzada dos principais veículos impressos (jornais e provedores), eletrônicos (rádio e televisão) e digitais (portais e provedores) do país. Ao lado do conservadorismo, a concentração e a propriedade cruzada dos meios de comunicação resultam também numa reduzida pluralidade externa de nosso sistema de mídia, o que implica, por sua vez, uma redução da diversidade e do confronto de opiniões e o estreitamento do debate político (AZEVEDO, 2009, p. 220).

Será então nesses termos que *antipetismo* se manifestará na *narrativa* de seus principais agentes ideológicos. Se, como visto no capítulo anterior, durante o governo Lula (2003 – 2010), um dos grandes motores dos autores *antipetistas* havia sido a acusação de *populismo* em função da reeleição no ano de 2006, a *corrupção*, é o outro elemento motriz dessa *narrativa* que também será imprimida na *memória antipetista*. É por todo esse contexto originário, no qual germinam as bases fundadoras da moderna mídia brasileira, que não apenas os propagandistas do *antipetismo* serão amplamente absorvidos e divulgados, como, ao mesmo tempo, serão popularizados através do mercado editorial e angariarão grandes públicos oriundos da classe média brasileira. O desaguar do fenômeno do *antipetismo* nas redes sociais a partir do ano de 2013 e a conseqüente celebrização apoteótica dos autores aqui estudados está profundamente ancorado nas condições que tentei detalhar acima.¹⁰⁵

¹⁰⁵ É significativo, nesse sentido, que as cientistas políticas Adriana Lameirão, Denise Paiva e Silvana Krause tenham encontrado, a partir do cruzamento de dados étnicos, de renda e de escolaridade, um perfil eminentemente de classe média no voto antipetista. Para as pesquisadoras, “o eleitor antipetista é predominantemente de cor branca, possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e entre os empregadores. O antipetismo é um fenômeno, majoritariamente, da região Sudeste, principalmente paulista.” (KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016).

Resta, agora, exemplificar os traços dessas ideias e expressões emblemáticas em cada um dos autores. Como se poderá perceber, será sobre o tema da *corrupção* que estarão mais violentamente registradas as manifestações furiosas e agressivas dos incitadores do *antipetismo*. Seria a acusação de *corrupção* que entalharia e marcaria violentamente a *memória coletiva*. Começo por Diogo Mainardi. Esse jornalista será entre todos, o *antipetista* mais afeito à acusação de *corrupção*. Inclusive, em seu espaço privilegiado na revista *Veja*, Mainardi, em tom de deboche, dará contornos de escárnio ao padrão acusatório da mídia *antipetista*:

O jogo é elementar. Qualquer idiota pode participar. Toda vez que acontece algo errado no país, o competidor deve verificar se há algum petista no meio. Curiosamente, sempre há. Pegue os jornais das últimas semanas. Selecione um fato particularmente grave, como a queda da ponte sobre o Rio Capivari, no Pará. Um caminhoneiro morreu. Outro ficou ferido. O jogo consiste em descobrir onde os petistas estão escondidos. Cada petista descoberto vale 500 pontos (MAINARDI, 2007, p. 173).

Pode-se considerar que a disputa proposta por Diogo Mainardi se realizou efetivamente entre jornalistas brasileiros. A necessidade de alimentar o *escândalo* do *mensalão* e, com isso, reforçar o *poder simbólico* da mídia, levou a uma sequência de tentativas de publicar revelações, apuradas ou não, que se acumulavam em um ritmo freneticamente *atualista*, como que em um esquema de competição entre os profissionais da grande imprensa. O tom jocoso não servia para disfarçar essa política presente no cotidiano narrativo da grande mídia. Mas outro ponto fundamental de que Mainardi ocupa-se é tentar não apenas acusar o *petismo*, mas fazer da acusação uma explicação sobre a formação cultural brasileira. O jornalista escreve, no começo do segundo mandato de Lula:

Nas últimas semanas, o Brasil revelou toda a sua desavergonhada vagabundice. Um depois do outro, os fatos mostraram como somos ordinários, como somos baratos, como somos atrasados. Os mensaleiros reeleitos. O acidente da Gol. Os perigos do tráfego aéreo. A paralisia dos aeroportos. O aumento do salário mínimo. O aumento do Judiciário. O aumento dos deputados e dos senadores. A barganha por cargos [...]. Os atentados no Rio de Janeiro. A incapacidade de reagir contra os criminosos. Os mortos em enchentes. Os desastres ambientais (MAINARDI, 2007, p. 145).

Para Mainardi, o Brasil não apenas elegeria a *corrupção* circunscrita ao PT e Lula, mas também seria um país com um mal profundo, de natureza genética. Somos, para

ele, uma sociedade deformada. Nosso governo, que representaria nosso espelho *imoral e corrupto*, seria comandado pela dita criminosa esquerda brasileira. Mainardi, em sua simplificação *vira-lata* sobre o Brasil,¹⁰⁶ será seguido por outro nessa metonímica *interpretação* do Brasil, na qual se toma o conteúdo da acusação *antipetista* como uma definição de toda a sociedade brasileira. O jornalista Reinaldo Azevedo teorizaria a acusação em seu popular *blog*, anos depois:

Veja, então, que equação explosiva: partidos sem a menor afinidade ideológica, que têm como moeda de troca o horário de TV, associam-se para disputar o poder. Querem implementar um programa? Não! O objetivo é tomar de assalto aqueles milhares de cargos de confiança e fazer, então, negócios com os [criminosos] da vida, que são também os financiadores de campanha.

Para nossa desgraça, o estado só aumenta em vez de diminuir. Torna-se a cada dia mais presente na economia e na vida dos cidadãos. Votem-se quantas Leis da Ficha Limpa acharem por bem, e a simples redação de um edital de licitação — quando há licitação — pode premiar a bandidagem.

Durante muito tempo, os petistas venderam a fantasia, ainda sustentada por cretinos acadêmicos, de que viria para acabar com essa lambança, para *mudar tudo*. Quem tinha ao menos dois neurônios capazes de fazer uma sinapse desconfiou desde logo de intento tão nobre. O desmonte da corrupção organizada, profissionalizada, que toma conta do país, não haveria de ser feito com o aumento do estado, mas com a redução — para que pudesse, então, efetivamente cuidar das áreas que lhe são próprias. Aconteceu o óbvio: o PT não só referendou e passou a ser usuário dos esquemas tradicionais de assalto aos cofres públicos como montou o seu próprio modelo. Por isso jamais se ocupou a sério das reformas — inclusive e muito especialmente a política.

Em nove anos de poder, este é o mais imperdoável de todos os malefícios do petismo — que também tem seus homens se banhando na cachoeira: em vez de ter dado passos para diminuir o potencial de corrupção do país, caminhou justamente em sentido contrário. E ainda teve a cara de pau adicional de nos apresentar o *bom ladrão*, aquele que rouba em nome da causa, para o nosso bem.

Enquanto os governantes brasileiros tiverem à sua disposição milhares de cargos dos quais dispor livremente para acomodar os interesses e apetites dos partidos; enquanto a economia brasileira for, como é hoje, estado-dependente; enquanto tivermos um sistema eleitoral que descola o eleito do eleitor — por isso defendo o voto distrital puro; enquanto os nossos partidos forem meras agências de aluguel de tempo de TV, os [criminosos] continuarão a assediar o estado e os políticos (AZEVEDO, 2012, p. 172, grifos do autor).

¹⁰⁶ Há uma ingenuidade cínica neste ponto que é manifesta nessa ideia de que a atividade criminosa seja uma excepcionalidade brasileira. Além do *viralatismo*, está presente aqui a semântica midiática da *corrupção* que, como já afirmado, faz parte da formação cultural que emana do conglomerado de mídia brasileiro.

Como fica patente na síntese de Reinaldo Azevedo, para ele não existe uma institucionalidade republicana no país. Todos os desdobramentos políticos e instâncias eleitorais estavam corrompidos e sequestrados por interesses criminosos. O PT teria uma fundamental importância no processo de deterioração institucional. O Estado brasileiro e os partidos estariam carcomidos pelo crime. Ao tomar essa interpretação como verdadeira, o leitor entenderia que estava diante de uma grande farsa política de enganação, com uma expoente participação do PT no processo. Tal como Jessé Souza anteviu, fica muito bem destacada, na tese de Reinaldo Azevedo, a circunscrição da intenção criminosa e corrupta apenas ao Estado e seus bens públicos. Por outro lado, crimes oriundos de iniciativas privadas na política são ignorados.

O historiador Marco Antonio Villa – que, em relação a outros temas, tenta se afastar dos lugares comuns dos autores *antipetistas* –, adota integralmente as definições simplórias para descrever os movimentos políticos de esquerda e as práticas criminosas no exercício do poder. Para esse autor, é também a genérica atividade da *corrupção* o item mais nefasto legado pelo PT à política brasileira. Mas, em sua leitura, também se reforça a condenação das instituições e do Estado brasileiro em sua totalidade. Ainda que o PT seja, em sua visão, o vetor do apodrecimento institucional, a própria natureza da política brasileira era condenável. Para esse autor, nossa tradição é um retrato de nossa formação política inferior em relação a outras tradições estrangeiras, e, por isso mesmo, devem ser tratadas como imorais e antirrepublicanas. Villa expressou sua síntese sobre a realidade da política nacional sob o PT:

O socialismo foi abandonado e faz muito tempo. A retórica anticapitalista é reservada para os bate-papos nostálgicos de suas velhas lideranças. O único projeto da aristocracia petista – conservadora, oportunista e reacionária – é de se perpetuar no poder. Para isso, precisa contar com uma sociedade civil amorfa, invertebrada. Não é acidental que passaram a falar em controle social da imprensa e... do Judiciário. Sabem que a imprensa e o Judiciário acabaram se tornando, mesmo sem querer, os maiores obstáculos à ditadura de novo tipo que almejam criar.

A estratégia petista conta com o apoio do que há de pior no Brasil. É uma associação entre políticos corruptos, empresários inescrupulosos e oportunistas de todos os tipos. O que os une é o desejo de saquear o Estado. O PT acabou virando o instrumento de uma burguesia predatória, que sobrevive graças às benesses do Estado. De uma burguesia corrupta que, no fundo, odeia o capitalismo e a concorrência, e encontrou no partido –

depois de um século de desencontros, namorando os militares e setores políticos ultraconservadores – o melhor instrumento para a manutenção e expansão dos seus interesses. Não deram nenhum passo atrás na defesa dos seus interesses de classe. Ficaram onde sempre estiveram. Quem se movimentou em direção a eles foi o PT (VILLA, 2012, p. 161).

Tal como Mainardi e Azevedo, Villa também questionará a ausência de valores liberais como sinônimo do que classifica como *corrupção*. O bastião, entretanto, do valor condenatório ao Estado entre os ideólogos *antipetistas* é Rodrigo Constantino. Esse economista fará a síntese mais expressiva entre eles, dessa que será como que uma pregação permanente acompanhada do tradicional *anticomunismo* sempre onipresente. E não podia ser diferente. Constantino também reduzirá a sociedade brasileira a uma inferioridade natural no campo da cultura e da moral. O autor registrou seu julgamento:

É inevitável concluir que o povo brasileiro ou é extremamente alienado, ou não dá a mínima para a roubalheira. Quem aplaude o atual governo ou não sabe o que está acontecendo, ou está ganhando dinheiro com o que está acontecendo. O PT conseguiu banalizar a corrupção. Muitos repetem por aí que todos os partidos são corruptos mesmo, então tanto faz: ao menos o PT ajudou os mais pobres. Vivem em Marte?

Esses que adotam tal discurso são coniventes com o butim, são cúmplices dos infundáveis esquemas de desvio de recursos públicos. Querem apenas preservar sua parcela na pilhagem. E isso vai desde os mais pobres e ignorantes, que dependem de esmolas, até funcionários públicos, os artistas engajados que mamam nas tetas estatais, os empresários que vivem de subsídios do governo.

Desde que a máfia respingue algum em suas contas bancárias, tudo bem: faz-se vista grossa aos *malfeitos* (CONSTANTINO, 2015, p. 257, grifo do autor).

Como fica evidente, encontra-se fartamente documentada a intenção *antipetista* de sustentar e dar força ao que o sociólogo Jessé Souza chamou de *pacto de dominação reacionário*. Podemos inferir que este pacto é a forma mais bem acabada de uma *hegemonia* de classe, tal como antecipado no primeiro capítulo, acompanhando as considerações do pesquisador da comunicação Dênis de Moraes em sua análise sobre a necessidade de as empresas de mídia forjarem e garantirem um *consenso*. Fica claro que esse consenso se apresenta como *antipetista*, mas em tempos anteriores se fez como *anticomunista*. A origem, como pode-se perceber, está numa ideologia liberal que é instrumentalizada por uma elite. Os intelectuais do *antipetismo* na mídia são os doutrinadores da classe média que os consome e que, em função de

um processo de memorialismo difamatório através de manchetes infinitamente repetidas num ritmo *atualista*, consolidam a condenação semântica do *petismo* e estruturam uma identidade *antipetista* que, com o passar dos anos, estaria disposta a ir às ruas colocar em prática o ódio contra o PT. O passado brasileiro foi sendo preenchido pelas reduções e simplificações dos autores *antipetistas* sobre a experiência política e cultural pregressa.

Como anteriormente apontei, 2013 foi o ano do desaguar *antipetista* como movimento político de massa. Um dado importante sobre isso é a meteórica ascensão do escritor Olavo de Carvalho ao *status* de celebridade nas redes sociais. Louvado como professor de uma grande parte dos que se uniformizavam em verde e amarelo, Carvalho deixará registrada mais uma vez a versão que sobrepujará os outros *antipetismos* no coração daqueles que carregam essa *identidade*. O escritor faz uma síntese histórica que, em sua interpretação, explicaria e definiria o *petismo* como continuação criminosa do *comunismo*. Para além da mera continuidade, esse movimento estaria, para Carvalho, infiltrado nas instituições do Estado brasileiro depois de um longo processo de penetração sorrateira e ideológica. Carvalho descreve sua hipótese:

Se existe uma história longa, contínua e bem documentada é a do esforço da esquerda nacional para fomentar a violência criminosa e usá-la como instrumento de destruição sistemática da ordem pública.

Na esfera cultural, essa história remonta à década de 1930, quando os escritores comunistas atenderam alegremente ao apelo de Stalin para integrar o banditismo na luta ideológica. *Capitães da areia*, de Jorge Amado, a epopeia melosa da transfiguração de um delinquente juvenil em militante revolucionário, foi um dos marcos dessa literatura de propaganda. Nos anos 1960, o Cinema Novo, um pseudópodo [sic] do Partido Comunista, ampliou para o terreno do *show business* a apologia da delinquência.

Na década seguinte, ao mesmo tempo que a ideologia do bandido inocente contra a sociedade culpada se espalhava nos jornais, nas novelas de TV e na rede pública de ensino, a campanha passava à ação prática, com os terroristas presos na Ilha Grande ensinando aos delinquentes comuns as técnicas de guerrilha urbana que hoje lhes permitem organizar-se em grupos paramilitares aptos a sobrepujar a polícia e a aterrorizar a população indefesa.

Nos anos 1980, enquanto a demonização dos policiais se tornava a norma obrigatória na cobertura jornalística de assuntos criminais, a simbiose do esquerdismo com o banditismo fazia importantes conquistas no campo jurídico, promulgando leis que protegem os criminosos e criando uma rede de advogados ativistas dedicados a amarrar as mãos da polícia.

[...] Com a ascensão do PT à Presidência da República, a esquerda, senhora absoluta das fontes de desordem, passou a controlar também os meios de simulação da ordem, manipulando o país com a onipotência de um psicólogo pavloviano ante ratinhos de laboratório (CARVALHO, 2013, p. 437).

O destaque aqui fica para a persistente volta ao *anticomunismo*. Mais uma vez, o escritor se saíria como o herdeiro mais influente em relação à ascendência sobre as massas *antipetistas*. Entre esses, o bordão “Olavo tem razão” abundaria em bonés, camisas, bandeiras e cartazes. Como afirmado antes, para que Olavo de Carvalho se tornasse a sensação editorial e midiática que causaria espanto em muitos, foi necessário um trabalho amplo de divulgação em redes sociais, mas sobretudo o ambiente de consenso *antipetista* derivado de uma memória coletiva fabricada, e, como podemos perceber agora, uma longa tradição *anticomunista* da grande mídia tramada pelas elites brasileiras.

Foi o *junho* de 2013 que aparentemente originou a apoteose pública das massas *antipetistas*. Aquele mês revelou em que nível estava a penetração real do *antipetismo* na mídia e na classe média brasileira. É preciso sempre ser lembrado que as primeiras manifestações não eram nacionalizadas e se concentravam em grandes capitais de Estados maiores e mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Inicialmente a grande mídia atacou violentamente os manifestantes que eram liderados por movimentos coletivos que questionavam o aumento das passagens de ônibus impostos por governadores e prefeitos. Mas, em meio à grande repressão policial colocada em prática no Estado de São Paulo, um movimento espontâneo espalhou revolta pelas redes sociais e, como um rastilho de pólvora, colocou milhares de jovens estudantes nas ruas contra a violência policial em solidariedade aos agredidos na Avenida Paulista no dia 13 de junho daquele ano. Esse efeito de espontaneidade entornando nas ruas milhares de usuários das redes sociais pegou de surpresa a grande mídia brasileira. O cientista político Leonardo Avritzer, ao reunir dados de acesso aos principais perfis e portais da internet, registra:

As manifestações de junho foram o primeiro evento público que questionou na raiz o controle do espaço midiático. Ela o fez porque os participantes não só questionaram o espaço midiático, algo que já havia sido feito pela campanha Diretas Já e pelo impeachment de Collor, mas principalmente porque os participantes já se orientavam por mídias alternativas. Tanto os sites e os perfis de movimentos como o MPL e o Anonymous Brasil passaram a ser os mais acessados e tentaram colocar as pautas principais do

movimento [...]. Além disso, órgãos como o Mídia Ninja adquiriram centralidade na cobertura do movimento (AVRITZER, 2016, p. 73).

As gigantescas multidões fotografadas e filmadas daquelas passeatas ainda causam uma sensação de espanto quando são procuradas em portais de busca na internet. Aquele nível de adesão não era uma situação verossímil nem mesmo para os movimentos que haviam convocado os protestos iniciais.¹⁰⁷ Aquele momento, representou pontualmente a inauguração de uma época em que o *consenso* midiático se viu acuado. Pairou sobre os velhos conglomerados de mídia o temor pela perda de hegemonia. Os ideólogos do *antipetismo* reagiram ao formato das manifestações que se estabeleceram após o *junho* de 2013. Protestos que contavam com confrontos repetitivos entre policiais e mascarados automeados defensores das multidões contra a truculência das PMs estaduais seguiram esporadicamente até o primeiro semestre do ano de 2014, véspera da eleição presidencial. Reinaldo Azevedo publicou uma coluna intitulada “Adoradores do caos”, na *Folha de S. Paulo*, e vociferou:

Defende-se hoje a céu aberto, que PMs enfrentem desarmados os fascistóides que vão para as ruas portando coquetéis molotov – e assim é desde a primeira manifestação em São Paulo, no dia 6 de junho do ano passado. Tenta-se linchar um policial que cometeu a ousadia da legítima defesa. A repressão ao tráfico de drogas vira agressão aos direitos humanos. O desvio assume, enfim, o papel de contenção que cabe à norma.

Insiste-se na farsa ridícula da luta da *sociedade contra o Estado*, e policiais *negros e morenos* [...], saídos daquela mesma periferia que seria a portadora do futuro, são tratados como o braço armado da velha ordem a retardar a aurora. O Brasil não é o Egito. Nossa democracia, por enquanto ao menos, não vive sob tutela, a não ser a desses milicianos do futuro. É bem verdade que o PT se esforça para tomar o lugar da sociedade e tenta estatizar até os *manos* e as *minas* dos rolezinhos. Mas ainda não logrou seu intento (AZEVEDO, 2014, p. 64, grifos do autor).

Essas considerações eram um eco do espírito dos jornalistas e da mídia sobre a onda de manifestações e ocupações dos espaços públicos que o país vivia. Azevedo expressa uma ansiedade das empresas de comunicação diante daquela realidade. Era desconfortável para a grande imprensa brasileira conviver com movimentos políticos desalinhados midiaticamente. O *poder simbólico* para pautar a narrativa do cotidiano político do país parecia estar em risco. *Junho de 2013* não era um escândalo, e tampouco se resumira a um evento. Muitos critérios que legitimavam velhos

¹⁰⁷ Refiro-me aqui ao Movimento Passe Livre, já mencionado anteriormente nesta pesquisa.

consensos e acordos estavam em jogo. Havia um temor verdadeiro na grande mídia. Rodrigo Constantino também revelará seu descontentamento com aquele ambiente. Em um texto intitulado “Anomia”, o autor comenta:

Que as normas de conduta no Brasil sempre foram elásticas, isso todos sabemos. Afinal, esse é o país do *jeitinho*. Só que há algo novo no ar. Agora, muitos acreditam que a violência e a criminalidade são recursos legítimos para suas causas, vistas como nobres.

A tarifa do ônibus incomoda? Os hospitais públicos não são *padrão Fifa*? O salário dos professores é baixo? Cães são usados em pesquisas de laboratório? As causas são as mais diversas possíveis, mas os métodos se repetem: vandalismo, depredação, coquetéis *molotov*, ruas fechadas, gente mascarada atacando policiais.

[...] Reparem que sequer entrei no mérito das bandeiras que esses vândalos e criminosos levantam. Isso é secundário. São os métodos que estão sendo julgados, e condenados. Cada um pode achar que sua causa é a mais justa, mas, se todos pensarem que isso justifica atos ilegais, então estaremos perdidos na completa anomia (CONSTANTINO, 2015, p. 208 – 209, grifo do autor).

Mas ainda no olho do furacão das ditas *Jornadas de Junho*, já havia ficado claro que as empresas de mídia do país não capitulariam diante da imprevisibilidade do emergente poder de comunicação das novas redes sociais. Como Avritzer destacou, uma barreira havia sido rompida. Esse *despertar* seria rapidamente abortado. O historiador Rodrigo Perez Oliveira refletiu sobre essa dinâmica e propôs uma interpretação do rápido reagrupamento de forças da tradicional mídia brasileira. O autor destaca que as pautas originais das manifestações que passavam por questões relativas a lutas políticas por direitos, como, por exemplo, o *passé livre* no transporte público, foram desviadas no debate público e nas redes em função da ofensiva midiática em favor de uma pauta *anticorrupção* ainda durante o mês do terremoto nas ruas. Nas palavras de Rodrigo Oliveira:

Na edição do [Jornal Nacional] que foi ao ar no dia 13 de junho já é possível perceber uma sensível mudança, que na época passou despercebida, mas que hoje, vendo daqui, na confortável posição de quem já sabe o que aconteceu, é um claro indicativo da operação semântica que a grande imprensa brasileira começava a pôr em movimento. Tratou-se da menção, pela primeira vez, à PEC 37, que como mostram as pesquisas de opinião mencionadas há pouco, não foi sequer citada pelos manifestantes envolvidos com os primeiros sopros das *jornadas de junho de 2013*.

O Projeto de Emenda Constitucional 37 foi apresentada em 2011 pelo Deputado Federal Lourival Mendes (PTB-MA) e propunha a limitação da investigação criminal às alçadas das Polícias Cíveis dos Estados e da Polícia Federal, deixando ao Ministério Público a função exclusiva de acusar, de

oferecer denúncias, como determina a própria Constituição de 1988. Por motivos que ainda não estão claros, o departamento de jornalismo da Rede Globo, a partir de 13 de junho de 2013, abriu fogo contra o projeto, dando início à aproximação entre o aparato jurídico-policial do Estado e a mídia hegemônica, constituindo a aliança que, ao menos na minha interpretação, representa a mais poderosa entre as forças envolvidas na crise brasileira. A partir desse pontapé inicial, não foram necessárias nem vinte e quatro horas para que o departamento de jornalismo da Rede Globo modificasse drasticamente a sua forma de tratar os protestos populares. Já na edição do *Bom Dia Brasil*, que foi ao ar na manhã do dia 14 de junho, a chamada da reportagem sobre os protestos populares que aconteceram no dia anterior na capital paulista era: *Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo* (OLIVEIRA, 2018, p. 387, grifo do autor).

Esse procedimento das Organizações Globo através de seu veículo jornalístico de maior alcance – o *Jornal Nacional* – tem uma capacidade reveladora muito precisa sobre atuação da mídia como um todo durante os acontecimentos. Tal como em outros momentos, a *TV Globo* foi capaz de reorientar gradativamente a pauta dos protestos. A mídia não conseguia exatamente capturar a motivação de todos os que iam protestar, mas os movimentos políticos de caráter progressista que estavam nas ruas naquele momento passaram a receber adesão de um perfil diferente do tradicional manifestante. Eram agrupamentos de pessoas que se mobilizavam em favor da *luta contra a corrupção* e hostilizavam militantes e bandeiras de partidos políticos. Rodrigo Oliveira me parece ter identificado o momento pontual exato dessa inflexão, não apenas das manifestações, mas a própria ascensão da até então *contramemória antipetista* a seu lugar hegemônico na esfera pública. Foi esse movimento discursivo – inoculado pela mídia no seio das massas que iam às ruas lutar por direitos – que seria o embrião das futuras turbas de verde e amarelo que ocupariam repetidamente às cidades após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 e que terminariam por derrubá-la em 2016. O crítico literário Francisco Bosco expõe esses momentos decisivos em livro, da seguinte maneira:

Aberta a caixa de Pandora, veio tudo de uma vez. A pauta original do Movimento Passe Livre, de início com capacidade de mobilização reduzida, ao ser literalmente bombada pela Polícia Militar de São Paulo, angariou a revolta da população contra a PM e a maior simpatia dos grandes veículos de mídia, que até esse dia – 13 de junho, em que uma jornalista da *Folha de S. Paulo* foi atingida no olho por uma bala de borracha – enfatizavam em sua cobertura o chamado *vandalismo* das depredações. A partir daí, os atos se agigantaram e se espalharam por diversas capitais do país. A pauta original se dispersou em múltiplas queixas. Os manifestantes de esquerda se dividiam entre os *sem partido!* e os *sem fascismo!*. Começou uma disputa narrativa pelos sentidos dos protestos, envolvendo a grande mídia, com a tentativa de pautar temas, como o combate a corrupção, então simbolizado pela PEC 37 que limitava a atuação do Ministério Público Federal. Os

manifestantes de direita também ocuparam as ruas, tudo ao mesmo tempo, ficando o sentido ideológico geral bastante confuso a certa altura, restando em comum apenas um abstrato e genérico *contra tudo o que está aí*. Sentindo a confusão, boa parte da esquerda se retirou; sentindo o prejuízo, a esquerda governista se retirou completamente. Ficaram os *black blocs*, que foram devidamente apropriados pela grande imprensa: erigida a protagonista do movimento, a vidraça estilhaçada dos caixas eletrônicos terminou de esvaziar o caráter de massa dos protestos. No refluxo, restou a nova direita, que logo se organizou em movimentos sociais de forte atuação digital e, impulsionada algum tempo depois pela queda livre da economia e pela operação Lava-Jato, voltou a ocupar as ruas, agora maciçamente e sem ambiguidades, pedindo o fim da corrupção, o impeachment de Dilma, e aqui e ali, a volta das Forças Armadas (BOSCO, 2017, p. 61, grifos do autor).

Não cabe a essa pesquisa encerrar uma explicação definitiva sobre os sentidos das *Jornadas de Junho de 2013*,¹⁰⁸ mas me parece que Bosco acerta em sua observação sobre o fio de ligação entre o evento e o aparecimento do que se convencionou chamar de *nova direita*. Em certo sentido, esse termo diz mais sobre os movimentos sociais e digitais que foram às ruas contra o governo Dilma e que posteriormente seriam herdados pela candidatura presidencial de Jair Bolsonaro.¹⁰⁹ O que importa para este estudo é exatamente decifrar esse estágio no qual os apóstolos do *antipetismo* começam a inspirar essas multidões contra Dilma Rousseff. É nesse ponto que a semântica que destaquei no início desse capítulo, desumanizadora daqueles que estavam agrupados como *petistas* ou *comunistas*, começa a se fazer presente na sociedade brasileira com mais força. Para aqueles que ocupavam às ruas possuídos pelo ódio *antipetista*, todos que estivessem em oposição à permanente

¹⁰⁸ O sentido e a interpretação dos eventos envolvendo as *Jornadas de Junho* é disputado por intelectuais e pesquisadores, como percebeu o historiador Daniel Pinha. Este historiador considera que o *Junho de 2013* tem dois *tempos*: um inicial, no qual havia movimentos progressistas nas ruas, e depois um segundo momento, no qual os protestos são tomados por militantes interessados na pauta *anticorrupção* mais em sincronia com a grande mídia. Segundo essa interpretação, essa dupla temporalidade fundou duas formas antagônicas de compreender a natureza do evento entre pesquisadores (PINHA, 2018). Tomando a reação negativa dos autores *antipetistas* em relação àquelas manifestações, acredito que 2013 não está reivindicado como marco temporal relevante, ainda que os polemistas do *antipetismo* tenham sido amplamente beneficiados da reorganização que se estabelecerá nos meios de comunicação brasileiros que o *junho de 2013* acabaria por legar.

¹⁰⁹ Esse termo – *nova direita* – é insistentemente utilizado por parte dos intelectuais brasileiros para definir genericamente ideólogos e movimentos sociais que alimentaram a derrubada de Dilma Rousseff. Já apontei antes que entre os idealizadores dessas massas verde e amarelas, a classificação mais adequada seria agrupá-los em função do *antipetismo*, como propõe o historiador Rodrigo Patto Sá Motta. Em relação as organizações sociais de direita que compunham as passeatas a favor do *golpe parlamentar*, talvez esse uso possa ser admitido. Não é uma questão que essa pesquisa pretende responder. O que é certo é que os autores *antipetistas* aqui estudados certamente articulavam a memória coletiva que inspirava aqueles grupos a irem às ruas, além de fornecer um espírito *identitário* àquelas multidões. Entre esses movimentos, destacam-se três organizações: *Revoltados Online*, um grupo emergido das redes sociais e liderado por um obscuro líder chamado Marcelo Reis; *Movimento Brasil Livre* (MBL), um partido de jovens adeptos da ideologia neoliberal; e, por último, o grupo *Vem Pra Rua*. Todas as três facções atuaram como mobilizadores de passeatas e nunca explicaram claramente como eram financiados. (FOLHA DE S. PAULO, 2016).

rede de propaganda, boatos e desinformação que começava a se estruturar nas redes sociais deviam ser hostilizados e eram inimigos. Como vamos percebendo, o *anticomunismo* resgatado pelos autores *antipetistas* vai revelando um forte caráter linchador. Parecia novidade, mas, como venho tentando mostrar, tratava-se de elementos inscritos nas *profundezas da memória coletiva*.

A mídia, diante daquele impacto oriundo das redes sociais, reestruturou sua hegemonia e ressignificou procedimentos de interlocução com as comunidades virtuais. Os propagandistas do *antipetismo* aqui reunidos acabaram beneficiados com espaços ainda maiores na grande mídia e no mercado editorial. De repente, foram alçados ao nível de celebridade. Olavo de Carvalho, entre estes, se erguia como sumo-sacerdote *best-seller* das massas *antipetistas*. Reinaldo Azevedo e Marco Antonio Villa detinham uma ampla audiência na *Rádio Jovem Pan* e nas redes sociais. Diogo Mainardi fundava seu panfleto virtual – *O Antagonista* – para acompanhar o ritmo incessante das novas redes sociais e mantinha sua destacada posição como comentarista político no canal pago *Globo News*. A ecologia de perfis *antipetistas* na internet, por sua vez, assegurava de ditar as pautas subterrâneas nas correntes do *Whatsapp*. Era um cenário de acachapante vitória simbólica da grande imprensa. O *antipetismo*, por sua vez, estava com mais espaço midiático do que nunca antes.

Importa entender agora que o consenso em torno da ideia de que a *corrupção* era o principal problema da sociedade brasileira se tornou muito mais amplo do que fora em qualquer outro momento de nossa história. Jessé Souza me parece correto quando estipula que esse julgamento nos dias que corriam no começo da década de 2010 eram capilarizados entre o senso comum vigente e de alguma maneira se mantém ainda hoje. Da mesma forma, acompanho entendimento de Rodrigo Oliveira sobre o impacto desse fator logo em seguida às manifestações de 2013. A campanha de propaganda *antipetista* da grande imprensa se agigantou no mesmo ritmo do avanço dos escândalos suscitados pela atuação imponderada da operação Lava-Jato.

Os veículos de comunicação *antipetistas* haviam conseguido – na esteira do modelo *atualista* incessante que caracteriza a atuação da grande imprensa brasileira – inscrever na *memória coletiva* duas camadas de significações sobre o passado. A primeira consistia no estabelecimento de um *tempo* que organizava cronologicamente

o governo petista sob as óticas condenáveis já indicadas no segundo capítulo. Nesse nível, o evento do *mensalão* e as eventuais condenações aplicadas a políticos petistas funcionavam como pedra angular que sempre era lembrada implicitamente nos noticiários e no jornalismo político. Uma segunda camada foi sedimentada na recuperação do *anticomunismo*. Esse fenômeno foi naturalizado e rearticulado no formato de um *triumfalismo*, como detalhei anteriormente. Portanto, até aqui, havia ocorrido uma expansão das crenças *antipetistas* no preenchimento de uma parte da significação sobre o passado. *Junho de 2013*, nesse sentido, serve para nós como marco para supor em que nível havia penetração de ideias *antipetistas* até então, dada a cruzada que seus divulgadores haviam travado até aquele ponto. A consciência histórica provavelmente já estava equipada com o passado que seria útil para projetar o autoritarismo de 2016 e posterior.

Se, por um lado, o *antipetismo* havia se estabelecido em alguma medida na *memória coletiva*, uma outra lembrança muito mais profunda que as tratadas até agora também estava resgatada. Ela se inscreveu ao mesmo tempo em que o *antipetismo* ia sendo idealizado na mídia e depois nas redes sociais. Os publicistas *antipetistas*, na mídia, conjuntamente à condenação ao *petismo*, ao *comunismo* e até mesmo às instituições republicanas; amaldiçoariam também as próprias raízes formadoras da sociedade brasileira. Como já detalhado em algumas citações nesse e nos outros capítulos, por vezes os autores *antipetistas* atacavam a nacionalidade brasileira e sua cultura. O *antipetismo* também propagandeou uma ideia de condenação ao Brasil enquanto nação e sociedade. Nesse sentido, menciono, em primeiro lugar, o escritor Olavo de Carvalho. Apesar deste autor não se dedicar com entusiasmo à temática da *corrupção*, ele o faz alegando que o *mal* se dissemina culturalmente de maneira engenhosa pelas mãos das esquerdas brasileiras, que supostamente atuam secretamente em nome de uma conspiração *comunista*. O Brasil, para Olavo de Carvalho, estaria em danação pela infiltração solerte de doutrinas comunistas na cultura. Mas Olavo também se ocupará de expressar seu desprezo pela sociedade brasileira. O autointitulado filósofo, em texto no qual aponta um processo de decadência cultural no país, afirma:

Pior que a degradação da realidade era a descida das próprias expectativas ideais. A medida de altitude máxima concebível pela imaginação popular ia

baixando, baixando, para adaptar-se ao material disponível cada vez mais ordinário.

Não que as aspirações brasileiras tivessem algum dia sido muito elevadas. Sempre estivemos, sob esse aspecto, muito abaixo da média humana — a ponto de não conseguirmos conceber os heróis, santos e sábios de outras épocas e culturas senão sob o prisma redutivo e caricatural que nos era próprio (CARVALHO, 2013, p. 244).

As multidões aderentes ao pensamento de Carvalho, o mais popular entre os *antipetistas* nos anos posteriores ao *junho de 2013*, desenvolviam um desprezo pelos elementos culturais brasileiros. Em geral, para o escritor, as matrizes africanas e indígenas haveriam de ser excluídas da cultura. Na verdade, a cultura popular brasileira, no pensamento de Olavo de Carvalho, não é cultura. Aqui, no território brasileiro, só germinaria esterilidade cultural. O autor resume essa visão em um de seus textos sobre a suposta decadência que caracterizava a cultura do país:

O pragmatismo grosso, a superficialidade da experiência religiosa, o desprezo pelo conhecimento, a redução das atividades do espírito ao mínimo necessário para a conquista do emprego (inclusive universitário), a subordinação da inteligência aos interesses partidários, tais são as causas estruturais e constantes do fracasso desse povo. Todas as demais explicações alegadas – a exploração estrangeira, a composição racial da população, o latifúndio, a índole autoritária ou rebelde dos brasileiros, os impostos ou a sonegação deles, a corrupção e mil e um erros que as oposições imputam aos governos presentes e estes aos governos passados – são apenas subterfúgios com que uma intelectualidade provinciana e acanhada foge a um confronto com a sua própria parcela de culpa no estado de coisas e evita dizer a um povo pueril a verdade que o tornaria adulto: que a língua, a religião e a alta cultura vêm primeiro, a prosperidade depois (CARVALHO, 2013, p. 55).

São, portanto, a *composição genética*, encravada da *preguiça* e da *imoralidade da ausência da prática religiosa*, que condenam o brasileiro não apenas ao atraso cultural, mas à *ausência* de cultura. Em última instância, para o autor, a apologia à assimilação da cultura ocidental atua como uma *cura* para o espírito supostamente arcaico e imperfeito do brasileiro. O jornalista Reinaldo Azevedo também demonstrará seu conformismo com nossa presumida incompletude cultural, impregnada, para ele, pela inferioridade natural. Ele escreve, corroborando o sentido da ideia de Carvalho:

Nunca morei fora. Aonde eu fosse, como Sêneca, levaria o espírito. O céu que me cobre é irrelevante. O que não me impede de ter um juízo absoluto. A culpa não é dos outros, é nossa. Gostam de malhar os portugueses, a herança ibérica. Os mais requintados recorrem a *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro. Bobagem. O trabalho é erudito, há passagens brilhantes, mas a tese sobre o Brasil é furada – vale pelo estudo sobre a formação do Estado nacional português. Exerce, com sofisticação, o velho e conhecido

vitimismo. Impossível não concluir que somos só uma realidade derivada, tão inimputáveis quanto os nambiquaras (AZEVEDO, 2008, p. 75).

As palavras de Azevedo não devem enganar. O autor não está rejeitando exatamente a leitura que se tem da cultura brasileira a partir da tradição de Sérgio Buarque de Holanda e o mencionado Raymundo Faoro. Na verdade, o jornalista está assumindo como verdadeiros todos os aspectos apontados no patrimonialismo brasileiro, de onde apenas retira a condição de *herança cultural* que na definição original dos autores citados compunha o significado destes. Para ele somos, portanto, patrimonialistas por nossos próprios valores naturalmente pérfidos. Provavelmente, isso se daria em função de nossa formação multirracial no período colonial. Nossa identidade seria patrimonialista pois somos essencialmente defeituosos. No fim, ainda encenaríamos o papel das vítimas, o que pioraria ainda mais nosso *status* cultural.

O historiador Marco Antonio Villa não aventa nossa inferioridade em tons de desprezo, como é comum aos *antipetistas*, mas esse pesquisador demonstra um profundo pessimismo e inconformidade com as instituições políticas, que considera defeituosas, como Olavo e Azevedo o fazem com a cultura brasileira. Se inferirmos que as instituições são feitas por pessoas, perceberemos que não encontraremos o melhor juízo sobre elas nas ideias do historiador. Ele deixa registrado seu ceticismo para com a historicidade de nossas instituições. O autor ressalta, indignado:

Não faltam Constituição, códigos, leis, decretos, um emaranhado legal caótico. Mas nada consegue regular o bom funcionamento da democracia brasileira. Ética, moralidade, competência, eficiência e compromisso público simplesmente desapareceram. Temos um amontoado de políticos vorazes, saqueadores do erário. Vivemos uma época do vale-tudo. Desapareceram os homens públicos. Foram substituídos pelos políticos profissionais. Todos querem enriquecer a qualquer preço – e rapidamente. Não importam os meios. São anos marcados pela hipocrisia. Não há mais ideologia. Longe disso. A disputa política é pelo poder, que tudo pode e nada é proibido. Os poderosos exercem o controle do Estado – controle no sentido mais amplo e autocrático possível. Feio não é violar a lei, mas perder uma eleição, estar distante do governo (VILLA, 2012, p. 162)

Está também presente em sua avaliação uma percepção de decadência gradual dessas instituições. Obviamente, o autor associa esse destino infeliz ao governo *petista*. Mas, como vimos anteriormente, para ele as instituições brasileiras eram historicamente *corruptas* numa relação simbiótica com as práticas que ele considerava, em essência, estimuladas por Lula e seu modo de fazer política. Por

outro lado, o *antipetista* Rodrigo Constantino também se preocupa em expor seu diagnóstico de nosso atraso. Nossa cultura impediria, para ele, o avanço civilizatório e econômico da nação. O economista *antipetista* sustenta que, por aqui,

os empresários são vistos com maus olhos, o lucro é quase um pecado, enquanto o paternalismo estatal predomina. O *Estado babá*, que pretende cuidar do povo como se este fosse formado por um bando de crianças incapazes, acabou conquistando o apoio de muitos.

Enquanto esta ideologia atrasada não for mudada, qualquer choque de gestão terá alcance limitado. Uma elite que se sente culpada pelo sucesso será sempre presa fácil nas mãos de demagogos. Populistas de plantão se fartam numa sociedade que ataca o sucesso individual e enaltece o coletivismo por meio do governo. No Brasil, ainda rende votos *acusar* o adversário de defender a privatização. Este retrato do atraso ideológico demonstra como é importante lutar no campo das ideias (CONSTANTINO, 2015, p. 97).

Como podemos ver, soma-se a incapacidade cultural, a incapacidade econômica. Para Constantino, a suposta ausência de uma economia aproximada de uma idealização liberal é, na verdade, motivada pela cultura do país, considerada inferior e incapacitada, como nos exemplos anteriores. A diferença aqui é a inserção do atraso na dimensão econômica. Villa salienta isso na política, Constantino, na economia. A matriz da condenação cultural mais profunda fica por conta de Olavo de Carvalho, como tentei demonstrar. Mas será Diogo Mainardi o *antipetista* que expressará o maior caldo de desprezo pela sociedade brasileira e sua cultura. Para esse jornalista, somos inferiores e não temos a chance de mudar essa realidade. Além dessa excepcionalidade brasileira, para Mainardi, o nosso traço diferencial em termos de cultura é a tradição de sermos essencialmente corruptos e ladrões. Nas palavras do *antipetista*:

A desenvoltura com que nos apossamos de bens alheios tem raízes históricas e antropológicas. Os primeiros portugueses que Pedro Álvares Cabral mandou desembarcar no Brasil eram condenados pela Justiça, uma espécie de prenúncio do que aconteceria nos cinco séculos sucessivos. Por outro lado, os negros que vieram para cá foram marcados pela sobrevivência da escravidão. Se um ser humano podia ser arrancado de sua aldeia africana e vendido no Brasil por uma ninharia, o que dizer de um simples toca-fitas? Quanto aos índios, sabemos perfeitamente que eles nunca tiveram a menor ideia do que fosse propriedade privada. Quando precisavam de algo, iam lá e pegavam. Esse negócio de extrativismo teve uma série de implicações no nosso dia-a-dia [sic]. Um trombadinha da Praça da Sé bate uma carteira exatamente como um índio catava uma pitanga no mato. Dizem que, em compensação, os índios ensinaram aos portugueses a higiene pessoal. Nem isso me convence, porém. Os índios não tomavam banho por higiene, mas apenas para espantar o calor e os mosquitos. Se índios fossem mesmo

maníacos por higiene, teriam inventado o cotonete e o fio dental (MAINARDI, 2004, p. 175).

Estará muito bem resumido, e sempre onipresente no *antipetismo* de Mainardi, um desprezo profundo ao Brasil e tudo que é associado ao país. Em seus textos, fica sempre subentendido que nossa história é um erro. A formação étnica agrega características que são todas negativas. A mestiçagem pioraria ainda mais nossa já errada formação histórica. O resultado desse caldeirão de erros e defeitos congênitos resultou, para ele, numa sociedade atrasada e incapaz politicamente. A história brasileira, por sua vez, estaria fadada à repetição de sua própria essência deformada. E, assim, a grande originalidade da cultura resultante de todos esses fatores seria uma suposta normalização do roubo que, para Mainardi, é, ao fim e ao cabo, o entendimento de que o *brasileiro* é um incapaz na compreensão do que significaria de maneira completa a ideia de *propriedade privada*.¹¹⁰

Essa interpretação de uma origem viciada de nossa sociedade está implícita em toda a *narrativa antipetista*. Os textos dos editoriais jornalísticos, os enredos das denúncias repercutidas nas estações de rádio e de TV, suas versões digitais em portais e *blogs* na internet, e o seu último formato, a informação manipulada ou falsificada que é viralizada nas redes, são modelados e compostos com esses valores. Os divulgadores do *antipetismo* são apenas os sistematizadores, aqueles que se comportam como a correia de transmissão de opiniões que não podem estar totalmente evidenciadas nos textos do jornalismo diário, pois este tem a necessidade de se justificar e se apresentar como neutro. O *antipetismo* raivoso, aporofóbico e autoritário dos autores que procuro investigar é apenas o núcleo político de uma constelação de outros jornalistas, comentaristas e colunistas que se distribuem em toda a cadeia de empresas de

¹¹⁰Existe uma longa tradição historiográfica e sociológica estruturada sobre uma ideia da miscigenação como excepcionalidade brasileira. A própria tradição historiográfica nacional tem como marco fundador uma proposta de escrita a partir deste paradigma, ainda no século XIX (VON MARTIUS, 1956). Na transição do século XIX para o XX, uma tradição amparada em critérios positivistas procurou ler o fenômeno sob a lente do *racismo científico*. Essa tradição já está amparada em um pessimismo com a miscigenação. Mas as interpretações do Brasil de Gilberto Freyre reposicionam o papel da excepcionalidade num contexto de nacionalismo próprio do período varguista (FREYRE, 1966). Florestan Fernandes, em contexto de acirramento político brasileiro nos anos 1960, apresenta a excepcionalidade sob um incômodo teórico, entendendo que as tradições anteriores abordam a questão a partir de um racismo velado (FERNANDES, 1972). A perspectiva extremamente racista e preconceituosa dos *antipetistas* não parte de nenhuma dessas, ainda que compartilhe do racismo que motivou a tradição positivista, porém sem a tentativa de justificação científica comum a essa corrente intelectual.

comunicação do país. Seria inviável relatar todas as manifestações em uma pesquisa, devido ao tamanho do fenômeno e sua penetração na mídia nacional. O *consenso antipetista* tem uma amplitude onipresente na mídia brasileira.

Considerando tal gigantismo e capilaridade, fica mais evidente compreender o nível de penetração dessas ideias no tecido social brasileiro. O evento do *golpe parlamentar* e a existência de uma conspiração no seio do Poder Judiciário¹¹¹ que avançou sobre uma liderança política que representa uma memória de justiça social – o ex-presidente Lula – demonstram, na prática, a adesão de uma parte significativa da sociedade a tais ideias. A eleição de um presidente, por outro lado, nostálgico das medidas de exceção e da prática de tortura pode também ser arrolada como um sinal do impacto da propaganda *antipetista* durante seguidos anos. Resta refletir sobre as consequências desse acúmulo *antipetista* para a consciência histórica brasileira.

O sociólogo Jessé Souza aponta, como a matriz ideológica para o entendimento do Brasil como um país de políticos criminosos, um *liberalismo conservador* originado na tradição acadêmica paulista. Seria esse o pensamento fundador dos intelectuais da Universidade de São Paulo, a USP, que estruturaria os principais fundamentos dessa concepção política. Como dito anteriormente, essa tradição de pensamento se assentou sobre a indicação de que o *populismo* e a *corrupção* são os traços culturais definidores da identidade brasileira. Mas, no centro, exercendo um poder gravitacional em relação a essas ideias, estão as teses sobre o *homem cordial* propostas por Sérgio Buarque de Holanda. Para Jessé Souza, é esse diagnóstico *buarqueano* que implica uma natureza mais emotiva que racional na composição da identidade cultural brasileira, e atribui à *cordialidade* uma incapacidade persistente da indistinção entre o que seria *público* e *privado* que estaria como um acusação implícita na linha editorial *liberal conservadora* da grande mídia brasileira. Tal avaliação se enreda em uma consequência teórica sobre a postura *antipetista*, que claramente é sincrônica ao paradigma *liberal conservador*, tendo em vista todas as ideias presentes na retórica dos mais enérgicos inimigos do *petismo*.

¹¹¹ Isto está documentado no livro lançado pelos jornalistas do portal de jornalismo investigativo The Intercept Brasil, que descobriu e revelou o esquema conspiratório da operação (DUARTE, 2020).

É sabido que a formação da identidade brasileira, ainda no período colonial, será à qual Holanda atribuirá a ancoragem das posturas *patrimonialistas (corruptas)* persistentes do *homem cordial* (HOLANDA, 1995) de tal sorte que, ao levar essa constatação a sério, concluiremos que, para os ideólogos do *antipetismo*, essa interpretação de uma origem viciada e que nos lega à *corrupção* está, para eles, plenamente dada como verdade. O que afasta o *antipetismo* das teses do *liberalismo conservador* é que, na compreensão ideológica dos *antipetistas*, a natureza *corrupta* da cultura brasileira tem traços de condenação moral. Para os pensadores *antipetistas*, ela é um erro, no máximo um projeto defeituoso, com fundamentos viciados e negativos, corrupta em sua raiz colonial, e assim, desde seu espírito mais originário, teria crescido apodrecida e decadente.

Para esses *antipetistas* superlativos que estou analisando, existe uma *corrupção* original que antecede todos os males e nos condena no presente e no futuro. Essa noção funciona na lógica da maldição do *pecado original*. A configuração étnica e cultural que se caracterizou na colônia portuguesa teria sido uma mancha indelével na formação brasileira. Considero que essa mácula original, ou vício de origem da sociedade brasileira, está, para esses autores, exatamente na lógica da mestiçagem. A cultura branca, de matriz europeia, teria sido *corrompida* pelos elementos indígenas e negros. O caldo cultural resultante seria então eternamente condenado. O experimento colonial multirracial português foi, para o *antipetismo*, a nossa danação. É por isso que acredito que tal pessimismo racista não esteja de todo coberto pela interpretação *buarqueana* de nossa *cordialidade*, ainda que essa interpretação do Brasil esteja sim interligada ao que Jessé Souza caracteriza como nosso *liberalismo conservador*, que se mostra pulverizadamente mesclado na forma como a grande mídia preenche e gere nossa esfera pública. Dito isso, proponho que o *antipetismo* está preso a uma concepção de cultura brasileira que é marcada por uma *corrupção*, que não é exatamente nosso sentido criminoso, ainda que também o seja. Essa *corrupção* original está posta como expressão de um racismo velado em uma interpretação extremamente negativa do processo histórico de formação do Brasil.

A *corrupção* étnica – nosso *pecado original* – seria, nessa visão, um crime cometido pelos portugueses que aqui chegaram e engendraram uma mistura cultural que nos condenou eternamente. É por esse motivo que o esforço do *antipetismo* é diminuir as

características originais brasileiras, e, nesse ponto, a grande mídia acompanha o raciocínio. Basta considerarmos tanto a grande receptividade das empresas aos *antipetistas* como a atuação historicamente em favor de seus valores ideológicos. O exemplo eloquente, para nós, desse processo é a penetração do já comentado *triumfalismo anticomunista* da Guerra Fria, na narrativa política da grande imprensa. Esse valor está sempre subentendido na postura editorial de todos os grandes veículos de mídia nacionais.

Se, por um lado, essa versão pessimista e racista do Brasil não é exatamente semelhante às concepções *buarqueanas*, por outro, ela tem características de uma outra versão do Brasil, com significados muito mais antigos na história, que concerne à leitura que o colonizador português construiu sobre sua própria experiência colonizadora no continente americano. A historiadora Laura de Mello e Souza em seu já clássico estudo sobre o imaginário religioso nos primórdios – ainda quase medievais da colonização – apresenta a visão *edenizante* do território que era ocupado pelos portugueses. Os primeiros cronistas de nossa experiência colonial deixaram registrado suas concepções sobre a terra que se abria aos olhos dos colonizadores. Aqui se esperava encontrar um paraíso terrestre, e a exuberante flora e fauna reafirmava esse sonho da cristandade. Mas a experiência concreta da empresa colonial, com a necessidade da escravização e extermínio dos pagãos autóctones, e, posteriormente, a agressiva exploração da mão-de-obra de negros escravizados trazidos da África, foi gradativamente empurrando a terra colonizada para perto do imaginário do *purgatório*. Segue o entendimento de Laura de Mello e Souza sobre a questão:

Paraíso Terrestre pela natureza, inferno pela humanidade peculiar que abrigava, o Brasil era purgatório pela sua relação com a metrópole. Homens danados podiam alcançar os céus através do esforço honesto, do trabalho diário, da sujeição à vontade metropolitana. O sistema colonial perpetuava a purgação: lançava sobre a colônia os elementos indesejáveis, prometendo-lhes o Eden [...] e iniciando sua purificação através do exílio ritual representado pela travessia atlântica. Uma vez em terras brasileiras, o colono sonhava com a metrópole distante e enxergava como passageira sua permanência no Novo Mundo: o paraíso prometido se transformava em purgatório.

O Céu do colono branco era o regresso à metrópole; o do escravo negro era a salvação pela fé. Na vigência do estatuto colonial, o purgatório de ambos podia se metamorfosear em inferno: para o branco, caso recusasse o trabalho sistemático e abraçasse o confronto com a metrópole, a rebelião; para o

negro, caso se fechasse no seu universo cultural, se aquilombando, voltando as costas à cristianização e ao endosso dos valores culturais e políticos do colonizador, matando senhores, almejando a liberdade. Sair do inferno, ou mesmo do purgatório, implicava romper com a condição colonial. Seria, para o branco, não mais se consumir na faina diária que engrandecia a metrópole, purgando açúcar e pecados. Para o negro, deixar de ser escravo e se tornar cidadão. No sistema colonial, negros viveriam sempre no inferno, e brancos em purgatório.

Inferno e purgatório podiam se confundir, como acontecia na Europa. Descrevendo as inúmeras torturas que consumiam as almas do purgatório, [...] O colono branco, através do esforço *honesto*, poderia, de certa forma, controlar a duração do seu padecer. O escravo, cativo até a morte, se via fadado à eternidade dos suplícios: para ele, não era possível nem o purgatório.

Neste ser e não ser, nada definia melhor a condição de grande purgatório do que o próprio estatuto de colônia. Por isso, enquanto este perdurasse, haveria sempre um purgatório no seio do sistema colonial.

Natureza edênica, humanidade demonizada e colônia vista como purgatório foram as formulações mentais com que os homens do Velho Mundo vestiram o Brasil nos seus três primeiros séculos de existência. Nelas, fundiram-se mitos, tradições europeias seculares e o universo cultural dos ameríndios e africanos. Monstro, homem selvagem, indígena, escravo negro, degredado, colono que trazia em si as mil faces do desconsiderado homem americano, o habitante do Brasil colonial assustava os europeus, incapazes de captar sua especificidade. Ser híbrido, multifacetado, moderno, não poderia se relacionar com o sobrenatural senão de forma sincrética (MELLO E SOUZA, 1986, p. 84, grifo da autora).

Como podemos observar, para o colonizador restava enxergar como monstruosos e desumanos os pagãos antagonizados pela escravidão ou extermínio. O homem que não fosse branco *corrompia* o paraíso, e mesmo o branco estava em purgatório permanente sob a supremacia colonial metropolitana, que impunha uma identidade de costumes – especialmente religiosos – extremamente rigorosa. Para garantir a purgação, a metrópole portuguesa tinha seus mecanismos, tais como a *Inquisição*. Aos nativos e negros, a possibilidade de autonomia significava uma danação, seu purgatório era mais duro e implacável, executado na ponta da pólvora ou da espada. É nessa mesma chave de leitura que o *antipetismo* vai *narrar* o Brasil. A inscrição de uma *memória coletiva* com traços *antipetistas* mobilizou referências a outras camadas memoriais, mais profundas. Num tempo mais curto, importou ressaltar a vilania do Partido dos Trabalhadores. Na temporalidade mediana, a memória do *anticomunismo* foi o referencial sempre à mão. Na longa duração, foi a alusão à memória mais longínqua, *colonial*. O divulgador *antipetista* atua como vetor da mobilização dessa memória mais distante e *colonizada*, marcada pela experiência histórica longínqua. Reproduz, assim, o papel do branco colonizado, que não poderia se rebelar contra a

metrópole, e, ao mesmo tempo, fazia valer o *purgatório* das etnias pagãs dominadas quando essas eram submissas, ou o *inferno* daqueles que ousavam resistir. É por isso que uma das marcas do *antipetismo* é o ataque a toda política que promova políticas públicas que visem dirimir as desigualdades, com destaque especial à desigualdade étnica. A narrativa *colonizada* está *latente* nos *antipetistas*, bem como na sua versão original, o *anticomunismo*.

A histeria *antipetista* da mídia e seus porta-vozes ideológicos no Brasil da Nova República é uma manifestação de uma lembrança *colonizada latente*, que cristalizou uma perspectiva de autoimagem inferiorizada. Essa forma de autoavaliação foi de melhor maneira sintetizada na definição sutil e descompromissada do *complexo de vira-lata* colocado por Nelson Rodrigues. Dessa perspectiva, o brasileiro inferiorizado, e que ao mesmo tempo se inferioriza, mira, de seu país distante, empobrecido, exótico e multirracial com uma deferência cultural em relação às nações ocidentais, essas invejadas pelas suas histórias, culturas e riquezas. Seu autor se enxerga assim, sempre diminuído pela *corrupção* originária, que faz sempre questão de rememorar. Não satisfeita com a possibilidade de superação de seus próprios desafios enquanto coletividade, uma parte considerável da elite e da classe média do país reagiu historicamente, com fanática contrariedade, às tentativas de fazê-lo. Não importa, para esses indivíduos, que o PT – ou no passado, o *varguismo* e o *comunismo* – tenham apenas tentado uma forma de superação dos problemas nacionais, pois bastou para esses, que tais movimentos políticos se formassem historicamente almejando um objetivo de superação das desigualdades ancestrais da sociedade brasileira. O *antipetismo* – tal qual o *anticomunismo* – se manifesta como neurose coletiva. Expressam, nas ideias, uma concepção *colonizada* de projeto de nação, que está recalcada no que é obscuro em nossa consciência histórica. É esse modo de compreensão que compõe uma narrativa *antipetista* que encontra aderência na *memória coletiva*. Ao fim e ao cabo, o *antipetismo* é uma forma de ativação de camadas profundas da *memória coletiva*, e esse processo é o que pretendo detalhar a seguir.

É Sigmund Freud quem entende e decodifica essa possibilidade de resgate de *memórias* recalcadas em coletividades humanas. Em seu estudo *Moisés e o monoteísmo*, o psicanalista sugere que o *monoteísmo* que surge no seio da religião

judaica é um efeito de retorno de uma memória recalçada de um remotíssimo passado, que representaria experiências significativas de traumas registrados em forma de tradição oral e, posteriormente escrita, dos acontecimentos relacionados à escravidão e à fuga do Egito. Para o autor, os grupos humanos recalçam memórias de experiências traumáticas nas profundezas da consciência, de maneira semelhante como fazem os indivíduos em relação aos seus traumas pessoais. A diferença é que, no caso das coletividades, essa memória recalçada sobrevive em hábitos corporais, performances, e também nos costumes. O autor explica o processo:

Existe [...] uma conformidade quase completa entre o indivíduo e o grupo: também no grupo uma impressão do passado é retida em traços mnêmicos inconscientes. No caso do indivíduo, acreditamos que podemos ver claramente. O traço mnêmico de sua experiência primitiva foi nele preservado, mas numa condição psicológica especial. Pode-se dizer que o indivíduo sempre o conheceu, tal como se conhece a respeito do reprimido. Aqui formamos ideias, que podem ser confirmadas sem dificuldades através da análise, de como algo pode ser esquecido e depois reaparecer, após algum tempo. O que é esquecido não se extingue, mas é apenas *reprimido*; seus traços mnêmicos estão presentes em todo seu frescor [...]. Eles não podem entrar em comunicação com outros processos intelectuais; são inconscientes – inacessíveis à consciência. Pode ser também que certas partes do reprimido, havendo escapado ao processo de repressão, permaneçam acessíveis à lembrança e ocasionalmente emergem na consciência, mas, mesmo assim, se encontrem [isolados], como corpos estranhos sem conexão com o restante (FREUD, 2006, p. 61, grifo do autor).

Para Freud, o reprimido da memória (esquecido) do judaísmo só pôde retornar pois a religiosidade é um campo de expressão de patologias neuróticas. O processo, então, do resgate do traumático ocorre de maneira dolorosa ou histérica, levando a conflitos que reforçam ainda mais a ativação daquilo que está recalçado no inconsciente. Faço a mesma leitura em relação à memória *colonizada* reprimida que se repete no *antipetismo*. Esse entendimento explica a forma como os movimentos políticos de direita (Revoltados Online, MBL e Vem Pra Rua) se manifestariam nas ruas brasileiras quando buscavam o impedimento de Dilma Rousseff. As denúncias paranoicas, as agressões nas ruas, os gritos hostis de xingamento e ódio, além da simbologia demonizadora do que se enquadrava como *petismo (comunismo)* ganha uma motivação mais clara quando consideramos as características que proponho como organizadoras da *memória coletiva* brasileira.¹¹²

¹¹² Esse processo se intensificou no caminho até a eleição de Jair Bolsonaro, e ficou explícito na estética das notícias falsas que estimulavam o terror e o medo na população.

Um comportamento neurótico e histérico se manifestou entre os polemistas *antipetistas* em diversas ocasiões. Na impossibilidade de me referir a todos, selecionei quatro episódios que repercutiram amplamente nas redes sociais, quando ocorreram com os seus protagonistas. O primeiro caso que recuperei é registrado por Olavo de Carvalho, no ano de 2012. No dia 30 de abril de 2012, o jornal estadunidense *The Washington Times* reportou que um grupo de ativistas autodenominado *pró-vida* organizou um boicote aos produtos da empresa *Pepsi*, sob a acusação de que a produtora de refrigerantes utilizava células de fetos abortados na composição de sabores de suas bebidas (THE WASHINGTON TIMES, 2012). Os que reclamavam o boicote baseavam-se em premissas científicas incorretas sobre o processo laboratorial da produção de sabor em produtos industrializados. O escritor Olavo de Carvalho, em vídeo sequencial à notícia e publicado na plataforma “Youtube”, reproduziu a versão dos que protestavam contra a empresa *Pepsi* para seus seguidores e proferiu uma frase alarmista que marcou uma de suas primeiras aparições a se tornarem *virais* nas redes sociais. O escritor afirmou: “Você veja, a Pepsi Cola está usando... células de fetos abortados... como adoçante! Nos refrigerantes...” (CARVALHO, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7I4WmFjzDIs&t=0s>>. Acesso em: 10 jul. 2021). A informação, dada em um tom de alarmismo, continha uma estrutura típica de boatos e se tornou uma marca na trajetória do autor.

Em outra ocasião que dá prova da histeria e da paranoia *antipetista*, o economista Rodrigo Constantino publicou uma coluna, em sua época como blogueiro da *Veja*, na qual alertava sobre a intenção *subliminar* contida no uso da coloração vermelha que compunha a logo oficial de divulgação da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil. A acusação do *antipetista* dava a entender que havia uma tentativa de fazer o uso de semiótica para se referir ao PT e às cores vermelhas de sua bandeira: “é paranoia ficar encasquetado com esse 2014 em vermelho?” (CONSTANTINO, 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-logo-vermelho-da-copa/>>. Acesso em: 10 jul. 2021). A denúncia do blogueiro acabou por promover reações de seus seguidores nas redes, que em geral acompanhavam a suspeita colocada por Constantino.

Outro registro que aponta a expressão neurótica do *antipetismo* do colunismo da mídia brasileira ocorreu quando a famosa cartunista Laerte publicou uma charge no jornal *Folha de S. Paulo* que ironizava os protestos *antipetistas*, que inclusive eram recheados de momentos que seguiam o mesmo padrão de neurose e histeria dos *incitadores* daquela turba. Em resposta à charge, o jornalista Reinaldo Azevedo publicou um texto com ataques odiosos à artista, agredindo sua identidade de gênero transgênera. O jornalista proferiu as seguintes ofensas: “O homem que se finge de mulher associa manifestantes pacíficos a criminosos para que possa participar de um ato que, fingindo-se de pacífico, defenda criminosos. Laerte é uma fraude de gênero. Laerte é uma fraude lógica. Laerte é uma fraude moral” (AZEVEDO, 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-campanha-de-odio-contra-os-que-pedem-8220-fora-dilma-8221-o-caso-do-da-cartunista-laerte-ou-a-ultima-da-baranga-oral/>>. Acesso em: 10 jul. 2021). A cartunista processou o jornalista e anos depois foi indenizada em função do conteúdo ofensivo dos ataques que havia sofrido.

Em outra performance de histeria, o jornalista Mainardi publicou um vídeo, no ano de 2016, em que se ajoelhava e implorava para que lhe mandassem vazamentos e provas de investigações que tivessem a capacidade de revelar a suposta culpa de Lula em investigações da Operação Lava-Jato e pudessem ser publicadas de forma exclusiva pelo *antipetista* em seu *blog* (MAINARDI 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94vopL_jo2k>. Acesso em: 10 jul. 2021). Como se sabe, anos depois, viriam à tona provas que demonstravam o caráter conspiratório dos agentes que conduziam aquelas investigações. Por fim, também rememoro a performance descontrolada do historiador Marco Antonio Villa, quando foram vazados, pelo então juiz Sérgio Moro, áudios de um grampo telefônico ilegal de diálogos da então presidente Dilma semanas antes da votação do processo que culminaria em seu impedimento decretado pela Câmara dos Deputados (VILLA, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WsA-nQYoupA>>. Acesso em: 10 jul. 2021).¹¹³

Essa característica patológica de acabar por expressar sentimentos e conflitos derivados em forma de neurose e paranoia, estimulados por memórias profundas, não

¹¹³ Recomendo ao leitor acessar as referências que estão disponíveis na internet para que sinta o espírito neurótico e paranoico, expresso em forma de histeria pelos ideólogos *antipetistas*.

está em contradição com o entendimento do sociólogo Jessé Souza sobre o *mecanismo autoritário* criado pelas elites brasileiras quando defrontadas por situações de ameaças a seus privilégios. Ao contrário, acaba por corroborar a hipótese do sociólogo. Afinal, essas *elites* de agora são elas mesmas uma continuação das *elites coloniais*, e que, portanto, estruturam sua própria ação no presente a partir também desse passado mobilizado narrativamente e portador de desejos colonizadores. O diferencial é que, ao rememorarem o esquecido involuntário, reproduzem a perspectiva do colonizador que tinha de ocupar e controlar o novo território, e havia de dominar ou exterminar as etnias diferentes em nome da Coroa e da Cristandade. A construção desses mecanismos de controle ideológico da esfera pública brasileira no período republicano, através dos conglomerados de mídia na década de 1930, recorrem, então, à construção e à mobilização das memórias coletivas *anticomunistas* e *antipetistas* mais recentes que acabam por encarnar os instrumentos com a capacidade de acessar e mobilizar elementos memoriais mais profundos possuidores de traços traumáticos e violentos oriundos da formação cultural brasileira. Tais ingredientes estão represados no inconsciente elitista desde o período da colonização. Assim, ao retomar as considerações sobre os mecanismos institucionais e políticos percebidos pelo cientista político Leonardo Avritzer, percebemos que *autoritarismos* postos em marcha – quando ativados pela propaganda midiática – para encerrar nossas práticas democráticas de tempos em tempos, utilizam-se das Forças Armadas, do Poder Judiciário, ou até mesmo do poder econômico.

O triunfo da *memória antipetista* em 2016 foi construído numa escalada paulatina durante o avanço democrático da Nova República (1985 -). O banimento político do que se construiu como ideia do que seria o *comunismo* já estava consolidado como vitória desde os tempos da redemocratização. Foi natural, portanto, que o aparecimento do PT e sua crítica política, em 1980, com progressivo avanço eleitoral acompanhado de penetração social, fosse o suficiente para o manter sob a mira das armas da grande mídia brasileira e sua agressiva forma de assegurar seu *poder simbólico* sobre a esfera pública do país. O enfrentamento ao *pacto antipopular* – estabelecido pelas elites após a revolução de 1930 – era o grande objetivo do PT desde sua fundação. Os meios para a superação desse acordo da elite nunca foram consensuais dentro do agrupamento político, mas em geral o partido se utilizou da institucionalidade para erodir o seu alvo sem grandes rupturas.

O comunismo brasileiro, antes do PT, também almejava antagonizar e acabar por encerrar os poderes e privilégios oriundos desse acordo. É por isso que, tanto contra o PT quanto, antes, contra o comunismo, utilizou-se da mídia como arma preferencial. Jessé Souza explica que o *liberalismo conservador* gestado na tradição *uspiana* foi instrumentalizado para exercer um poder dissuasório a qualquer força que ameaçasse a estrutura fundamental do poder econômico das elites nacionais, tais como se colocaram politicamente os movimentos populares de esquerda do período republicano no Brasil. Para o sociólogo:

Todo o discurso elitista e conservador do liberalismo brasileiro está contido em duas noções que foram desenvolvidas na USP e depois ganharam o Brasil: as ideias de patrimonialismo [corrupção] e de populismo. [...] Significativo é que a esfera pública passa a pensar o país a partir dessas duas categorias.

Isso não acontece, como aliás nada no mundo social, espontaneamente. Só ocorre porque a grande imprensa irá reverberar essas categorias em praticamente todas as análises e torná-las consagradas, ou seja, ideias evidentes para além de debate e discussão. *É assim que se consegue transformar uma ideia em uma arma política letal: quando ela passa a ser aceita como evidência não refletida inclusive por quem não tem nada a ganhar com elas* (SOUZA, 2019, p. 149).

Essa forma como as ideias do *liberalismo conservador* brasileiro se naturaliza nas cabeças informadas e formadas pela mídia devido aos vetores de significação nos quais são transmitidas. O *anticomunismo* e o *antipetismo*, nesse caso, funcionam como formadores e mobilizadores de memórias coletivas no presente, além de organizarem o tempo no nível mais profundo da *consciência histórica*. Nesse sentido, esses dois fenômenos agregam a estrutura fundamental de ideias do *liberalismo conservador*, mas vão muito além dele e se radicalizam a partir de uma ideia de Brasil *corrompido* pela pecaminosa formação mestiça nos mesmos termos encontrados nos relatos do colonizador, reunidos e estudados por Laura de Mello e Souza. É por esse motivo que tais mecanismos (*antipetismo* e *anticomunismo*) parecem, aos consumidores de informação política, algo naturalizado e sinônimo da verdade.

A *memória* e seus processos de impressão de lembranças e esquecimentos nos grupos humanos permite tal treinamento das consciências. O *atualismo* midiático, somado ao alcance derivado da hegemonia imposta pelo monopólio da informação,

cumprir uma função memorizadora (mnemônica) no longo prazo. A consequência é criar vínculos de *identidades* entre os indivíduos por compartilhamento de *memórias* e *esquecimentos* em comum. A *memória* é também um elemento fundamental para a constituição de *identidades*. Paul Ricoeur, em seus estudos do fenômeno da *memória*, foi capaz de perceber essa dimensão ideológica do processo com clareza. Para o filósofo, essa ponte necessária entre *memória* e *identidade* é o campo favorável para garantir a força de ideologias. Nesse sentido, tanto o *antipetismo* quanto o *anticomunismo* podem ser encarados como complexos ideológicos. As ideias sistematizadas pelos autores que analiso expressam essa dimensão e função dos fenômenos. Nas palavras de Paul Ricoeur:

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação [...]. É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração [...]. Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação [...] não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa operação. A própria mais-valia que a ideologia agrega à crença oferecida pelos governados para corresponderem à reivindicação de legitimação levantada pelos governantes apresenta uma textura narrativa: narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação alimentam o discurso de lisonja e de medo. Torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia. Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma *autorizada*, a história oficial, a história aprendida e celebrada politicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tida como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007, p. 98, grifo do autor).

Acompanho o entendimento de Ricoeur sobre o papel da *memorização forçada* no reforço ideológico, possibilitando assim a criação de uma sensação identitária que garanta uma manifestação de poder entre os dominados. Esse é essencialmente o papel exercido pelas *memórias coletivas antipetista* e *anticomunista*, no caso

brasileiro. Tais memórias cumprem o papel formador de identidade *antipetista* (*anticomunista*) e a sua reverberação política nas ruas. É também por esse motivo que Jessé Souza identifica, essencialmente na *classe média* brasileira, a maior adesão ideológica à rememoração da *corrupção* como eixo definidor da identidade cultural brasileira, e, por consequência, também de nosso Estado. A composição racial majoritariamente *branca* desse grupo favorece a nostalgia recalcada da hierarquia religiosa e racial que prosperou no empreendimento colonial. Da mesma forma, em função dessa concepção de uma *corrupção original* de nossa sociedade que Marcelo Santos Júnior, no referido estudo sobre a ecologia dos perfis *antipetistas* nas redes sociais na véspera da eleição de 2014, detecta como principais elementos estruturantes das mensagens viralizadas o *antipartidarismo*, o *antiesquerdismo* e o que ele chama de *antiestablishment*. Em essência, essas três ideias podem ser reduzidas a uma concepção *antipolítica*, que assim o é em função dessa percepção reprimida, velada e inconsciente do *pecado original* da *corrupção* racial em nosso momento histórico *edênico*, rememorada com mais força pela grande mídia na classe média. A esse processo, soma-se a força da imposição aventada por Koselleck, na proscricção semântica do que, em nosso caso, se configurou *mnemonicamente* como *comunismo* e *petismo*. Essa categorização *antitética* define a identidade *antipetista* (*anticomunista*). É por isso que encontramos muito pouco de coerência nas ideias *anticomunistas* ou *antipetistas* quando buscamos seus fundamentos ideológicos. Para o estabelecimento desses fenômenos, basta a consolidação *ideológica* da *identidade* através dessas *memorizações* e *rememorações*, exercitadas, nesse caso, de maneira radical pela mídia na esfera pública brasileira.

O instinto identitário fomentado pelo mecanismo da *rememoração* do que é reprimido pode ser encontrado numa linha de ação violenta presente nos costumes populares desde os tempos coloniais até o nosso estágio republicano. Estou me referindo à prática do *linchamento*. Por vezes, durante o estudo, referi-me ao aspecto *linchador* do *antipetismo*, que também estava ativo no *anticomunismo*. O *linchamento* entre nós pode ser entendido como um instituto social que persiste na história brasileira. A violência física e digital prova essa afirmação nos elementos levantados pela pesquisa do sociólogo José de Souza Martins, que encontrou registro de linchamentos praticamente diários registrados no Brasil nas últimas seis décadas. O pesquisador, além da coleta desses dados, tentou construir uma explicação para a repetição do

padrão dessa modalidade de *justiçamento* público na sociedade brasileira. Martins considera a prática uma continuidade, nunca rompida, de hábitos originados na Europa medieval, inspiradas da tradição pública das punições, ainda em desconsideração com os valores iluministas. Entendam-se essas como sendo as crueldades das torturas, desmembramentos, enforcamentos e outras execuções feitas publicamente sob a benção da Cristandade do Ocidente Medieval. Para o estudioso do fenômeno no Brasil:

Há uma demora cultural na mentalidade que permanece, ainda que impregnada de disfarces de uma atualidade que não é a do novo, mas a do persistente. A Justiça formal e oficial deixou de aplicar a pena de morte, ainda no Império, abolida por lei, mas o povo continuou a adotá-la em sua mesma forma antiga através dos linchamentos. Trágica expressão do divórcio entre o legal e o real que historicamente preside os impasses da sociedade brasileira, divórcio entre o poder e o povo, entre o Estado e a sociedade. Os linchamentos, de certo modo, são manifestações de agravamento dessa tensão constitutiva do que somos. Crescem numericamente quando aumenta a insegurança em relação à proteção que a sociedade deve receber do Estado, quando as instituições não se mostram eficazes no cumprimento de suas funções, quando há medo em relação ao que a sociedade é e ao lugar que cada um nela ocupa (MARTINS, 2015, p. 11).

A explicação do autor corrobora minha tese acerca do retorno de algo que sempre esteve entre nós desde a experiência colonial, nesse caso exemplificado, na performance do *linchamento*. Parece-me adequada a interpretação de Martins sobre a continuidade do fenômeno desde nossas práticas ancestrais, herdadas do mundo medieval. O aparecimento dessa violência e seu agravamento nos momentos de medo de mudanças sociais em nossa história, especialmente quando tende a afetar a disposição hierárquica entre religiões e raças estabelecidas desde a colônia, aparentam ser os gatilhos que são ativados pelas memórias coletivas que estou mapeando. Quando o *pacto antipopular* aparenta estar ameaçado e o mecanismo de estímulo *autoritário* então é ativado na atitude da grande mídia, cresce a onda de violência linchadora contra aqueles classificados não apenas como indesejáveis, mas como um risco anunciado de mudança. A instalação do medo da transformação faz com que se rememore o trauma derivado da experiência colonial, e então se torna necessário um *reestabelecimento* simbólico da *ordem* racista e *autoritária* do colonialismo arcaico. A *corrupção original* da cultura e da política brasileira é, então, reencenada e reforçada para que seja garantida sua continuidade, com o apoio de segmentos populares (classe média) que devem sua hierarquia social, e sobretudo

racial, àquele imobilismo hierárquico garantido sob opressão religiosa e racista tradicional na colônia. O *linchamento*, no contexto de crise do *pacto antipopular*, passa a ter como alvos identidades antitéticas estabelecidas antagonicamente através das memórias coletivas consolidadoras de antipetistas e *anticomunistas* no seio da classe média.

Martins considera, de um ponto de vista *durkheimiano*, que é a nostalgia de uma ordem ancestral perdida que mobiliza o justicamento público contra indivíduos que acabam por representar a instabilidade do grupo que lincha. Em minha visão, essa *ordem* nunca esteve garantida verdadeiramente na sociedade brasileira. Mesmo no período colonial, referido pelo autor, os justicamentos públicos estavam presentes, o que nos informa que havia, já na colônia, um desconforto e uma tensão com a *ordem* racial estabelecida desde o princípio. Portanto, não é o reestabelecimento de uma *ordem* qualquer que se manifesta como nostalgia inconsciente, mas uma *ordem hierárquica*, plenamente racista e religiosa. Por sua vez, interpretações que naturalizem o *racismo* implícito na hierarquia colonial sempre serão inverossímeis para coletividades que pagam o preço da escravidão e do extermínio coloniais nos dias atuais.

Em resumo, a *memória coletiva* com as características vislumbradas no desprezo à cultura e à política brasileira nos textos dos autores *antipetistas* abriga-se no inconsciente coletivo da sociedade. Em essência, manifesta-se na interpretação da nossa formação como estruturada a partir de um *pecado original*, que está ligado ao *pessimismo* com a mistura racial e cultural entre os elementos cristãos europeus e os elementos pagãos indígenas e negros. Os *outros* da perspectiva cristã não alcançavam as necessárias características para serem considerados humanos. A sua presença no *paraíso terrestre* de natureza e fauna exuberante os *corrompeu*, condenando a cultura resultante da miscigenação ao atraso permanente e à inferioridade insuperável diante dos povos e nações ocidentais. O *antipetista* histórico, paranoico e neurótico vocifera o ódio que revela um desejo reprimido de exercer o domínio do colonizador, que chegou ao continente americano para enriquecer, ocupar o território, exterminar o nativo e escravizar o negro. Sua existência apertada entre a coerção moral da Igreja e a dominação política da Coroa necessitava de manter as etnias consideradas inumanas sob ferro e fogo implacável. A retórica *antipetista*,

quando ataca virulentamente as minorias e menospreza a pobreza, revela uma nostalgia recalcada da *hierarquia* rígida e opressiva da atmosfera colonial. A *memória* mobilizada pelo *antipetismo*, ao estruturar sua *narrativa* e monumentalizar seu evento legitimador, o *mensalão*, no nível da memória coletiva, assegura uma identidade *antipetista* entre a classe média brasileira, que por sua vez compartilha com os divulgadores *antipetistas* a nostalgia da *hierarquia* colonial. A ativação da reação violenta da classe média, até então *recalcada*, se manifesta no avanço sobre aqueles que são considerados *antiteticamente* os inimigos do *antipetismo*. Ocupam essa função qualquer um que apoie uma relativização dos privilégios garantidos às *elites* pelo *pacto antipopular*, no formato consolidado desde a década de 1930. Como bem percebeu o filósofo Gaudêncio Frigotto:

O termo *bandidagem*, que naturaliza o lema *bandido bom é bandido morto*, assume novos deslocamentos com novas expressões e sentidos. Agora se fomenta o ódio aos *petralhas* e aos *mortadelas* [eufemismos ofensivos para se referir aos petistas]. Se, no plano político imediato, a associação dos irmãos metralhas, das histórias em quadrinhos, visou e visa associar o Partido dos Trabalhadores a um bandido a ser morto, os seus sentidos social e político são letais e mais graves.

O deslocamento agora é que *petralhas* são todos aqueles que criticam as leis de mercado e que defendem políticas públicas de inclusão dos *mortadelas*: populações historicamente condenadas à pobreza absoluta ou ao não acesso à educação, saúde, moradia e aos bens sociais e culturais. Políticas essas que, pelo discurso midiático quebraram o Brasil (FRIGOTTO, 2019, p. 77, grifos do autor).

O *antipetismo* atua como vetor que carrega a ativação da reivindicação *autoritária*. A exigência de encerramento democrático recebe então a adesão de camadas sociais, em sua maioria, dos segmentos médios. Nos protestos pelo impedimento de Dilma, esse perfil, mobilizado pelo *antipetismo* da mídia e seus propagandistas, incorria em cenas de violência e tentativas de *linchamentos* dos que eram considerados inimigos. Taxados de *petistas*, ou mais violentamente de *comunistas*, esses eram demonizados em público. Atacados fisicamente. Uma multidão verde e amarela marchava exigindo a queda de Dilma. Os congressistas encenam, então, a sessão que vota a aceitação do pedido, e legitimam em termos oficiais as *memórias* mobilizadas pelo imaginário *antipetista*. O triunfo dessa memória, construída mnemonicamente pela grande mídia, é a consolidação do *autoritarismo* antecipado pelas elites e a garantia da continuidade do *pacto antipopular*.

Se para as massas *antipetistas* estava assegurado que nosso passado recente, concentrado na era Lula e na experiência democrática da Nova República e suas instituições, era sinônimo de *corrupção* generalizada e criminosa; se, além disso, o *comunismo* monstruoso e assassino, comprovadamente fracassado, sobreviveu entre nós sorratamente em nossas instituições republicanas; e se, adicionado a isso, o passado longínquo nos amaldiçoou com a inferioridade cultural persistente e a incapacidade de superação de nossas dificuldades, em função de nossa irreversível *corrupção* racial e cultural; é natural e lógico, para aquele que absorveu a catequese midiática *antipetista*, que as soluções para nossos infinitos problemas passam pela existência de um poder forte e opressivo, que recoloca aqueles que ousaram imaginar as maléficas e falsas soluções que nos indicam um futuro diferente – impossível – nos seus devidos lugares de irrelevância, e, sobretudo, garanta a continuidade da persistente hierarquia racial herdada da formação colonial.

Dito isso, retorno ao início de minha reflexão, com as propostas do historiador Jörn Rüsen, que considera que a consciência histórica se revela em narrativas e memórias que articulam o passado, o presente e o futuro. Assim, considero que o passado mobilizado pela memória operada pelo *antipetismo* contém um espaço de experiência que assegura aos que compartilham dessas *narrativas* a certeza de que somos um povo inferiorizado pela nossa característica multirracial e multicultural, e que nossas instituições políticas são estruturalmente *corruptas*, acompanhando a identidade cultural do próprio homem brasileiro, que seria degenerado desde sua origem ancestral. O historiador Reinhart Koselleck considera que os *espaços de experiência* produzem os *horizontes de expectativa*. Nas palavras do historiador:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia [coletiva]. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias [coletivas].

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a

curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Partindo dessa colocação, observo que o *passado atual* dos *antipetistas* produz o seu *futuro* em forma de uma expectativa que é *autoritária*. É por esse motivo que, durante a disputa narrativa sobre a memória dos governos *petistas* entre os parlamentares que votavam o *afastamento* de Dilma Rousseff, não interessavam os argumentos a favor, nem especialmente os argumentos contra. A batalha pelo passado já estava perdida no nível da memória coletiva. O *golpe parlamentar* era apenas a confirmação oficial da vitória do *antipetismo*. O *horizonte de expectativa* projetado na narrativa do *antipetismo* tem uma latência autoritária diante das características que preenchem o seu *espaço de experiência*, que é representada por essas camadas de memórias que tentei escavar até o momento.

Considero que a *memória antipetista*, tornada hegemônica, foi uma consequência natural de como estão configurados os conteúdos do passado, presente e futuro que dão significado orientador à *consciência histórica* brasileira. Durante a Nova República, o país assistiu ao avanço do movimento político petista, o que foi causando desconfiças nas *elites* brasileiras. Assim, através de sua arma midiática, esses setores sociais esculpiram à força uma memória que se utilizou do *antipetismo* para operar o campo da orientação temporal dos indivíduos no nível da consciência histórica profunda. Essa iniciativa acabou por alimentar o *autoritarismo* já acumulado historicamente pela sociedade brasileira e dar força à ascensão de um horizonte autoritário que foi se alargando. As consequências desse processo levaram primeiro ao *golpe parlamentar*, e a sua concomitante naturalização do autoritarismo judiciário.

Finalmente, o crescente *punitivismo* do judiciário, ocorrido no mesmo ritmo em que a mídia tornou aguda sua propaganda *antipetista*, pode ser entendido como a materialização mais bem-acabada do alargamento de um horizonte de expectativa *autoritário*. O fenômeno do *antipetismo*, e sua memória correlata, é a marca definitiva da historicidade da Nova República. Em suma, a configuração pessimista sobre a formação multirracial no passado produziu um futuro que se apresenta eternamente tão *corrupto* como a sua suposta origem. O *autoritarismo* foi o remédio angariado no presente que se apresentou como capaz de lidar com a eterna danação futura, e esses significados temporais acabam por dar forma a uma consciência histórica que defino

como *autoritária*. Esse arranjo estrutura a temporalidade organizadora das memórias e demonstra, em meu ponto de vista, uma penetração do *autoritarismo* nos níveis profundos do imaginário político brasileiro.

As consequências que se estabelecem em função de nossa consciência histórica autoritária motivam e explicam os acontecimentos que seguiram a partir dos eventos do *junho de 2013*. O evento ocupa um lugar central exatamente porque foi o momento exato em que se acenderam os alarmes nas *elites* brasileiras, que passaram a ser tomadas pelo medo de uma mudança inesperada. Desde então, não foi sem motivo o aumento da amplitude do *antipetismo* na mídia e nas redes sociais. A carga *autoritária* avançou com força total, apoiada nos segmentos médios, que se tornaram cada vez mais aterrorizados. A operação Lava Jato e seus desdobramentos, abusivos de alguma maneira, representam uma função *purgadora da corrupção originária*, do mesmo modo que se esperava das práticas religiosas inquisitoriais no período colonial. A encarnação de um ideal de *punição* restauradora pelos agentes acusadores em nosso sistema de justiça, e sua preferência em acusar lideranças marcadas pela simbologia *petista*, dá provas desse intento e suas expectativas purificadoras, em sentido religioso.

O último ato desse movimento se realizou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Esse presidente elegeu-se potencializado pela mobilização *antipetista* incessante da mídia. Não se entenderá a eleição de Bolsonaro e os significados de sua agenda de governo, se antes não se compreender a influência da *consciência histórica* autoritária que paira sobre a dinâmica histórica da sociedade brasileira. Sua chegada ao poder cumpre uma encenação de restauração da uma *ordem* que teria sido perdida. Tal ordem, espelhada na estabilidade da hierarquização racial e religiosa ancestral, estaria ameaçada, no inconsciente das massas *antipetistas*. Como reação a esse temor reprimido, as multidões verde-amarelas exigiram a escalada do *linchamento* público e coletivo daqueles responsabilizados pela subversão das hierarquias. O *mensalão* e sua espetacularização foram o ensaio geral do que se orquestrou depois. O *golpe parlamentar* foi o primeiro ato da escalada abusiva, legitimada pelo imaginário autoritário sustentado no nível da consciência histórica. A partir deste ponto, o horizonte autoritário se alargou na expectativa das massas *antipetistas*, o que, ao mesmo tempo, serviu ao fortalecimento do *punitivismo* judicial e seus agentes que

atuaram a reboque da vontade *autoritária* do justicamento. Como consequência natural desse acúmulo, as opções eleitorais se concentraram em Jair Bolsonaro, o homem que, a partir de seus valores historicamente nostálgicos dos episódios ditatoriais do passado, foi reconhecido como a opção que reuniria as qualidades para cumprir a expectativa autoritária e realizá-la.

Não será possível compreender verdadeiramente os acontecimentos de 2018, sem que se compreenda a dinâmica autoritária ativada pelo *antipetismo* nos níveis mais profundos da consciência histórica da sociedade brasileira, de forma que a permanente paranoia *antipetista (anticomunista)* no cotidiano do presidente eleito Jair Bolsonaro, a sua obsessão pelas armas, o seu apoio inegociável as práticas coloniais criminosas das elites agrárias na fronteira rural e a submissão internacional voluntária colocada em prática na política externa diante das potências ocidentais, só podem ser verdadeiramente decifrados quando se parte do entendimento profundo do fenômeno *antipetista* e suas camadas de memória.

E é certamente possível, deste ponto de vista, contrapor a história, que é interpretação e distanciamento crítico do passado, à memória, que implica sempre uma participação emotiva em relação a ele, que é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida. A memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente. A história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia: em que os avanços da historiografia fazem retroceder o passado imaginário que foi construído pela memória coletiva.

Paolo Rossi (1991)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde quando esbocei essa pesquisa ainda no ano de 2016, a política brasileira vivia uma contínua escalada reacionária. Quando se deu o *golpe parlamentar*, naquele mesmo ano, uma percepção generalizada se estabeleceu entre os intelectuais e pesquisadores do país. Se por um lado não estávamos diante exatamente de uma mudança estrutural no Estado brasileiro, por outro, era perceptível que havia no ar um estranho e desconfortável odor que sinalizava que algo havia mudado. Não estava imediatamente clara a natureza da mudança. A princípio ela se mostrava sutil na forma como se realizava, mas na medida como os acontecimentos políticos iam se estabelecendo após o *golpe*, também reforçavam a percepção de que algo havia mudado. De minha parte, como jovem pesquisador que concluía uma pesquisa de mestrado interessada em história intelectual, ficava muito evidente que o que estava em jogo era uma mudança mais profunda, no campo da *consciência histórica*. Essa compreensão me fazia vislumbrar um autoritarismo persistente nos caminhos políticos que se abriam e eram perseguidos como ideal por significativos segmentos sociais na democracia brasileira.

Como havia desenvolvido uma pesquisa sobre as ideias do historiador da literatura Hans-Ulrich Gumbrecht, minha leitura sobre a dinâmica da organização dos significados da temporalidade na dimensão da *consciência histórica* apontava que o *futuro*, para a sociedade brasileira, era encarado como um lugar de um inevitável fechamento democrático que deveria ocorrer, tal como ocorrera em outros momentos de crise política em nossa história, e que, portanto, estávamos diante de um acontecimento inevitável e cíclico. Em minha precipitada leitura feita enquanto o caminho histórico ainda se desenhava nos incessantes acontecimentos da inquieta política brasileira desde o ano de 2013, havia no ar uma expectativa ansiosa no imaginário de todos os atores políticos, das mais variadas orientações ideológicas, por um acontecimento apocalíptico que se aproximava e que pairava ameaçadoramente no *presente*. Esse evento, temido por uns e esperado com grande animação por outros, parecia funcionar como uma alegoria do *juízo final* com significado autoritário, ainda que mundano. Nesse acontecimento, em que em geral figurava a intervenção armada dos militares brasileiros na política, a *esquerda política*

amedrontada diante da tempestade autoritária seria escorraçada, julgada, presa e exterminada pelos salvadores fardados de verde-oliva. Em paralelo, os *cidadãos de bem* intocados pela *corrupção* eram *salvos* e escolhidos como os habitantes de um renovado e purificado *paraíso terrestre*.

É por isso que me dediquei, logo no primeiro momento, à tentativa de decifrar os lugares onde se anunciava com mais força o nosso *juízo final*. Optei, portanto, por estudar a retórica dos mais fanáticos acusadores de pecados políticos brasileiros em atuação na esfera pública brasileira. Esses autores tinham dois traços fundamentais que os distinguiam de outros, que eram apenas eventuais críticos da política brasileira. O primeiro traço era sua plataforma midiática. Tais agentes estavam seguramente estabelecidos em espaços de grande exposição, que eram favorecidos pelo alcance dos veículos informativos que os empregavam. O segundo traço era a extremada postura de antagonismo diante do PT. Essas pareceram-me, logo de início, características que, se investigadas, teriam condição de apontar caminhos para entender uma configuração mais bem-acabada do que minha intuição apontava como uma *consciência histórica* autoritária.

Inicialmente, a reunião que fiz desses autores e suas obras se mostrou muito ampla, como detalho na pesquisa. A grande mídia brasileira, então, me pareceu o local mais ampliado e adequado onde prosperava a manifestação dessas ideias e sua divulgação. O número de colunistas e jornalistas que repetiam este padrão, com obras de apologia *antipetista*, se mostrou muito grande para detalhar numa única pesquisa, na qual se correria o risco de desfigurar o objeto. Optei por me concentrar nos autores que estão presentes no texto final do estudo, mas resolvi dividir os autores *antipetistas* a partir de um critério que justificasse o recorte. Essa operação de seleção foi importante, pois ficou claro que havia uma gradação no nível do engajamento político e ideológico entre os autores. Distingui os mais radicais e longevos daqueles que eram menos radicais e também menos importantes do ponto de vista do tempo em que estiveram em evidência na mídia.

Ficou claro para mim que, entre os que considerei como uma espécie de *núcleo duro* do *antipetismo* e os outros, havia uma separação cuja motivação só agora posso detalhar com clareza. Entre os autores que analiso, como detectado na pesquisa, transparece o imaginário *colonizador* sobre a origem brasileira, corporificado na interpretação que enxerga a *corrupção* como nosso *vício de origem*. Entre os outros, essa ideia poderia estar menos arraigada, ainda que muito provavelmente compartilhem da concepção do *liberalismo conservador brasileiro* nos termos propostos por Jessé Souza. Mas tenho grande dúvida se à concepção das *elites* brasileiras não subjaz também, como hegemônica, essa interpretação de Brasil sob a ótica do *colonizador*.¹¹⁴ O ímpeto midiático com que se sedimentou o *antipetismo* e sua *memória* no cotidiano da grande imprensa no século XXI, repetindo um padrão imposto pela propaganda *anticomunista* e sua *memória* no século XX, indica, em minha visão, a presença mais forte dessa concepção mais originária sobre a natureza dos problemas do Brasil. Como afirmado anteriormente, sobre os autores *antipetistas*, isso não significa que eu esteja contestando a inserção do *liberalismo conservador* também na retórica midiática. Destaco, dessa forma, que, tal como nos autores *antipetistas*, o *liberalismo conservador* não explica completamente as motivações que sustentam a defesa intransigente do *pacto antipopular* da mídia. O que quero dizer é que os conglomerados de mídia brasileiros são porta-vozes de um pensamento *elitista* muito menos sofisticado do que a formulação de Sérgio Buarque sobre nossa natureza *cordial*. Nesse sentido, o que se defende, de maneira constante e persistente nas entrelinhas das linhas editoriais da grande mídia brasileira, é a mais arcaica e primeva concepção eurocêntrica sobre o Brasil em seu estado colonial. O emprego deliberado de propagandistas do *antipetismo* mais truculento, acaba por reforçar essa hipótese.

¹¹⁴ O cientista político Christian Lynch preconiza que a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder se deu através de uma onda ideológica do que chamou de *conservadorismo reacionário*. Para Lynch, sempre existiu uma um caldo desse pensamento entre parte da elite brasileira. Trata-se para este pesquisador, de uma visão de mundo que valoriza o arcaico e celebra aspectos ancestrais da cultura brasileira, ligados fundamentalmente ao passado colonial e sua herança medieval. Nas palavras do pesquisador “essa utopia regressiva remete ao imaginário da sociedade colonial do século XVII, comandada por chefes de família patriarcais descendentes de europeus. Enquanto os senhores de engenho levantavam igrejas e protegeriam o povo, viris *bandeirantes* chefiavam milícias de mestiços em expedições pelo sertão adentro para apresar índios e buscar riquezas naturais, extraindo da exuberante natureza o máximo que podiam, sem a presença incômoda de um Estado que, de resto, não existia.” (LYNCH, 2020, p. 26, grifo do autor).

Outra consideração necessária a ser destacada sobre o *antipetismo* é a sua relação com a ventilada tipologia adotada em alguns estudos, definida no termo *nova direita*. Ainda durante minha discussão sobre este ponto, eu havia alertado que considerava essa terminologia inadequada para recortar o objeto que se almejava estudar. Como *nova direita*, compreendo muito mais os movimentos políticos de rua que se organizaram e saíram das redes sociais *antipetistas* no mundo virtual após a eleição de 2014. Tais organizações, na minha visão, são apenas resultantes de uma trajetória anterior que consiste na consolidação de uma *memória antipetista*, como detalhei no segundo capítulo. Além disso, são compostos por um segmento social de classe média, e acabaram absorvendo a *identidade* do antipetismo. Mas enquanto fenômeno social específico, devem ser tratados como *nova direita*, e mereceriam um estudo próprio. O que posso afirmar é que esses agrupamentos compartilham da dinâmica memorial que detalhei na pesquisa, e que são essencialmente, uma das evidências da existência entre nós de uma *consciência histórica autoritária*. Os detalhes específicos das configurações políticas específicas desses grupos, no entanto, dependem de mais investigação em outras pesquisas.

Outra observação necessária quanto à abrangência de uma *consciência histórica autoritária* na sociedade brasileira é quanto ao tamanho do impacto desse fenômeno na coletividade brasileira. Do meu ponto de vista, está claro que a aderência ao *antipetismo* e ao *anticomunismo* em nossas instituições políticas é uma evidência clara da naturalização resultante do horizonte autoritário que acaba por sempre permear as decisões em momentos decisivos em nossa história política. Tomo, como exemplo, as inúmeras instituições do Estado brasileiro, que convivem com um *antipetismo* ativo em maior ou menor grau, entre elas os partidos brasileiros que assumem abertamente esses valores, setores do Poder Judiciário e, o caso mais emblemático, manifestado em nossas instituições militares.

Mas há um limite em minha interpretação. A condição para a operação dessa *consciência histórica autoritária* está intimamente ligada à forma como se espalham e se disseminam as ideias *antipetistas* e *anticomunistas*. Esses dois corpos ideológicos, sobrepostos um ao outro, preparam o campo da formação de *identidades*, através de reforços mnemônicos que irão ser férteis para a ativação do instinto *autoritário*

resultante de repressões memoriais profundas. Ainda que a abrangência da disseminação desses valores seja muito vasta e poderosa, existe um espaço para se escapar dela. Isso se comprova na também persistente existência de movimentos políticos de *esquerda* no país, mas fica mais claro na resistência ideológica e cultural dos grupos étnicos considerados, veladamente, inferiores na hierarquia racial. Tais grupos permanecem se organizando politicamente e produzindo intensa cultura, à revelia das pesadas restrições que os dogmas racistas profundos, oriundos da nossa *consciência histórica autoritária*, impõem. A persistência da produção artística, culinária e também dos costumes em geral das matrizes étnicas subjugadas historicamente é, ela mesma, a evidência de espaços de escape à pretensa hegemonia colonizadora.

Em relação à dinâmica entre a *memória* e a *história* na pesquisa, são necessárias também algumas considerações finais. Como tentei expor, a grande mídia, em sua sanha por *escândalos políticos*, acaba por atuar mnemonicamente sobre os consumidores de informação. No caso em tela, consolidou-se uma memória de sentido e narrativa *antipetista*, como registram os estudos dos pesquisadores de mídia, corroborados pela atuação e recepção dos ideólogos *antipetistas* nas empresas jornalísticas. Considerando esses aspectos encontrados em minha pesquisa, percebo que existe uma diferença entre *memória* e *história* enquanto fenômenos que deve ser considerada para nosso caso. Enquanto a *memória* do *antipetismo* foi esculpida a partir da propaganda da imprensa e o emprego de publicistas, divulgados posteriormente no mercado editorial e nas redes sociais, podemos constatar, por outro lado, que não existe propriamente uma historiografia *antipetista*. Aqui, reafirmo minha convicção de que os trabalhos do historiador Marco Antonio Villa sobre o PT não reúnem o mínimo de critérios necessários para se caracterizar como narrativa historiográfica formal. Seus livros são mais relato memorial que narrativa historiográfica. Mas, para além deste ponto, o que se percebe é que não existe uma historiografia *antipetista* de fato. Essa constatação me permite afirmar que, em relação à história política do PT, não se apresentou, até o momento, um grupo de trabalhos que poderiam ser qualificados como *antipetistas*. Essa situação é diferente no caso da história do comunismo. Existem tradições historiográficas, especialmente

internacionais, que se dedicaram a construir narrativas históricas *anticomunistas* que vão além dos relatos memoriais.

A oposição entre o fenômeno da *memória* e da *história* se tornou questionável nas últimas décadas, com o avanço dos debates sobre usos públicos do passado e, também, sobre o conceito de memória. No entanto, como tentei demonstrar, em relação ao tema do *antipetismo*, esse antagonismo faz sentido. Como procurei detalhar antes, o memorialismo *antipetista* não se apegou à realidade dos eventos que quis registrar. Ao contrário, criou reflexões mistificadoras, compostas de grande gama de ansiedades políticas de difícil adequação à narrativa formal esperada em textos historiográficos.

A *identidade antipetista* inseparável de sua memória também merece algumas reflexões. O primeiro ponto que destaco é sobre a dimensão sobretudo *antitética* do fenômeno. O *antipetismo* não estruturou uma identidade antagônica clara em relação à qual se opunha. Como citado antes, utilizo a definição de Koselleck para justificar esse aspecto. A identidade *antipetista* reuniu, como inimigo, todas as pessoas que por ventura se colocassem contra – ainda que inconscientemente – as condições raciais hierarquizadas na normativa colonial brasileira. A *consciência histórica autoritária* presume fortemente que essa disposição de raças, hierarquicamente, seja imóvel. Quando algum indivíduo ou grupo se coloca como obstáculo direto ou indireto a essa estrutura presumida, ele passa a ser significado *antiteticamente* pelo *antipetista* (*anticomunista*) como inimigo. Aqueles agrupados sobre o campo memorial do *antipetismo* recebem um forte estímulo *identitário* que os une politicamente, mesmo quando suas ideias e grupos sociais concretos são compostos por perfis individualmente diferentes ou mesmo antagônicos. É por esse motivo que o *antipetismo* abriga uma gama imensa de variações de tipos sociais e políticos. Entre eles, encontramos católicos ortodoxos e protestantes fanáticos, políticos neoliberais e militares nacionalistas, agentes punitivistas do judiciário e criminosos de movimentos de extrema direita. O que une grupos tão díspares no consenso *antipetista* é exatamente a condição *antitética* dessa identidade.

A aproximação entre *anticomunismo* e *antipetismo* se apresenta mais fortemente, portanto, não a partir de valores conceituais e ideológicos que as duas compartilham, mas, como especula Rodrigo Patto Sá Motta, a partir dos três elementos que ele propõe como definidores dos dois fenômenos, que são: o *catolicismo*, o *liberalismo* e o *nacionalismo*. Entretanto, quando transpomos esses fatores conceituais para o *antipetismo*, eles são mais rarefeitos e menos capazes de justificar uma união. No caso *antipetista*, os três estão presentes, mas, da mesma forma, aparecem também cruzados com fatores conceituais contraditórios. O exemplo mais bem-acabado dessa característica é a união, dentro do *antipetismo*, de setores nacionalistas, intervencionistas na economia e neoliberais, adversários radicais desse modelo. Isso ocorre assim, pois, além de a identidade *antipetista* tomar forma a partir de forças *antitéticas*, sua união está assentada num agrupamento de lembranças em comum entre seus integrantes. A meu ver, no caso de uma identidade *anticomunista*, o fator agregador *antitético* e seus respectivos elementos memoriais em comum também são mais fortes como fatores unificadores que os conceitos políticos e ideológicos aventados. Esse é também o motivo do *liberalismo conservador* especulado por Jessé Souza não bastar como mobilizador das práticas autoritárias brasileiras. O *autoritarismo* brasileiro, no período republicano, esteve sempre sustentado por identidades e memórias *anticomunistas* e/ou *antipetistas*.

É precisamente pelo *anticomunismo* e *antipetismo* se consolidarem em função de memórias e esquecimentos coletivos e se manifestarem especialmente como identidades *antitéticas* que esses fenômenos, quando estimulados, são capazes de se tornarem massivos e produzir multidões dispostas a agir politicamente em reação àqueles que consideram seus inimigos. Essa força de atração *antitética* só consegue se colocar em ação em função da dimensão mnemonicamente referida por Freud. São as lembranças reprimidas no esquecimento forçado pelo trauma que, quando ativadas em chaves mnemônicas de lembrança, permitem o disparo das neuroses, das paranoias e dos medos coletivos. Esses elementos motivam a construção inconsciente, *antitética*, do *inimigo*. O singular no caso que analisamos é que tal gatilho ativador esteja vinculado à *memória ancestral* da hierarquia racial presente na formação colonial, estabelecida sob a opressão das religiosidades e etnias subjugadas. O *comunismo* e o *petismo* são enquadrados como motivadores do medo

da dissolução ou alteração na disposição hierárquica ancestral. Elementos violentos emergem do inconsciente das massas, formalizando um espaço de experiência histórica sintetizado no fenômeno da *corrupção*. A semântica transfere o sentido original da palavra *corrupção* para a ideia de *crime*, e não mais a verdadeira ideia de *desvio* do intuito original de determinada coisa. Nesse caso, o Brasil, originalmente pensado como colônia submissa à metrópole, estruturada sobre o racismo e a intolerância religiosa, *corrompeu-se* (desviou-se) em nação autônoma e cultura mestiça. A mestiçagem original se transmuta no inconsciente como o *pecado* que amaldiçoou irreversivelmente o país.

A caracterização do território colonizado como *purgatório* para os pecadores da mestiçagem religiosa e étnica se eterniza no inconsciente, sendo determinante para a fertilização de um *horizonte autoritário* na ordenação temporal da *consciência histórica* da sociedade brasileira. A figura do inimigo, já plenamente definida pela força de atração *antitética* da identidade *antipetista* (*anticomunista*), é tornada o elemento indesejável, desagregador e desordeiro. O linchamento é, então, reencenado no palco político a partir das armas que o *antipetismo* (*anticomunismo*) forem capazes de mobilizar. Essas armas são exatamente aquelas eficientes na ativação dos mecanismos políticos autoritários que Leonardo Avritzer percebe como os sempre presentes no nosso pendular e cíclico *autoritarismo*.

Especificamente, é importante para essa pesquisa o papel que os autores *antipetistas* que investigo – Diogo Mainardi, Marco Antonio Villa, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino – tiveram nesse processo. O que está consolidado, em meu entendimento, é que tais autores são o nexo fundamental de expressão da função que Paul Ricoeur especula para a estruturação de memórias como ferramentas ideológicas que cumprem o papel de justificação do poder. O poder referido nessa pesquisa é o que está associado às *elites*, que ainda se comportam como herdeiras dos privilégios condicionados pela hierarquia religiosa e racial originária. Os agitadores *antipetistas* são os *bonecos de ventríloquo*, não exatamente comandados pelos pelas mãos da *elite* de maneira direta, mas plenamente determinados em sua retórica radical *antipetista* pelos aspectos mnemônicos mais profundos do *trauma* ancestral. Nessa função, não estão para fazer as vozes do

originário, ou do negro dominado, mas sim vociferar, de maneira histérica e neurótica, a perspectiva do *colonizador*, que estava no território para fazer valer a hierarquia racial imposta pela metrópole e enriquecer. A *Inquisição* desses acusadores da *corrupção* serão as instituições responsáveis pela formatação prática do *autoritarismo* no presente.

São por essas forças oriundas das profundezas mais arcaicas do inconsciente coletivo que a classe média será sempre a força motriz preferencial na composição da *identidade antipetista (anticomunista)*. É o homem de classe média que mais sensível será à neurose e à histeria, derivada do *medo* da dissolução da ordem racial. A classe média, que detém o perfil psicológico mais próximo do *branco colonizador*, acumulará o ódio derivado da *identidade antipetista (anticomunista)* e se lançará fisicamente contra seus inimigos, compondo a linha de frente da multidão linchadora. É essa a explicação para a composição étnica e social das manifestações verde-amarelas e seus movimentos sociais (*nova direita*). Quando iam às ruas, esses movimentos carregavam mensagens exigindo todo tipo de medida autoritária, desde o reestabelecimento da *Monarquia* até o forte grito pela intervenção dos militares na política e o infame reestabelecimento do mais autoritário instrumento jurídico da Ditadura Militar brasileira, o *Ato Institucional Número 5*, que cassou liberdades políticas e suspendeu os efeitos do *habeas corpus* no país.¹¹⁵ Exigiam, assim, o retorno imediato ao estado colonial, mas não exatamente o retorno à submissão à metrópole portuguesa, e sim, o velado retorno do sentido teológico alegórico do *purgatório* colonial no Brasil independente e contemporâneo.

Nessa chave de leitura, é factível olhar para os dois períodos autoritários anteriores como tentativas de realização do mesmo horizonte de expectativa *autoritário* de nossa singular *consciência histórica*. Naqueles momentos, a *corrupção* também grassava em concomitância à ameaça do *comunismo*. O Estado Novo e a Ditadura Militar são realizações resultantes de expectativas autoritárias mobilizadas mnemonicamente através, também, da então *memória anticomunista*. Nesses períodos, buscou-se *purgar* os pecados originais de nossa maldição derivada da maçã proibida da

¹¹⁵ A exigência da morte de Lula e Dilma Rousseff também era uma constante que vale a lembrança.

mestiçagem oferecida pela *Eva*, tida pelo colonizador como a mulher racialmente exótica e pagã que habitava a colônia. A *corrupção* persistente derivada desse recalçado *pecado original* retornaria, portanto, ciclicamente.

Há algumas ressalvas a serem feitas nesse ponto. O que se estabeleceu após o *golpe parlamentar* não necessariamente é idêntico aos acontecimentos posteriores aos *golpes de Estado* pregressos. A incidência da *consciência histórica autoritária* é a mesma nos dois episódios, no entanto, a formalização do horizonte de expectativa *purgador* não necessariamente se realiza da mesma forma em cada uma delas. As condições históricas e políticas concretas é que determinam a configuração do *futuro autoritário* quando ele se torna *presente*. Cada caso tem a sua própria especificidade. Mas a *consciência histórica autoritária* permanece sem mudanças significativas no longo prazo. Seus mecanismos e afetos mobilizadores seguem inalterados.

Os ideólogos do *antipetismo* dão provas da imprevisibilidade inerente à realização dos horizontes de expectativas *autoritários* para os seus próprios profetas. Na sequência do *golpe parlamentar*, por exemplo, o jornalista Reinaldo Azevedo e o escritor Olavo de Carvalho entraram em conflito de ideias nas redes sociais. A tensão entre os dois aumentou paulatinamente nos meses que se seguiram ao *golpe*. As divergências passavam pelo conflito de interesses no exercício do poder entre facções ideológicas divergentes que estavam agrupadas até aquele momento sob a proteção do efeito *antitético* da identidade *antipetista*. O grupo no poder identificado com Reinaldo Azevedo era encarnado nas forças parlamentares que conspiraram contra Dilma Rousseff e se reuniram sob a liderança do vice-presidente Michel Temer. Por outro lado, o grupo mais próximo à Olavo de Carvalho era mais popular entre as massas *antipetistas*, e se unia em torno de uma rejeição mais grave em relação às instituições políticas da Nova República. Esse conflito se agravou até o ponto de ruptura entre os dois autores. Da mesma forma, Diogo Mainardi também entraria em conflito frontal com Reinaldo Azevedo devido à filiação ideológica de Mainardi ao grupo político dos punitivistas que davam origem à Lava Jato no Poder Judiciário. O choque entre a operação e os grupos políticos que haviam orquestrado o *golpe parlamentar* no Congresso afastou Azevedo e Mainardi. Posteriormente, Mainardi tornar-se-ia alvo de seguidores de Olavo de Carvalho, em função do afastamento do presidente Bolsonaro

e o então ministro da justiça – símbolo da Lava Jato – Sérgio Moro. Esses exemplos mostram que a realização do horizonte de expectativa *autoritário* não ocorre automaticamente, como idealizam os seus apóstolos.

Ainda que os sintetizadores principais das intenções profundas da *consciência histórica autoritária* saiam de cena, os movimentos consequentes em função do fenômeno permanecem. Isso ocorre mesmo com a descrença e o arrependimento de Reinaldo Azevedo, Diogo Mainardi e Marco Antonio Villa, todos escanteados ou vivendo situações de ostracismo em relação aos próprios grupos que ajudaram a criar, e também sem os amplos espaços midiáticos de outrora. Outros ideólogos assumem seus lugares, referendando os valores que esses abandonaram, e aqueles que são sensíveis à *identidade antipetista* se tornam órfãos da potência radical e histórica dos antigos idealizadores. O que desapareceu foram os indivíduos que ocupavam a função de *profetas* de um horizonte que se fortalecia e era ativado. Uma circularidade entre os *autores* e os *consumidores* de *antipetismo* formava uma poderosa onda política reacionária crescente. A desconexão entre idealizadores e idealizados enfraqueceu o fenômeno, que também perdeu parte da força daquele impulso ameaçado, afinal o *antipetismo* havia chegado ao poder, e, em tese, o *juízo final* esperado já havia garantido o reestabelecimento do *purgatório* terrestre. Mas a *consciência histórica autoritária* continua disponível para resgate de ideais *autoritários* futuros na sociedade brasileira.

Não havendo uma transformação profunda no campo da *consciência histórica*, a consequência natural é a repetição, de tempos em tempos, de crises que disparam os medos das *elites*, que, em reação, mobilizarão suas ferramentas ideológicas e acumularão um apoio político a soluções autoritárias contra qualquer movimento político que ocupe o lugar da ameaça ao *pacto antipopular*, consignado nesse formato desde a década de 1930. Dá prova da persistência do fenômeno o medo sempre presente nos movimentos políticos em relação a um endurecimento autoritário. O medo das *esquerdas* é também um efeito da *consciência histórica autoritária*. A permanente especulação de quando ocorrerá o *golpe dentro do golpe*, ou as perguntas retóricas *questionando se haveriam as próximas eleições*, tão comuns no

imaginário dos simpáticos à esquerda brasileira, demonstram a força da *consciência histórica autoritária* no Brasil.

Há uma necessidade de apurar os sentidos inquisitoriais *purgadores* que acabam por formar o imaginário dos agentes que assumem posturas *autoritárias* por dentro das instituições militares, judiciárias e policiais. Parece-me claro que tais agentes são fundamentais para cumprir e dar significado à expectativa restauradora do controle necessário para manter uma espécie de *harmonia racial* imaginária, que seria recuperada sob rigoroso reestabelecimento de punições mais fortes. Esse objetivo compõe a mentalidade das instituições de controle de maneira permanente. A *consciência histórica autoritária* incide fortemente na formação e treinamento desses agentes que estão sempre à espera do sinal *popular* de exigência de medidas enérgicas contra os eventuais *inimigos*.

A conclusão natural que todo esse arcabouço idealiza na mentalidade corriqueira da sociedade é que se o grande problema nacional está ligado à *corrupção original*, apresentada veladamente como *instinto criminoso*, a solução deve ser, portanto, sempre policalesca. Desse modo, realiza-se o horizonte de expectativa em sua forma mais comum e bem-acabada de uma *consciência histórica autoritária*. É por esse motivo que, mesmo quando há a frustração em relação às promessas de contenção e reafirmação da *ordem* racial e religiosa, esse horizonte de expectativa autoritário persiste teimosamente entre o tipo ideal que compõe a sociedade brasileira.

Uma das possibilidades em aberto, decorrentes de minha pesquisa, é como se manifesta na prática a *consciência histórica autoritária* nas instituições de controle (Poder Judiciário, Forças Armadas e Policiais) durante os anos que precedem o *golpe parlamentar*. Essa dimensão aparece apenas correlatamente neste estudo, e precisaria de um capítulo específico, que ainda tenho o objetivo de materializar em outras publicações. Assim sendo, percebo uma profusão de interesses e temas que estão surgindo entre pesquisadores com o objetivo de explicar as *intenções* que movem o imaginário do *bolsonarismo*, que atualmente está no poder, sustentado basicamente por uma fração da opinião pública e com o apoio de corporações policiais

e militares, especialmente¹¹⁶. Essas investigações têm sua importância, mas de minha parte, considero que nenhuma busca será suficiente neste intento se não se debruçar sobre o pilar fundamental que equilibra modos de pensar semelhantes ao *bolsonarismo*, o qual nada mais é que uma das encarnações possíveis da força de nossa *consciência histórica autoritária*. Assim, penso que o fenômeno do *bolsonarismo* – da mesma forma que o integralismo de outrora – é apenas a árvore que frutificou sobre as raízes *anticomunistas* e *antipetistas* que ainda adubam as estruturas da sociedade brasileira.

Por fim, existem alguns significados mais gerais que gostaria de registrar antes de encerrar meu texto. Considerando os aspectos que reuni acerca da *memória antipetista* e todos os seus desdobramentos, um deles me parece o mais marcante. Trata-se do impacto popular que já está sedimentado na sociedade e que permite uma adesão ainda mais profunda à *consciência histórica autoritária*.

A *memória antipetista* pode ser considerada apenas um capítulo de uma *memória* mais ampla, que cobre todo o período da Nova República desde a redemocratização até a eleição de Jair Bolsonaro. Se minha tese estiver correta, a *memória* sobre o exercício da democracia no país foi mais uma vez reforçada negativamente. Isso se dá, especialmente, quando pensamos comparativamente com a *memória* estabelecida sobre o período da Ditadura Militar.

O processo de anistia ocorrido no fim do último período autoritário, conduzido pelos próprios responsáveis pelo *autoritarismo* anterior, significou, de maneira muito bem-sucedida, um modelo de *esquecimento*. A ausência de punição dos agentes da experiência autoritária consolidou uma memória na sociedade na qual durante a Ditadura Militar não houvera criminosos no poder. Desde a redemocratização, o país não assistiu à punição concreta de nenhum militar, corroborando a falsa ideia de que não haviam *criminosos* entre os agentes do regime, e esse impacto foi além e reforçou

¹¹⁶ Entre estas investigações, destaco os recentes trabalhos dos cientistas políticos Juliano Corbellini e Maurício Moura (COBERLLINI; MOURA, 2019), do sociólogo Pablo Ornelas Rosa (ROSA, 2019), da filósofa Iná Camargo Costa (COSTA, 2020), do jurista Rubens Casara (CASARA, 2020), do crítico literário Idelber Avelar (AVELAR, 2021) e do historiador João Cezar de Castro Rocha (ROCHA, 2021).

uma ingênua percepção de que a Ditadura não era *corrupta*. Aqui, a palavra que acumula o duplo sentido de *desvio moral* e de *crime* propriamente dito valeu, pela sua imaginada ausência, como sentença de *pureza e honestidade*.

Os reflexos do paralelo entre essas duas memórias – a da Ditadura Militar, e a referente à Democracia – se realiza no cotidiano do país. Essa penetração, além de reforçar a *consciência histórica autoritária*, como já afirmei, alimenta todo tipo de *negacionismo* em relação ao período autoritário. Professores de história espalhados por todo o país recebem cotidianamente, em salas de aula, alunos descrentes do *autoritarismo* pregresso, por influência do *esquecimento* no meio familiar. Há, nesse fenômeno, um processo que atesta o uso político do passado e de uma determinada memória hegemônica sobre ele por aqueles que praticaram atos autoritários, e uma *derrota* da memória democrática.

A democracia falhou em construir uma *memória* sobre seus feitos e conquistas. Em aproximadamente três décadas de vigor, a Nova República não conseguiu construir uma *memória* positiva. Os ataques permanentes às cláusulas fundamentais da Constituição de 1988 dão provas de que, se há uma memória sobre o período democrático, ela é rotundamente pessimista. A Nova República está memorizada como um regime que não cumpriu suas promessas sociais e ao mesmo tempo teria se tornado uma aliança para proteger políticos criminosos. Quando os historiadores do futuro buscarem recuperar a construção da memória oficial no período democrático, encontrarão grandes ausências e silêncios das instituições republicanas sobre suas próprias realizações.

Paralelamente a isso, não se edificou uma *pedagogia oficial* para transmitir essa memória no nível da educação básica. Não há uma ritualização comemorativa da instituição do regime democrático no país. Nossas datas comemorativas permanecem ligadas a experiências memoriais do tempo imperial, ou do período republicano mais arcaico, quando as instituições ainda não haviam se democratizado verdadeiramente. Não existe um calendário que comemore a democracia no país e tampouco se estimula o ensino de história do período nas escolas brasileiras. A Nova República

permitiu que sua *memória* fosse construída a sua revelia, e o vazio que poderia ser ocupado por uma *memória* democrática foi preenchido pela *memória* constituída na narrativa da grande imprensa nacional, que é marcadamente entusiasta de mecanismos *autoritários* em função de sua origem oligárquica.

Por outro lado, os professores de história brasileiros têm pouca ou nenhuma formação para enfrentar decisivamente essa realidade. Em primeiro lugar, as pesquisas sobre o período da Nova República ainda não amadureceram e só começaram a aparecer recentemente. Quase toda a bibliografia produzida sobre o período está pulverizada em artigos e livros de cientistas sociais pouco lidos pelos graduandos em História. Em segundo lugar, esses professores têm pouca capacidade teórica para gerir as relações complexas entre o fenômeno da *memória* e o conhecimento histórico.

Uma última, mas não menos significativa dimensão do problema, ocorreu em função de como se estruturou o campo de pesquisa da história do tempo presente no Brasil. Acreditou-se que bastaria narrar os crimes da Ditadura Militar para que se legitimasse o regime democrático. O avanço autoritário ocorrido na última década prova que tal prática não foi o suficiente. Disputaram o passado e deixaram de combater pelo presente. É com esse espírito que encerro este trabalho, consciente de que há ainda uma história para ser contada sobre a democracia e a Nova República, pois não bastará apenas denunciar os *golpes* e *autoritarismos* do futuro sem que se narrem e registrem as conquistas *democráticas* do passado.

REFERÊNCIAS

Fontes

AZENHA, Luis Carlos. Caso Dossiê: *Essa aqui é a foto da Globo, que eles colocaram todo o dinheiro, só o dinheiro, e pronto*. **Viomundo**, Brasil, 19 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/bau/caso-dossie-essa-aqui-e-a-foto-da-globo-que-eles-colocaram-todo-o-dinheiro-so-o-dinheiro-e-pronto.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. A campanha de ódio contra os que pedem “Fora Dilma”. O caso do/da cartunista Laerte. Ou: A última da baranga moral! **VEJA**, Brasil, 24 ago. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-campanha-de-odio-contra-os-que-pedem-8220-fora-dilma-8221-o-caso-do-da-cartunista-laerte-ou-a-ultima-da-baranga-moral/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. Olhem para a cara de Lula. Olhem para a cara do nosso passado. Passou! **Veja**, Brasil, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/olhem-para-a-cara-de-lula-olhem-para-a-cara-do-nosso-passado-passou/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. O *Muro da Vergonha* de Brasília merece, sim, ser chamado de *Muro de Berlim*. **Veja**, Brasil, 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-muro-da-vergonha-de-brasilia-merece-sim-ser-chamado-de-muro-de-berlim/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas II: o inimigo agora é o mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados. **Departamento de taquigrafia, revisão e redação**, Brasília, 17 abr. 2016, p. 3 – 331.

CÂMARA APROVA O IMPEACHMENT! **O antagonista**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/camara-aprova-o-impeachment/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Contra a maré vermelha**: um liberal sem medo de polêmica. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Estrela cadente**: as contradições e trapalhadas do PT. Rio de Janeiro: Soler, 2005.

CONSTANTINO, Rodrigo. Não somos a Venezuela ainda... e nem seremos! **Gazeta do Povo**, Paraná, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/nao-somos-venezuela-ainda-e-nem-seremos/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. O logo vermelho da copa. **Gazeta do Povo**, Paraná, 16 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-logo-vermelho-da-copa/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. Vamos subir o nível. **Gazeta do Povo**, Paraná, 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/vamos-subir-o-nivel-b1ir9qnpwg7dd4zs9i229sxef/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. Um dia histórico, mas apenas o primeiro passo de nosso futuro. **Gazeta do Povo**, Paraná, 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/um-dia-historico-mas-aindas-o-primeiro-passo-de-nosso-futuro/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo. **PEPSI com fetos abortados**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7l4WmFjzDIs&t=0s>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Deltan idealizou monumento à Lava Jato, mas Moro previu crítica à *soberba*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-idealizou-monumento-a-lava-jato-mas-moro-previu-critica-a-soberba.shtml>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MAINARDI, Diogo. **A tapas e pontapés**: crônicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAINARDI, Diogo. **Contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAINARDI, Diogo. **Diogo Mainardi quer a planilha da Odebrecht a qualquer custo!** 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94vopL_jo2k>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAINARDI, Diogo. **Lula é minha anta**: crônicas. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAINARDI, Diogo. **Reunião de Pauta**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BgQR3VZ8_Bo>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE | São Paulo. **Apresentação**. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Movimentos antigoverno não revelam origem e volume de suas receitas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756887-movimentos-antigoverno-nao-revelam-origem-e-volume-de-suas-receitas.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

A associação entre os votos na reforma trabalhista e os votos no impeachment. **O Globo**. Brasil, 29 abr. 2017. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/associacao-entre-os-votos-na-reforma-trabalhista-e-os-votos-no-impeachment.html>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Pro-lifers drop boycott after Pepsi disavows use of aborted fetal-cells. **The Washington Times**. Washington, 30 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2012/apr/30/pro-lifers-drop-pepsi-boycott/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Rolando rampa abaixo. **O Antagonista**. São Paulo, 1 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/rolando-rampa-abaixo/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

VILLA, Marco Antonio. **A Jovem Pan defendeu o Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2BayD0CIHNw>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

VILLA, Marco Antonio. **Década perdida**: dez anos de PT no poder. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VILLA, Marco Antonio. **Mensalão**: o julgamento do maior caso de corrupção da história política brasileira. São Paulo: LeYa, 2012.

VILLA, Marco Antonio. **No meio do povo, Villa decreta: "Lula tem que ter prisão preventiva"**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tidvWBAUREA>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

VILLA, Marco Antonio. **Projeto criminoso de poder começa a ser derrotado**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0ndA_E0m74&list=PLqqsvkz8oJYWBR4E2dzx3N0VQwOwAqi8l&index=5>. Acesso em: 17 jun. 2021.

VILLA, Marco Antonio. **Um país partido**: 2014: a eleição mais suja da história. São Paulo: LeYa, 2014.

VILLA, Marco Antonio. **Villa desabafa: o povo vai derrubar o projeto criminoso de poder**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WsA-nQYoupA>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Viva a vingança. **O Antagonista**, São Paulo, 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/viva-a-vinganca/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGULHOM, Maurice. **1848: o aprendizado da república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fabio. Ontologia da liberdade da rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. **Multitudes**, v. S2, n. 5, p. 184 – 197, 2010.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista UFMG**, v. 23, n. 1 e 3, p. 270 – 297, 2016.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil: edição ampliada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989 – 2014)**. São Carlos: EDUFSCar, 2017.

AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989 – 2006). In: ANGELO, Vitor; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O**

Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006). São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 219 – 238.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807 – 835, 2016.

BAUER, Caroline. Breves considerações sobre *Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira*. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 167 – 175, 2017.

BAUMGARTEN DE BOLLE, Monica. **Como matar a borboleta azul:** uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz; MATTOS, Hebe. (Org.) **Historiadores pela democracia:** O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOFF, Leonardo et al (Org.). **Leituras da crise:** diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa:** mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BORBA, Julian; CARREIRÃO, Yan; RIBEIRO, Ednaldo. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 603 – 637, 2016.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 29 – 32.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53 – 55.

BUCCI, Eugenia. **A forma bruta dos protestos: Das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAMAROTTI, Gerson; DE LA PEÑA, Bernardo. **Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: (Org.). DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Marieta. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 299 – 315.

CARNEIRO, João Luiz; PRANDI, Reginaldo. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 3 – 22, 2018.

CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 229 – 247.

CARR, David. Entendendo direito a estória: narrativa e conhecimento histórico. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 249 – 263.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CEI, Vitor; BORGES, David (Org.). **Brasil em crise: o legado das Jornadas de Junho**. Vila Vela: RCG Comunicação Total, 2015.

CEI, Vitor. Cultura e política, 2013-2016: os incitadores da turba. In: _____ et al (Org.). **O que resta das jornadas de Junho**. Porto Alegre: Fi, 2017, p. 205 – 224.

CEI, Vitor et al (Org.). **O que resta das jornadas de Junho**. Porto Alegre: Fi, 2017.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o *medo* como estratégia política. In: RUBIM, Antonio et al. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004, p. 29 – 52.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 72, p. 25 – 41, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 13 – 34.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CIARELLI, Patrick; MALINI, Fabio; MEDEIROS, Jean. O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 323-342, 2017.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de história**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1981.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2 ed. Oeiras: Celta, 1999.

CORBELLINI, Juliano; MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSTA, Iná. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COUTINHO, Aline; MIGUEL, Luis Felipe. A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 97 – 123, 2007.

DALMONTE, Edson. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 328 – 344, 2010.

DAMIN, Cláudio Júnior; GIORA, Gustavo; REBELLO, Maurício Michel. O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. **Revistas de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 449 – 473, 2019.

DANTO, Arthur. **Narration and knowledge**. New York: Columbian University Press, 2007.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma Arte da Memória. In: _____ et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 23 – 38.

DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro; Mauad X, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Letícia. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

DUNKER, Christian. Que fim levou a direita? **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2 jul. 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/02/que-fim-levou-a-direita-ilustrada/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. **Locus**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.290-306, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERES JÚNIOR, João; GAGLIARDI, Juliana. O antipetismo da imprensa e a gênese da nova direita. In: SOLANO, Esther. (Org.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019.

FERREIRA, Marieta Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: DA MATA et al (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 102 – 124.

FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FDV, 2008, p. 53 -76.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: DA MATA et al (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 67 – 100.

FIUZA, Guilherme. **Não é a mamãe**: para entender a era Dilma. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FIUZA, Guilherme. **Que horas ela vai?** O diário da agonia de Dilma. Rio de Janeiro: Record, 2016.

FONTAINHA, Fernando; LIMA, Amanda. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do mensalão à Lava Jato. In: FERES JÚNIOR, João; KERCHÉ, Fábio (Org.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 53 – 68.

FREIXO, Adriano; RODRIGUES, Thiago. **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo: esboço de psicanálise e outros escritos. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. 23, S.n.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 13. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio, da violência e do medo. In: MORAES, Dênis. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 69 – 92.

GABEIRA, Fernando. **Democracia tropical**: caderno de um aprendiz. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

GABEIRA, Fernando. **Navegando na neblina**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GALVÃO, Ana Carolina; SALGUEIRO, Wilberth; Z Aidan, Junia Claudia. (Org.) **Foi golpe!** O Brasil de 2016 em análise. Campinas: Pontes Editora, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014

GRÜN, Roberto. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GUIMARÃES, Lucia Maria. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo; Vértice, 1990.

HASSELMANN, Joice. **Sérgio Moro**: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil. São Paulo: Universo de Livros, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HIPOLITTO, Lucia. **Por dentro do governo Lula**: Anotações num diário de bordo. 2 ed. São Paulo: Futura, 2005.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IEGELSKI, Francine; MÜLLER, Angélica. O Brasil e o tempo presente. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 13 – 26.

JABOR, Arnaldo. **Pornopolítica**: paixões e taras na vida brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAMER, Dora. **O poder pelo avesso**: 99 crônicas políticas. São Paulo: Barcarolla, 2010.

KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana; PAIVA, Denise. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, n. 3, p. 638 - 634, 2016.

LAVARDA, Suélen; SANCHOTENE, Carlos; SILVEIRA, Ada. Quando as notícias mais compartilhadas são falsas: a circulação de boatos durante a semana do impeachment no Facebook. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 99 – 112, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-Jato**: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

LEITE, Paulo Moreira. **Uma outra história do mensalão**: as contradições de um julgamento político. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 287 – 313.

LIMA, Venício Artur. A direita e os meios de comunicação. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião. (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91 – 114.

LIMA, Venício Artur. Mídia. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 442 – 447.

LULA, filho do Brasil. Direção: Fábio Barreto. Produção: Luiz Carlos Barreto e Paula Barreto. [S.l.]: Downtown Filmes, 2009. 1 DVD.

LYNCH, Christian. A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018 – 2020). **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 89, p. 21 – 40, 2020.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 134 – 154, 2017.

MALEVAL, Isadora. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**, v. 20, n. 42, p. 627 – 650, 2019.

MARTINS, José. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASSENBERG, Débora. A *cosmovisão* da direita brasileira. In: FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (Org.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio do Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 25 – 49.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 93 - 106.

MAYNARD, Dilton. Sobre tempos digitais: Tempo Presente, História e Internet. In: (Org.). GONÇALVES, Janice. **História do tempo presente**: oralidade – memória – mídia. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 77 – 100.

MELLO E SOUZA, Laura. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a história. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Marieta. In: (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 231 – 257.

MENESES, Ulpiano. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9 – 24, 1992.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORAES, Dênis. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: _____ (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 35 – 68.

MOTTA, Rodrigo. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: _____; BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane. (Org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 75 – 98.

MOTTA, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAQUET, Pierre-Vidal. **Os assassinos da memória**: *um Eichmann de papel* e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papyrus, 1988.

NAVARRO, Silvio. **Celso Daniel**: política, corrupção e morte no coração do PT. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. História: memória e contramemória. **Métis**, v. 2, n. 3, p. 217 – 234, 2004.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, v.10, p. 7 – 28, 1993.

NUNES, Augusto. **A esperança estilhaçada**. São Paulo: Planeta do Brasil: 2005.

OLIVEIRA, Rodrigo. O significado do conceito *corrupção* na semântica política da crise brasileira (2013-2016). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 379 – 408, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 64 – 85, 2020.

OLIVEIRA, Ueber; PEREIRA, Valter (Org.). In: _____ Apresentação. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM Editora, 2011, p. 7 - 13.

OLIVEIRA, Ueber. Partidos políticos e eleições na Nova República. **NUPEM**, Campo Mourão, v. 8, n. 14, 2016, p. 201 – 215.

ORTELLADO, Pablo. **Em 20 centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

PARANÁ, Denise. **Entre o sonho e o poder**: A trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

PARANÁ, Denise. **Lula, o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PEREIRA, Mateus. **Nova direita?** Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PEREIRA, Merval. **Mensalão**: o dia a dia do mais importante julgamento da história política do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, n. 19, p.26-45, 1987.

PINHA, Daniel. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83 – 110, 2018.

PINTO, José. **O que sei de Lula**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

POCHMANN, Marcio. Estrutura social do Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637 – 649, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3 – 13, 1989.

QUADROS, Paulo. Dissimulacro - ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 18, n. 32, p. 201 – 218, 2018.

RESENDE, Maria Efigênia. Autoritarismo. In: **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 60 – 61.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013.** Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papyrus, 1994.

RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões.** Rio de Janeiro; Mauad X, 2020.

ROCHA, João Cezar. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político.** Goiânia: Caminhos, 2021.

RODRIGUES, Lidiane. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002 – 2016). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 277 – 312, 2018.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROSA, Pablo Ornelas. **Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras.** Vitória, Milfontes, 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias.** São Paulo: UNESP, 2010.

ROVAI, Renato (Org.). **Golpe 16.** São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

RUBIN, Régine. **A memória saturada.** Campinas: Unicamp, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Narração histórica: fundações, tipos, razão.** In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** Petrópolis: Vozes, 2016, p. 45 – 57.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS JÚNIOR, Marcelo. **#VAIPRACUBA**: a gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**: O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHRECKER, Ellen. Introduction: Cold War Triumphalism and the Real Cold War. In: _____ (Org.). **Cold War triumphalism**: the misuse of history after fall of communism. New York: The New Press, 2004, p. 1 - 26.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. **Remates de males**, v. 26, n. 1, p. 31 – 45, 2006.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória, Literatura**: O testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e Imagem, Memória e Escrita**. Chapecó: Argos, 2006.

SERRANO, Pedro. **Autoritarismo e golpes na América Latina**: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

SHEHERAZADE, Rachel. **O Brasil tem cura**. São Paulo: Mundo Cristão, 2015.

SILVA, Leonardo. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73 – 84, 2018.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**, v. 29, n. 3, p. 89 – 111, 2010.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**, São Paulo, n. 97, p. 23 – 40, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Cláudio André. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.3, p. 35 - 51, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p. 191 – 222, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memória:** El arco de Ulises. Barcelona: Paidós Ibérica, 2008.

VERISSIMO, Luis Fernando. Ódio. **O Globo**, Brasil, 26 jun. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/odio-16546533>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de Historia de América**, n. 42, pp. 433 - 458, 1956.

WEINRICH, Harald. **Lete:** arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica no século XIX. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

YAROCHEWSKY, Leonardo. **Tchau, querida democracia.** Belo Horizonte: Casa do Direito, 2016.

YATES, Frances. **A Arte da Memória.** Campinas: Unicamp, 2007.